



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

CONSEPE

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016

SESSÃO ÚNICA

Data: 18 de abril de 2016 (segunda-feira).

Horário: 08h 30min

Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CONVOCAÇÃO

O Presidente em exercício do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido convoca todos os conselheiros a se fazerem presentes à **3ª Reunião Ordinária de 2016**, com data, horário e local abaixo determinados, para cumprir a seguinte pauta:

1. Apreciação e parecer sobre a criação do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, conforme Processo 23091.003171/2016-42;
2. Apreciação e deliberação sobre o Projeto Pedagógico do curso de Letras Inglês– Câmpus Caraúbas, encaminhado por meio do Memorando Eletrônico N° 118/2016 - PROGRAD;
3. Apreciação e parecer sobre alteração do número de vagas para ingresso nos cursos de Letras Libras e Letras Inglês, conforme Memorando Eletrônico N° 120/2016 – PROGRAD;
4. Apreciação e parecer sobre criação do curso de Letras Português no Câmpus Caraúbas, conforme Memorando Eletrônico N° 119/2016 – PROGRAD;
5. Apreciação e deliberação sobre a criação de duas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, conforme Memorando Eletrônico N° 59/2016 - PROPPG;
6. Outras ocorrências.

Data: 18 de abril de 2016 (segunda-feira)

Horário: 08h30min

Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores

Mossoró-RN, 13 de abril de 2016.

Francisco Praxedes de Aquino
Presidente em exercício



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
3ª Reunião Ordinária de 2016

1º PONTO

Apreciação e parecer sobre a criação do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, conforme Processo 23091.003171/2016-42.



Serviço Público Federal

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS</p>	
--	---	--

PROCESSO 23091.003171/2016-42

Cadastrado em 30/03/2016



Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s): FERNANDO PORFIRIO SOARES DE OLIVEIRA
E-mail: fernandoporfiri@ufersa.edu.br
Identificador: 1731288

Tipo do Processo: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Assunto do Processo: 141.1 - CONCEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU: PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS

Assunto Detalhado: PROJETO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA

Unidade de Origem: DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (11.01.02.01.03)

Criado Por: JUSENILDO FERREIRA DA SILVA

Observação: -

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
30/03/2016	ASSESSORIA TÉCNICA DA PROPLAN (11.01.01.06)		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RURAL DO SEMI-ÁRIDO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO PÚBLICA**

BRASIL/2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RURAL DO SEMI-ÁRIDO



PROJETO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA

Equipe de elaboração:

Prof. Dr. Ângelo Magalhães Silva – UFERSA
Prof. Dr. Eric Amaral Ferreira - UFERSA
Prof. Dr. Fernando P. S. de Oliveira – UFERSA
Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha – UFERSA
Profª. Dra. Ludimilla C. S. F. Oliveira -UFERSA

BRASIL/2016



IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

Nome do Curso: Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão Pública (Áreas: Gestão Pública, Gestão Municipal, Gestão da Saúde e Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão pública em infraestrutura e logística)

Grande área do Conhecimento: Administração Pública e Ciência Política

Área do Conhecimento: Gestão Pública

Local de Realização: DACS/UFERSA/MOSSORÓ

Departamento Responsável: DACS

Duração: 18 meses, com data de início em aberto (Curso de natureza esporádica).

Carga horária: 480h de disciplinas, sendo 180h do Núcleo básico e 210h da Área de concentração e 90h complementar.

Modalidades: Presencial e EaD.

Número de turmas: 1 turma

Número de vagas: 50

Clientela-alvo: Portadores de diploma de curso superior que tenha pretensão em atuar na área Pública, Servidores Públicos, Assessores, dirigentes de ONG e egressos das graduações em Ciências Sociais e áreas afins.

Maturidade do curso: novo.

Estrutura curricular: Modulada (Núcleo Básico e Áreas de Concentração das Especialidades)



1. JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma “nova gestão” de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRUCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste, a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil,



essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1: Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Total	Cadastro imobiliário		Municípios		Cadastro para cobrança do ISS		
		Total	Informatizado	Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores	Total	Informatizado	
Brasil	5 564	5 203	4 623	5 196	4 018	3 120	4 661	3 780
Até 5.000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5.001 a 10.000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10.001 a 20.000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20.001 a 50.000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50.001 a 100.000	311	308	296	308	278	240	300	279
De 100.001 a 500.000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500.000	36	36	36	36	36	34	36	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2: Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006.

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100,0	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3	43,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006 IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão municipal. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.



2. HISTÓRICO

2.1 Histórico da UFERSA

A Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA surgiu da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, através do Decreto No 03/67, de 18 de abril de 1967.

A ESAM teve em sua fase inicial, como entidade mantenedora, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. Em 21 de outubro de 1969, através do Decreto–Lei No 1.036, foi incorporada à Rede Federal de Ensino Superior, como autarquia em regime especial, com limite territorial de atuação, circunscrito ao município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, regendo-se pela legislação vigente e por seu Regimento Geral.

Em 13 de julho de 2005, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei que transformou a antiga ESAM em Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, e em 29 de julho de 2005, o Presidente da República sancionou a Lei Nº 11.155 de 29 de julho de 2005, publicada no diário oficial da união no dia 01 de agosto de 2005, na seção 1, nº 146, criando a Universidade Federal Rural do Semiárido.

A UFERSA oferece hoje os cursos de graduação em Administração, Agronomia, Biotecnologia, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Educação, Ecologia, Engenharia de Pesca, Medicina Veterinária, Zootecnia e Bacharelado em Ciência e Tecnologia, esta com áreas de opção para Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Energia, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica e Engenharia Química.

Os cursos de Pós-graduação são oferecidos nos programas de Mestrado em Ciências do Solo, Fitotecnia, Ciências Animais, Ciências da Computação e Irrigação e Drenagem e de Doutorado em Fitotecnia. Nesses quarenta e 42 de existência, a ESAM/UFERSA consolidou-se pela geração de conhecimentos científicos e tecnológicos voltados para a solução dos problemas do Semiárido, mas, acima de tudo, pela qualidade do ensino na formação de seus alunos. Fonte:(PDI-UFERSA, 2009-2013) ainda em vigor.

2.2 Experiências da UFERSA no curso de Administração

O Curso de Administração da UFERSA foi criado pela Resolução nº 002 2006 de 09 de março de 2006, tendo ingressado a primeira turma de alunos no segundo semestre de 2006. A cada semestre, 50 novos alunos ingressam no período noturno através de processo seletivo vigente, caracterizando, portanto, como regime acadêmico, o de créditos.

O Curso de Administração, conforme a classificação do Ministério da Educação integra as Ciências Sociais Aplicadas. A graduação de Administração da UFERSA conta com o Conselho de Curso regido pela Resolução CONSEPE/UFERSA Nº 008/2010, de 21 de outubro de 2010 e o Núcleo Docente Estruturante orientado pela Resolução CONSEPE/UFERSA Nº 009 2010, de 21 de outubro de 2010.

Para consubstanciar a reconstrução do PPC, a partir de janeiro de 2013, os docentes realizaram pesquisas sobre os egressos e os trabalhos de conclusão de curso para verificar o caminho percorrido pelos formados. Foi observado que os trabalhos de conclusão de curso e estágios supervisionados dos discentes contemplam todas as áreas da Administração, especialmente as de marketing, gestão de pessoas e produção. As suas pesquisas são desenvolvidas, em sua maioria, nas empresas privadas, principalmente as



do setor terciário, tendo em vista as possibilidades de pesquisa existentes neste setor para a região do semiárido potiguar. Os egressos do curso de Administração da Ufersa, que totalizam 152 até 2013.2 (março de 2014), encontram oportunidades em organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos, concentrando-se nas públicas, seguidas das privadas (como empregado ou proprietário) e nas sem fins lucrativos.

Para atender às demandas do curso de Administração da Ufersa, o quadro de docentes é composto por mestres e doutores. Dentre os dezessete professores específicos da área de Administração, sete doutores, cinco doutorandos, quatro mestres e um professor a ser selecionado. As informações apresentadas estão embasadas na situação de agosto de 2014.

Ademais, como bem sinalizam Lousada e Martins (2005), a forte relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e a sociedade é indiscutível. Em vistas disso, as IES, preocupadas com a sociedade na qual estão inseridas, devem direcionar suas ações de forma a servir e influenciar a sociedade. Em suas palavras:

As universidades são depositárias das esperanças sociais de grande parte da população, que espera e cobra resultados, benefícios sociais e culturais efetivos das IES. Tais instituições, para darem cumprimento a essa tarefa, necessitam ter uma consistência clara de suas potencialidades e limites, bem como contar com mecanismos capazes de indicar, com clareza, as diretrizes e metas futuras. (LOUSADA; MARTINS, 2005, p. 75).

Mais especificamente, no âmbito da administração, devido a sua natureza dinâmica, a sociedade está em constante processo de aperfeiçoamento, a fim de promover a melhoria contínua das organizações e a competição de mercado. Isso, por sua vez, impele as ciências administrativas a se estruturarem, no âmbito teórico e empírico (DOLIVEIRA; STEFFANO; SYRITIUK, 2005).

Essa necessidade de estruturação requer também que os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Administração estejam sintonizados com as demandas dessa sociedade, no sentido de direcionar a formação acadêmica à realidade vivenciada, para atender às exigências e manter-se sintonizados com as transformações ocorridas na sociedade e nas organizações. Com isso em mente, Doliveira, Steffano e Syritiuk (2005) defendem que essas demandas podem ser alcançadas pelos cursos de Administração com a identificação e desenvolvimento de competências específicas.

A identificação e desenvolvimento de competências específicas é o que Michelin et al. (2009) denominam de descrição e definição do egresso. Segundo os autores, a descrição e definição do egresso devem ser estruturadas de forma a contemplar a formação de cidadãos com competências requeridas pela sociedade; e ainda devem servir de fundamento para o planejamento do curso, bem como de toda sua estrutura curricular. Para tanto, a descrição e definição do egresso devem ser o resultado de uma análise criteriosa dos fatores mutantes provenientes das relações sociais e produtivas, tais como os fatores histórico-culturais, socioeconômicos, tecnológicos e políticos inerentes ao contexto local e regional, mas sem deixar de levar em consideração o contexto nacional e global. (UFERSA, PPC-ADM, 2015.1, p.17).



3. OBJETIVOS DO PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA DA UFRSA

O curso tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais públicas. Especificamente, pretende:

- a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) sistemas públicos e terceiro setor;
- b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e especialmente municipal;
- d) Contribuir para que o gestor público desenvolva visão da gestão estratégica dos resultados dos “negócios públicos”, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo em suas subunidades.



4. PÚBLICO-ALVO

Os cursos destinam-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor e/ou que tenham aspirações ao exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- a) Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado), segundo (mercado) e terceiro setor (sociedade civil organizada) nas áreas: gestão, políticas públicas, estratégia, planejamento, operações, finanças públicas, recursos humanos, desenvolvimento, empreendedorismo público e outras;
- b) Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções duradouras para situações organizacionais/empresariais complexas;
- c) Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial pública de sucesso.

Os Cursos permitirão o crescimento profissional especializado e acadêmico do estudante por meio de:

- a) Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas sociais e de governo;
- b) Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento sistêmico da organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- c) Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e/ou virtuais, estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação de seminários;
- d) Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- e) Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* e o resultado organizacional;
- f) Ênfase na natureza global do ambiente atual e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- g) Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- h) Integração dos aspectos teóricos e práticos, através da elaboração projetos e gestão, bem como a análise de *cases*.

O desenvolvimento de uma sociedade de bem-estar, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização nas áreas da Gestão Pública se torna relevante, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica de forma integrada.

Essa habilidade é necessária em ambientes onde as mudanças ocorrem numa dinâmica veloz, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional



responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade empreendedora, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma visão da gestão estratégica dos “negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração Pública e da integração sistêmica destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético aliando a construção de uma sociedade de bem-estar.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação sociocultural, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.



5. CONCEPÇÃO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5.1 Aspectos fundamentais

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em “Estado mínimo”, inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estenderá até 2010, está recompondo o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO *et al.*, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da ENAP. Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrúcio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências

nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação e uso dos recursos públicos mensurando seu retorno sobre o investimento. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

Portanto, perante todos esses aspectos apresentados propõe-se a criação de um Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em gestão pública modulado sob cinco dimensões inicialmente. Essa configuração pode ser melhor visualizada na figura 1 abaixo.

O Programa terá a seguinte configuração (Figura 1):

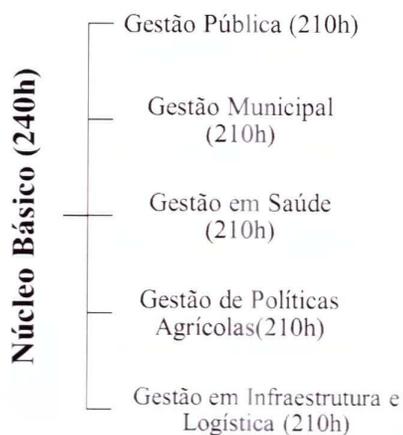


Figura 1: Componentes modulados da ação formativa no curso de especialização em Gestão Pública
Fonte: adaptada de Preti (1996).

As diretrizes dos Cursos de Especialização devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional especializada quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular dos Cursos de Especialização do Programa Nacional de Formação em Administração Pública é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades: é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).



Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste curso é construído na perspectiva de uma formação científica-profissional de qualidade e uma formação humanista universal que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos especializados para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos relacionados ao fazer.

5.2 Abordagens teórico-práticas

Para tanto, esta proposta traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- a) Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- b) Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- c) Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvo, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- d) Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- e) Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto avaliação.

Há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

5.2.1 Princípios epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional da gestão pública administração, são expressos através de duas dimensões:

- a) Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e
- b) Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos das áreas de concentração que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e instrumental nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do curso de Gestão Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos epistemológicos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando cinco áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral e/ou municipal, a gestão de organização de saúde pública, da política agrícola e da gestão da infraestrutura e logística.



5.2.2 Princípios Metodológicos

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- a) **Historicidade:** é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
- b) **Construção:** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos; e
- c) **Diversidade:** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa pública.

5.2.3 Princípios Dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática-profissional dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vívido pensado e o pensado vívido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes em sua realidade imediata, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática. Sendo assim, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional dos especialistas em Gestão Pública.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área da gestão pública presente no Programa Pós-Graduação *Lato sensu* em Gestão Pública e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional contextualizada, especialmente ao se tratar do semiárido e suas particularidades.



6. REDE DE INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Os Cursos de Especialização em Gestão Pública da UFRS serão desenvolvidos em parceria por Instituições Públicas como: Prefeitura Municipal de Mossoró – (PMM), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). A exemplo do que ocorre na proposta do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP no Campi UFRS, sempre procurando garantia de alinhamento nacional a formação balizada aos preceitos preconizados pelo Fórum Nacional do Ensino Público de Administração.

O Fórum tem o papel de integrar as políticas e as experiências de ensino, pesquisa e extensão, na área de administração pública no país, reunindo os Coordenadores de Cursos oferecidos pela IES, nos níveis da graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

7. Coordenação

A coordenação ocorrerá orientada pelos membros do colegiado do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, no qual elegerá os coordenadores, tanto do Programa quanto em suas áreas específicas de concentração: Gestão Pública, Gestão Pública municipal, Gestão da Saúde, Políticas Agrícolas e infraestrutura e logística. No qual esses coordenadores, mais 1 (um) representante discente e da Fundação Guimarães Duque (FGD) formam o conselho que tem o papel de orientar a decisões do colegiado do Programa.

As coordenações. Geral do programa e a pedagógica dos Cursos e suas respectivas áreas de concentração serão exercidas por professores do quadro permanente dos cursos, com título de mínimo de Mestre e experiência em ensino de especialização em Gestão Pública.

8. Carga Horária

A estrutura curricular dos cursos de especialização é composta por um conjunto de disciplinas, abrangendo as quatro áreas de concentração, e um TCC e ou artigo científico que revele domínio do tema escolhido, tratamento científico adequado e sua apreciação por uma banca examinadora. São as seguintes as áreas de concentração:

- a) Gestão Pública (390 horas);
- b) Gestão Municipal (390 horas);
- c) Gestão da Saúde (390 horas); e
- c) Gestão de Políticas Agrícolas (390 horas).
- d) Gestão pública em Infraestrutura e logística (390 horas)

Para integralização curricular, o estudante deverá cumprir 390 horas de carga horária referente aos créditos de uma das Áreas de Concentração e Básico, mais 90h dos créditos complementares sugeridos, além da elaboração de *artigo científico* enviado, aceito e/ou publicado em revista com corpo editorial ou trabalho completo publicado em anais de evento científico e/ou um TCC, que revele o domínio do tema escolhido e



tratamento científico adequado. Perfazendo 450 horas de carga horária total para o curso presencial e 480 horas para o curso oferecido na modalidade EaD.

Ressalta-se que as especializações podem comportar “Seminários Temáticos”, que destaquem, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante em sua *práxis*. É um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, juntamente com o professor orientador, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade imediata. Se forem realizadas, as atividades do “Seminário Temático” vão culminar em seminários abertos à sociedade local com o intuito de comunicação e difusão do conhecimento gerado pelo programa.

9. Período e Periodicidade

O Curso terá uma duração de 18 (dezoito) meses, incluindo cumprimento de créditos obrigatórios e complementares e elaboração do trabalho de conclusão de curso. Para o desenvolvimento dos conteúdos, serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos-pedagógicos:

- a) Aulas, oficinas e encontros presenciais;
- b) Livros e Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
- c) EaD que através do uso de ferramentas de EaD, sistema de apoio, monitoramento e acompanhamento (Moodle) no qual apresenta um Ambiente Virtual Ensino-Aprendizagem (AVEA) para interação da comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de conteúdo, mídias, fóruns, chats, entre outras ferramentas e instrumentos pedagógicos complementares ao ensino a distância;

A instituição, através do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais e Nead – Núcleo de Educação a Distância da UFERSA disponibilizará aos estudantes a infraestrutura técnica e didático-pedagógica, laboratório de computação e biblioteca, para as atividades em EaD, que dão suporte para os estudos durante o curso, numa eventual disponibilidade do curso na modalidade a distância.

A periodicidade dos cursos será sazonal e de acordo com as demandas sociais e capacidades e disponibilidade físicas, infraestrutura, tecnológica e humanas da UFERSA. No qual fica a critério do colegiado do curso a oferta de vaga para quaisquer umas das áreas de concentração e modalidades oferecidas (Presencial ou EaD). Demonstrando com isso a natureza esporádica e não continuada dos cursos de especialização, conforme as necessidades locais de formação para atuação profissional especializada. Com isso não gerando a confusão de conflito de interesse nas IFES, sobre a gratuidade ou não do curso *lato sensu*, com isso apaziguado pelo entendimento do parecer do MPF.



10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

O Curso, com 450 ou 480 horas terá dois módulos obrigatórios: um básico, que é núcleo comum e um específico, por área de concentração das especialidades. Além dos conteúdos complementares para produção do conhecimento incluídos no núcleo básico que distinguem as duas modalidades da oferta do curso.

10.1 Módulo Básico e Complementar

O módulo básico e complementar será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por sete disciplinas, de 30 horas, mais duas ou três disciplinas complementares de 30 horas perfazendo um total de 240 ou 270 horas:

Ord.	Disciplinas Básicas	C. H.
1	Estado, Governo e Mercado	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30
4	Políticas Públicas	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	30
6	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
-	SUB-TOTAL 1 DE HORAS/AULA	180
Ord.	Disciplina - Complementares	Carga Horária
1	Introdução a educação a distância - (caso modalidade EaD)	30
2	Metodologia Científica	30
3	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	30
-	SUB-TOTAL 2 DE HORAS/AULA	90
-	TOTAL DE HORAS/AULA PRESENCIAL	240
	TOTAL DE HORAS/AULA EAD	270

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante do programa de Gestão Pública uma tomada de consciência sobre a atual política do governo e suas formas de gerencialismo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela nova gestão pública em sua realidade imediata do *locus* de atuação do profissional.



10.1.1 Ementas e Referências do Módulo Básico

Disciplina 1 – Estado, Governo e Mercado

Objetivo

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

- Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZORSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997).
- Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).

Referências Básicas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. “Introdução”, p. 9-30.

HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. **Revista del CLAD**, N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital”, p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181-245.

Referências Complementares



- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.
- GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp. 67-117.
- SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, p. 366-393.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

Disciplina 2 – O Público e o Privado na Gestão Pública

Objetivo

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Ementa

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

- A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.
- O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo



empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.

- Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.
- As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.
- Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em:

<http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: **RAP**, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

Referências Complementares

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “Estado, poder e governo”, p. 53-133.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latino americano de Ciencias Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como



- requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.
- FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Interfac EHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf>
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital** – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Disciplina 3 – Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Objetivo

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI.

Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1; BRESSER-PEREIRA, 2001); Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4); Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

Referências Básicas

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p.59-108.



BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil: Um Século de transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.).

Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, nº3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. S. Paulo: Bom tempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, "Os mecanismos da centralização" p. 83-104.

Referências Complementares

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Disciplina 4 – Políticas Públicas

Ementas

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do "ciclo da política". Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de



comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Referências Básicas

- ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.
- COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.
- COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1996.
- DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.
- _____. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.
- DUNN, William N. **Public policy analysis: An introduction**. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.
- DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.
- ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.
- FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.
- LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n. 13, 1997, p. 79-112.
- MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados (USP)**, vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.
- MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.
- MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.
- MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.
- MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.



- NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Brasília: ENAP, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.
- PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.
- RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.
- SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.
- VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Referências Complementares

- CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional**. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.
- HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (Tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).
- ROTH, André-Noël. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.
- SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e Cap. 5 “Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.

Disciplina 5 – Planejamento Estratégico Governamental

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Referências Básicas

- ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**, 2004. (Mimeo).
- CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.
- ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.



FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.

_____. **Adeus senhor presidente: governantes governados**. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.

MINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

_____. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.

MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. São Paulo: Atlas, 1988.

Referências Complementares

MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

Disciplina 6 – Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Objetivo

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiem a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

Ementa

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento. Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, *accountability* e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e



organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet.

Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

- Introdução histórica;
- Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
- Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
- Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
- Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
- Os Censos Demográficos;
- As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
- Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
- Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
- Dados e Indicadores Econômicos;
- Principais boletins de conjuntura; e
- Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Referências Básicas

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais**: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

_____; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

Referências Complementares

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília, 2006.



- _____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.
- MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade**: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, n. 5, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde**. Brasília: RIPSAs, 2002.
- NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- ROCHA, S. **Pobreza**: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.
- SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos**: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.
- TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

Disciplina 1 - Complementar – Introdução a Educação a distância

Objetivo

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de Ensino-Aprendizagem AVEA, Ferramentas para navegação na internet.

Ementa:

Concepções e Legislação em EaD. Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem – AVEA. Ferramentas para navegação e busca na Internet. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação para os processo de educação a distância.

Referências básicas.

- LITTO, Fredric M. Litto e FORMIGA, M. **Educação a Distância -O Estado da Arte**, Ed. Prentice Hall, 2010.
- VALENTE, A. **Educação a Distância - Prática e Formação do Profissional Reflexivo**, Ed. Avercamp, 2011.
- MORRE, M. **Educação a Distância -Uma Visão Integrada**, 398 págs., Ed. Thomson Pioneira, 1998.
- Referências complementares
- BEHAR, Patricia A. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. 316 págs, Ed. Artmed.2009.
- SANTOS, R. **Educação a Distância na Web 2.0**, Ed. Novatec, Ano 2010,
- CYRINEU, J. **Gestão do conhecimento e-learning na prática**, Terra, Ed.Negócio, 320 p. 2008.



MATTAR, J. e MAIA, C. **ABC da EAD** –A educação a distância hoje, ed. Makron books, ano 2007

Disciplina 2 e 3 - Complementar – Metodologia Científica e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Objetivos

Ementa

O conhecimento científico. O conhecimento no campo da Administração. Abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. Métodos e técnicas de pesquisa. Estrutura do trabalho de conclusão final. Normatização. Discussão e análise dos projetos.

Referências Básicas:

- ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. In: HIRANO, Sedi. (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 131-146.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Mac Graw-Hill do Brasil, 1983.
- COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre, Bookman, 2003.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e teoria de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. Referências Complementares
- HIRANO, Sedi (Org.) **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. p. 9-105. LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999



10.2. Área de Concentração: Gestão Pública

O módulo específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Cultura e Mudança Organizacional	30
2	Comportamento Organizacional	30
3	Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30
4	Gestão Operacional	45
5	Gestão Logística	30
6	Plano Plurianual e Orçamento Público	45
-	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

10.2.1 Ementas e Referências de Gestão Pública

Disciplina 1 – Cultura e Mudança Organizacional

Objetivo

A finalidade desta disciplina é dotar os alunos, do Curso de Especialização em Gestão Pública, com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos da cultura e mudança organizacional, no contexto da implementação de uma governança que seja efetiva face à alternância dos projetos políticos de governos.

Ementa

A ideia de que a organização é em si mesma um fenômeno cultural, que varia de acordo com o estágio desenvolvimento do ambiente em que se insere, gerou a necessidade de considerar a cultura na implementação das mudanças organizacionais. Tais mudanças, originárias de fatores diversos e configurando-se em tipologias que variam em função das perspectivas de análise que são adotadas, exigem modelos de gestão centrados no entendimento de que as organizações criam suas realidades sociais. Nas organizações que constituem o aparelho do Estado, aspectos estratégicos da cultura brasileira e a dinâmica de mudanças, vivenciada no mundo contemporâneo, implicam desafios de administrar com efetividade o binômio: descontinuidades administrativas e os processos de institucionalização, vistas como sinalização do desenvolvimento cultural. A cada governo, projetos políticos, construção de governança, com respectivos projetos de mudanças, devem ser implementados considerando como críticas as resistências culturais das estruturas instaladas nos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional. Duas estratégias de mudanças têm sido definidas e experimentadas de forma mais intensa na administração pública, quais sejam o Desenvolvimento Organizacional – DO, continuamente reprojetoado e a Aprendizagem Organizacional – AO, como iniciativa mais recente. Para qualquer uma das estratégias, no entanto, configura-se como fundamental a comunicação interna e externa, na busca de alinhamento das mudanças e comprometimento dos atores participantes. Mudanças Organizacionais: fatos geradores,

tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes. Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas. Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.

Referência Básica

LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). **Mudança Organizacional: teoria e gestão**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

Referências Complementares

CLEGG, Stewart R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In:

Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 32, n. 5, nov/dez. 1992.

FREITAS, Maria E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991.

_____. Cultura organizacional: grandes temas em debate. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, jul/set. 1991.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.

_____. Estória, mitos heróis: cultural organizacional e relações de trabalho. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, out/dez. 1987.

HANDY, Charles. **Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional**. São Paulo, Vértice, 1987.

KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Marco Antônio G. **Como entender a cultura organizacional**. São Paulo: Nobel, 1988.

THÉVENET, Maurice. **Cultura de empresa, auditoria e mudança**. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.

TAVARES, Maria das Graças de Pinho. **Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança**. São Paulo. Qualitymark, 1991.

WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32(3), jul/ago. 1992, p. 74.

Disciplina 2 – Comportamento Organizacional

Objetivo

Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos de natureza comportamental no contexto do desenvolvimento de uma governança autossustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações.

Ementa

A visão sistêmica das organizações gerou uma abordagem mais integrada das organizações, internamente e com o meio-ambiente. Assim, o comportamento organizacional teve de evoluir do que foi denominado micro, com ênfase nas estruturas e processos entre e dentro de indivíduos, pequenos grupos e seus líderes, para incluir também uma perspectiva mais macro, com ênfase nas estruturas e processos, entre e dentro dos grandes subsistemas, organizações e seus ambientes. Para o serviço público, poder e cultura são tratados de forma a implementar culturas de “processo”, capazes de sustentar o desenvolvimento de redes federativas, dentre outras,



por meio de processos de institucionalização cada vez mais complexos. Para enfrentar esse desafio novos modelos de gestão devem ser discutidos, novos desenhos organizacionais devem ser experimentados em um contexto formalizado de estruturas organizacionais sedimentadas em uma lógica hierárquica vertical limitada à construção da ordem interna. Os conflitos que se instalam do embate permanente/situacional nessas reestruturações passaram a exigir negociações e tomadas de decisões participativas, de forma constante, em vários níveis de atuação. Finalmente, questões de poder, autoridade e liderança exigem tratamento técnico de forma aprofundada em cada uma das características do líder: traço pessoal, orientação de comportamento ou estilo de gestão.

- Abrangência do CO, micro, meso e macro comportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações.
- Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas.
- Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas.
- Conflito e negociação no desenvolvimento da governança.
- Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.

Referência Básica

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Referências Complementares

BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

DAFT, Richard L. **Organizações Teorias e Projetos**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Atlas. São Paulo, 1996.

NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. **Arquitetura Organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Disciplina 3 – Redes Publica de Cooperação em Ambientes Federativos

Objetivo

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. consórcios.

Referencias Básicas

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.



MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org.). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Disciplina 4 – Gestão Operacional

Objetivo

O que se pretende com esta disciplina, do Curso de Especialização em Gestão Pública, é dotar os participantes com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para elementos que viabilizam a execução do plano de ação, sejam eles caracterizados como contínuos ou situacionais no contexto das estruturas públicas e sociais de acompanhamento, avaliação e controle voltados para: (1) a conformidade das ações realizadas e (2) a aprendizagem relativamente ao Plano.

Ementa

Em complementação ao controle das ações executadas, pelos diversos agentes, que hoje são realizadas pelos órgãos do Estado, faz-se necessário preparar os gestores públicos para implementar estruturas e mecanismos que torne viável e efetivo o controle dessas ações também pela sociedade. Em função não só das exigências de controle para prestação de contas dos órgãos da administração públicas, como aquelas mencionadas anteriormente, mas também para gerar informações que permitam a definição das retroalimentações dos planos em vigência, o gestor deve se voltar para o gerenciamento da ação propriamente dita, seja de natureza contínua atribuída pelo arcabouço legal normativo – os processos, como também aquela de natureza situacional – os projetos. Gerenciar esse conjunto heterogêneo de ações implica exercer, com competência, gestões voltadas para o equilíbrio dinâmico da carga x capacidade que são consideradas as variáveis de importância e urgência das demandas do plano e as restrições operacionais das infraestruturas de recursos e meios, normalmente sujeitos ao rigor de arcabouço legal normativo dos sistemas estruturadores das áreas de apoio (meio). Nesse contexto também há a necessidade de ferramentas específicas para o gerenciamento da conformidade legal e normativa, das ações e seus produtos e resultados e para o gerenciamento de risco operacional inerente a fatores contingenciais que afetam sobremaneira as organizações públicas, a exemplo dos contingenciamentos orçamentários. Finalmente, consta que além dos órgãos de controle da estrutura do legislativo, configura-se como cada vez mais necessária, no próprio executivo, a realização de atividades do ciclo de gestão referentes ao acompanhamento, avaliação e controle da execução. Para que sejam viabilizadas corretivas imediatas e transparentes para sociedade, os sistemas de informação e comunicação – TICs têm se mostrado como imprescindíveis.

- Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública.
- A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução.
- Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos.
- Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos.
- Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções de TIC internamente e nas relações com agentes, intervenientes e sociedade em geral.

Referências Básicas



ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo: integrando a teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1980.

VALERIANO, Dalton L. **Gerência em projetos**. São Paulo: Makron Books, 1998.

Referências Complementares

MAXIMIANO Antonio César Amaru. **Administração de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria: agregando valor para a empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2002. Cap. 1, p. 15-38.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1993.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**. Bookman. Porto Alegre. 2000.

LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informações**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. Medição de desempenho. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Futura, 1998.

Disciplina 5 – Gestão Logística

Ementa

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Referências Básicas

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BÓWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.

DÍAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VIANA, João José. **Administração de Materiais: um enfoque**. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados: administração e organização**. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lei nº 101/2000, de Responsabilidade Fiscal (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.



- DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.
- ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina 6 – Plano Plurianual e Orçamento Público

Objetivo

Esta disciplina visa dotar os alunos do Curso de Especialização em Gestão pública com conhecimentos de natureza técnico-instrumental, no âmbito do funcionamento organizacional, com particular destaque para os instrumentos de gestão do Estado, no contexto não só do financiamento da capacidade governativa do plano, mas também da revisão das políticas de governo.

Ementa

Uma das tarefas mais importantes de um gerenciamento operacional alinhado às orientações políticas de governo é cuidar do financiamento do plano estratégico de ações, considerando um conjunto de instrumentos definidos em arcabouço legal normativo integrado. Um dos instrumentos é um plano operacional, derivado do plano estratégico, com abrangência para o mandato do gestor do executivo. O controle desse plano não deve somente retroalimentar o plano estratégico, mas também embasar a definição dos recursos orçamentários necessários ao âmbito público. O orçamento público, sua elaboração, aprovação e gestão, exigem conhecimentos bastante aprofundados do ciclo orçamentário e também a implementação de um sistema de informações que o integre às etapas financeira e contábil, do ciclo de gestão das receitas e despesas. Por estar sustentado em arcabouço legal formado pelas leis orçamentárias, esse instrumento está sujeito à gestão compartilhada de poderes distintos – Legislativo e Executivo – o que faz do orçamento um instrumento de sinalização concreta da capacidade governativa dos órgãos públicos. Por fim, convém destacar que o embate político mencionado anteriormente deve ser acompanhado, se necessário, por revisão das políticas públicas vigentes e ampla disseminação de informações aos demais atores, em particular, à sociedade, para que o controle a ser exercido por ela esteja sustentado em definições atualizadas das prioridades do governo.

- Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade.
- PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais.
- Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão.
- A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais.
- O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Referência Básica



GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, jun/dez, 2003.

SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais**: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001.

10.3. Área de Concentração: Gestão Pública Municipal

Ord.	Disciplina	Carga horária
1	Plano Diretor e Gestão Urbana	30
2	Gestão Tributária	30
3	Gestão de Redes Públicas e Cooperação	30
4	Gestão Democrática e Participativa	30
5	Gestão Logística	30
6	Elaboração e Avaliação de Projetos	30
7	Processos Administrativos	30
-	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

10.2.1 Ementas e Bibliografia de Gestão Pública Municipal

Disciplina 1 – Plano Diretor e Gestão Urbana

Ementa

Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e Revisão do Plano Diretor.



Referências

- CYMBALISTA, Renato, SANTORO, Paula et al. **Planejamento territorial e plano diretor participativo, 2005**: Caixa: Polis/Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=203>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: <<http://www.estatutodacidade.org.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- GONDIM, Linda (Org.). **Plano diretor e o município**: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.
- MARICATO, Ermínia. “Sociedades Desiguais, cidades desiguais”. In: **BRASIL, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Os vereadores no processo de elaboração dos planos diretores participativos**. Cartilha. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2009.
- _____. **Kit da campanha Plano Diretor Participativo, cidade de Todos**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-da-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>>. Acesso em: 2 fev. 2009.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Abraço da Paz**. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- PINHEIRO, Otilie Macedo. **Estatuto da cidade, o jogo tem novas regras**. Cartilha. Belo Horizonte: CREA-MG, 2002. Disponível em: <<http://www.crea-mg.org.br/interna.aspx?id=4040&expand=0>>. Acesso em: 2 fev. 2009.
- PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). **Acesso à terra urbanizada**: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008.
- PORTELA Eulalia Andréa Mendes et al. Planos diretores urbanos: limites dos instrumentos e desafios para a gestão urbana. In: **Anais do Seminário Internacional – Gestão da terra urbana e habitações de interesse social**. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD-ROM).
- RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. In: **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.
- ROLNIK, Raquel et al. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=160>. Acesso em: 2 fev. 2009.
- ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA Renato; NAKANO, Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo: Pólis. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie (Orgs). **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-da-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>>. Acesso em: 2 fev. 2009.



SOUZA, Marcelo Lopes de. In: **A prisão e a agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. Marcelo Lopes de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

Disciplina 2 – Gestão Tributária

Ementa

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FLSURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

Referências Básicas

BULGARELLI, W. **Sociedades comerciais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. **Mini Reforma Tributária**: reflexões sobre a Lei nº 10.637/2002. São Paulo: Mandamentos, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2000.

FABRETTI, L. C. Prática tributária da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003.

HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal**: sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Receitas Não Tributárias**: taxas e preços públicos. São Paulo: Malheiros, 2003.

PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.

TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). **Leis Complementares em Matéria Tributária**. São Paulo: Manole, 2003.

Disciplina 3 – Redes Públicas de Cooperação Local

Ementa

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

Referências Básicas



- BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.). **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. **Fundação Friedrich Ebert Stiftung**. Policy Paper, n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.
- MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. Califórnia, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.
- TEIXEIRA, Francisco (Org). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Disciplina 4 – Gestão Democrática e Participativa

Ementa

Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

Referências Básicas

- ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: **Dados**, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro, 2007.
- _____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, Campinas jun. 2008.
- AVRITZER, Leonardo. **Reforma Política e Participação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: **Ciências Hoje**. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.
- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 2001, vol. 15, n. 4. Cartilha do Orçamento – ENAP.
- DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, Curitiba jun. 2008.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 69, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348.

MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e 'Hobbesianismo Municipal': efeitos perversos da descentralização? In: **São Paulo em Perspectiva**, 10 (3), 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Porto Alegre: Afrontamento, 2003.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n. 2, São Paulo, april/june, 2004.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, dez 2001, vol. 15, n. 4, p. 84-97.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? In: **Opinião Pública**, vol. 14, n. 1, Campinas, jun. 2008.

Referências Complementares

BRASIL. Lei nº 4.320/1964. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4320.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Complementar nº 101/2000. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei nº 10.180/2001. Disponível em: <<http://www.marco.artigo19.org/node/55>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei nº 10.933, de 11 de Agosto de 2004. Lei do PPA municipal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.970, de 25 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_02.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Orçamentária Anual do município. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_03.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Orgânica do Município: dispositivos sobre tributação e orçamento. Disponível em: <www.rebidia.org.br/noticial.html>. Acesso em: 26 jun. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. In: **Bahia Análise e Dados**. Salvador, vol. 12, n. 4, p. 9-24, março, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental**. Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776].



ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), 2004, p. 17-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2009.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Conselhos Municipais. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais*. Disponível em: <www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

SILVA, M. Z.; TOSI, A.; TATAGIBA, L. OLIVEIRA, B. P. C. Perfil dos Conselheiros da Prefeitura Municipal de Vitória (1984-2003). In: SILVA, Marta Z.; BRITO, Jr., Bajonas T. (Org.). **Participação Social na Gestão Pública**: olhares sobre as experiências de Vitória-ES. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 99.

Disciplina 5 – Gestão Logística

Ementa

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Referências Básicas

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. **Logística Empresarial**: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. *O Marketing da Logística*. São Paulo: Futura, 1999.

DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. *Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

VIANA, João José. **Administração de Materiais**: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados**: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lei nº 101/2000**, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.



VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina 6 – Elaboração e Avaliação de Projetos

Ementa

Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.

Referências Básicas

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

BROSE, Markus. **Introdução à moderação e ao método ZOPP**. Recife: GTZ, 1993.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DROR, Yehezkel. **A Capacidade para governar**: informe ao Clube de Roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: FUNDAP, 1999.

GTZ. **Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos**: método ZOPP. Recife: GTZ/SUDENE/IICA, 1993.

HUERTAS, Franco. **O método PES**: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**: Governantes e Governados. São Paulo: FUNDAP, 1996.

_____. **Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi**. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo, FUNDAP, 1996.

MELNICK, Julio. **Manual de projetos de desenvolvimento econômico** (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

Disciplina 7 – Processos Administrativos

Ementa

Abordagens conceituais sobre processos: organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

Bibliografia Básica

MINTZBERG, H. **Criando Organizações Eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Atlas, 1995.

ROBBINS, S. P. **O Processo Administrativo**: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1981;

Bibliografia Complementar

HARVARD B. R. **Processo decisório**: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006;

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008;

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.



NADLER, D. **Arquitetura organizacional**: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

ROBBINS, S. P. **Administração**: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005;

RUMMLER, G. A. BRACHE, A. P. **Melhores desempenhos das organizações**: uma abordagem prática para transformar organizações através da reengenharia. São Paulo: Makron Books, 1994.

10.3. Área de Concentração: Gestão em Saúde

O módulo específico é composto por duas disciplinas de 60 horas e três disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord	Disciplina	Carga Horária
1	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30
2	Gestão da Vigilância à Saúde	30
3	Organização e Funcionamento do SUS	60
4	Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60
5	Gestão Logística em Saúde	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210

10.3.1 Ementas e Referências do Curso de Especialização de Gestão em Saúde

Disciplina 1 – Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS

Objetivo

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para situar o sistema de saúde em seu contexto socioeconômico, cultural e político e na sequência histórica das políticas de saúde no Brasil. Conhecer os fundamentos político-ideológicos e técnicos do SUS, e também suas características como um novo pacto social, um novo modelo de gestão e um novo arranjo técnico-assistencial.

Ementa

Políticas Públicas Sociais no Brasil e o papel da saúde. Antecedentes do SUS e a luta pela reforma sanitária brasileira. Bases legais, político-institucionais e técnico-assistenciais do SUS. Descentralização, federalismo e relações intergovernamentais. Participação e controle social. Financiamento e distribuição de recursos. Integralidade e Intersetorialidade. Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências. Avanços e desafios do SUS.

Referências Básicas

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS). **Sistema Único de Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <<http://www.conass.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

GIOVANELLA, L. et al. **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Editora Fiocruz, 2008.

Referências Complementares



BRASIL. Conselho Nacional de Secretários (CONASS). **O Financiamento da Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em <<http://www.conass.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei%208080.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. **Lei nº 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde: direito de todos: 2008 – 2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 106p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BREILH J, GANDRA E. **Investigação da Saúde na Sociedade**. Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

CAMPOS, G. W. S. Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites. In: **Revista do Serviço Público** (Brasília), volume. especial, p. 123-132, 2007.

CAMPOS, GWS et al. **Tratado de Saúde Coletiva** (Parte IV, Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/FIOCRUZ, 2006.

PAIM, J. S. Descentralização das ações e serviços de saúde no Brasil e a renovação da proposta “Saúde para Todos”. In: **Conferência Regional Tendências futuras e renovação da meta saúde para todos**. Rio de Janeiro: UERJ. 1998. Série de Estudos em Saúde Coletiva, n. 175.

PAIM, J. S. **Saúde, política e reforma sanitária**. CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.

ROUQUAYROL, M. Z; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde**. 6. ed. Porto Alegre: MEDSI. 2006.

Disciplina 2 – Gestão da Vigilância à Saúde

Objetivo

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias à gestão das vigilâncias do campo da saúde para contribuir para maior efetividade de suas práticas. Assim, se espera que ao final, o aluno seja capaz de compreender as especificidades das vigilâncias e suas implicações para a Gestão em Saúde e de intervir, contribuindo para implementar projetos de mudança para aprimoramento dessas práticas. E, especificamente:

- Definir e discriminar (distinguir) as vigilâncias do campo da saúde;
- Compreender a historicidade das vigilâncias do campo da saúde, correlacionando recentes políticas de saúde e fatos sanitários com a organização das vigilâncias;
- Identificar a relação entre as vigilâncias e a Promoção da Saúde;
- Caracterizar a organização das vigilâncias, no nível nacional, e compreender a necessidade de ação cooperativa para redução das externalidades negativas do seu âmbito;
- Dominar os conceitos comuns a todas as vigilâncias (risco e território) e as formas de operacionalização desses conceitos;
- Compreender o processo de trabalho das vigilâncias (meios, instrumentos, agentes) e elencar os seus requerimentos; e
- Dominar alguns processos da gestão das vigilâncias (financiamento, planejamento e programação das ações) após o Pacto 2006 e seus desdobramentos, e desvendar fontes para outros aportes.



- Mobilizar recursos para estruturar e aperfeiçoar o funcionamento dos componentes das vigilâncias nas três esferas de governo.

Ementa

As vigilâncias, suas definições, seus processos de construção no campo da saúde e suas configurações institucionais nas três esferas de governo. Os principais conceitos unificadores do campo das vigilâncias (risco e território). O processo de trabalho nas Vigilâncias: as atividades e as finalidades desse processo de trabalho; os objetos e os sujeitos do trabalho; os meios de trabalho (aqui entra a relação dos sistemas de informação utilizados pelas vigilâncias). A articulação das vigilâncias com a Promoção da Saúde e com o Cuidado (às pessoas). As vigilâncias e seus sistemas nacionais no contexto do SUS: aspectos relacionados à política e gestão.

Referências Básicas

DE SETA, Marismary Horsth; PEPE, Vera Lúcia Edais; OLIVEIRA, Gisele O'Dwyer de. (Org.). **Gestão e Vigilância Sanitária**: modos atuais do pensar e fazer. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MEDRONHO, Roberto A. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2006.

Referências Complementares

BREILH, J. **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **A vigilância da saúde para a promoção da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 141-159, 2003.

FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo Firpo. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MIRANDA, A. C.; BARCELLOS C, MOREIRA J. C.; MONKEN M. (Orgs.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma ecologia política dos riscos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 163, 2007.

ROZENFELD, Suely (Org.) **Fundamentos da vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2000.

Disciplina 3 – Organização e Funcionamento do SUS

Objetivo

O objetivo consiste em proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para compreender o processo de gestão em saúde e particularmente em serviços de saúde, tomando por referência o arcabouço, as diretrizes de organização e o funcionamento do SUS. Considera o contexto da administração pública e os principais modelos jurídico-institucionais aplicáveis a serviços e sistemas de saúde. Localiza as características e desafios para a gestão das organizações de saúde, tomando-as como de natureza particular e fundadas na qualificação profissional. Desenvolve capacidades para a abordagem gerencial por problemas, valorizando os desafios assistenciais e administrativos dos serviços de saúde. Destaca abordagem da qualidade para a gestão da clínica e do cuidado assistencial.

Ementa

Princípios da gestão em saúde. Administração pública em saúde e modelos aplicáveis a serviços de saúde. Características das organizações de saúde. Modelos gerenciais em saúde. Planejamento de serviços de saúde. Contratos de gestão em saúde. Desenvolvimento de atitudes gerenciais voltadas para a liderança, a negociação, a resolução de conflitos e a comunicação.

Referências Básicas



e identificação de causas, elaboração de estratégias de intervenção, tradução de estratégias de intervenção em planos de ação.

Referencias Básicas

BARRENECHEA, J. J.; TRUJILLO URBE, E. **Salud para todos en el año 2000:** implicaciones para la planificación y administración de los sistemas de salud. Medellín: Organización Panamericana de la Salud, 1987.

TESTA, M. **Pensamento estratégico e lógica da programação.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

Referências Complementares

CHORNY, A. H. **Planificación en salud:** viejas ideas en nuevos ropajes. Cuadernos Medico Sociales, vol. 73, p. 23-44, 1993.

_____. **Gerencia estratégica de servicios de salud.** Rosario: Instituto de la Salud Juan Lazarte, 1996.

GIOVANELLA, L. Planejamento estratégico em saúde: uma discussão da abordagem de Mário Testa. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, p. 129-153, jun. 1990.

HARTZ, Z.; CONTANDRIOPOULOS, A. P. Integralidade da atenção e integração dos serviços de saúde: desafios para avaliar a implantação de um sistema sem muros. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, p. S331-S336, 2004. Suplemento 2.

RICO, A.; SALTMAN, R.; BOERMA, W. **Primary health care in the driver's seat:** organizational reform in European primary care. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Disciplina 5 – Gestão Logística em Saúde

Objetivo

Dotar os alunos de conhecimentos necessários para a adoção de estratégias e instrumentos para o abastecimento de estabelecimentos de saúde do Sistema Público. Objetivamente, apresenta a racionalização na utilização de materiais/insumos médicos e medicamentos, através da construção do planejamento para o abastecimento; a gestão e acompanhamento/controlar das informações para a tomada de decisão rápida, precisa e eficaz; a logística dos materiais/insumos médicos e medicamentos existentes na relação das empresas fornecedoras com os estabelecimentos de saúde e destes com o cliente/usuário (sistema produtivo) dos materiais/insumos médicos e medicamentos; e a discussão do uso racional destes produtos com relação à segurança dos usuários. Proporcionar saberes e informações sobre as técnicas do gerenciamento e da manutenção de prédios, instalações e equipamentos dos estabelecimentos de saúde do Sistema Público. Sob este aspecto as práticas de Gestão de Ambientes de Saúde têm sido deficitárias, entre outras razões, por nem sempre estarem articuladas ao planejamento, projeto e execução desses estabelecimentos. A preocupação maior é concentrada na execução de obras e na aquisição de equipamentos, sendo que a manutenção, até por uma questão cultural, é negligenciada, ocorrendo uma descontinuidade no atendimento e uma baixa qualidade na prestação de serviços. Em função da desarticulação mencionada entre a especificação, o projeto, a aquisição (construção), a implementação, o uso, propriamente dito, e a manutenção de prédios, instalações e equipamentos médico-hospitalares, propomos o desenvolvimento de uma abordagem educacional que privilegie a transmissão de informação capaz de agregar esses conhecimentos para tomada de decisões. Além disso, a partir da construção do modelo de intervenção para gestão de seu ambiente, cada estabelecimento de saúde específico terá a capacidade de reproduzir e adaptar o referido modelo às outras unidades de saúde do Sistema Público, que terão a coerência de sua categorização e sua realidade local.

Ementa



Cadeia de Suprimentos. Conceito. Aspectos Operacionais da Cadeia de Suprimentos. Seleção de materiais/insumos. Aquisição. Sistemática de compra e seleção de fornecedores em estabelecimentos de saúde do Sistema Público. Armazenagem: localização. Manuseio e Acondicionamento de produtos. Distribuição: tipos de redes de suprimentos (responsabilização e envolvimento do cliente/usuário). Uso Racional dos produtos. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Níveis de Serviço. Definição de “O Ambiente Hospitalar”. Sistemas Funcionais Prediais Presentes. Definição dos Parques de Equipamentos. Categorização das Unidades de Saúde. Ações de Gerenciamento.

Referências Básicas

CALIL, S. J. TEIXEIRA, M. S. **Gerenciamento de Manutenção de Equipamentos Hospitalares**. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 1998.

BARBIERI, José Carlos; MACHLINE, Claude. **Logística Hospitalar**. São Paulo. Saraiva, 2006.

DAF/SCTIE/MS – Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Ministério da Saúde. **Assistência farmacêutica na atenção básica**: instruções técnicas para sua organização/Ministério da Saúde, Secretaria. Brasília, DF, Ministério da Saúde/Brasil. 2006.

DAF/SCTIE/MS – Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/ Ministério da Saúde. **Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS**: orientações básicas. Brasília, DF, Ministério da Saúde. 2006.

KARMAN, J. et al. **Manutenção Hospitalar Preditiva**. São Paulo: Ed. Pini Ltda, 1994.

NETO, Gonzalo Vecina; FILHO, Wilson Reinhart. **Gestão de Recursos Materiais e de Medicamentos**, vol. 12. Série Saúde & Cidadania. São Paulo. Editora Fundação Petrópolis Ltda, 1998.

Referências Complementares

AZEVEDO NETO, Francisco de Paula Bueno. **Desenvolvimento de Tecnologia de Gestão para Ambientes Hospitalares**: o caso do Instituto Fernandes Figueira – Fiocruz. (Dissertação de Mestrado em Ciência e Tecnologia em Saúde) Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. FIOCRUZ, 2004. Disponível em: <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/azevedonfbpm.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

BERMUDEZ, J. A. Z.; OLIVEIRA, M. A. et al. **O Acordo TRIPS da OMC e os desafios para a Saúde Pública**. Acesso a Medicamentos: Derecho Fundamental, Papel del Estado. J. A. Z. Bermudez, M. A. Oliveira and A. Esher. Rio de Janeiro, ENSP OMS; 69-90. 2004.

BRASIL/CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica no SUS**. Brasília. 2007.

CONSÓRCIO BRASILEIRO DE ACREDITAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE. **Manual de padrões de acreditação hospitalar**. Rio de Janeiro, UERJ; O consórcio, 2000. 236 p.

CUNHA, Fernando Lopes de Souza da. A aplicação da aliança logística: estudo de caso em hospitais da Universidade Federal do Ceará. **Revista Ciência e Administração**, vol. 9, n. 2, p. 132-151, dez. 2003. Fortaleza, 2003.

CARVALHO, Francisco Edinaldo Lira de; PIGNOLATI, Gisele Medeiros; CAMPOS, Antônio Jorge Cunha. A Aplicação das metodologias ABC e XYZ na gestão logística de sistemas de saúde. **Revista Gestão da Produção**: uma visão sobre as organizações da Amazônia, p. 137-151. Manaus: ABREPO, 2006.

INFANTE, Maria; SANTOS, Maria Angélica Borges dos. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística

49
Jm

para a área de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, julho-agosto, v. 12, n. 4, p. 945-954. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007..
MARIN, N., V. L. Luiza, et al. (Eds.) **Assistência Farmacêutica para Gerentes Municipais**. Rio de Janeiro, OPAS/OMS. 2003.

SANTOS, Machado dos, S. C. "ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: um componente essencial da atenção à saúde." **Cadernos CONASS n. 7**. 2001.

SEAP – **Manual de Obras Públicas/Edificações/Manutenção**. Brasília, 1997.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura. **Manual para elaboração de projetos de edifícios de saúde na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1996. 120p.

10.4. Área de Concentração: Gestão de Políticas Agrícolas

O módulo específico é composto por duas disciplinas de 45 horas e quatro disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord	Disciplina	Carga Horária
1	Contextualização da Economia Rural	30
2	Instituições e ambiente institucional agrícola no Brasil	45
3	Agricultura brasileira e políticas agrícolas	30
4	Gestão de Projetos e Avaliação de Projetos	45
5	Gestão Estratégica	30
6	Governança Institucional	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210

10.4.1 Ementas e Referências em Gestão de Políticas Agrícolas

Disciplina 1 – Contextualização da Economia Rural

Objetivo

A disciplina busca dotar o educando da compreensão das realidades agrárias analisando a diversificação da economia rural no contexto das políticas de investimento e direcionadas para o desenvolvimento regional-local

Ementa

Contextualização da Economia Rural no contexto brasileiro e caso Nordeste; Orientação para o Desenvolvimento Rural; Agentes e as organizações intervenientes; Diversificação como objetivo das Políticas Públicas; Perspectivas de futuro No contexto da estratégia "Brasil 2020", situação específica de Nordeste

Bibliografia

BARROS, Vítor Coelho (2004), Desenvolvimento Rural, intervenção pública, 1996-2002. Editora Terramar. ISBN: 9789727103614;
FIGUEIREDO, Elisabete (coord.), (2011), O rural plural: olha presente, imaginar o futuro. Castro Verde. ISBN: 9789898448064;
COVAS, António. Ruralidades(2009), Universidade de Aveiro 2007-2009. ISBN: 9789729341618.



JORDÃO, Maria Fernanda dos Santos, (2007), O setor rural como componente no processo de desenvolvimento dos países do sul. Lisboa: ISEG 2007.

Disciplina 2 – Gestão e Avaliação de Projetos

Objetivo

A disciplina aborda técnicas e conceitos de avaliação de projetos no setor privado e público, articulada às principais demandas e soluções para a avaliação de concessões e parcerias no contexto institucional brasileiro e sua gestão de projetos e programas de desenvolvimento rural, assim como as consequências e resultados destas ações junto à sociedade.

Ementa:

Desenvolvimento de projetos e organizações. Mecanismos de acompanhamento e gerenciamento de projetos. Implantação, previsão e simulações de projetos. Através dos seguintes tópicos: Introdução e Histórico; Benefícios dos gerenciamentos de projetos. O contexto da gestão de projetos: Fases e ciclo de vida dos projetos; gerenciamento de stakeholders; PMI – *Project Management Institute*. Os Processos da gestão de projetos: Conceitos de processos de gerenciamento de projetos; processos e ciclo de vida de projetos. Áreas do conhecimento: Gestão de Integração; Início de um projeto; Gestão do escopo; Gestão de prazos; Gestão de Custos; Gestão da Qualidade; Gestão de recursos humanos; Gestão da comunicação; Gestão do Risco. Estrutura para gerenciamentos de projetos e níveis de maturidade.

Bibliografia

- KEELING, Ralph. Gestão de Projetos: Uma Abordagem Geral – Saraiva, 2009.
- MAXIMIANO, Antônio César. Administração de projetos: transformando ideias em resultados, São Paulo: Atlas, 1997.
- VALERIANO, Dalton. Gerência em projetos: pesquisa, desenvolvimento e engenharia. São Paulo: Makron, 1998.
- PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI
<<http://brasil.pmi.org/brazil/PMBOKGuideAndStandards.aspx>> acessado em 06/03/2011.
- OPENPROJECT<<https://www.openproject.org/>> acessado em 06/03/2011.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Ronaldo. Avaliação de projetos sociais: Unicamp, 2002.
- RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- VIEIRA, Evaldo A. As políticas sociais e os direitos: avanços e retrocessos. In: As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil. Avanços e retrocessos. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 53. 1997.

Disciplina 3 – Instituições e ambiente institucional agrícola no Brasil

Objetivo

A disciplina aborda a implementação de políticas públicas de investimento governamental, através da análise e avaliação das ações de desenvolvimento rural implementadas em nível regional e local.

Ementa:

Contextualização da Economia Rural no contexto brasileiro e caso Nordeste: orientação para o desenvolvimento rural; agentes e as organizações intervenientes; diversificação com objetivos das políticas públicas; perspectivas de futuro no contexto da estratégia “Brasil 2020”, situação específica do Nordeste.

Disciplina 4 – Agricultura brasileira e políticas agrícolas



Objetivo Aborda a política de Agricultura no desenvolvimento econômico do país para o crescimento da agricultura e os seus impactos na economia brasileira. Análise da política agrícola brasileira em período recente: instrumentos de intervenção (política de agricultura familiar e agronegócio, política de crédito rural, compra direta, preços mínimos, programas de desenvolvimento, pesquisa e novos instrumentos).

Ementa: Padrões históricos de desenvolvimento rural; Políticas agrícolas; Políticas agrárias; Desenvolvimento rural sustentável; Metodologias de diagnóstico, planejamento e comunicação rural. **Aspectos teóricos e históricos das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil:** Aspectos conceituais de políticas públicas, de desenvolvimento rural e de rural e ruralidade; Aspectos conceituais de políticas de desenvolvimento rural no Brasil: formas de intervenção do Estado, evolução históricas, modelos e dinâmicas; Aspectos históricos do desenvolvimento territorial do Brasil e as desigualdades regionais do desenvolvimento; Perspectivas para o desenvolvimento rural no Brasil; e Evolução histórica e dimensões sociais, econômicas, políticas e ecológicas do desenvolvimento rural sustentável; Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil nos tempos atuais:

Repensando as políticas agrícolas e agrárias no Brasil: evolução recente, contextualização, gastos públicos e perspectivas; Nova dinâmica do espaço rural brasileiro e as políticas públicas de desenvolvimento rural; Insegurança alimentar mundial e as políticas de segurança alimentar no Brasil; Histórico e pressupostos filosóficos e metodológicos da Extensão Rural no Brasil; e Estratégias de desenvolvimento rural para a agricultura patronal e/ou agricultura familiar (cooperativismo, associativismo e políticas de apoio à comercialização); **Evolução e instrumentos das políticas agrícolas e agrárias no Brasil:** Evolução histórica dos principais instrumentos de política agrícola praticados pelo Estado brasileiro (crédito, Pronaf, seguro rural, preços mínimos, pesquisa agropecuária, comercialização, biotecnologia); Evolução e principais instrumentos de Reforma Agrária no Brasil nos dias atuais: assentamentos e crédito fundiário

Bibliografia

Estado e mercado

HENRY, J. F. The ideology of the laissez faire program, Journal of Economic Issues, Vol. XLII, No.1, 2008.

GRAY, J. False Dawn: the delusions of global capitalism, Ed. Granta, cap. 4, 1998.

GILPIN, R. Economia política das relações internacionais, cap. 12, 2002.

Fundamentos da política agrícola

DE JANVRY, A., Why do governments do what they do? The case of food price policy. -

COX, G., P. Lowe and M. Winter. The State and the Farmer: perspectives on agricultural policy, in Agriculture: people and policies, pg 1-19, 1986.

TIMMER, W. et al. Food Policy analysis, cap. 6, 1983.

Estado e agricultura

WISE, T. A. The Limited Promise of Agricultural Trade Liberalization, Working Group on Development and Environment in the Americas, discussion paper 19, 2008.

DAVIS, C. Food fights over free trade: how international institutions promote agricultural trade liberalization, ed. Princeton University Press, 2003.

Formas de intervenção do Estado na agricultura

FONSECA, R. B. A Reforma das Políticas Agrícolas dos Países Desenvolvidos, Tese de Doutorado, IE UNICAMP, 1994.

HILL, B.E. The common agricultural policy: past present and future, ed. Methuen, London, 1984.



HURT, D. Problems of plenty: the American farmer in the twentieth century, ed. Ivan R. Dee, Chicago/USA. Cap 3, 2002.

Reforma da PAC e o novo ambiente competitivo

JOSLING, T.E. & H.W.M. Agricultural Policy Reform: politics and process in the EC and USA, ed. Harvester Wheatsheaf, London/UK 1990.

LOWE, P et al. Setting the next agenda: British and French approaches to the second pillar of the Common Agricultural Policy Journal of Rural Studies vol 18(1) 17, 2002.

Política agrícola brasileira

LEITE, S. (org) Políticas públicas e agricultura no Brasil, Ed. UFRRJ, 2001.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931? 2001) Revista de Política Agrícola – MAPA, 2001.

Disciplina 5 – Gestão Estratégica

Objetivo

A disciplina promove a visão da gestão estratégica dos processos, através da análise e alinhamentos dos instrumentos administrativos, organizacionais na implementação de programas e projetos agrícolas familiares orientados por resultados.

Ementa:

Conceitos e evolução do processo de gestão estratégica. Análise do ambiente externo e interno. Teoria Baseada em Recursos e Capacidades, Missão e objetivos organizacionais. Perspectiva dos múltiplos *stakeholders*. Estratégias corporativas e ao nível de negócio. Estratégias de produção. Estrutura organizacional formal e informal. Controle estratégico. Sistemas de medição de desempenho organizacional.

Bibliografia

CERTO, S. C.; PETER, J. P.; MARCONDES, R.; CESAR, A. M. R. Administração estratégica: Planejamento e implantação da estratégia. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2010.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de Estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. Administração estratégica: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. Administração estratégica e vantagem competitiva. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2007.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração estratégica: Competitividade e globalização. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J. B.; GHOSHAL, S. O processo da estratégia: Conceitos, contextos e casos selecionados. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

PAIVA, E. L.; CARVALHO Jr., J. M.; FENSTERSEIFER, J. E. Estratégia de produção e de operações. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

Disciplina 6 – Governança Institucional

Objetivos:

A disciplina aborda técnicas e conceitos de governança aplicado aos setores privado e público, articulada às principais demandas e soluções para a avaliação de concessões e parcerias no contexto institucional brasileiro e sua gestão de projetos e programas de desenvolvimento.

Ementa: Princípios filosóficos da Governança. Governança Pública: visão sistêmica e Interdisciplinar. Governança pública e Democrática. Governança e governabilidade. Estado e Governo. Governança democrática e desenvolvimento. Visão holística da relação entre governança pública e desenvolvimento.



Bibliografia:

- CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, Geraldo. Reconsideração do conceito de Desenvolvimento. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MATIAS PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008
- FREITAS, C.A.S. A implementação do Governance Performance and Results Act na administração pública dos EUA. Revista do Serviço Público. RSP/ENAP. 50 (3), jul-set, 1999, pp.93-122
- Glaser, Mark A. & Denhardt, Robert B. Local government performance through the eyes of citizens. Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management. Fort Lauderdale, nº 1, vol.12, Spring 2000, pp. 1-10
- SILVA, Christian Luiz da (org). Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005
- SLOMSKI, Valmor et al. Governança corporativa e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008

10.5. Área de Concentração: Logística e infraestrutura

O módulo específico é composto por duas disciplinas de 45 horas e quatro disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord	Disciplina	Carga Horária
1	Logística empresarial	30
2	Transportes custos logísticos	30
3	Gestão patrimonial e da infraestrutura	30
4	Gestão de estoques e armazenagem	45
5	Análise de dados e otimização logística	45
6	Sistemas de informação e gestão por processos	30
–	TOTAL DE HORAS/AULA	210

10.5.1 Ementas e Referências em Logística e infraestrutura

Disciplina 1 – Logística empresarial

Objetivos:

Introduzir os conceitos logísticos para que se possa ter uma compreensão global do que representa logística e quais são as missões desta na empresa. Distinguir os conceitos da cadeia de suprimentos, logística e transportes.

Ementa:

A disciplina aborda essencialmente a logística empresarial, embora mantenha uma visão integrada com as demais áreas empresariais. A disciplina enfoca como eixo básico: a) a introdução de novos conceitos da logística empresarial como diferencial competitivo; b) os conceitos e as principais decisões envolvidas nas diferentes etapas do fluxo de



materiais bem como o sistema de informações que permite o controle destes fluxos; c) o relacionamento empresarial de redes de organizações, o Supply Chain Management, traduzidos pelas parcerias empresariais que permitem resultados ampliados aos participantes.

Bibliografia:

- BALLOU, R. H. (1993) Logística empresarial. Editora Atlas. São Paulo.
NOVAES, A. G. (2001) Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. Editora Campus. Rio de Janeiro.
BALLOU, R. H. (2005) Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. Ed Bookman. São Paulo.
BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby. Gestão da Cadeia de Suprimentos e Logística. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
TAYLOR, D. A. (2005) Logística na Cadeia de Suprimentos: uma Perspectiva Gerencial. Ed. Addison Wesley. São Paulo.
LAURINDO, Alisson M.; TEIXEIRA, Alex V. A logística na Administração Pública: Conceitos e Métodos. 1. ed. Curitiba, Intersaberes, 2014.

Disciplina 2 – Transportes e custos logísticos

Objetivos:

A disciplina promove a visão dos custos logísticos com foco para a administração pública, trabalhando questões relacionadas à composição dos custos logísticos em transporte, estoques e gerenciamento dos pedidos.

Ementa:

Operadores de modal único, transportadoras especializadas, operadores intermodais e intermediários. Fatores econômicos. Estruturas de custos. Estratégias de formação de preços. Departamento de transportes. Custos no processo logístico, comparação, identificação e relevância dos custos da logística nos custos totais dos produtos e dos serviços. Relações custo/volume/lucro. Ponto de equilíbrio. Custo total e a prática das trocas compensatórias (*trade-off*).

Bibliografia:

- CAIXETA-FILHO, José Vicente; MARTINS, Ricardo Silveira. Gestão Logística do Transporte de Cargas. ATLAS, 2011.
VALENTE, Amir Mattar; PASSAGLIA, Eunice; CRUZ, Jorge Alcides; Mello, José Carlos; CARVALHO, Névio Antônio; MAYERLE, Sérgio; SANTOS, Sílvio dos. Qualidade e Produtividade nos Transportes. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2008.
VIEIRA, José C. F. Metodologia para o Cálculo de Custos no Transporte Rodoviário de Cargas e Implicações. Instituto Militar de Engenharia – Rio de Janeiro – RJ, 1986. Dissertação de Mestrado.
MARTINS, Elizeu: Contabilidade de custos. 9 ed. São Paulo : Atlas, 2003.
PEREZ JR. et. al. Gestão Estratégica de Custos. 2 ed. São Paulo: Atlas 2001.
VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo. 5.ed. São Paulo: Frase, 1998.

Disciplina 3 – Gestão patrimonial e da infraestrutura

Objetivos:

Capacitar os servidores a gerir de forma eficaz o patrimônio público, oferecendo uma visão prático-teórica de todas as etapas do ciclo de vida dos bens materiais, desde sua entrada, vida útil, depreciação, até o descarte.



Ementa: Visão logística da Gestão de Materiais na empresa. Gestão de Materiais: Objetivos, Funções e Fundamentos. Atividades de Compra e seus Instrumentos. Gestão de Estoque: Previsão, Níveis de Controle, Custos e Avaliações e Classificações. Curva ABC. Armazenamento, Movimentação e Distribuição. Controle patrimonial (cadastro de bens móveis e imóveis); Fiscalização de Patrimônio.

Bibliografia:

LAURINDO, Alisson M.; TEIXEIRA, Alex V. A logística na Administração Pública: Conceitos e Métodos. 1. ed. Curitiba, Intersaberes, 2014.
BALLOU, R. H. (1993) Logística empresarial. Editora Atlas. São Paulo.
NOVAES, A. G. (2001) Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. Editora Campus. Rio de Janeiro.
ROSSINI Alexassandro Marco. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo, Thompson Learning, 2005.
CAMPOS, Vicente Falconi, Gerenciamento de rotina de trabalho do dia-a-dia, INDG. São Paulo : Atlas, 2002.
LAUDON, K. C.; LAUDON, J.P. Gerenciamento de Sistemas de Informação: 3 ed. Rio de Janeiro; LTC,9 (s.d.)

Disciplina 4 – Gestão de estoques e armazenagem

Objetivos:

Capacitar os participantes quanto à gestão de estoques, movimentação e armazenagem de materiais através de análise de arranjo físico e otimização da operação interna de materiais.

Ementa:

Gestão de estoques nas cadeias de suprimentos. Integração de cadeias de suprimentos. Planejamento do arranjo físico e dos fluxos internos. Tipos de produção e tipos de arranjo físico. Planejamento do sistema de movimentação e armazenagem de materiais. Recebimento de materiais, estocagem e abastecimento interno. Planejamento, programação e controle de operações. Sistemas de embalagem e acondicionamento de matérias-primas e produtos acabados.

Bibliografia:

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. Bookman:Porto Alegre, 2006.
BOWERSOX, Donald J. et al. Gestão logística da cadeia de suprimentos.4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. Gestão da cadeia de suprimento: Estratégia, planejamento e operações. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
JACOBS, F. Robert; CHASE, Richard B. Administração de operações e da cadeia de suprimento. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
KRAJEWSKY, Lee; RITZMAN, Larry; MALHORTA, Manoj. Administração de Produção e Operações. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
SLACK, N., CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2011.
RUSSO, Clovis P. Armazenagem, Controle e Distribuição. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.
REIS, João Gilberto M. Gestão Estratégica de armazenagem. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.



Disciplina 5 – Análise de dados e otimização logística

Objetivos:

Fornecer conhecimentos básicos de estatística e pesquisa operacional. Capacitar os alunos quanto à aplicação destes recursos para tratar problemas relacionados à gestão logística.

Ementa:

Estatística descritiva e amostragem; Intervalo de confiança e distribuições amostrais; Testes de hipóteses; Regressão linear; Modelagem matemática de problemas. Programação linear e linear inteira; Problemas de transporte, transbordo e designação. Otimização em redes. Sistemas de Filas e otimização. Introdução à simulação de sistemas.

Bibliografia:

ARENALES, Marcos; ARMENTANO, Vinícius; MORABITO, Reinaldo; YANASSE, Horacio. Pesquisa Operacional. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2007.
HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. Introdução à Pesquisa Operacional. Porto Alegre: McGrawHill, 2010.
LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa Operacional na tomada de decisões. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
MONTGOMERY, Douglas C; RUNGER, George C. Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística Aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Disciplina 6 – Sistemas de informação e gestão por processos

Objetivos:

Apresentar conceitos relativos aos Sistemas de Informação (SI) e à Tecnologia da Informação (TI) aplicados na gestão logística. Capacitar os participantes a entender o potencial da TI, especificar suas necessidades de SI, avaliar alternativas de aplicações de TI e utilizar de forma eficaz a TI em Logística. Apresentar conceitos da gestão por processos como instrumento de melhoria nos processos de gestão pública. Capacitar os participantes a compreenderem processos, mapeá-los e melhorá-los com apoio de ferramentas de TI.

Ementa:

Conceitos básicos de tecnologia da informação e classificação dos sistemas de informação; Requisitos de sistemas de informação; Impactos estratégicos da TI, fatores críticos de sucesso e alinhamento estratégico entre TI e negócio; A TI na cadeia e sistema de valor; Avaliação da eficácia da TI; Seleção, aquisição e implantação de softwares e sistemas de informação; Gestão por processos como ferramenta de transformação. Utilização da gestão por processos no desenvolvimento de sistemas.

Bibliografia:

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. Sistemas de informações gerenciais. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
RAINER JR, R. Kelly; CEGIELSKY, Casey G. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
TURBAN, E. Tecnologia da informação para gestão, 3.ed., Editora Bookman, 2004.
KRAJEWSKY, Lee; RITZMAN, Larry; MALHORTA, Manoj. Administração de Produção e Operações. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
SLACK, N., CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2011.
SORDI, Jose Osvaldo. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.



BALDAM, Roquemar; VALLE, Rogerio; ROZENFELD, Henrique. Gerenciamento de Processos de Negócio: BPM. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
ARAUJO, Luis C. G.; GARCIA, Adriana A. MARTINES, Simone. Gestão de processos: Melhores resultados e excelência operacional. São Paulo: Atlas, 2011.



11. CORPO DOCENTE

O corpo docente será formado por professores e profissionais com titulação de Especialistas, Mestre e Doutores. Seguindo a resolução CES N° 3 de outubro de 1999 e o contido no disposto na lei N° 9.131/95 e no parecer CES 617/99.

DISTRIBUIÇÃO PROFESSORES

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	MÓDULO	DOCENTE	TÍTULO	LATTES	IES
1	Estado, Governo e Mercado	30	BÁSICO	Napiê Galvê de Araujo	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9202481007183948	UFERSA
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30	BÁSICO	Ludimilla C. S. F. Oliveira	Doutora	http://lattes.cnpq.br/2217661943948945	UFERSA
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30	BÁSICO	Angelo M. Silva	Doutor	http://lattes.cnpq.br/5105554142306869	UFERSA
4	Políticas Públicas	30	BÁSICO	Kaio Cesar Fernandes	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9740792920379789	UFERSA
5	Planejamento Estratégico Governamental	30	BÁSICO	Fernando P. S. de Oliveira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/5520433082870690	UFERSA
6	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30	BÁSICO	Leonardo A. Rocha	Doutor	http://lattes.cnpq.br/1760530300831377	UFERSA
7	Cultura e Mudança Organizacional	30	GESTÃO PÚBLICA	Ana Lucia Brenner Barreto Miranda	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0960240460829374	UFERSA
8	Comportamento Organizacional	30	GESTÃO PÚBLICA	Angelo M. Silva	Doutor	http://lattes.cnpq.br/5105554142306869	UFERSA
9	Redes Públicas de Cooperação local	30	GESTÃO PÚBLICA	Monikely de Oliveira Silva	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0034233122382052	UFERSA
10	Gestão Operacional	45	GESTÃO PÚBLICA	Joana Karolyni C. Peixoto	Mestre	http://lattes.cnpq.br/4202619375037418	UFERSA
11	Gestão Logística	30	GESTÃO PÚBLICA	Éric Amaral Ferreira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9832987391302132	UFERSA
12	Plano Plurianual e Orçamento Público	45	GESTÃO PÚBLICA	Dimas Barreto Queiroz	Doutor	http://lattes.cnpq.br/1286586781177803	UFPB
13	Plano Diretor e Gestão Urbana	30	G.P. MUNICIPAL	Ludimilla C. S. F. Oliveira	Doutora	http://lattes.cnpq.br/2217661943948945	UFERSA
14	Gestão Tributária	30	G.P. MUNICIPAL	Dimas Barreto Queiroz	Doutor	http://lattes.cnpq.br/1286586781177803	UFPB
15	Gestão de Redes Públicas e Cooperação	30	G.P. MUNICIPAL	Angelo M. Silva	Doutor	http://lattes.cnpq.br/5105554142306869	UFERSA



16	Gestão Democrática e Participativa	30	G.P. MUNICIPAL	Fernando P. S. de Oliveira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/5520433082870690	UFERSA
17	Gestão Logística	30	G.P. MUNICIPAL	Eric Amaral Ferreira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9832987391302132	UFERSA
18	Elaboração e Avaliação de Projetos	30	G.P. MUNICIPAL	Augusto Cezar da C. S. Filho	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1674341274374869	UFERSA
19	Processos Administrativos	30	G.P. MUNICIPAL	Ana Lucia Brenner Barreto Miranda	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0960240460829374	UFERSA
20	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30	G. SAÚDE PÚBLICA	Kaio Cesar Fernandes	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9740792920379789	UFERSA
21	Gestão da Vigilância à Saúde	30	G. SAÚDE PÚBLICA	Wanderley Filgueira de Marcedo	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3527983201519904	UERN
22	Organização e Funcionamento do SUS	60	G. SAÚDE PÚBLICA	Wanderley Filgueira de Marcedo	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3527983201519904	UERN
23	Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60	G. SAÚDE PÚBLICA	Mara Jales	Doutora	http://lattes.cnpq.br/5751389406996394	UFERSA
24	Gestão Logística em Saúde	30	G. SAÚDE PÚBLICA	Eric Amaral Ferreira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9832987391302132	UFERSA
25	Economia Rural	30	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Napiê Galvê de Araujo	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9202481007183948	UFERSA
26	Instituições e ambiente institucional agrícola no Brasil	30	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Carlos Alano Soares de Almeida	Doutor	http://lattes.cnpq.br/4505702122537041	UFERSA
27	Agricultura brasileira e políticas agrícolas	60	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Josivan Barbosa	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9553871594940016	UFERSA
28	Gestão de Projetos e Avaliação de Projetos	30	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Denison Murilo de Oliveira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/2279248413493503	UFERSA
29	Gestão Estratégica	30	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Fernando P. S. de Oliveira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/5520433082870690	UFERSA
30	Governança Institucional	30	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Marcos Fernando Medeiros	Doutor	http://lattes.cnpq.br/4056958461629209	UFRN
31	Logística Empresarial	30	G. LOGISTICA E DE INFRA	Cristiane de Mesquita Tabosa	Mestre	http://lattes.cnpq.br/6244100789896604	UFERSA
32	Transportes e Custos Logísticos	30	G. LOGISTICA E DE INFRA	Eric Amaral Ferreira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9832987391302132	UFERSA
33	Gestão Patrimonial e da Infraestrutura	30	G. LOGISTICA E DE INFRA	John Eloi Bezerra	Doutor	http://lattes.cnpq.br/8222655709570604	UFERSA
34	Gestão de estoques e armazenagem	30	G. LOGISTICA E DE INFRA	Thomas Edson E. Goncalo	Mestre	http://lattes.cnpq.br/8349582193500007	UFERSA



35	Análise de dados e otimização logística	45	G.LOGISTICA E DE INFRA	Joana Karolyni C. Peixoto	Mestre	http://lattes.cnpq.br/4202619375037418	UFERSA
36	Sistemas de informação e gestão por processos	45	G. LOGISTICA E DE INFRA	Marcílio Luis Viana Correia	Mestre	http://lattes.cnpq.br/5399444237394802	UFERSA
37	Introdução a educação a distância - (caso modalidade EaD)	30	COMPLEMENTAR	NeaD	À DEFINIR		NeaD /UFERSA
38	Metodologia da Pesquisa	30	COMPLEMENTAR	Todos	Doutor/Mestre		Todos
39	Trabalho de Conclusão de Curso	30	COMPLEMENTAR	Todos	Doutor/Mestre		Todos
	Carga horária Disciplinas	390					
	Carga horária complementar	60					
	Carga horária Total presencial	450					
	Carga horária Disciplinas	390					
	Carga horária complementar Ead	90					
	Carga horária Total EaD	480					

12. Metodologia

O Curso de Especialização em Gestão Pública poderá ser ofertado presencialmente e a distância, no qual se pode fazer uso das ferramentas e instrumentos da Educação a Distância (EaD), através da UAB¹/NeaD²/UFERSA e suas plataformas (SIGAA, MOODLE) e que não deve reduzir as questões metodológicas tradicionais de gerenciamento, mas como possibilidade de emprego da EaD na amplitude da prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Explica-se, no entanto, que não existe uma metodologia de EaD e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a modalidade a distância. Cada instituição vem construindo suas experiências adaptando-a forma tradicional de interação administrativas educacional formal, dando-lhe uma “cara” própria institucional, calcada na racionalidade da realidade tecnológica local, na trajetória da instituição, nos profissionais e sua infraestrutura disponível para dar suporte a tais práticas, se for o caso.

Por isso, nesse projeto não cabe definir aspectos procedimentais burocráticos da administração da educação à distância de organização do curso. No entanto, podemos garantir aqui são aspectos gerais do uso da EaD, em sua dimensão instrumental e da

¹ Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB: denominação representativa genérica para a rede nacional voltada para pesquisa e novas metodologias de ensino para a educação superior (compreendendo formação inicial e continuada) instituída pelo Decreto 3.800, de 8 de junho de 2006.

² Pólo de Apoio Presencial: estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais; fonte: DEAD CAPES, 2009.



gestão burocrática institucional que garanta a governança e qualidade na formação dos estudantes desse curso de especialização oferecidos pela UFERSA.

No desenvolvimento do curso, serão também realizados eventos científicos e seminários temáticos profissionais destinados a discussões das áreas de concentração com agentes públicos, alunos, pesquisadores e os professores das disciplinas, orientações, avaliações de aprendizagem e apresentações de TCC.

Portanto, se está vivenciando um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da administração da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantem as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem concebe e elabora o material didático a quem cuida para que esse material chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (designer instrucional), do editor ao artista gráfico (web designer).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante”, numa perspectiva sistêmica (Figura 3). A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico. Alguns atores são importantes neste processo. A seguir, exemplificamos alguns deles:

- O estudante: aluno matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- Professores autores: responsáveis pela produção dos Textos de Apoio;
- Professores “especialistas”: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Tutores/Orientadores: é importante definir o perfil dos tutores, bem como sua função no curso. A equipe de elaboração do projeto sugere bacharéis em Administração e nas áreas dos Módulos Específicos, preferencialmente com titulação mínima de Mestrado, com a função de acompanhar, apoiar e avaliar os cursistas em sua caminhada. Podem ser os próprios professores do curso, ou o professor “especialista”, responsável pela oferta da disciplina formar uma equipe de orientadores, sob sua supervisão;
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

A figura 03 abaixo esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso de Especialização em Gestão Pública:

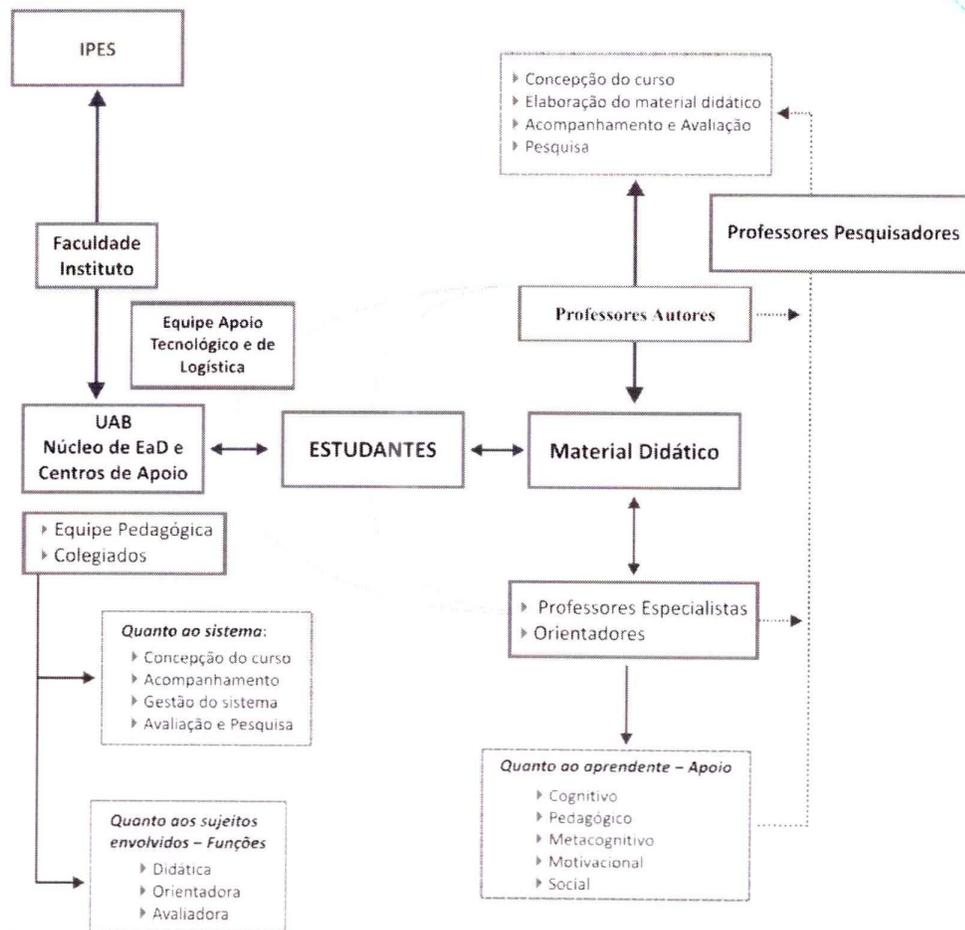


Figura 3: Componentes da ação formativa no curso de Especialização em Gestão Pública – a distância. Fonte: adaptada de Preti (1996).

Assim organizada, a “instituição ensinante” poderá oferecer um saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando à educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- A estrutura organizativa: composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial;
- A comunicação: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos; e
- O trabalho cooperativo: somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e



construtiva, deve se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

12.2. Equipe Multidisciplinar de suporte a modalidade EaD

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, monitores e pessoal de apoio técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para alimentação, manutenção e produção das atividades de TIC utilizadas no curso. A saber:

- Professores “especialistas”: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Tutor a distância: orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes via meios instrumentos tecnológicos de comunicação (AVEA, telefone, e-mail, teleconferência, chats, fóruns etc.);
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático, se for o caso;

12.2.1. Programa de Formação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos na modalidade EaD ocorrerá com a realização dos seguintes cursos oferecidos pelo UAB/NEAD/UFERSA, Sugestão de cursos:

- Introdução a Educação a Distância – Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material auto instrucional da UAB/NeaD/UFERSA e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso.
- Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem - AVEA utilizado.
- Formação de Tutores – formar tutores, de modo a propiciar-lhes a ampliação de conhecimento teórico e prático sobre sua atuação adequada às exigências da legislação e às necessidades dos cursos de pós-graduação UAB/NeaD/UFERSA nas dimensões pedagógicas, administrativas e tecnológicas locais.



13. Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas (áreas de concentração) de cada área para oferta de curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, publicações, defesa de artigos/TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica e profissional na esfera pública.

No caso de oferta de curso presencial, os encontros serão realizados as sextas-feiras e sábados durante o período de 18 meses perfazendo 3 semestres conforme distribuição dos quadros abaixo. No entanto, devido à natureza esporádica dos cursos de pós-graduação *lato sensu* a data de início e fim pode ser ajustada, sempre respeitando o calendário acadêmico da UFERSA.

Quadro de distribuição da carga horária 450 horas, encontros presenciais, duração por aula e semestres do curso.

Carga Horária Total	450			
Semanas	77			
	INÍCIO	TÉRMINO	Quantidade de Semanas	Quantidade de Meses
1º MÓDULO - Básico e Complementar	01/jul/16	02/mar/17	43	10
2º MÓDULO - Área de Concentração	02/ago/18	03/mar/19	34	8
	TOTAL		77	18

	SEXTAS-FEIRAS	SÁBADOS
HORAS/AULA POR SEMANA	4	8
NÚMERO/AULA DE SEMANAS	34	43
HORAS TOTAIS	136	344
TOTAL	450	



14. Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Gestão Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação dos conteúdos; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema gestão educacional e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais regionalmente.

14.1. Avaliação Institucional

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da UFERSA disponibiliza a toda comunidade acadêmica institucional o formulário para Avaliação Institucional referente ao ano corrente. O documento deve ser respondido pelos professores, técnicos-administrativos e estudantes.

A CPA/UFERSA realiza tal avaliação através de um questionário que está estruturado de modo a atender as 10 dimensões exigidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que analisa as Instituições de Ensino Superior, os cursos e o desempenho acadêmico dos estudantes.

As informações obtidas na Avaliação Institucional são encaminhadas à administração central da Universidade e utilizadas para orientação institucional de políticas públicas, além de compor o banco de dados Institucional, no qual reúne informações e as avaliações dos cursos para gerar o Indicador de Desempenho da Universidade.

“É fundamental que a avaliação seja a mais precisa possível, pois a partir desses dados obtidos na consulta à comunidade acadêmica será gerado um relatório que deverá ser encaminhado ao Ministério da Educação – MEC”, defende o professor Alexandre Oliveira, presidente da CPA. (Portal UFERSA, 2015)

Todo esse sistema de acompanhamento e monitoramento institucional pode proporcionar, também, a pós-graduação, um processo de melhoria contínua alinhada aos interesses da comunidade e institucionais dentro dos preceitos de desenvolvimento científicos e tecnológicos do *Lato Sensu e Stricto* para uma IPES abordadas por Newton Sucupira (1965) da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

14.2. Processo de Orientação e Avaliação de Aprendizagem

São processos, não há como serem separados, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta o estudante em seu estudo e aprendizagem.

O orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e defesa de TCC/artigos

66
fm

No desenvolvimento do curso, o orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, o orientador deve estimular motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas científicas.

O orientador deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo educacional.

Esse processo se dará transversalmente durante todo o curso e objetivamente em duas disciplinas elencadas no PCC: Metodologia científica e Trabalho de Conclusão de Curso. No qual proporcionará 60 horas aula capazes de gerar condições para a construção científica integrada ao arcabouço teórico e prático abordado, tanto em sua área básica, como em sua área de concentração específica de formação em gestão pública.



15. Orçamento

Orçamento

A- Material de Consumo

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Sub-total
Tonner para impressora	und	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
Material de expediente	verba	1	R\$ 1.130,00	R\$ 1.130,00
Copos descartáveis	pacote	20	R\$ 5,00	R\$ 100,00
Garrafão de água	und	30	R\$ 4,00	R\$ 120,00
Softwares (Stata e Gerenciamento de Projetos)	und	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Despesa Total com Material de Consumo =				R\$ 17.350,00

B – Material Permanente

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Sub-total
Livros	und	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Equipamentos de informática	und	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00
Móveis	und	3	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
Despesa Total com Material Permanente =				R\$ 16.000,00

C - Serviços de Terceiros

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Sub-total
Fotocópia e encadernação	und	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Serviços gráficos	und	3	R\$ 1.300,00	R\$ 3.900,00
Coffee Break	und	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Auxílio deslocamento	und	15	R\$ 150,00	R\$ 2.250,00
Diárias	und	40	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00
Passagens aéreas divulgação trabalhos científicos (congressos, workshopping, feiras e visitas técnicas)	und	5	R\$ 1.500,00	R\$ 7.500,00
Locação de espaço para encerramento do curso	und	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Despesa Total com Serviços de Terceiros =				R\$ 23.600,00

D – Pessoal

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Sub-total
Horas/aula ministradas por docente	und	480	R\$ 160,00	R\$ 76.800,00



Coordenação do programa	mês	18	R\$ 1.000,00	R\$ 18.000,00
Coordenação dos cursos	mês	54	R\$ 750,00	R\$ 40.500,00
Secretária Geral	mês	18	R\$ 788,00	R\$ 14.184,00
Sub-total =				R\$ 149.484,00
Obrigações Sociais (20% das despesas com pessoal - Ex: INSS)				R\$ 27.060,00
Despesa Total com Pessoal =				R\$ 176.544,00

E – Receitas

Quantidade de Alunos Regularmente Matriculados	Número de Meses	Mensalidade	Sub-total
50	18	R\$ 383,33	R\$ 345.000,00

F – Impostos e Taxas Diversos

Especificação	Total
Despesa com taxa de administração (Fundação Guimarães Duque) (9%)	R\$ 31.050,00
Contrapartida UFRS (%10)	R\$ 34.500,00
Impostos = 10% das Receitas	R\$ 34.500,00
Despesa Total com Impostos e Taxas Diversos =	R\$ 100.050,00

G – Reserva Técnica

Especificação	Total
Despesa com Reserva Técnica	R\$ 11.456,00

H – Resumo das Despesas

Especificação	Sub-total
Material de Consumo	R\$ 17.350,00
Material Permanente	R\$ 16.000,00
Serviços de Terceiros	R\$ 23.600,00
Pessoal	R\$ 176.544,00
Impostos e Taxas Diversos	R\$ 100.050,00
Reserva Técnica	R\$ 11.456,00
Total de Despesas=	R\$ 345.000,00

Número de Alunos	50	Remuneração por Hora/Aula	160
Valor do Curso	6900	Remuneração por hora/TCC	160
Período do Curso (meses)	18	VIÁVEL	
Mensalidade	383,33		
VIÁVEL	R\$ 0,00		



16. Regulamento do Programa de Pós-graduação Lato sensu em Gestão Pública

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DA NORMATIZAÇÃO

Art. 1º O Programa de Pós-graduação em Gestão Pública é regido por este Regulamento Específico e pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA e pela Resolução CNE/CES nº 01, de 08 de julho de 2007.

TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A estrutura organizacional do Programa de Pós-graduação *Lato sensu* em Gestão Pública será composta por:

- I. Um Colegiado do Curso é composto por cinco membros indicados pela Assembleia departamental mais um discente matriculado no curso e eleito por seus pares – como órgão consultivo e deliberativo;
- II. Coordenações das áreas do Curso: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas, Gestão Pública Municipal e Gestão Pública da infraestrutura e logística – como órgão executivo.

CAPÍTULO II DO COLEGIADO

Art. 3º O colegiado do programa de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública será composto por 05 (cinco) docentes vinculados ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, mais 01 (um) discente matriculado no curso e eleito por seus pares.

§ 1º Os 05 (cinco) membros docentes do Colegiado do Curso serão indicados pela Assembleia do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais.

§ 2º O Colegiado do Programa será presidido pelo Coordenador do Programa e, na sua ausência, pelo Vice-coordenador do Programa.

§ 3º O quórum para realização das reuniões do Colegiado do Programa é metade mais um de seus membros.



§ 4º As deliberações do Colegiado do Programa terão que ser aprovadas pela maioria dos membros presentes na reunião, observado o parágrafo anterior, sendo que, no caso de empate, o Coordenador terá o voto de qualidade.

Art. 4º São atribuições do Colegiado do Programa:

I – Apreciar e deliberar, com base na legislação pertinente, as indicações de professor(es) realizadas pelo Coordenador do Curso de cada área para, isoladamente ou em comissão, cumprir(em) com atividades concernentes a:

- a) Indicar seu Coordenador e Vice-coordenador dentre seus membros;
- b) Seleção de candidatos;
- c) Aproveitamento de estudos;
- d) Orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso;
- e) Definição de critérios e procedimentos para a concessão de bolsas, quando essas existirem;
- f) Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e de avaliação do curso.

II – Decidir sobre o aproveitamento de disciplinas já realizadas pelos alunos em outro(s) curso(s) de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido ou de outra Instituição de Ensino Superior;

III – Apreciar e deliberar a respeito das decisões para o cumprimento do inciso I deste artigo;

IV – Decidir sobre o desligamento de discente do Curso;

V – Zelar pelo cumprimento do Regimento Geral da UFRSA, do Regulamento Específico do Programa e pelo cumprimento das demais normas exigidas pelo Ministério da Educação;

VI – Apreciar e deliberar sobre o Relatório Final do Programa elaborado pela Coordenação de cada área: Gestão Pública, Saúde Pública, Políticas Agrárias, Gestão pública Municipal e Gestão da infraestrutura e logística

VII – Homologar a Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso;

VIII – Homologar o edital de seleção encaminhado pelo Coordenador de cada área.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO

Art. 5º A coordenação do Programa é o órgão que assegura a organização e o funcionamento do Colegiado e, ao mesmo tempo, responde pela execução de suas decisões e aplicação de suas diretrizes.

§ 1º O Coordenador e o Vice-coordenador deverão possuir a titulação mínima de mestre, pertencer ao quadro permanente da UFRSA e ter disponibilidade para cumprir as exigências do programa.

§ 2º Na ausência ou impedimento do Coordenador, o Vice-coordenador assumirá, automaticamente, todas as funções do Coordenador.

§ 3º Na hipótese de ausência, na UFRSA, do Coordenador e do Vice-coordenador do Programa, devidamente justificadas, em virtude de outras atividades acadêmicas ou administrativas, assumirá a Coordenação do Curso, o



docente mais antigo da UFRS vinculado ao Programa, para atender aos expedientes meramente administrativos.

Art. 6º Compete ao Coordenador do Programa:

- I** – Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- II** – Indicar os docentes para o cumprimento do disposto no inciso I do artigo 13º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
- III** – Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral e o Estatuto da UFRS, o Regulamento específico do curso e as deliberações do Colegiado do curso e dos órgãos da administração superior da UFRS.
- IV** – Autorizar a realização das receitas e despesas do curso, bem como, decidir sobre o destino dos bens adquiridos com recursos do curso, em consonância com o Regulamento Geral, Regulamento Específico do curso e de acordo com as normas da Administração Superior da UFRS.
- V** - Elaborar o Edital de seleção de candidatos a discentes do curso;
- VI** – Elaborar e submeter à apreciação e deliberação do Colegiado do curso, o relatório que trata o artigo 9º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFRS.
- VII** – Remeter à PROPPG toda documentação comprobatória de que o discente cumpriu todas as exigências do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* para a expedição do Certificado de Conclusão do Curso, respeitando a área de formação;
- VIII** – Comunicar à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PROPPG os desligamentos de docentes e de discentes do Curso de Pós-graduação no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a finalização do desligamento.

CAPÍTULO IV DA SECRETARIA

Art. 7º A Secretaria do Programa de Pós-graduação *Lato sensu* em Gestão Pública é o órgão de apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas dos cursos.

Parágrafo Único – A secretaria vincula as Coordenações das 5 áreas do Programa: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão Pública Municipal e Gestão Pública em infraestrutura e logística.

Art. 8º Compete ao responsável pela secretaria, as seguintes atribuições:

- I** - Instruir os requerimentos dos candidatos à inscrição e à matrícula;
- II** – Manter, em arquivo, os documentos de inscrição dos candidatos à admissão nas áreas de Especialidade em Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão Pública Municipal e Gestão Pública em infraestrutura e logística, e de matrícula dos discentes;
- III** – Manter, em arquivo, os documentos de interesse das áreas vinculadas ao Programa;
- IV** – Manter, atualizado, os dados cadastrais dos docentes e dos discentes do Programa;
- V** – Secretariar, com elaboração de ata, as reuniões do Colegiado do Programa e as apresentações e defesas dos trabalhos de conclusão em cada área do curso.



Parágrafo único – Todos os documentos emitidos pela Secretaria serão assinados pelo coordenador do programa e/ou coordenadores de em cada área: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão Pública Municipal e Gestão pública em infraestrutura e logística, ou por seu substituto legal, sem prejuízo do disposto no artigo 5º, § 3º.

TÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA
CAPÍTULO III
DA ADMISSÃO

Seção I
Da Inscrição e Seleção dos Candidatos

Art. 9º O processo seletivo de candidatos a discentes ao Curso de Especialização em Gestão Pública e em cada área se inicia com a publicação do Edital de Seleção pela PROPPG. No qual deve conter informações relativas ao número de turmas e de alunos por turma, períodos de inscrição e de realização do curso em sua respectiva área, se o mesmo será gratuito ou pago, qual(is) o(s) dia(s) da semana e o(s) turno(s) do(s) dia(s) em que as aulas serão ministradas, o local de realização das aulas, bem como, outras informações que a Coordenação do Programa e a PROPPG julgarem necessárias.

Art. 10 Para a inscrição dos candidatos, à seleção, no curso de Especialização em Gestão Pública, serão exigidos:

- I** – Cópia autenticada do diploma ou documento equivalente que comprove que o candidato concluiu um curso superior.
- II** – Curriculum Vitae ou Lattes, com documentação comprobatória;
- III** – Cópia autenticada do histórico escolar de graduação;
- IV** – Formulário de inscrição devidamente preenchido;
- V** – Cópia do documento oficial de identidade e do CPF;
- VI** – Comprovante de quitação eleitoral e militar;
- VII** – Comprovante do pagamento da taxa de inscrição;
- VIII**- 02 (duas) fotos 3x4 recentes.

Parágrafo Único – Também será aceita a inscrição de candidato graduando, que comprove ter defendido o trabalho de Conclusão de Curso antes do início das aulas do Curso e área escolhida pelo discente.

Art. 11 A inscrição, para seleção, no Curso de Especialização em Gestão Pública será aberta aos concluintes e graduados da área de Ciências Sociais e áreas afins, como também para graduados em outras áreas, desde que comprovem experiência na área objeto do curso, conforme o calendário acadêmico estabelecido pelo colegiado Programa.

Art. 12 De posse dos documentos dos candidatos, o colegiado do Programa e coordenador por área selecionará os discentes através da análise curricular e entrevista.



Seção II Da Matrícula

Art. 13 Os candidatos classificados na seleção deverão entregar, na Secretaria do Programa de Pós-graduação *Lato sensu* em Gestão Pública, o formulário de matrícula preenchido dentro do prazo fixado pela Coordenação.

§ 1º A matrícula poderá ser realizada por procurador legalmente constituído para tal, e de posse de procuração particular com firma reconhecida.

§ 2º A falta de efetivação da matrícula no prazo fixado caracteriza desistência do candidato em se matricular no Curso; consequentemente, a vaga será disponibilizada para o candidato que ficou na suplência.

§ 3º É vedado o trancamento de matrícula, seja isoladamente ou no conjunto de disciplinas.

§ 4º Os candidatos selecionados na forma do disposto no parágrafo único do artigo 10.º deste Regulamento Específico, deverão, no ato da matrícula, satisfazer à exigência da apresentação do certificado ou diploma de conclusão do curso de graduação, registro de nascimento, RG e CPF, quitação eleitoral e militar e 1 (uma) fotografia 3x4.

CAPÍTULO IV DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

Seção I Da Organização Curricular

Art. 14 No projeto do Programa Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública consta o elenco de disciplinas do seu currículo pleno composto pelo Núcleo Básico, Complementar e área de concentração: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas, Gestão Pública Municipal e Gestão pública em infraestrutura e logística.

§ 1º Para cada disciplina será especificado o nome da disciplina, a ementa, Departamento, Professor responsável e carga horária total exigida, caso curso presencial.

§ 2º Para cada disciplina oferecida na modalidade EaD, não serão exigidos carga horária mínima, respeitando o regulamento para modalidade conforme regulamento da CNE vigente.

§ 3º O Plano de Ensino de cada disciplina deverá ser divulgado para os discentes no início da disciplina, no qual constarão as informações apresentadas no parágrafo anterior, além de ementa, conteúdo programático, metodologia de ensino, modalidade, forma de avaliação dos discentes, bibliografia recomendada e carga horária, caso curso presencial.

Seção II De Verificação do Rendimento Acadêmico

Art. 15 O rendimento acadêmico do discente em cada disciplina será aferido pelo docente responsável pela disciplina, mediante a aplicação de provas, trabalhos



escritos, seminários e, ou, outras formas de verificação de aprendizagem, sendo a média final da disciplina expressa na forma de nota.

§ 1º A média final de cada disciplina deverá ser expressa na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), utilizando o arredondamento para uma casa decimal.

§ 2º Será considerado aprovado em uma disciplina, o discente que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete) e que frequentar pelo menos 75% das aulas ministradas na disciplina, caso modalidade presencial.

§ 3º Não haverá recuperação em nenhuma disciplina.

Seção III **Do Trabalho de Conclusão de Curso**

Art. 16 Para a obtenção do Certificado de especialista em Gestão Pública, a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a forma de artigo científico enviado ou monografia e com a participação máxima de 01 (um) aluno por trabalho, é requisito obrigatório.

Art. 17 O curso ocorrerá em um período de 18 (dezoito) meses. A defesa do trabalho de conclusão de curso deverá ocorrer no máximo em até 90 (noventa) dias a partir da última disciplina ministrada.

§ 2º O prazo para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias, por solicitação do candidato, devidamente justificado, com anuência do Orientador.

Parágrafo Único - O discente que, por qualquer razão, não apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso em conformidade com as normas e prazos estabelecidos neste Regulamento Específico e no Regulamento Geral da UFERSA, não terá direito ao certificado de especialização, fazendo jus, no entanto, a uma declaração de aperfeiçoamento, emitida pela coordenação do curso, desde que tenha integralizado todos os créditos previstos de 450 horas: Básico, Complementar e Área de Concentração.

Art. 18 O Trabalho de Conclusão de Curso deverá evidenciar domínio do tema escolhido e será apresentado e defendido pelo candidato a uma Comissão Examinadora em sessão pública.

Parágrafo Único – Os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão, obrigatoriamente, contemplar temas afetos à área temática das áreas do Programa: Administração pública, ou seja: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas, Gestão Pública Municipal e Gestão em Infraestrutura e logística.

Art. 19 Para a solicitação de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, o discente deverá estar regularmente matriculado no Curso e integralizado a carga horária, mínima de 450h, exigida pelo Programa e está a, no máximo, 18 meses matriculado no Curso.

Art. 20 O candidato ao Certificado de Especialista em Gestão Pública deverá, até 20 (vinte) dias, antes da defesa, protocolar na secretaria o encaminhamento de um



exemplar impresso do Trabalho de Conclusão do Curso que, da mesma forma, deverá disponibilizar um exemplar a cada componente da Banca Examinadora.

Art. 21 A Comissão Examinadora será composta pelo orientador do aluno(a), que a presidirá, ou, em caso de impedimento, um representante por ele indicado, com igual titulação acadêmica e por mais dois examinadores.

§ 1º Para cada Comissão Examinadora deverá haver, no mínimo, um membro suplente.

§ 2º A Composição da Comissão de que trata o *caput* deste artigo deverá ser homologada pelo Colegiado do Programa, sendo exigida a titulação mínima de mestre para todos os componentes da Comissão Examinadora, seja titulares ou suplentes.

Art. 22 Ao final da defesa, cada examinador atribuirá uma nota variando de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com uma casa decimal, sendo que será considerado aprovado o candidato que obtiver média aritmética maior ou igual a 7,0 (sete).

Art. 23 Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela Comissão Examinadora e realizada as devidas correções sugeridas pelos examinadores, o candidato deverá encaminhar à Coordenação do Programa/Curso 02 (duas) cópias impressas e encadernadas da versão final corrigida e 02 (duas) cópias em versão eletrônica (arquivo no formato “PDF” gravado em CD, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de sua aprovação).

Seção IV **Do aproveitamento de Estudos**

Art. 24 Considera-se aproveitamento de estudos, para os fins previstos neste Regulamento Específico, a equivalência de disciplina(s) já cursada(s) nos últimos 05 (cinco) anos pelo aluno em cursos de Pós-Graduação *Lato ou Stricto Sensu*, reconhecidos pelo Ministério da Educação, com disciplina(s) da Estrutura Curricular do Curso.

§ 1º Entende-se por disciplina já cursada aquela em que o aluno logrou aprovação, com média final igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º A disciplina, objeto do aproveitamento, de estudos deve ter carga horária igual ou superior à disciplina da estrutura curricular e o seu conteúdo programático deve se assemelhar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) ao conteúdo programático da disciplina.

§ 3º No tocante à(s) disciplina(s) cursada(s) em outras Instituições de Ensino Superior, no histórico escolar do aluno, deverão ser observadas as seguintes normas:

I – Serão computados os critérios ou horas-aula equivalentes, sendo que a unidade básica para avaliação da intensidade e duração das disciplinas é o crédito,



equivalendo 01 (um) crédito a 15 (quinze) horas-aula, caso o curso presencial, seja aula teórica ou prática.

II – Será anotado o conceito APROVADO, como também, a data de homologação do aproveitamento de estudos pelo Colegiado do Programa/Curso;

III – Será feita menção à Instituição de Ensino Superior onde cada disciplina foi cursada, como também ao ano em que o discente cursou a disciplina.

§ 4.º A equivalência será feita com base no parecer de um docente ministrante da disciplina equivalente no curso, designado pelo Coordenador, mas a decisão final sobre o aproveitamento de estudos será do Colegiado do Programa.

§ 5.º Em caso excepcional, o discente poderá requerer o aproveitamento de estudos em disciplinas que cursou a mais de 05 (cinco) anos, desde que o mesmo obtenha nota igual ou maior que 7,0 (sete vírgula zero) em uma prova de conhecimentos elaborada pelo docente referido no parágrafo anterior, sobre o conteúdo da disciplina objeto do aproveitamento, sem prejuízo ao disposto nos parágrafos anteriores.

Seção IV **Da expedição do Certificado de Conclusão de Curso**

Art. 25 Somente será conferido o Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* ao discente que:

I – Não apresentar pendência com o curso ou com qualquer outra instância da UFRSA;

II – Lograr aprovação em todas as disciplinas;

III – Tiver o Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, conforme a exigência do Regulamento Específico do Programa do curso Pós-graduação em Gestão pública.

Art. 26 De acordo com o artigo 9.º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, o Coordenador do Programa encaminhará à PROPPG o Relatório Final do Curso, contendo os nomes e históricos escolares dos discentes aptos a receberem o Certificado de Conclusão do Curso com o Certificado de Especialista em Gestão Pública em suas respectivas áreas de especialidades apresentadas no verso do certificado conforme regulamento do CNE vigente.

Parágrafo Único – Os Certificados de Conclusão expedidos pela Divisão de Registro Escolar devem mencionar a área de conhecimento específica do curso e serem acompanhados do respectivo Histórico Escolar, no qual devem constar no verso, obrigatoriamente, a saber:

I – Relação das disciplinas, carga horária, nota obtida pelo aluno, nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

II – Período em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;



III – Título do Trabalho de Conclusão do Curso e nota obtida;

IV – Declaração da Ufersa de que o curso cumpriu todas as disposições da legislação vigente no País.

CAPÍTULO IV DOS CORPOS DOCENTE E DISCENTE

Seção I Do Corpo Docente

Art. 27 O Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão Pública da Ufersa deverá ser constituído por profissionais de nível superior, qualificados na(s) área(s) de conhecimento(s) dos cursos que participam, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

Art. 28 Na composição do Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão Pública, admitir-se-á a participação de profissionais não pertencentes ao quadro permanente da Ufersa, desde que estes não ministrem mais do que 50% da carga horária total do Curso.

Parágrafo Único – O percentual referido no *caput* deste artigo poderá ser de até 75%, quando na Ufersa não tiver em quantidade suficiente com formação específica na área do conhecimento específica do Curso.

Art. 29 A substituição de membro do corpo docente será permitida desde que sejam atendidas as exigências dos artigos 35º, 36º e 37º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Parágrafo Único – A substituição será feita com base em justificativa do Coordenador de área, após ter sido aprovada no Colegiado do Programa, no Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais e na PROPPG.

Seção II Do Orientador

Art. 30 O orientador, escolhido pelo aluno e com aprovação da Coordenação de área e Programa deverá supervisionar os estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, que terá o formato de artigo científico ou monografia, do candidato ao título de Especialista.

§ 1º O orientando deverá apresentar à Coordenação de área e Programa o plano de trabalho para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em até 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua matrícula no curso.

§ 2º O orientador deverá ser membro do corpo docente e credenciado na PROPPG da Ufersa. Ser portador, no mínimo, do título de Mestre, conferido por Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação/MEC.

§ 3º Em casos excepcionais, devidamente justificados pela Coordenação do Programa, poderá ser indicado um Co-orientador, destinado a um único aluno.



aprovado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, desde que preencha as exigências do §2º deste artigo.

§ 4º O orientador que se ausentar do País por um período igual ou superior a 06 (seis) meses, será automaticamente substituído, caso não indique um novo orientador que possa substituí-lo (nos termos deste Regulamento) neste impedimento.

Art. 31 Compete ao orientador supervisionar, orientar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas à vida acadêmica do orientando.

Seção III Do Corpo Discente

Art. 32 O corpo discente de que trata este Regulamento Específico será regido pelas normas dispostas no Estatuto e no Regimento Geral da UFERSA.

Art. 33 Além dos casos previstos no Regimento Geral da UFERSA, será desligado do Curso o discente que:

I – Não integralizar a carga horária do Curso nos prazos previstos nos parágrafos 3º e 5º do artigo 2º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

II – For reprovado na apresentação do Trabalho Final de Conclusão de Curso.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34 A PROPPG é o órgão responsável pela supervisão e acompanhamento do Programa Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública da UFERSA, sempre zelando pelo bom funcionamento do Curso de acordo com o Regimento Geral da UFERSA, o Regulamento Geral e com as normas vigentes no País.

§ 1º A PROPPG poderá baixar normas e instruções à coordenação do Programa Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública para racionalização dos seus serviços e rotinas administrativas, visando aperfeiçoar as atividades de coordenação, supervisão e divulgação das áreas de formação específicas oferecidas.

§ 2º Sempre que for necessário, a PROPPG poderá convocar o coordenador do Programa e de áreas de concentração para participar de reuniões com o objetivo de tratar de assuntos de interesse do Programa.

Art. 35 A área de formação do Programa Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública não terá vigência permanente, necessitando, pois, para o funcionamento de uma nova turma de parecer da PROPPG e PROPLAN.



Art. 36 O curso de que trata este Regulamento Específico somente poderá ser objeto de divulgação e publicidade, após a aprovação de sua realização pela PROPPG e pelos Conselhos Superiores da UFRSA.

Art. 37 O Programa Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública será regido pelo disposto neste Regulamento Específico e pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

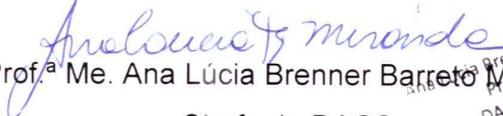


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRSA
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS



PARECER DA CHEFIA DEPARTAMENTAL

A chefia do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais – DACS, conforme decisão unânime na 2ª reunião extraordinária departamental, realizada no dia 30 de março de 2016, se manifesta favorável aos ajustes realizados no Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública, conforme solicitação do CONSEPE.


Prof.^a Me. Ana Lúcia Brenner Barreto Miranda
Chefe do DACS

Brenner B. Miranda
DACS/UFERSA
Mat. SIAPE: 1434542



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pro - Reitoria de Planejamento
Av. Francisco Mota, 572 – Costa e Silva – CEP: 59625-900.
Mossoró – Rio Grande do Norte - e-mail: diconv.proplan@ufersa.edu.br
Tel.: 84 – 3317.8273

PARECER 04/2016-DICONV/PROPLAN

Mossoró (RN), 30 de março de 2016.

Processo: 23091.003171/2016-42

Assunto: *Avaliação sobre a viabilidade orçamentaria do projeto "Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública"*

1 - O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- a. Projeto Pedagógico do programa dos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* em gestão Pública (p. 02 a 68)
- b. Regimento do Programa de Pós-Graduação *Lato sensu* em Gestão Pública na pag. 69 a 79
- c. Parecer favorável a criação do curso emitido pelo Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais - DACS (p.80) aprovado na 2ª Reunião Ordinária departamental de 2016

2 – O presente parecer baseia-se no que preconiza os normativos:

- a. Decreto 6.170/11, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.
- b. Lei 8.958/94, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências;
- c. Portaria Interministerial 507/2011, que regulamenta os convênios e contratos de repasse da União com as instituições provadas sem fins lucrativos;
- d. Resolução CONSUNI/UFERSA 01/2013, que Normatiza as relações entre a



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pro - Reitoria de Planejamento

Av. Francisco Mota, 572 – Costa e Silva – CEP: 59625-900.
Mossoró – Rio Grande do Norte - e-mail: diconv.proplan@ufersa.edu.br
Tel.: 84 – 3317.8273



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa e as Fundações regularmente credenciadas no Ministério da Educação – MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, de apoio à Ufersa;
e. Plano de Logística Sustentável da Ufersa, de 2013.

3 – Observações

- a. O programa de Pós-Graduação em Gestão Pública tem duração de 18 meses e é apresentado em módulos, sendo constituído de um núcleo básico e 05 áreas de concentração representadas por: Gestão Pública, Gestão Municipal, Gestão em Saúde, Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão em Infraestrutura e Logística.
- b. Quanto ao corpo docente, das 37 disciplinas pelo menos 32 serão ministradas por servidores da Ufersa, em observação ao que estabelece o art. 12º da Resolução CONSUNI/UFERSA 01/2013.
- c. Esta Divisão absteve-se de fazer qualquer análise quanto ao regimento do curso (paginas 126 a 136) por entender não fazer parte da sua competência.
- d. O projeto não apresenta relação dos bens móveis e imóveis da Ufersa a serem disponibilizados ao projeto e nem detalha as etapas e fases de execução conforme orientação da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 001/2013 art. 4º, recomenda-se análise e possível inclusão dessa informação no projeto quanto o mesmo for submetido de forma definitiva a PROPLAN.
- e. Quanto à análise orçamentária cabe ressaltar que os valores apresentados no projeto, bem como a distribuição dos mesmos, possui caráter meramente estimativo e ilustrativo, sob o ângulo da perspectiva de receitas e despesas. Assim, supõe-se que o orçamento poderá sofrer variações quanto ao oferecimento de cada turma em virtude das alterações necessárias na planilha orçamentária.
- f. Quanto ao orçamento apresentado, não foram identificadas falhas que possam tornar o projeto inexecutável. O orçamento em questão possui necessidade de pequenas correções como quanto ao enquadramento de rubricas orçamentárias, inclusive entre grupos de despesas, valores de diárias e auxílio a deslocamento divergente do Decreto 6.907/2009, entre outras adequações que poderão ser realizadas no momento em que o processo for tramitado à Pró-Reitoria de Planejamento para a celebração de instrumento jurídico que possa respaldar o oferecimento de cada turma do referido



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pro - Reitoria de Planejamento

Av. Francisco Mota, 572 – Costa e Silva – CEP: 59625-900.
Mossoró – Rio Grande do Norte - e-mail: diconv.proplan@ufersa.edu.br
Tel.: 84 – 3317.8273



programa.

- g. É preciso que seja observado o que estabelece a Resolução CONSUNI/UFERSA 07/2015, quanto ao oferecimento de vagas gratuitas para servidores da Instituição;

ISTO POSTO, com base nas razões retro, esta unidade **MANIFESTA-SE FAVORAVEL** a criação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, devendo a coordenação do curso, no momento da formalização de cada convênio ou outro instrumento congêneres, relativo à criação de cada turma específica, apresentar à DIVISÃO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO, em conformidade com o que estabelece a Resolução CONSUNI/UFERSA 01/2013, os seguintes itens:

- I. Documento certificando a aprovação do oferecimento da turma pelo departamento (art 5º);
- II. Planilha orçamentaria específica e isenta das falhas apontadas nos itens "f" e "g" deste parecer;
- III. Documento encaminhado pelo departamento à Pro-Reitoria competente indicando a classificação quanto a modalidade acadêmica do projeto e solicitando providências para implementação do projeto;
- IV. Plano de trabalho, conforme modelo em anexo, apresentando a carga horaria da equipe técnica, (docentes e coordenação) metas e etapas;
- V. Comprometimento de que a equipe, quando implantado o módulo de projeto disponibilizará o mesmo no módulo;
- VI. Indicação do coordenador;
- VII. Aprovação pela Fundação Guimarães Duque da planilha orçamentária;
- VIII. Memorando da Pró-Reitoria competente encaminhando o processo a PROPLAN reiterando a necessidade de celebração de convênio com a Fundação e quanto à classificação da modalidade acadêmica do mesmo, conforme arts. 2º e 3º;
- IX. Relação de bens moveis e imóveis da Ufersa a serem disponibilizados para uso durante execução do projeto, detalhando as características da infraestrutura laboratoriais e administrativas necessárias por etapa do projeto



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pro - Reitoria de Planejamento
Av. Francisco Mota, 572 – Costa e Silva – CEP: 59625-900.
Mossoró – Rio Grande do Norte - e-mail: diconv.proplan@ufersa.edu.br
Tel.: 84 – 3317.8273

Sendo o que tínhamos para expor, encaminhe-se o presente processo a Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para providências.

É o nosso entendimento, salvo melhor juízo.

Atenciosamente,

Lara Kateucha. F. Souza

Diretora da Divisão de Convênios e Termos de cooperação



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – e.mail: proppg@ufersa.edu.br

**PARECER SOBRE CRIAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
(ESPECIALIZAÇÃO) EM GESTÃO PÚBLICA**

RESUMO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DO CURSO

O processo 23091.003171/2016-42 trata do projeto de criação do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização) em **Gestão Pública** – CEGP, da grande área Ciências Sociais Aplicadas e área de Administração, no Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais – DACS, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Câmpus Mossoró. Este curso será dividido em núcleo básico e núcleos de concentração, nas seguintes áreas: **Gestão Pública, Gestão Municipal, Gestão em Saúde, Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão em Infraestrutura e Logística.**

O CEGP poderá ser ofertado presencialmente, **com as aulas presenciais realizadas nas sextas-feiras e nos sábados**, e a distância, utilizando as ferramentas dispostas pela Universidade Aberta do Brasil – UAB e o Núcleo de Educação a Distância – NeAD/UFERSA. O Curso terá duração de **18 meses**, carga horária total de **450 ou 480 horas (240h ou 270h do núcleo básico e complementar e 210h do núcleo de concentração)** e uma única turma composta de até **50 alunos**, de acordo com a demanda e com a viabilidade econômica da realização do Curso. Dentre os docentes do CEGP 67,6 % são doutores, 27,0% são mestres e 5,4% são especialistas.

CONSIDERAÇÕES

O Projeto de criação do Curso supracitado atende as Normas para funcionamento dos cursos de especialização da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) que é a **Resolução CNE/CES nº 1, de 08 de junho de 2007;**

O Projeto atende o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UFERSA, conforme Resolução CONSUNI/UFERSA 006/2011 de 10 de agosto de 2011;

A referida proposta do curso foi aprovada na 2ª Reunião Extraordinária do DACS de 2016 realizada no dia 30 de março de 2016 (folha 80);

Na Resolução CONSUNI/UFERSA 001/2013 de 04 de fevereiro de 2013 a referida proposta enquadra-se na modalidade de Projeto de Ensino, sendo classificado, segundo as fontes de recursos para financiamento das ações, como Tipo “B”, de acordo com o art. 3º, inciso 2 da supracitada resolução;

Convém salientar que logo após a matrícula dos alunos no CEGP, deverão ser indicados pela Assembleia Departamental do DACS 04 (quatro) docentes vinculados ao Curso, que irão compor o Colegiado de Curso, sendo posteriormente, escolhido dentro do colegiado o coordenador e o vice-coordenador do Curso. Dessa forma, não é possível garantir que o professor proponente ou qualquer outro professor do CEGP será o coordenador do Curso. Deve ser ressaltado ainda que 01 (um) discente matriculado no Curso deve também ser eleito por seus pares para a composição deste Conselho de Curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – e.mail: proppg@ufersa.edu.br

Quanto ao Regulamento do CEGP, este foi elaborado de acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UFERSA em vigor, com a ressalva apenas que o Colegiado do Curso deve ser composto por 04 (quatro) membros docentes e não 05 (cinco), como apresenta o texto do Regulamento do CEGP.

PARECER

CONSIDERANDO que a realização do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* (Especialização) em Gestão Pública na UFERSA é de grande importância para a qualificação de profissionais de nível superior da região;

CONSIDERANDO que as sugestões da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA apresentadas neste documento serão atendidas pelo(a) coordenador(a) do projeto e, ou, pelo DACS/UFERSA;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Pró-Reitoria de Planejamento da UFERSA (folhas 81 - 84).

A PROPPG/UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** à criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) em Gestão Pública, a ser oferecido pela UFERSA, Câmpus Mossoró, mediante ajuste de calendário (folha 64) e aprovado por todos os seguimentos envolvidos.

Encaminhe-se a proposta para a Secretaria dos Órgãos Colegiados para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFERSA – CONSEPE e o Conselho Universitário da UFERSA – CONSUNI.

Mossoró – RN, 31 de março de 2016.

Prof. Subênia Karine de Medeiros

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
3ª Reunião Ordinária de 2016

2º PONTO

Apreciação e deliberação sobre o Projeto Pedagógico do curso de Letras Inglês –
Câmpus Caraúbas, encaminhado por meio do Memorando Eletrônico Nº 118/2016 -
PROGRAD.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 118/2016 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201639180)**

Nº do Protocolo: 23091.003611/2016-93

Mossoró-RN, 13 de Abril de 2016.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE

Prezada Secretária,

Venho solicitar a inclusão de ponto de pauta na próxima reunião ordinária do CONSEPE relativo à deliberação sobre o PPC do Curso de Letras-Inglês do campus Caraúbas, conforme documentação anexa.

Atenciosamente,

(Autenticado em 13/04/2016 08:31)

**AUGUSTO CARLOS PAVAO
PRO-REITOR - TITULAR
Matrícula: 1620000**

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PARECER

Trata-se da proposta de “Projeto Pedagógico de Curso” do curso de Licenciatura em Letras- Inglês do campus Caraúbas. O PPC ora encaminhado foi analisado e revisado pelo Setor Pedagógico da PROGRAD e pelo Comitê de Graduação, sendo que as alterações sugeridas nessas instâncias foram satisfatoriamente contempladas.

Considerando a RESOLUÇÃO CNE Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e respectivos prazos de implantação (documento e síntese anexas), sugere-se que no prazo de um ano o referido PPC seja revisado e adequado a essas diretrizes, sem prejuízo de sua aprovação no formato atual visto que se trata de curso já implantado antes da publicação da referida resolução.

O número de vagas e a forma de entrada (anual/semestral) previstas para o curso devem ser adequadas ao estabelecido no Plano de oferecimento de vagas das licenciaturas do campus Caraúbas, conforme anexo do MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 89/2016 – CARAÚBAS (documentos em anexo). Sendo aprovado o PPC com o novo quantitativo de vagas deve ser encaminhada ao CONSUNI uma minuta de Decisão alterando as vagas oferecidas atualmente no Curso.

Considerando os pontos apresentados acima, encaminhamos o PPC do curso de Licenciatura em Letras-Inglês do campus Caraúbas para apreciação e deliberação no CONSEPE.

Mossoró, 12 de abril de 2016.

Augusto Carlos Pavão

Pró-Reitor de Graduação

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pró-Reitoria de Graduação
Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
Letras/Inglês



CARAÚBAS-RN

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/INGLÊS

Licenciatura em LETRAS/INGLÊS

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês, elaborado com o objetivo de sua oferta pela Universidade Federal do Semi-Árido, no contexto de sua política de expansão, formação de professores de línguas.

CARAÚBAS-RN

2015

Catálogo na Fonte

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**Reitor:**

Prof^o. Dr. José de Arimatea de Matos

Vice-Reitor:

Prof^o. Dr. Francisco Odolberto de Araújo

Chefe de Gabinete:

Ma. Macia de Jesus Xavier

Assessor Especial:

Thiago Henrique Gomes Duarte Marques

Pró-Reitor de Planejamento:

Me. George Bezerra Ribeiro

Pró-Reitora de Administração:

Ma. Anakléa Mélo Silveira Cruz Costa

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Dr. Rui Sales Júnior

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Dr. Luiz Augusto Vieira Cordeiro

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários:

Prof. Dr. Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Ma. Keliane de Oliveira Cavalcante

Diretora do Campus de Caraúbas:

Prof^a. Dr^a. Edna Rocha Linhares

Diretoria da Divisão de Registro Escolar

Joana D'Arc Veras de Aquino

CURSO DELICENCIATURA EM LETRAS/INGLÊS

Coordenador: Prof. Me. Pedro Felipe Martins Pone

(Portaria UFERSA/GAB Nº 1.540/2014)

PROFESSORES/AS:

Prof.^a Dra. Elaine Cristina Forte Ferreira

Prof.^a Ma. Katiene Rozy S. do Nascimento

Prof.^a Ma. Lígia de Souza Leite

Prof.^a Ma. Monaliza Rios Silva

Prof. Me. Pedro Felipe Martins Pone

Prof. Me. Pedro Fernandes de Oliveira Neto

Prof.^a Dra. Sandra Maria Araujo Dias

Prof. Dr. Vicente de Lima Neto

O processo de construção da proposta do curso foi viabilizado por uma comissão e contou com a cooperação dos seguintes colaboradores (as):

COMISSÃO

Portaria UFERSA/GAB Nº 1.300/2013, de 28 de agosto de 2013.

Presidente: Prof.^a Dra. Sandra Maria Araujo Dias

Membro: Prof.^a Dra. Auristela Crisanto da Cunha

Membro: Prof. Me. Cid Ivan da Costa Carvalho

Membro: Tradutor Aníbal de Souza Mascarenhas Filho

PROFESSORES/AS E TÉCNICOS(AS) COLABORADORES(AS):

Prof.^a Dra. Elaine Cristina Forte Ferreira

Prof. Me. Emerson Augusto de Medeiros

Prof.^a Ma Katiene Rozy S. do Nascimento

Prof.^a Dra. Luciana Mafra

Prof.^a Ma. Lígia de Souza Leite

Prof.^a Ma. Monaliza Rios Silva

Prof. Me. Pedro Fernandes de Oliveira Neto

Prof.^a Dra. Sandra Maria Araujo Dias

Prof. Dr. Vicente de Lima Neto

Técnica em Assuntos Educacionais Kaline Maria Machado Ferreira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
1.1 Histórico da UFERSA	07
1.1.1 Inserção regional	07
1.1.2 Missão da Universidade	08
1.1.3 Objetivos Institucionais	08
1.2 Segmentos da Educação Superior na UFERSA – Campus Caraúbas	08
1.3 Justificativa do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês	11
2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	16
3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO	18
3.1 Concepção do curso	18
3.2 Fundamentação teórico-metodológica	20
3.3 Fundamentação legal	23
3.4 Adequação do projeto ao PPI e ao PDI	24
4 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	25
4.1 Conselho de Curso	25
4.2 Coordenação do Curso	26
4.3 Núcleo Estruturante Docente	26
4.4 Corpo Docente	27
5 OBJETIVOS	29
6 PERFIL DO EGRESSO	33
6.1 Competências, atitudes e habilidades do graduando em Letras/Inglês	33
6.2 Campo de atuação do profissional	34
7 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	36
7.1 Distribuição das atividades/carga horária	37
7.2 Estrutura curricular do curso de Licenciatura em Letras/Inglês	40
8 EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES	44
9 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	88
9.1 Avaliação da Aprendizagem	88

9.2 Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso	89
9.3 Avaliação do Curso.....	89
9.3.1 Avaliação Externa	90
9.3.2 Avaliação Interna	90
9.3.3 Participação do Corpo Discente na Avaliação do Curso	91
10 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO	92
10.1 Participação do Corpo Discente nas Atividades Acadêmicas	92
10.2 Prática como Componente Curricular	93
10.3 Estágios	94
10.4 Trabalho de Conclusão de Curso	95
10.5 Linhas de pesquisa	96
10.6 Atividades Complementares	100
11 ATENDIMENTO AO DISCENTE	104
11.1 Setor Pedagógico	104
11.2 Programa de Monitoria	104
11.3 Programa de Tutoria	105
11.4 Assistência Social	107
11.5 Bolsa Auxílio.....	108
11.6 Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social	109
11.7 Atividades Culturais	109
12 NÚCLEO DE PESQUISA EM LÍNGUA E LITERATURA	111
13 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	112
13.1 Biblioteca	112
13.2 Laboratório de Informática	113
13.3 Sala do NUPELL	113
13.4 Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e de Literatura (LAELL)	114
REFERÊNCIAS.....	115

1. INTRODUÇÃO

1.1 Histórico da UFERSA

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA foi criada em 01 de agosto de 2005, pela Lei nº 11.155, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, instituição dedicada à educação superior, criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, através do Decreto nº 03/67, de 18 de abril de 1967 e incorporada à rede federal de ensino superior, como autarquia em regime especial por meio do Decreto nº 1.036, de 21/10/1969.

1.1.1 Inserção regional

Geograficamente situada nas mesoregiões Oeste e Central do estado do Rio Grande do Norte, áreas de clima semiárido, a UFERSA, por meio das atividades inerentes à educação superior, busca contribuir para o desenvolvimento regional através da construção de alternativas e soluções para os problemas enfrentados na região, sobretudo aqueles que afetam a população e o ecossistema caatinga, assumindo, assim, o compromisso com a formação de profissionais, capazes de atender as demandas do mercado de trabalho da região. Para isto, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação enfatizam uma formação voltada para as necessidades de crescimento e sustentabilidade da região do semiárido, mas ressaltando uma formação que contemple a produção de conhecimentos e de tecnologias integradas às necessidades da Região e do País. Neste sentido, procura refletir nos seus projetos de cursos o compromisso com o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de formar profissionais capazes de interferir nas organizações de modo a torná-las competitivas no cenário econômico e social e político da região.

Assim, entre os principais papéis da Universidade, enquanto espaço de construção coletiva do conhecimento e de formação superior, destaca-se a disponibilização de profissionais críticos e conscientes de suas condições de cidadãos, para a sociedade, capazes de assumir responsabilidades e se comprometer com as demandas locais e com o contexto em que está inserido. O comprometimento com a inserção regional da Universidade se constitui a partir da criação dos cursos e propostas curriculares capazes de atender as especificidades e necessidades locais, além da elaboração de projetos de pesquisa e extensão que dialoguem com diferentes esferas da comunidade, potencializando o desenvolvimento regional.

1.1.2 Missão da Universidade

A missão da UFERSA é produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade.

1.1.3 Objetivos institucionais

A UFERSA tem como objetivos definidos em seu Estatuto: ministrar ensino superior visando o desenvolvimento político, científico, social, ambiental e econômico do indivíduo e da sociedade; promover o trabalho de pesquisa e investigação científica, com vistas à produção e difusão do conhecimento e estabelecer diálogo permanente com a sociedade, de forma a contribuir para a solução dos problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos, dando ênfase a região semiárida brasileira.

1.2 Segmentos da Educação Superior na UFERSA – Campus Caraúbas

As instituições de educação superior sempre desempenharam papéis importantes em cultivar conhecimento e colocá-lo em benefício da sociedade. Em épocas e sociedades diferentes, estas atividades de produção de conhecimento englobaram desde a educação tradicional nas profissões liberais até o desenvolvimento de pesquisa avançada nas ciências básicas e suas aplicações.

Durante o processo histórico da universidade brasileira muitas lutas foram travadas em prol da reformulação dos paradigmas de ensino ofertados nesse âmbito. Aspirando uma instituição capaz de expressar multiplicidade de pensamentos, que amplie seu escopo de atuação passando a envolver não só os segmentos sociais já tradicionalmente privilegiados, mas a sociedade na sua totalidade, a universidade, necessariamente, deve (re)visitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando os saberes do senso comum, confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas.

A pesquisa acadêmica é um dos três pilares da atividade universitária, junto com o ensino e a extensão, que visa a produzir conhecimento para uma disciplina acadêmica, bem como, investigações relacionadas à prática dos processos de ensino-aprendizado. Ela pode ser pesquisadores/docentes, estudantes universitários e pesquisadores independentes.

Levy (1996) define a pesquisa como o resultado da aprendizagem construída pelo indivíduo e/ou pela sociedade na qual esta se desenvolve. A pesquisa também pode ser conceituada como um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente.

Na UFERSA – Campus Caraúbas, a pesquisa objetiva produzir, estimular e incentivar a investigação científica, de forma articulada com o ensino e a extensão, visando à produção do conhecimento e o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes, com o propósito fundamental de ressignificar seu caráter público e sua função social. Vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA, o Campus Caraúbas atualmente conta com treze projetos de pesquisa, sendo 11 deles internos, e dois financiados.

No caso da extensão universitária, esta é estabelecida por uma política que, em nível nacional, define procedimentos e diretrizes que devem estar presentes em todas as ações extensionistas. Segundo essas diretrizes, aprovadas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX), pode-se dizer que extensão universitária é um: “[...] processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Esse conceito amplo se coloca como alvo das atividades extensionistas e busca abraçar o conjunto de ações que envolvem a relação plena entre os diferentes atores sociais nessa interação entre a universidade e a sociedade que a constitui e é construída por ela.

Assim, na UFERSA – Campus Caraúbas, a extensão universitária é entendida como um processo educativo, artístico-cultural, científico e tecnológico, articulado de forma indissolúvel a pesquisa e o ensino cujo objetivo é estimular o conhecimento dos problemas mundiais, nacionais, e, em particular regionais e locais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; contribuir para a autonomia dos segmentos beneficiados por esta atividade; e promover o intercâmbio técnico-científico e gerencial das atividades afins. No Campus Caraúbas estão em pleno funcionamento dezesseis programas e um projeto de extensão.

Pautando-se em paradigmas democráticos e transformadores, percebe-se a necessidade da reformulação do antigo currículo da universidade brasileira. Esse currículo é organizado a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão que funciona como eixo norteador na formação do estudante, apontando para uma perspectiva na qual o ensino de graduação vai além da mera transmissão e transforma-se em um período de construção do conhecimento, em que o estudante passa a ser reconhecido como sujeito, crítico e participativo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, em seu artigo 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E, em se tratando de educação escolar/acadêmica, esta deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. No entanto, a forma como esta educação tem sido posta em prática ao longo da história tem apresentado tendências diversas.

Em se tratando da Educação que pauta as ações da UFERSA – Campus Caraúbas tem-se a prática de uma educação ampla, que busca ultrapassar os limites da instituição, alcançando aspectos e espaços físicos externos à universidade, o que possibilita o exercício de um ensino contextualizado, capaz de efetivar a formação integral dos seus discentes, abrangendo tanto os aspectos técnico-científicos quanto os humanos. Desse modo, faz-se crucial a utilização de uma metodologia ativa que prioriza a participação do discente na aquisição/construção/reconstrução do conhecimento, e que considere a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos. Prima-se, também, pela interação constante entre os diversos saberes onde a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são as palavras de ordem. Assim, adota-se a construção de um conhecimento articulado que rompe com os limites entre os componentes curriculares para se efetivar um amplo exercício ou exercício pluralista da cognição.

Alinhando-se a isso, o processo avaliativo é visto, neste Campus, como processo contínuo de pesquisas, cujo intuito maior é desenvolver e interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos para, a partir disso, vislumbrar ações de intervenção. Tal postura evidencia que a avaliação não é um fim em si mesma, mas um meio que permite verificar até que ponto o ensino prestado tem sido eficaz e assim, sendo necessário, reformular o trabalho pedagógico com a adoção de procedimentos que possibilitem sanar as deficiências identificadas. Sendo assim, a UFERSA – Campus Caraúbas adota três modalidades de avaliação (diagnóstica, formativa e somativa) que aplicadas em momentos distintos do processo de ensino-aprendizagem permitem o alcance dos objetivos traçados, contribuindo para a excelência do ensino prestado na instituição. Para apoiar na avaliação do processo de ensino-aprendizagem e em outras questões didático-pedagógica, o referido campus conta com o setor pedagógico, que está vinculado à Pró-reitoria de Graduação, PROGRAD, UFERSA.

O setor pedagógico da UFERSA – Campus Caraúbas tem como função precípua prestar assessoria didático-pedagógica àqueles envolvidos no processo ensino-aprendizagem desta instituição, de modo que a excelência no trabalho educativo seja alcançada. Para tanto,

desenvolve ações diversas as quais buscam a articulação entre docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade. Este setor parte da premissa de que o trabalho educativo, enquanto prática intelectual e social necessita da articulação das dimensões do saber, do saber-fazer e da reflexão crítica de seus objetivos e do processo pedagógico como um todo. Partindo dessa premissa, o referido setor visa minimizar as fragilidades que o Campus possa apresentar no que concerne aos aspectos didático-pedagógicos, corroborando para a construção da dimensão ética, ressignificação de valores, conhecimento e da identidade social da comunidade acadêmica, consolidada pelo conhecimento produzido.

1.3 Justificativa do curso de Licenciatura em Letras/Inglês

A globalização e o decorrente apelo à especialização e à empregabilidade profissional têm relegado o papel primordial da universidade enquanto espaço favorecedor do posicionamento crítico diante do conhecimento por ela produzido e disseminado. A aquisição e a transmissão do conhecimento, nos moldes atuais, passam a responder à lógica do mercado e os cursos oferecidos pelas universidades são tanto mais atrativos quanto mais instrumentalizarem tecnicamente o indivíduo para o rápido ingresso no mercado do trabalho. Em decorrência disso, estabelece-se uma visão utilitária da aquisição do conhecimento que reflete decisivamente no quadro educacional. No entanto, é válido ressaltar que a presente proposta vislumbra o processo de ensino-aprendizagem como algo complexo, resultado de uma prática em conjunto, discentes, docentes e sociedade, sendo o conhecimento construído a partir de ações articuladas por estes participantes. Desse modo, tencionamos formar sujeitos críticos, atuantes e autônomos, capazes de construir novos conhecimentos e integrá-los aos conhecimentos já construídos anteriormente.

No Brasil, esse quadro ainda apresenta uma taxa considerável de pessoas excluídas do ambiente escolar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao censo de 2010 revelam que 9,6% da população com 15 ou mais anos de idade ainda é de analfabetos, sendo o nordeste a região que os concentra em sua maioria: 53,3% de pessoas que não sabem ler nem escrever. Portanto, a formação de professores de línguas – engajados com uma proposta que vise a dar novos rumos à educação brasileira – se faz necessária.

No caso da língua inglesa, esta assume a condição de ser parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao aprendiz aproximar-se de outras culturas, as quais, conseqüentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado. Pelo seu caráter de sistema simbólico, a língua inglesa, como qualquer linguagem, funciona como meio de acesso ao conhecimento e, portanto, às diferentes formas de pensar, de criar, de sentir, de agir e

de conceber a realidade. Seu domínio, assim, propicia ao indivíduo uma formação mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais sólida. Tendo em vista a importância e a necessidade do conhecimento da língua inglesa na sociedade atual, faz-se necessário investir, em primeiro lugar, na formação do professor para atuar nessa área. Em se tratando de escolas públicas, é na educação básica que a grande maioria dos alunos entra em contato pela primeira vez com a língua estrangeira, e cabe ao docente estimular o aprendizado de uma língua tão necessária para o mundo moderno (BRASIL, 1998, 1999).

Acredita-se que o processo ensino-aprendizagem de língua inglesa, principalmente em relação à competência leitora, pode auxiliar a reduzir esses dados tão alarmantes, ao oferecer caminhos para que os alunos desenvolvam estratégias de leitura, aumentando, assim, seu letramento e permitindo que a visão de mundo seja ampliada. Desta forma, o curso de Licenciatura em Letras/Inglês poderá ajudar a formar cidadãos mais conscientes e aptos a lidar com diferentes linguagens, interagindo de várias formas com diferentes textos e pessoas.

Ademais, a língua inglesa assume a condição de ser parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao aprendiz aproximar-se de outras culturas, as quais, conseqüentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado. Dessa maneira, um letramento básico bem sedimentado permitirá suplantar a carência de profissionais qualificados para as mais diversas áreas de atuação. Assim, torna-se evidente o caráter estratégico do curso de Licenciatura em Letras/Inglês e a necessidade urgente da formação de profissionais qualificados nessa área, pois o curso consiste não apenas em proporcionar ensino de uma língua e de uma cultura, mas também em uma oportunidade de formar profissionais aptos a tornarem seus alunos em cidadãos comprometidos com o saber de uma língua que é de fulcral importância no cenário mundial.

No que toca ao objetivo geral, que compreende a formação de profissionais competentes, na área de língua inglesa, o curso tem o intuito de formar profissionais da área de língua inglesa aptos a colaborar para com a ação pedagógica de professor/pesquisador envolvido politicamente com ações que o dimensionem numa perspectiva humanística, científica e cultural, consciente de seu papel de orientador da aprendizagem, com posicionamento crítico a respeito de si próprio e da realidade circundante. Tendo em vista o objetivo geral, destacamos, a seguir, alguns dos objetivos do curso, os quais explicitam a multiplicidade de papéis que o graduando poderá exercer em sua profissão, tais como:

a) Compreender os fatos da linguagem, sobretudo a linguagem verbal, nas modalidades escrita e oral, à luz de diversas teorias, sem o aprisionamento teórico a determinados modelos, em uma

perspectiva ampla que contemple as mais recentes pesquisas nas searas da linguagem, sem esquecer os modelos clássicos que lhes deram origem;

b) Desenvolver pesquisas no campo da linguagem, direcionadas para o ensino, viabilizando um exercício humanista que considere o educando como sujeito de seu espaço e de seu tempo;

c) Dominar ativa e criticamente um repertório representativo das obras literárias da língua (para cujo ensino será habilitado);

d) Dominar a terminologia técnica das Áreas de Língua, Linguagens, Literatura, Linguística, por meio da qual se possa discutir e transmitir a fundamentação desses conhecimentos;

e) Operar, no papel de professor/pesquisador, com as diferentes manifestações da linguagem;

f) Formar leitores críticos, bem como produtores de textos dos mais diversos gêneros;

g) Aplicar os conhecimentos a problemas de ensino/aprendizagem, numa perspectiva que contemple o texto e o discurso, na sua diversidade de gêneros, como motivadores do estudo da língua.

Portanto, como é possível perceber, a língua inglesa, enquanto veículo de comunicação humana perpassa todas as áreas do conhecimento. Sua sistematização, através do ensino, não pode desconsiderar seu papel abrangente, devendo abordá-la em suas diversas modalidades de manifestação, contemplando-a em seu viés estético (literaturas), suas diversidades internas decorrentes de fatores geográficos, históricos, discursivos, linguísticos, culturais e sociais. (BRASIL, 1998).

Considerando o processo de globalização e seu impacto na sociedade, a educação tem sofrido mudanças e, conseqüentemente, tem sido amplamente repensada pelos órgãos oficiais. *A Nova proposta da Educação Superior* – elaborada pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e nº 19, de 27/05/2003, e instalada pelo Ministro da Educação em 29/04/2003 – pretende “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados”. Das diretrizes traçadas por essa Comissão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES), apoiadas em pressupostos acadêmicos e políticos, pode-se pensar na importância do Curso de Letras para a concretização dessas metas na medida em que o profissional/educador dessa área do conhecimento tem um efetivo compromisso com “a transformação na Educação Superior Brasileira para corresponder mais diretamente aos anseios da sociedade por um país democrático, cujos cidadãos participem ativamente na definição dos projetos de seu desenvolvimento”, bem como com a “preservação dos valores acadêmicos fundamentais, como

a liberdade e pluralidade de ideias, que se manifestam no cultivo da reflexão filosófica, das letras e artes e do conhecimento científico”.

O avanço tecnológico e as novas formas de comunicação decorrentes, bem como os efeitos integradores da globalização, passam a exigir a formação de profissionais cujo potencial transcenda as competências técnicas específicas de sua profissão. Daí a necessidade de acrescentar-lhes um comportamento crítico-reflexivo que lhes amplie as possibilidades criadoras e a capacidade de articular saberes diversos, sem que se contraponha ao conhecimento técnico, mas que a ele se integre.

Visando a oferecer uma formação de qualidade, os ingressantes no curso de Licenciatura em Letras/Inglês da UFERSA – Campus Caraúbas serão instruídos para o exercício de aprendizagem e ensino sob uma perspectiva articuladora dos conhecimentos didático-pedagógicos, linguísticos, literários e sócio-históricos-culturais. Para isso, o projeto de criação do referido curso na Universidade Federal Rural do Semi-Árido norteia-se pelas diretrizes instituídas pela Resolução no. 27/2001 ou 09/2007, considerando, para o processo de formação dos futuros professores, o desenvolvimento das competências enumeradas no art. 6º, a saber:

- I – as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- II – as competências referentes à compreensão do papel social da escola;
- III – as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- IV – as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- V – as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- VI – as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Alinhando-se a essas competências, os componentes curriculares formadoras da estrutura curricular do curso de Licenciatura em Letras/Inglês foram organizados de forma a orientar os alunos e futuros professores de forma a servir-lhes de fundamentação necessária para o exercício da docência em constante aprimoramento, a partir da orientação e do estímulo à adoção de uma postura investigativa, aberta e adaptável às mudanças e sensível à diversidade. Essa estrutura curricular, portanto, foi estruturada em diversos eixos temáticos, a saber: estudos linguísticos; estudos da educação, do ensino e aprendizagem e da cultura; estudos literários; estudos da tradução; estudos da Língua Inglesa. Vale salientar que essa organização corrobora o desenvolvimento simultâneo das quatro habilidades linguísticas (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita) dos alunos e do desenvolvimento de

práticas diversificadas de letramentos, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Línguas Estrangeiras (BRASIL, 1998, 1999).

A UFERSA – Campus Caraúbas que tradicionalmente oferece cursos de formação em áreas predominantemente tecnológicas abre gradativamente espaço para a formação humanística buscando atuar em consonância com a missão a que se propõe no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013, no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e em seus documentos oficiais, que é a de:

- a) produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira;
- b) contribuir para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva;
- c) ampliar o escopo de cursos oferecidos na instituição nos diversos campi a partir de uma análise das demandas locais.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Letras, apresentadas no parecer CES 492/2001, o graduado deverá desenvolver múltiplas competências e habilidades compatíveis com o campo de atuação docente, sob os aspectos teóricos e práticos, durante sua formação acadêmica. Nesse sentido, a formação do professor de língua inglesa deve, por isso, operar o redimensionamento de práticas de ensino tradicionais e ultrapassadas e, por isso, já ineficazes para os moldes educacionais requeridos pela contemporaneidade.

O princípio da interdisciplinaridade que perpassa a proposta do curso de Letras busca romper com a continuidade de um modelo de formação de professores alheio às dificuldades da gestão do ensino e da aprendizagem e do saber produzido na universidade que não dialoga com o cotidiano escolar. A finalidade do curso é formar professores capazes de identificar problemas na aprendizagem, as causas que os produzem e propor soluções que garantam a continuidade do processo de aprendizagem do educando.

Assim sendo, o curso de licenciatura supracitado ancora-se nos recentes estudos sobre letramento e formação de professores de línguas. Considera-se, ainda, que o mercado de trabalho para o acadêmico do curso de Letras apresenta características cada vez mais promissoras, em face, por exemplo, da multiplicação da rede escolar nos vários níveis de ensino, a ampliação dos *mass media* e a criação de um espaço cultural específico (academias, produção artístico-cultural-regional).

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Dados da instituição proponente

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês		
Instituição Proponente: Universidade Federal Rural do Semi-Árido		
CNPJ: 24529265000140		
Endereço: RN 233, km 01, Sítio Esperança II, Zona Rural de Caraúbas/RN		
Cidade: Caraúbas	UF: RN	CEP:Telefone: (84) 59.780-000

Dados do responsável pela instituição proponente

Dirigente da Instituição: José de Arimatea de Matos (REITOR)	
Telefone: (84) 3317-8225	E-mail: reitor@ufersa.edu.br

Dados do responsável pelo projeto

Pró-Reitor de Graduação: Augusto Carlos Pavão	
Telefone: 84 3317-8234	E-mail: augusto.pavao@ufersa.edu.br prograd@ufersa.edu.br

Dados do coordenador do curso

Coordenador: Pedro Felipe Martins Pone	
Telefone: 84 9656-4433	E-mail: pedro.pone@ufersa.edu.br

Identificação do curso

Curso: Letras
Modalidade do curso: Licenciatura
Habilitação: Inglês
Título Acadêmico Conferido: Licenciado em Letras com habilitação em Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas
Modalidade de ensino: Presencial
Regime de Matrículas: Crédito

Número de vagas anual: 30 vagas
Número de turmas: 01 turma por semestre
Turno de funcionamento: Noturno
Forma de ingresso: SISU

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

3.1 Concepção do curso

Com vistas a atender às exigências ditadas pela globalização e considerando as habilidades e competências determinadas pelo INEP (cf. Portaria Inep no. 260, de 02 de junho de 2014), o curso de Licenciatura em Letras/Inglês conta com conteúdos curriculares que visam à formação do professor associada ao princípio formativo da interdisciplinaridade. Este princípio articula a pesquisa, o ensino e a extensão na formação do professor e permite apreender saberes, transformá-los e intervir com ética na realidade.

Para isso, são levados em consideração alguns aspectos: coerência do currículo com os objetivos do curso, coerência do currículo com o perfil desejado do egresso, coerência do currículo em face das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos documentos norteadores da Instituição, tais sejam PDI e PPI, adequação da metodologia de ensino à concepção do curso, inter-relação dos componentes curriculares na concepção e execução do currículo, adequação, atualização e relevância da bibliografia, e dimensionamento da carga horária dos componentes curriculares.

A busca pela coerência do currículo com os objetivos do curso pode ser visualizada na estrutura da estrutura curricular, que reúne um conjunto de componentes curriculares distribuídos ao longo dos semestres. O currículo desta habilitação considera a formação básica na área de Letras, particularmente no que se refere à língua Inglesa como também à formação profissional que visa a oferecer subsídios ao exercício da profissão, de maneira a possibilitar, ao egresso, demonstração de competência técnica, de capacidade de estabelecer relações humanas e de ter posturas éticas compatíveis com as exigências do desempenho profissional de um educador. Além disso, as atividades do curso procuram desenvolver no acadêmico a consciência da necessidade de uma contínua busca de aperfeiçoamento em sua área de atuação, com vistas a garantir tanto a sua formação continuada como a oportunidade de inserção no mercado de trabalho cada vez mais seletivo.

Em face das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras, a estrutura da habilitação em língua inglesa, procurando resgatar a formação geral do acadêmico, atender o Parecer nº 28/2001 ou 9/2007, articula-se por eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas:

I – eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;

II – eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da

autonomia intelectual e profissional;

III – eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;

IV – eixo articulador da formação comum com a formação específica;

V – eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;

VI – eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

Os procedimentos metodológicos adotados consideram as especificidades e a natureza de cada componente curricular, a realidade institucional em termos de recursos humanos e de estrutura física, não descuidando dos objetivos do curso e do perfil do profissional que se tem a expectativa de formar.

Por ocasião da elaboração do currículo, buscou-se promover a interdisciplinaridade entre as áreas e subáreas, que se interseccionam e se complementam. As atividades desenvolvidas ao longo do curso visam a uma interação constante, na medida em que privilegiam o diálogo entre os componentes curriculares da habilitação em inglês, seja pela referência a teorias estudadas ou aos trabalhos práticos efetivados nos diversos componentes curriculares, caracterizando a busca pela flexibilização curricular.

A interdisciplinaridade é uma categoria que se define pela inter-relação, pela busca da comunicação que supere a linearidade dos conteúdos disciplinares e a fragmentação do conhecimento em disciplinas (FAZENDA, 1993). O princípio da interdisciplinaridade na organização curricular do curso de Letras busca construir uma visão dialética da realidade e dos contextos formais de educação, que são complexos e dinâmicos. Esta visão dialética e interdisciplinar organiza a aprendizagem, supera o isolamento dos componentes curriculares e reaproxima o cotidiano escolar do conhecimento produzido na universidade. A interdisciplinaridade no contexto das licenciaturas pode ser tomada em duas direções: na produção do conhecimento científico e nos processos de ensino.

Orientada para a produção do conhecimento científico serve para diminuir as distâncias que separam o conhecimento científico das outras formas de conhecimento (artístico, tecnológico, cultural, filosófico) e orientada para os processos de ensino contribui para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, ao entender a formação do professor não apenas como formação técnica e de conteúdos, mas enquanto formação humana e integral. Esta formação permite a observação crítica da realidade escolar e dos problemas da aprendizagem, possibilitando por meio da abordagem interdisciplinar, entender o educando e a escola sob diferentes aspectos: sociais, econômicos, culturais e comunitários. Entender os aspectos que

incidem sobre os processos de ensino e de aprendizagem é recuperar a finalidade da aprendizagem, que é tornar aquilo que se aprende significativo.

A interdisciplinaridade associada à gestão do ensino possibilita o diálogo e a partilha dos saberes faz da relação ensino-aprendizagem um momento de produção e de criação do conhecimento. O professor pesquisador através da formação orientada pelo princípio interdisciplinar consegue modificar velhas práticas e procedimentos inadequados em novas situações de aprendizagem (CALAZANS, 2002). Foram as categorias de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade encontradas na organização curricular da Educação Básica que exigiram repensar a formação de professores nas universidades, baseada no enfoque meramente disciplinar (BRASIL, CNE/CP Par. nº 9/2001, p.27). A articulação dos conteúdos disciplinares e a interdisciplinaridade no âmbito das licenciaturas passaram a ser realizadas através de eixos formadores que se comunicam entre si (BRASIL CNE/CP Par. nº 9/2001, p. 66). A partir deste parecer a Resolução nº 1 CNE/CP de 18 de fevereiro de 2002 que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena” passou a tratar da interdisciplinaridade enquanto fundamento dos processos de ensino e de aprendizagem, permitindo a flexibilização das dimensões teóricas e práticas, dos conteúdos, da formação específica e da autonomia intelectual.

Resguardadas as limitações orçamentárias federais e institucionais para aquisição/atualização dos acervos bibliográficos das bibliotecas das instituições federais de ensino superior, as dificuldades financeiras dos alunos (acadêmicos trabalhadores de curso noturno), a atualização bibliográfica acontece com o auxílio da biblioteca particular dos docentes. Acresce-se a possibilidade de acesso a bases de dados bibliográficos via *Internet* (Portal de Periódicos da CAPES, por ex.), e na biblioteca (virtual) da UFERSA.

Tentou-se conciliar a carga horária mínima necessária para garantir a formação do profissional/educador, segundo o perfil delineado, e as exigências normativas determinadas pela Legislação Federal e Institucional, estabelecida na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007. A inclusão de componentes curriculares eletivos objetiva complementar a formação do aluno acadêmico, e em casos específicos preencher eventuais lacunas decorrentes dos limites de carga horária impostos pela Legislação

3.2 Fundamentação teórico-metodológica

A educação é um instrumento de transformação social, fundamento essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária. No Brasil, a educação é direito humano

fundamental (tal qual o direito à vida, à liberdade e à igualdade) e tanto assim o é que, na Constituição Federal/1988 (art. 205), é tida como instrumento que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ademais, o Estado deve garantir o livre acesso e o direito de permanência de todos na escola. No entanto, no que diz respeito especificamente ao Ensino Superior, há uma grande dificuldade de obtenção de uma qualificação neste nível nas mais diversas áreas – tendo como justificativa, por exemplo, a distância dos grandes centros em relação às regiões mais periféricas, os custos que o estudo demanda e a constatação de que muitos jovens já se encontram empregados e não têm como conciliar suas atividades acadêmicas com as profissionais – além do considerável número de evasão daqueles que já adentraram no ensino superior, particularmente nos cursos de licenciatura no país e em especial na região Nordeste, conforme registros evidentes em dados do INEP. Tudo isso demonstra que há alguns impeditivos para que novos profissionais de fato sejam habilitados.

O Curso de Letras da UFERSA – Campus Caraúbas, em sua proposta a ser implantada a partir de 2014.1, orienta-se, basicamente, por diferentes escolas filosóficas, dada a especificidade da habilitação em Língua Inglesa e suas respectivas literaturas; o que se pauta numa formação acadêmica que contemple teoria, pesquisa e extensão, e o desenvolvimento no profissional de seu papel ético e político que o dimensionam como sujeito de sua história e de seu espaço social. Dessa forma, é que tal posicionamento põe em relevo as orientações dialéticas, no ensejo de abrir, o mais possível, perspectivas para um profissional em constante renovação e com visão crítica, voltado para a formação de educador/pesquisador. Esta posição é desenvolvida a partir do foi estabelecido pelo PPI (2011, p.17) de nossa instituição, ou seja, “a formação do cidadão crítico, ético, criativo e socialmente comprometido com a sociedade, capaz de produzir, organizar e difundir o conhecimento”.

Seguindo os passos do Círculo de Mikhail Bakhtin até pressupostos teóricos sobre a linguagem, pelo viés da Análise do Discurso, da Pragmática (de orientação francesa, americana e britânica) e das teorias da Enunciação, o curso de Licenciatura em Letras/Inglês se propõe a, sistematicamente, propiciar ao aluno uma articulação entre as diversas áreas de conhecimentos, capacitando-o a lidar de forma crítica com as linguagens, sobretudo com a linguagem verbal. Nesse âmbito, propomos a integração essencial entre teoria e prática, saberes necessários ao educador contemporâneo.

Tal perspectiva orienta-se, principalmente, por aquilo que Voloshinov chama de materialismo dialético, em seu *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em oposição tanto a um objetivismo abstrato, quanto a um subjetivismo idealista. Esta perspectiva vê a língua não como

um produto acabado, e muito menos a literatura, que é a mais elaborada forma de uso da língua, mas como enunciação dialógica, em constante mudança, como produção e não como produto, manifestação dinâmica, pancrônica e discursiva, por meio da qual os sujeitos interagem, de acordo com as condições de produção inerentes ao meio.

Nessa articulação dialética está inerente também os princípios de interdisciplinaridade tal como definem os novos lugares estabelecidos pela leitura da nova Pedagogia e tornado básicos e indispensáveis para a formação profissional desde quando da sua regulamentação a partir da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71 e melhor aperfeiçoada na LDB 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mesmo compreendendo da autonomia das universidades na criação de componentes curriculares e no estabelecimento do regime didático dos diferentes cursos (cf. a Lei 4.024/61 do CFE), este PPC toma ciência de que a organização e funcionamento do Ensino Superior devem estar de alguma maneira articulados com o Ensino Básico (cf. a Lei 5.540/68 do CFE). “O ensino interdisciplinar nasce na proposição de novos objetivos, novos métodos, enfim, uma ‘nova Pedagogia’ cuja tônica primeira seria a supressão do monólogo e a instauração de uma prática dialógica” (FAZENDA, 2011, p.88). Isto é, o currículo do curso de Licenciatura em Letras/Inglês se encontra articulado com o movimento de renovação da atitude do profissional. Não podemos esquecer, entretanto, que a língua, enquanto sistema sujeito a essas mudanças, é também código, é também estrutura, daí por que este curso orienta-se, ainda, por um viés que se presta a uma descrição daqueles fatos que, tanto nas línguas quanto nas literaturas, são praticamente imutáveis, ou cujas mudanças são tão lentas, que exigem descrição e análise por um viés objetivista.

Diante dos problemas do ensino, pesquisa e do conhecimento científico, o curso visa uma formação em que esteja destituído o hiato entre formação profissional e formação acadêmica; tal como regulamentado pelos parâmetros nacionais, quer permitir ao aluno graduando estar mais bem preparado para desenvolver suas atividades de educador. Esse interesse, registrado em itens como os objetivos deste documento, ou na construção do perfil do egresso, se apresenta ainda enquanto uma das articulações possíveis que visam, além do bom funcionamento do curso, dentro dos padrões regulatórios nacionais, reverter o quadro acima descrito de defasagem do profissional e vacância do Ensino Superior, na extensão de atuação da UFERSA – Campus Caraúbas.

Não é interesse para a formação do profissional do curso de Licenciatura em Letras/Inglês deter-se apenas na prática de sala de aula com aulas expositivas, discursivas, mas promover dentro da estrutura curricular o fomento à construção da pesquisa e da extensão como elementos basilares para a colocação do aluno no centro dos principais círculos de discussões

acadêmicas em eventos nacionais e internacionais (congressos, colóquios, simpósios, publicações em periódicos, grupos de leitura, grupos de pesquisa) e com as realidades possíveis de seu campo de atuação (estágio, programas de iniciação a docência, cursos de extensão). Tal princípio metodológico integra a elaboração da autonomia intelectual e profissional do aluno, compreendendo que a área de Letras com habilitação em Língua Inglesa, como qualquer outra área do saber, deve priorizar os vários interesses emergentes dos discentes.

Do ponto de vista da organização curricular, a interdisciplinaridade aqui se apresenta não como algo que visa superar o valor individual de cada componente curricular, mas a criação de condições que dinamizem o processo de ensino-aprendizagem e a articulação entre os saberes específicos dos componentes curriculares. Postula-se, assim, que a metodologia melhor quista para este propósito seja aquela em que o indivíduo está como ponto de partida e de chegada – novamente em sintonia com as propostas pelo PDI e PPI da UFERSA.

3.3 Fundamentação legal

O curso de Licenciatura em Letras/Inglês tem como fundamentação legal os seguintes instrumentos normativos:

Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005 – Regulamentação da Língua Brasileira de Sinais;

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Estágio de estudantes;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Parecer 492/01, de 3/4/2001 – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras;

Parecer CNE/CP 21/2001, de 6/8/2001 – Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

Parecer CNE/CP 28/2001, de 02/10/2001 – Nova redação do Parecer CNE/CP 21/2001;

Parecer CNE/CP nº 9/2001- Diretrizes Curriculares para Formação de Professores

Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002 – Diretrizes Curriculares para Formação de Professores;

Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002 – Duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;

Resolução CNE/CES 18/2002, de 13 de março de 2002 – Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras;

Resolução CNE/CP nº 1/2002 – Diretrizes Curriculares para Formação de Professores
Parecer CNE/CES nº 8/2007, 04 de outubro de 2007 – revalidação de diplomas estrangeiros de ensino superior;
Estatuto da UFERSA.

3.4 Adequação do projeto ao PPI e ao PDI

O Presente projeto encontra-se em conformidade com o Projeto Político Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFERSA por diversos motivos. Primeiramente, por contribuir para o fortalecimento da instituição por meio do aumento do número de cursos ofertados. A expansão da universidade, assim como a ampliação do número de cursos de graduação contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região e do estado do Rio Grande do Norte. Segundo, a implementação de novos cursos, considerando as demandas locais, também é uma meta a ser atingida, de acordo com os documentos oficiais supracitados. Ainda, de acordo com o PDI (2009-2013) da referida Instituição de Ensino Superior, nossa região é carente de profissionais docentes habilitados. Por fim, compreendemos que a proposta apresentada também leva em consideração a construção de uma universidade plural, que contribui para a construção do conhecimento teórico e prático e para a integração entre as mais diversas áreas e cursos.

4. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

4.1 Conselho de Curso

O curso de Licenciatura em Letras/Inglês conta com um Conselho de Curso regulamentado, regido e constituído conforme a Resolução CONSEPE/UFERSA 008/2010, de 21 de outubro de 2010.

O Conselho de Curso é o órgão primário de função normativa, deliberativa e de planejamento acadêmico do curso de Licenciatura em Letras/Inglês composto pelo Coordenador do Curso, que preside o conselho, o Vice-coordenador do curso, um representante docente de cada uma das grandes áreas do curso (Linguística, Linguística Aplicada, Literatura, Pedagogia) e um representante discente. A representação docente é eleita pelo corpo docente do curso para mandato de dois anos. A representação discente, composta de titular e suplente, serão eleitas pelos próprios discentes do curso para mandato de um ano, podendo ambos os mandatos haver renomeação consecutiva.

Segundo a Resolução CONSEPE/UFERSA 008/2010, são atribuições do Conselho de Curso:

- Estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- Elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações;
- Analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações quando necessárias;
- Promover a interdisciplinaridade, a integração horizontal e vertical dos cursos, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- Fixar normas quanto à integralização do curso, respeitando o estabelecido pelos conselhos superiores;
- Elaborar proposta do calendário acadêmico anual do curso, encaminhando para a Unidade Acadêmica, que unificará as informações;
- propor e/ou avaliar as atividades complementares necessárias para o bom funcionamento do curso;
- emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
- deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Conselho de Curso.

São ainda competências do Presidente do Conselho de Curso:

- Convocar e presidir as reuniões, sem direito a voto de qualidade;

- Representar o Conselho junto aos órgãos da Universidade;
- Executar as deliberações do Conselho;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Conselho;
- Orientar os alunos quanto à matrícula e integralização do curso;
- Verificar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos alunos concluintes;
- Analisar e decidir os pedidos de transferência e retorno;
- Superintender as atividades da secretaria do Conselho do Curso.

4.2 Coordenação do Curso

A organização acadêmico-administrativa é realizada pelo coordenador do curso, pela equipe Gestora da UFERSA – Campus Caraúbas. Com relação atuação do coordenador, cabe a ele zelar para que o Projeto Pedagógico seja executado da melhor maneira, buscando o bom andamento do curso. Segundo o estatuto da UFERSA (art. 38), “A Coordenação de cada curso de Graduação tem instância deliberativa nas estratégias didático-científicas e pedagógicas e será exercida por um Coordenador e um Vice-Coordenador”. Cabe, portanto, ao coordenador apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do curso. Sendo assim, a coordenação do curso deverá estar à disposição dos docentes e discentes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas. As atividades do coordenador são desenvolvidas com o apoio de uma comissão permanente – o Conselho do curso de Letras. No que se refere à formação do coordenador do curso, este deve apresentar formação acadêmica no curso.

4.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O curso de Licenciatura em Letras/Inglês conta com um Núcleo Docente Estruturante – NDE, regulamentado, regido e constituído conforme a Resolução CONSEPE/UFERSA 009/2010, de 21 de outubro de 2010.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do

ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Quanto aos critérios de constituição, o NDE de cada curso deve atender aos seguintes requisitos:

I – ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluindo o Coordenador do Curso;

II – ter todos os seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;

III – ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 80% em tempo integral;

IV – assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Os integrantes do NDE de cada curso serão conduzidos por meio de indicação do Conselho de Curso e terão mandato de 4 (quatro) anos.

4.4 Corpo Docente

Vem sendo feito investimento no que se refere à formação do corpo docente. Tem sido realizado concursos públicos para a formação do corpo docente efetivo da instituição, corroborando para a melhoria da qualidade nas atividades acadêmicas. Antes do Concurso a instituição apresentava um percentual mínimo de professores mestres e doutores. Os diretores, os coordenadores e o corpo docente atual - constituído por doutores, mestres e especialistas - através de discussões coletivas, vêm implementando ações no sentido de garantir o processo de democratização na instituição.

Atualmente, o corpo docente da UFERSA de Letras/Inglês é composto de 10 (dez)

professores com a seguinte situação:

Nº	NOME	TITULAÇÃO
01	Elaine Cristina Forte Ferreira	Doutora
02	Luciana Dantas Mafra	Doutora
03	Sandra Maria Araújo Dias	Doutora
04	Vicente de Lima Neto	Doutor
Nº	NOME	TITULAÇÃO
01	Katiene Rozy Santos do Nascimento	Mestra*
02	Lígia de Souza Leite	Mestra*
03	Monaliza Rios Silva	Mestra
04	Pedro Fernandes Oliveira Neto	Mestre*
05	Pedro Felipe Martins Pone	Mestre

* Doutorandos

Com relação à avaliação do corpo docente pelos discentes é realizada semestralmente através de questionário aos discentes com questões objetivas, sempre ao final da disciplina e antes de concluir o semestre letivo. A avaliação é realizada tanto para os professores do curso de Licenciatura em Letras/Inglês quanto para os professores de outros cursos que ministram disciplinas para este curso. A realização desta avaliação é eletronicamente, através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), sendo processo obrigatório para que o discente seja capaz de se matricular nas componentes curriculares dos períodos letivos seguintes.

Os resultados obtidos são posteriormente discutidos pelo Conselho do Curso, que, após deliberação, emite uma planilha com o resultado da avaliação e sugestões de melhoria e/ou congratulações ao docente.

Na avaliação, são considerados dentre outros pontos, os seguintes: didática em sala de aula, qualidade do material didático, cumprimento da ementa e do programa da disciplina, assiduidade, pontualidade, frequência, disponibilidade extra-sala de aula, coerência entre conteúdo e avaliações, domínio de conhecimento.

5. OBJETIVOS

O curso de Licenciatura em Letras/Inglês busca formar profissionais competentes, em termos de (in)formação e autonomia, capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários, em diferentes contextos de oralidade e escrita. E com essa proposta pretende oferecer condições de modo a garantir que o perfil do profissional de Letras contemple a interface ensino/pesquisa, respeitando-se as particularidades da habilitação no que se refere à ênfase atribuída a certos conhecimentos e capacidades mais específicos. Assim, não se concebe um professor de língua inglesa que não seja também pesquisador, de modo a romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado – a busca pela promoção de ações didáticas articulando ensino e pesquisa no âmbito da licenciatura procura garantir que os futuros profissionais estejam preparados para lançar um olhar teórico para sua prática em sala de aula, que sejam preparados para trabalhar com a linguagem em suas mais variadas formas. Sublinhe-se que, mesmo para o licenciado que não se dedicar ao ensino, ao atuar profissionalmente em atividades como revisão de textos, consultorias e assessorias em projetos de natureza pedagógica e assim por diante, sua prática vai lhe exigir conhecimentos de natureza teórica e pedagógica. Para atender a essa concepção integrada, o curso propõe-se a:

- oferecer uma formação sólida na área de língua e literatura, oportunizando a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão, e incentivando a articulação com outros cursos de licenciatura que fortaleçam a identidade docente e com a pós-graduação na área;
- criar oportunidades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da autonomia do aluno quanto à resolução de problemas, tomada de decisões, trabalho em equipe, comunicação, organizados pelo princípio da interdisciplinaridade; dentro dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras;

Para isso, o graduando em Letras/Inglês precisa:

- compreender os fatos da linguagem, sobretudo a linguagem verbal, nas modalidades escrita e oral, à luz de diversas teorias, sem o aprisionamento teórico a determinados modelos, numa perspectiva ampla que contemple as mais recentes pesquisas no campo da linguagem, sem esquecer os modelos clássicos que lhes deram origem;
- A capacidade de aplicar esses conhecimentos a problemas de ensino/aprendizagem, numa perspectiva que contemple o texto e o discurso, na sua diversidade de gêneros,

como motivadores do estudo da língua;

- A capacidade de desenvolver pesquisas no campo da linguagem, direcionadas para o ensino, viabilizando um exercício humanista que considere o educando como sujeito de seu espaço e de seu tempo;
- A capacidade de tratar dos conteúdos junto aos alunos considerando-os agentes transformadores da realidade e engajados numa dimensão política;
- O domínio ativo e crítico de um repertório representativo das obras literárias da língua (para cujo ensino está habilitado);
- A capacidade de reflexão sobre a linguagem na sua forma mais elaborada: a Literatura;
- O domínio do conhecimento histórico e teórico necessário para a compreensão das condições que tornam o texto Literatura;
- O domínio da terminologia técnica das Áreas de Língua, Linguagens, Literatura, Linguística, por meio da qual se constrói de forma dialética o conhecimento.
- A capacidade de operar, no papel de professor/pesquisador, com as diferentes manifestações da linguagem, sendo usuário, como educador, da norma culta;
- A capacitação de leitores críticos, bem como produtores de textos dos mais diversos gêneros, fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, estéticas e culturais;
- A capacidade, nos casos do domínio de Língua Estrangeira (LE), de converter da LE numa língua materna, ou seja, de Inglês/Português ou Português/Inglês.
- O domínio de múltiplos interesses culturais, na perspectiva da diversidade, no diálogo sempre aberto às mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo de áreas afins.

O curso de Licenciatura em Letras/Inglês da UFERSA – Campus Caraúbas - tem como objetivo geral formar os professores de língua inglesa competentes para a ação pedagógica de professor/pesquisador envolvido politicamente com ações que o dimensionem numa perspectiva humanística, científica e cultural, consciente de seu papel de orientador da aprendizagem, com posicionamento crítico a respeito de si próprio e da realidade circundante. Como objetivos específicos, tendo em vista a multiplicidade de papéis que o aluno poderá exercer em sua profissão, propõem-se:

- Proporcionar uma formação linguística e literária capaz de habilitar adequadamente o aluno ao exercício do magistério na educação básica (área de Letras);
- Possibilitar ao estudante o desenvolvimento de senso crítico, necessário ao futuro profissional, para que possa atuar efetivamente no contexto sociopolítico em que estará inserido;
- Contribuir, através do ensino, da pesquisa e da extensão, para o desenvolvimento dos estudos linguísticos e literários, bem como de suas metodologias de ensino;
- Capacitar o aluno para apropriar-se de forma crítica das diferentes linguagens, com ênfase na linguagem verbal nas suas modalidades escrita e oral;
- Conscientizar o aluno acerca da sua inserção na sociedade e do papel sociopolítico do professor de língua(s) e de literatura(s);
- Proporcionar o conhecimento e a reflexão sobre a diversidade linguística e cultural;
- Abordar a inter-relação entre os fatos histórico-sociais e as manifestações linguísticas e literárias;
- Estimular a reflexão teórica sobre a linguagem e os seus usos, bem como sobre a literatura enquanto forma de expressão cultural, artística e ideológica;
- Estimular e promover o uso de novas tecnologias relacionadas ao ensino;
- Promover ambientes de aprendizagem que levem o aluno a assumir sua formação acadêmico-profissional como processo contínuo e autônomo;
- Ampliar a inserção dos alunos em projetos de ensino, pesquisa e extensão, como atividades inerentes à sua atuação docente.

Em síntese, o curso de Letras com habilitação em Inglês tem os seguintes objetivos:

- a) Formar o educador com uma visão crítica sobre o ensino da língua inglesa através do desenvolvimento das competências de caráter humanista, linguística e cultural e com uma sólida formação alicerçada os contextos escolares.
- b) Construir conhecimentos científicos, despertando o senso crítico do licenciando, numa perspectiva profissional, de forma que seja intérprete e produtor de textos de diferentes gêneros.
- c) Integrar a comunidade/escola no processo didático-pedagógico-cultural.
- d) Valorizar a produção do conhecimento construído através das pesquisas educacionais, fomentando o desenvolvimento das habilidades linguística, cultural e estética.
- e) Desenvolver competências para a pesquisa e a extensão, levando em consideração a pluralidade de linguagens.
- f) Estimular a produção científica dos discentes.

g) Capacitar o aluno para o exercício da docência na perspectiva do professor-pesquisador, com capacidade de refletir sobre sua prática pedagógica e transformá-la.

6. PERFIL DO EGRESSO

Considerando-se que o profissional de Letras, conforme o Parecer CNE/CES 492/2001, deve ser interculturalmente competente, capaz de lidar de forma crítica com as linguagens, sobretudo a verbal, em suas modalidades oral e escrita, consciente da multiplicidade de variedades e registros; esse licenciado deve ter o domínio da língua objeto de ensino bem como da literatura dessa língua, tanto nos aspectos estruturais/formais quanto nos aspectos conteudísticos/ideológicos/culturais; esse profissional deve ter capacidade crítica de refletir teoricamente sobre as linguagens, articulando-as no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, bem como sua relação com outras áreas de conhecimento; esse profissional deve estar historicamente engajado em seu tempo, tendo domínio do uso de novas tecnologias; o egresso da área de Letras/Inglês, em face da formação humanística recebida no curso, estará capacitado a exercer atividades junto à comunidade externa, tendo em vista cumprir a missão social do curso de Letras, que é a de inserir no mercado de trabalho educadores conscientes da importância de sua atuação como cidadãos éticos, críticos e formadores de leitores, também críticos, capazes de ler/interpretar para produzir com clareza e objetividade seus próprios textos, já que ler e escrever são faces da mesma moeda. Nessa linha de raciocínio, pretende-se que o profissional da área de Letras/Inglês contemple ainda:

- a) capacidade de vivenciar experiências novas como professor/pesquisador;
- b) habilidade para conjugar conhecimento teórico e prático sobre a linguagem em sua prática docente ou enquanto sujeito crítico e participativo, considerando o contexto no qual está inserido.
- c) capacidade de analisar e interpretar textos dos mais variados gêneros, nas diversas modalidades de variedade e registro, com ênfase na norma culta;
- d) capacidade de construir o conhecimento da linguagem tanto do ponto de vista da estrutura (organização do texto, do parágrafo, da frase, da palavra) quanto de suas manifestações discursivas;
- e) habilidade de favorecer a abordagem crítico-reflexiva da linguagem literária bem como das obras e autores mais representativas de cada língua e de cada época, enfatizando a literatura contemporânea e local.

6.1 Competências, atitudes e habilidades do graduando em Letras/Inglês

Com base no perfil do formando de Letras delineado anteriormente, o profissional que desejamos formar deverá estar capacitado a:

- a) Falar, ler, escrever e ouvir textos na língua inglesa, objeto do ensino, portanto, o domínio da competência comunicativa dessa língua;
- b) Converter textos da língua portuguesa para a língua inglesa, objeto de ensino;
- c) Traduzir textos da língua inglesa para a língua portuguesa, adaptando-os tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto à estrutura;
- d) Atuar como professor de língua inglesa e literaturas e ser capaz de despertar em seus alunos a criticidade e o desejo por conhecer novas culturas.

6.2 Campo de atuação do profissional

O licenciado em Letras/Inglês terá como campo de atuação profissional:

A educação no Brasil (LDB 9394/96) é dividida em educação básica e superior. A educação básica inclui a) educação infantil – 0 a 5 anos; b) ensino fundamental anos iniciais – 1º ao 5º ano e anos finais 6º ao 9º ano; c) ensino médio – 1º ao 3º ano. Pode ser também técnico profissionalizante.

- a) magistério regular de ensino fundamental e médio;
- b) ensino instrumental de línguas;
- c) revisão de textos acadêmicos (monografias, dissertações, teses) e outros escritos em língua inglesa;
- d) tradução e (con)versão de textos;
- e) interpretação, redação e editoração de novas tecnologias e mídias eletrônicas;
- f) assessoramento a empresas no que diz respeito à oratória, redação técnica, revisão, dentre outros, em língua inglesa;
- g) trabalho com redação e crítica literária.

Sendo assim, o licenciado estará habilitado a atuar como professor de língua inglesa em diversos níveis e áreas afins, a saber:

a) na educação básica, promovida nos âmbitos público e privado e cuja oferta encontra-se em franca expansão no país, que requer a formação de profissionais da educação comprometidos com os avanços educacionais e com a necessária melhoria dos padrões de qualidade da educação e das condições de oferta do ensino;

b) na educação superior, promovida por instituições de ensino da rede pública e/ou privada (que aceitem professores com título de Licenciado), igualmente em franca expansão no país, que requer a formação de um profissional de Letras dedicado à educação em geral e que possa constituir a base necessária para a formação dos futuros docentes da educação superior, estabelecendo a ponte necessária entre o ensino de graduação e de pós-graduação;

c) em escolas de idiomas, vinculadas ou não a franquias (inter)nacionais, que requer profissionais cujo nível de proficiência nas quatro habilidades linguísticas (compreensão oral, produção oral, compreensão escrita, produção escrita) seja equivalente;

d) em grupos empresariais, vinculados a ciência e tecnologia que necessitem do trabalho de intervenção/mediação linguística; ou núcleos de imprensa direcionados para a análise, tradução e crítica literária.

7. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

A integralização curricular será cumprida no tempo regular de quatro anos e no máximo oito. A carga horária total do curso na habilitação em Língua Inglesa corresponde a 2.840 (duas mil oitocentos e quarenta) horas, conforme Parecer nº 28/2001 ou 09/2007. Para isso, o graduando deverá:

- Cumprir todas as disciplinas obrigatórias da habilitação escolhida, inclusive os estágios curriculares obrigatórios;
- Cumprir a carga horária mínima de componentes curriculares obrigatório-eletivas da habilitação escolhida;
- Comprovar o cumprimento de, no mínimo, 200 horas de Atividades Complementares de Graduação, conforme as normas deste PPC (item 2.3.1.1).
- Apresentar Trabalho de Conclusão de Curso e obter a provação em defesa pública.

A proposta curricular, aqui apresentada, é motivada por duas razões: a primeira é a necessidade de se construir uma estrutura curricular da Licenciatura em Letras/Inglês alinhada às regulamentações do Conselho Nacional de Educação para a formação de professores do ensino fundamental e médio; a segunda deriva da necessidade de se fazer um curso que não seja a duplicação de outras universidades da região, ou seja, que possua as peculiaridades da UFERSA – Campus Caraúbas.

A organização curricular representa uma seleção de conteúdos, organizados de modo a atingir certas finalidades para, dessa forma, contemplar a aquisição de habilidades determinadas. Destinadas a promover o aprofundamento da reflexão acerca da Metodologia de Ensino e da Didática próprias dos conteúdos a serem ensinados pelo futuro professor de Língua Inglesa busca-se, nos componentes curriculares de estágio supervisionado, promover: (i): práticas pedagógicas capazes de preparar os alunos para o exercício da docência no ensino fundamental e no ensino médio; (ii) a análise de materiais didáticos existentes nas escolas públicas e de suas aplicações; e (iii) a elaboração de materiais didáticos e paradidáticos que visam a subsidiar as atividades de estágio supervisionadas, bem como as atividades desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e pelo Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura (NUPELL).

7.1 Distribuição das Atividades/Carga Horária

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Eixo de Formação Básica	780h
Eixo de Formação Específica	840h
Eixo de Formação Pedagógica	780h
Eletivas	240h
Atividades Complementares	200h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	2.840h

ATIVIDADES BÁSICAS	CARGA HORÁRIA
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30h
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	60h
Didática	60h
Psicologia da Educação	60h
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h
Introdução aos Estudos Linguísticos	60h
Linguística	60h
Teoria da Literatura I	60h
Teoria da Literatura II	60h
Teoria e Prática de Tradução	30h
Português Instrumental	60h
Pesquisa Aplicada à Língua e a Literatura	60h
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120h
TOTAL	780h

EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	CARGA HORÁRIA
Língua Inglesa I	60h
Língua Inglesa II	60h
Língua Inglesa III	60h
Língua Inglesa IV	60h
Língua Inglesa V	60h

Língua Inglesa VI	60h
Redação em Língua Inglesa I	60h
Redação em Língua Inglesa II	60h
Fonética e Fonologia da Língua Inglesa I	60h
Fonética e Fonologia da Língua Inglesa II	60h
Literatura Inglesa I	60h
Literatura Inglesa II	60h
Literatura Norte-Americana I	60h
Literatura Norte-Americana II	60h
TOTAL	840h

EIXO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	CARGA HORÁRIA
Prática Pedagógica em Língua Inglesa I	60h
Prática Pedagógica em Língua Inglesa II	60h
Metodologia de Ensino de Língua Inglesa I	60h
Metodologia de Ensino de Língua Inglesa II	60h
Metodologia de Ensino das Literaturas Inglesa e Norte-Americana	60h
Estágio Supervisionado em Língua Inglesa I	120h
Estágio Supervisionado em Língua Inglesa II	120h
Estágio Supervisionado em Língua Inglesa III	120h
Estágio Supervisionado em Língua Inglesa IV	120h
TOTAL	780h

ELETIVAS	CARGA HORÁRIA
Inglês - Estudos Avançados I	60h
Inglês - Estudos Avançados II	60h
Análise e Expressão Textuais	60h
Estilística	60h
Introdução à Sociolinguística	60h
Introdução à Psicolinguística	60h
Teoria e Prática de Leitura	60h
Análise do Discurso	60h
Introdução à Pragmática	60h

Introdução à Semântica	60h
Oralidade, Letramento e Ensino	60h
Concepções e Práticas na Educação de Jovens e Adultos	60h
Tópicos Especiais em Linguística Aplicada I	60h
Tópicos Especiais em Linguística Aplicada II	60h
Tópicos Especiais em Literatura I	60h
Tópicos Especiais em Literatura II	60h
Literatura Pós-Colonial	60h
Literatura de Autoria Feminina na Língua Inglesa	60h
A Comédia e a Tragédia na Obra Shakespeareana	60h
Literatura Afro-Americana	60h
Literatura Comparada	60h
Literaturas de Expressão Portuguesa I	60h
Literaturas de Expressão Portuguesa II	60h
Literaturas de Expressão Portuguesa III	60h
Métodos de Crítica Literária	60h
Introdução à Narratologia	60h
Lírica e modernidade	60h
Cultura dos Povos de Língua Inglesa	60h
Inglês Instrumental	60h
Práticas Interdisciplinares na Educação	60h
Introdução da Educação Brasileira	60h
Educação e Cidadania	60h
Educação para a Diversidade	60h
Tecnologias e Educação	60h
Educação Especial e Inclusão	60h
Educação Popular: Perspectivas Paulo Freireanas	60h
Metodologia Científica	60h
MÍNIMO A CURSAR*	240 h*

* No decorrer do curso serão cursados obrigatoriamente quatro componentes eletivos, totalizando 240 horas.

7.2 Estrutura Curricular do curso de Licenciatura em Letras/Inglês

1º SEMESTRE - EIXO: OUVIR/FALAR

COMPONENTES CURRICULARES	CH TOTAL	CH SEMANAL
Língua Inglesa I	60	04
Teoria e Prática de Tradução	30	02
Introdução aos Estudos Linguísticos	60	04
Teoria da Literatura I	60	04
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	04
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30	02
TOTAL	300h	20

2º SEMESTRE – EIXO: OUVIR/FALAR

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Língua Inglesa II	Língua Inglesa I	60	04
Linguística	Introdução aos Estudos Linguísticos	60	04
Teoria da Literatura II	Teoria da Literatura I	60	04
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	-----	60	04
Eletiva I	-----	60	04
TOTAL		300h	20

3º SEMESTRE - EIXO: LER/ESCREVER/REFLETIR

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Língua Inglesa III	Língua Inglesa II	60	04
Prática Pedagógica em Língua Inglesa I	-----	60	04
Fonética e Fonologia da Língua Inglesa I	-----	60	04
Português Instrumental	-----	60	04

TOTAL	240h	16
--------------	-------------	-----------

4º SEMESTRE - EIXO: LER/ESCREVER/REFLETIR

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANA L
Língua Inglesa IV	Língua Inglesa III	60	04
Prática Pedagógica em Língua Inglesa II	Prática Pedagógica em Língua Inglesa I	60	04
Fonética e Fonologia da Língua Inglesa II	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa I	60	04
Didática	-----	60	04
Psicologia da Educação	-----	60	04
TOTAL		300h	20

5º SEMESTRE - EIXO: LER/ESCREVER/REFLETIR/ENSINAR

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Língua Inglesa V	Língua Inglesa IV	60	04
Estágio Supervisionado em Língua Inglesa I	Prática Pedagógica I e Prática Pedagógica II	120	08
Metodologia de Ensino de Língua Inglesa I	Didática	60	04
TOTAL		240h	16

6º SEMESTRE - EIXO: ENSINAR/PESQUISAR

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Língua Inglesa VI	Língua Inglesa V	60	04
Estágio Supervisionado em Língua Inglesa II	Estágio Supervisionado em Língua Inglesa I	120	08
Metodologia de Ensino de Língua Inglesa II	Metodologia de Ensino de Língua Inglesa I	60	04

TOTAL	240h	16
--------------	-------------	-----------

7º SEMESTRE - EIXO: ENSINAR/PESQUISAR

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Literatura Inglesa I	Língua Inglesa VI	60	04
Estágio Supervisionado em Língua Inglesa III	Estágio Supervisionado em Língua Inglesa II	120	06
Metodologia de Ensino das Literaturas Inglesa e Norte-Americana	Didática	60	04
Redação em Língua Inglesa I	Língua Inglesa VI	04	60
TOTAL		300h	20

8º SEMESTRE - EIXO: ENSINAR/PESQUISAR

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Literatura Inglesa II	Literatura Inglesa I	60	04
Estágio Supervisionado em Língua Inglesa IV	Estágio Supervisionado III	120	08
Redação em Língua Inglesa II	Redação em Língua Inglesa I	60	04
Eletiva II	-----	60	04
TOTAL		300h	20

9º SEMESTRE - EIXO: ENSINAR/PESQUISAR

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Literatura Norte-Americana I	Língua Inglesa VI	60	04
Pesquisa Aplicada à Língua e Literatura	-----	60	04
Eletiva III	-----	60	04
TOTAL		180h	16

10º SEMESTRE - EIXO: ENSINAR/PESQUISAR

COMPONENTES CURRICULARES		CH TOTAL	CH SEMANAL
Literatura Norte-Americana II	Literatura Norte-Americana I	60	04
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Pesquisa Aplicada à Língua e Literatura	120	08
Eletiva IV	-----	60	04
TOTAL		240h	16

* No decorrer do curso serão cursados obrigatoriamente quatro componentes eletivos, totalizando 240 horas.

8. EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

➤ 1º SEMESTRE:

LÍNGUA INGLESA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Estudo dos fundamentos da morfologia e sintaxe da língua inglesa em nível elementar/iniciante. Desenvolvimento das quatro habilidades básicas: ouvir, falar, ler e escrever, com ênfase na compreensão auditiva e comunicação oral e escrita.

Bibliografia Básica:

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use with Answers: A Self-Study Reference and Practice Book for Elementary Students of English.** Cambridge: CUP, 1997.

QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney. **A university grammar of English.** London: Longman, 1978.

GREENALL, Simon; PYE, Diana. **Reading I.** Cambridge: CUP, 1991.

Bibliografia Complementar:

SOARS, Liz; SOARS, John. **New headway English course: elementary student's book – New Edition.** Oxford: OUP, 2003.

OXEDEN, Clive; LATHAN-KOENIG, Christina. **New English File: six-level general English course for adults. Elementary. Student's book.** Oxford: OUP, 2005.

SWAN, Michael & WALTER, Catherine. **The Good Grammar Book.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

OXFORD. **Oxford Advanced Learner's Dictionary with CD-Rom.** Seventh Edition. Oxford, UK: Oxford University Press, 2007.

TEORIA E PRÁTICA DE TRADUÇÃO - CRÉDITOS: 02 - CARGA HORÁRIA: 30h

Ementa: Teorias da tradução; modelos estruturalistas e funcionalistas; estudo da equivalência; tradução literal e não-literal; visões culturais e políticas sobre tradução.

Bibliografia Básica:

ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana. **Traduzir com Autonomia: estratégias para o tradutor em formação.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROJO, R. **Oficina de Tradução: a teoria na prática.** São Paulo: Ática, 2002.

_____. **O Signo Desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino.** Campinas, SP: Pontes, 2003.

Bibliografia Complementar:

AUBERT, F. H. **As (In) fidelidades da Tradução**: servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1994.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. **Procedimentos Técnicos da Tradução**: uma nova proposta. Campinas: Pontes, 1990.

CAMPOS, Haroldo de. **Tradução como Criação e como Crítica**. Metalinguagem. Petrópolis: Vozes, 1970.

CESAR, Ana Cristina. **Crítica e Tradução**. Tradução anotada do conto "Bliss", de Katherine Mansfield. São Paulo: Ática, 1999.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Histórico dos estudos linguísticos que precederam a Linguística. Caracterização do objeto de estudo da Linguística. Evolução dos estudos linguísticos: fundamentos do formalismo: perspectiva estrutural e gerativa.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Castelar de. **Para Compreender Saussure**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). **Curso de Linguística Geral**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Lingüística**. São Paulo: Parábola, 2002.

Bibliografia Complementar:

BENVENISTE, Emilé. **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo: EDUSP, 1989.

BORBA, F. S. **Introdução aos Estudos Linguísticos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Novo Manual de Sintaxe**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

PAVEAU, Marie-Anne & SAR Georges-Élia. (Orgs.) **As Grandes Teorias da Linguística**. Da gramática comparada à pragmática. Trad. de Maria do Rosário Gregolin. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

TEORIA DA LITERATURA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Concepções de literatura. Os gêneros literários. Natureza do fenômeno literário. Historiografia e teoria literárias. O cânone na literatura. Procedimentos de análise e interpretação do texto literário.

Bibliografia Básica:

CULLER, J. **Introdução à Teoria Literária**. São Paulo: Beca Edições, 1999.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KOTHE, Flavio Rene. **Fundamentos da Teoria Literária**. Brasília: EDUNB, 2002.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

BERARDINELLI, Alfonso. **Da poesia à prosa**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

DOMINICIO, Proença Filho. **A linguagem literária**. São Paulo: Árica, 2008.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: EDUNESP, 2011.

FORSTER, E. M. **Aspectos do romance**. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

Fontes, 2004.

INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Relação Libras/Português; Sistema de transcrição para a Libras; Ética nas questões de interpretação; o trabalho com a língua sinalizada; o trabalho com a escrita de sinais; leitura e escrita de sinais. Atividade prática: Prática de Libras: alfabeto, números, semanas, calendário, cores, vocábulos iniciais, sinais de nome.

Bibliografia Básica:

FELIPE, T. A. **A Estrutura Frasal na LSCB**. In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, 1989.

FERREIRA BRITO, Lucinda. **Por uma Gramática das Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1995.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. ArtMed. Porto Alegre. 2004 – Capítulo 4.

Bibliografia Complementar:

ARROTEIA, J. **O Papel da Marcação Não-Manual nas Sentenças Negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.

BAHAN, B. (1996) **Non-manual realization of agreement in American Sign Language**. Ph.D. Dissertation, Boston University, Boston, MA.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CRÉDITOS: 02 - CARGA HORÁRIA: 30 h

Ementa: Estudo do sistema educacional brasileiro e suas dimensões estadual e municipal. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, LDB N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Política,

organização e funcionamento da educação básica numa perspectiva histórico-social e dos planos educacionais em todos os níveis da educação básica.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos et all. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

Bibliografia Complementar:

DOURADO, Luiz F.; PARO, Vítor H. (Org.). **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil**.3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvia Simões (Org). **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SAVIANI. Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores associados. 1997.

_____. **Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados. 1998.

➤ 2º SEMESTRE:

LÍNGUA INGLESA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Estudo dos fundamentos da morfologia e sintaxe da língua inglesa em nível básico. Desenvolvimento das quatro habilidades básicas e da capacidade argumentativa em situações cotidianas e acadêmicas.

Bibliografia Básica:

SWAN, MICHAEL. **Practical English usage**. Oxford: OUP, 1991.

SILVA, Thaís Cristófar. **Pronúncia do inglês para falantes do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

DOFF, Adrian; BECKET, Carolyn. **Listening 1**. Cambridge: CUP, 1997.

Bibliografia Complementar:

SOARS, Liz; SOARS, John. **New headway English course**: pre-intermediate student's book – New Edition. Oxford: OUP, 2003.

OXEDEN, Clive; LATHAN-KOENIG, Christina. **New English File**: six-level general English course for adults. Pre-intermediate. Student's book. Oxford: OUP, 2005.

CRYSTAL, David. **The Cambridge encyclopedia of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

LINGUÍSTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Estudos das correntes linguísticas funcionalistas: Linguística Aplicada, Linguística Funcional, Linguística da Enunciação, Análise do Discurso e Linguística Textual. Contribuições dessas perspectivas teóricas para o ensino.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTE, M. M. **Os Sentidos do Texto**. São Paulo: Contexto: 2012

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. V. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

Bibliografia Complementar:

BAKHTIN, Mikhail. (1929). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.

BENVENISTE, Emilé. **Problemas de Linguística Geral**.v. 1. São Paulo: EDUSP, 1989.

BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística Funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

NEVES, Maria H. de M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TEORIA LITERÁRIA II - CRÉDITO: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Conceitos clássicos da poética ocidental. Introdução às teorias da poesia, da narrativa e do drama.

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. **Arte Poética**. São Paulo: Cultrix, 1990.

BOSI, Alfredo. **O Ser e o Tempo da Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOISÉS, Massaud. **A Criação Literária**: poesia e prosa. São Paulo: Cultrix, 2012.

Bibliografia Complementar:

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A cultura popular na idade média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. Trad. Betina Bischof. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO - CRÉDITO: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Origem, caracterização e desenvolvimento histórico da Sociologia e da Filosofia. O sentido do pensamento sócio-filosófico para a formação docente. A Sociologia e a Filosofia da educação na prática do educador. Mediações entre Educação, Sociedade e Cultura. Estudo das principais tendências do pensamento pedagógico a partir da Sociologia e da Filosofia.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo Moderna, 2006.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática da pedagogia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 41ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

ELETIVA I – CRÉDITO: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

➤ 3º SEMESTRE:

LÍNGUA INGLESA III - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Aprofundamento da sintaxe da língua inglesa em nível pré-intermediário. Desenvolvimento das quatro habilidades básicas voltado para situações cotidianas e acadêmicas.

Bibliografia Básica:

LEECH, Geoffrey N. and SVARTVIK, Jan. **A communicative grammar of English**. New York: Longman, 1996.

HARMER, Jeremy. **How to teach English**. 4th edition. Edinburgh: Pearson Education Limited, 2009.

MAYBEAN, Janet; MERCER, Neil. **Using English from conversation to canon**. London: Routledge, 1996.

Bibliografia Complementar:

OXEDEN, Clive; LATHAN-KOENIG, Christina. **New English File**: six-level general English course for adults. Pre-intermediate. Student's book. Oxford: OUP, 2005.

SOARS, Liz; SOARS, John. **New headway English course**: intermediate student's book – New Edition. Oxford: OUP, 2003.

PRÁTICA PEDAGÓGICA EM LÍNGUA INGLESA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Teorias linguísticas aplicadas ao ensino de língua inglesa, envolvendo metodologias e abordagens utilizadas no processo de aquisição e aprendizagem de língua estrangeira.

Bibliografia Básica:

RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. **Approaches and Methods in Language Teaching**. Cambridge: CUP, 1997.

LARSEN-FREEMAN. **Techniques and Principles in Language Teaching**. 2nd edition. Oxford: OUP, 2000.

BROWN, H. DOUGLAS. **Teaching by principles**: an interactive approach to language pedagogy. New York: Longman, 1994.

Bibliografia Complementar:

GEBHARD, Jerry G. **Teaching English as a foreign or second language**. Michigan: The University of Michigan Press, 1997.

OLIVEIRA, Luciano A. **Métodos de ensino de inglês**: teorias, práticas, ideologias. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.

HOLDEN, Susan; ROGERS, Mickey. **English language teaching**. Mexico: DELTY, 1997.

BAXTER, Andy. **Evaluating your students**. London: Richmond, 1997.

SCRIVENER, Jim. **Learning teaching**. Hong Kong: Macmillan Heinemann, 1994.

FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Estudo dos órgãos fono-articulatórios, dos mecanismos de produção e dos parâmetros articulatórios para a classificação dos sons da fala. Classificação articulatória de sons vocálicos e

consonantais da língua inglesa e do português brasileiro. Análise contrastiva dos sons da língua inglesa e do português brasileiro. Exercícios práticos de produção e percepção dos sons da língua inglesa. Estudo do Alfabeto Fonético Internacional e exercícios de transcrição fonética.

Bibliografia Básica:

EVERY, P.; ERLICH, S. **Teaching American English Pronunciation**. Oxford: OUP, 1992.

CELCE-MURCIA, Marianne; BRINTON, Donna M; GOODWIN, Janet M. **Teaching pronunciation: a reference for teachers of English to speakers of other languages**. Cambridge: CUP, 1996.

KENWORTHY, Joanne. **Teaching English pronunciation**. London: Longman, 1997.

Bibliografia Complementar:

CRYSTAL, David. **A dictionary of linguistics and phonetics**. 6. Ed. Malden: Blackwell Publishing, 2008.

GIEGERICH, Heinz J. **English phonology: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HANCOCK, Mark. **English pronunciation in use**. Cambridge: CUP, 2003.

LANE, Linda. **Focus on pronunciation: principles and practice for effective pronunciation**. New York: Addison-Wesley Publishing Company, 1993.

ORION, Gertrude. **Pronouncing American English: sounds, stress and intonation**. New York: Heinle & Heinle, 1997.

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Compreensão e produção de diversos tipos de textos, percebendo-lhes a natureza – literários ou técnicos – e o tipo de composição – narrativos, descritivos, argumentativos, expositivos, injuntivos. Revisão de aspectos gramaticais mais ligados à produção de textos técnicos. Estudo e elaboração de uma monografia e outras composições de natureza técnica.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. **Português Instrumental**. 29 ed. Porto Alegre: Prodil, 2010.

MEDEIROS, J. B. **Português Instrumental**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**. Informação e

documentação: projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

➤ 4º SEMESTRE:

LÍNGUA INGLESA IV - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Aprofundamento do estudo da morfologia e sintaxe e introdução da semântica da língua inglesa e aquisição de vocabulário em nível pré-intermediário. Desenvolvimento das quatro habilidades básicas, com ênfase na produção oral e escrita em situações cotidianas e acadêmicas.

Bibliografia Básica:

UR, Penny. **Discussions that work**. Cambridge: CUP, 1999.

WRIGHT, Andrew et al. **Games for language learning**. Cambridge: CUP, 2000.

REDMAN, Stuart; ELLIS, Robert. **A way with words** – book 1. Cambridge: CUP, 1991.

Bibliografia Complementar:

OXEDEN, Clive; LATHAN-KOENIG, Christina. **New English File**: six-level general English course for adults. Intermediate. Student's book. Oxford: OUP, 2005.

SOARS, Liz; SOARS, John. **New Headway English course**: pre-advanced student's book – New Edition. Oxford: OUP, 2003.

PRÁTICA PEDAGÓGICA EM LÍNGUA INGLESA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Práticas metodológicas aplicadas ao ensino-aprendizagem de língua inglesa. O papel do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem. Técnicas e estratégias de ensino relacionadas ao desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas básicas. Gerenciamento da sala de aula. Material didático.

Bibliografia básica:

HARMER, Jeremy. **The practice of English language teaching**. Essex: Longman, 2001.

RICHARDS, Jack C.; RENANDYA, Willy A. **Methodology in language teaching**. Cambridge: CUP, 2002.

CELCE-MURCIA, Marianne. **Teaching English as a second or Foreign Language**. 3rd edition. Boston: Heinle&Heinle. 2001.

Bibliografia complementar:

ALLWRIGHT, Dick; BAILEY, K. **Focus on the language classroom**. Cambridge, 1994.

ANTUNES, Celso. **O jogo e a educação infantil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

JOHNSON, Robert Keith (Org.). **The second language curriculum**. Cambridge: CUP, 1994.

LOWES, Ricky; TARGET, F. **Helping students to learning**. London: Richmond, 1998.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). **Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências**. São Paulo: Pontes, 1996.

FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Produção e percepção dos sons da língua inglesa. Estudo dos aspectos suprasegmentais da língua inglesa: estrutura silábica, acentuação, ritmo e entonação. Mecanismos fonológicos pertinentes à língua inglesa (assimilação, elisão, redução vocálica). Transcrição fonética e estudo dos sons no discurso.

Bibliografia Básica:

GIMSON, A.C. **Introduction to the pronunciation**. London: Edward Arnold Ltd. 1978.

KELLY, Gerald. **How to teach pronunciation**. London: Longman, 2000.

ROACH, Peter. **English Phonetics and Phonology**. Cambridge: CUP, 1990.

Bibliografia Complementar:

HEWINGS, Martin. **English pronunciation in use: advanced**. Cambridge: CUP, 2007.

JENKINS, Jennifer. **The phonology of English as an international language**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

KREIDLER, W. C. **The pronunciation of English: a course book**. 2 ed. Massachusetts: Blackwell Publishing, 1989.

MCMAHON, April. **An introduction to English phonology**. Oxford: OUP, 2002.

ROACH, Peter. **Phonetics**. Oxford: OUP, 2001.

GODOY, SONIA M. BACCARI; GONTOW, CRIS; MARCELINO, MARCELLO. **English Pronunciation For Brazilians - The Sounds Of American English**. São Paulo: Disal Editora, 2006.

DIDÁTICA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Prática Pedagógica e Educativa, Sociedade e Educação. O processo de ensino e aprendizagem como objeto da Didática. Tendências Pedagógicas no Ensino Brasileiro. O processo de planejamento de ensino. Elementos necessários à organização do ensino e às relações pedagógicas: objetivos, conteúdos, metodologias e recursos didático-tecnológicos. Avaliação no processo ensino-aprendizagem. Interdisciplinaridade e Educação.

Bibliografia Básica:

CANAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova Didática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FAZENDA, Ivani (org.). **O que é Interdisciplinaridade**. Campinas/ SP: Papyrus, 2008.

Bibliografia Complementar:

LIBÂNEO, J. Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: estudos e projeções**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas/ SP: Papyrus, 1998.

NOGUEIRA, Nilbo. **Pedagogia dos projetos**. 4 ed. São Paulo: Érica, 2003.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO- CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: A contribuição da Psicologia para a Educação e para o processo de ensino e aprendizagem. Estudo das principais concepções teóricas da aprendizagem e interconexões no ato educativo: Inatista, Comportamentalista, Humanista, Psicogenética e Sócio-Cultural. As Abordagens Piagetiana e Vygotskyana.

Bibliografia Básica:

DAVIS, Claudia. **Psicologia da Educação**. São Paulo: Vozes, 1994.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino**. São Paulo: Moderna, 2005.

VIGOSTKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Bibliografia Complementar:

FONTANA, Roseli e Cruz, Nazaré. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

BOCK, Ana Mercês. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FRANCISCO FILHO, Geraldo – **A psicologia no contexto educacional**. Campinas: Átomo, 2002.

MAHONEY, Abigail A. e Almeida, Laurinda Ramalho(Org) - **Henry Wallon**: Psicologia e Educação, S. Paulo: Loyola, 2003.

PLACCO. V.M.S de S. (Org). **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

➤ 5º SEMESTRE:

LÍNGUA INGLESA V - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Estudo discursivo das estruturas morfológicas, sintáticas, semânticas e lexicais da língua inglesa em nível intermediário. Aperfeiçoamento das habilidades básicas, com ênfase na compreensão auditiva e produção oral e escrita em situações cotidianas e acadêmicas.

Bibliografia Básica:

LEECH, Geoffrey N.; SVARTVIK, Jan. **English Grammar in Use**: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate Students of English. Cambridge: CUP, 2004.

HATCH, Evelyn; BROWN, Cheryl. **Vocabulary, Semantics, and Language Education**. Cambridge: CUP, 1995.

INGRAM, Beverley; KING, Carol. **From writing to composing**. Cambridge: CUP, 1996.

Bibliografia Complementar:

OXEDEN, Clive; LATHAN-KOENIG, Christina. **New English File**: six-level general English course for adults. Upper-Intermediate. Student's book. Oxford: OUP, 2005.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA INGLESA I - CRÉDITOS: 08 - CARGA HORÁRIA: 120 h

Ementa: Fundamentos teórico-práticos da metodologia de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa. Verificação de interesses e necessidades dos aprendizes. Considerações sobre Língua Estrangeira Moderna no Ensino Fundamental à luz dos PCNs. Avaliação de material instrucional didático.

Bibliografia Básica:

BAILEY, KATHLEEN M. **Language Teacher Supervision**: A case-based approach. Cambridge: CUP, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2005.

WALTIKNS, Peter. **Learning to teach English**: a practical introduction for new teachers. England: Delta Publishing, 2005.

Bibliografia Complementar:

BARBARA, Leila e RAMOS, Rosinda de C.G. Ramos (orgs). **Reflexão e Ações no Ensino-Aprendizagem de Línguas**. Porto Alegre: Mercado de Letras, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COOK, Guy. **Language Play, Language Learning**. Oxford: OUP, 2000.

MOITA LOPES, Luís Paulo da. **Oficina de Lingüística Aplicada**. A natureza social e educacional dos processos de ensino e aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

SILVEIRA, M.I. **Línguas Estrangeiras: uma visão histórica das abordagens, métodos e técnicas de ensino**. Maceió. Catavento, 1999.

METODOLOGIA DE ENSINO DE LINGUA INGLESA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Estudo dos aspectos da lingüística teórica e aplicada relacionados ao processo de ensino-aprendizagem das habilidades de compreensão oral (ouvir) e de produção oral (falar) em língua inglesa.

Bibliografia Básica:

ALLWRIGHT, Dick; BAILEY, K. **Focus on the language classroom**. Cambridge, 1994.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). **Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências**. São Paulo: Pontes, 1996.

SELIGSON, Paul. *Helping students to speak*. London: Richmond, 1997.

Bibliografia Complementar:

JOHNSON, Robert Keith (Org.). **The second language curriculum**. Cambridge: CUP, 1994.

ANTUNES, Celso. **O jogo e a educação infantil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

RICHARDS, Jack; LOCKHART, Charles. **Reflective teaching in second language classroom**. Cambridge: CUP, LOWES, Ricky; TARGET, F. *Helping students to learning*. London: Richmond, 1998.

➤ **6º SEMESTRE:**

LÍNGUA INGLESA VI - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Aperfeiçoamento das habilidades de compreensão auditiva e expressão oral e escrita em língua inglesa, em nível intermediário. Desenvolvimento da capacidade argumentativa voltada às situações acadêmicas.

Bibliografia Básica:

REDMAN, Stuart; ELLIS, Robert. **English vocabulary in use: pre-intermediate and intermediate.** Cambridge: CUP, 1998.

THEWLIS, Stephen H. **Grammar Dimensions 3: Form, meaning and use.** Boston: Heinle&Heinle, 2000.

BYRNE, Donn. **Teaching Writing Skills.** 2nd edition. London and New York: Longman, 1989.

Bibliografia Complementar:

OXEDEN, Clive; LATHAN-KOENIG, Christina. **New English File: six-level general English course for adults. Advanced. Student's book.** Oxford: OUP, 2005.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA INGLESA II - CRÉDITOS: 08 - CARGA HORÁRIA: 120 h

Ementa: Planejamento de Ensino. Elaboração e utilização de material didático em aulas práticas. Regência de aulas: aplicação de estratégias de ensino. Auto-avaliação e avaliação processual. Elaboração de relatório de atividades.

Bibliografia Básica:

BRUNS, Anne; RICHARDS, Jack C.. **The Cambridge Guide to Second Language Teacher Education.** Cambridge: CUP, 2009.

SCRIVENER, Jim. **Learning Teaching: Macmillan Books for Teachers.** 2nd edition. Oxford: Macmillan, 2005.

SNOW, Don. **From Language Learner to Language Teacher: An Introduction To Teaching English as a Foreign Language.** Washington: TESOL, 2007.

Bibliografia Complementar:

COOK, Guy. **Language Play, Language Learning.** Oxford: OUP, 2000.

BARBARA, Leila e RAMOS, Rosinda de C.G. Ramos (orgs). **Reflexão e Ações no Ensino-Aprendizagem de Línguas.** Porto Alegre: Mercado de Letras.

SIGNORINI, Inês. **Gêneros catalisadores: letramento e formação de professores.** São Paulo: Parábola, 2005.

BALEY, K.; NUNAN, D. (orgs) **Voices from the language classroom.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

METODOLOGIA DE ENSINO DE LINGUA INGLESA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Estudo dos aspectos da linguística teórica e aplicada relacionado ao processo de ensino-aprendizagem das habilidades de compreensão escrita (ler) e de produção escrita (escrever) em língua inglesa.

Bibliografia Básica:

WIDDOWSON, H.G. **Aspects Of Language Teaching**. 2nd impression. Oxford: Oxford University Press. 1991. (410.7 W638a 3. ed. 1999)

WIDDOWSON, H.G. **Teaching Language as Communication**. Oxford: Oxford University Press. 1984.

Bibliografia Complementar:

THEODORE S. **Approaches and methods in language teaching**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2001.

HOWATT, A.P.R. **A History of English Language Teaching**. Oxford: Oxford University Press. 1988.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática**. São Paulo: Editora 34. 1995.

RICHARDS, Jack C. & RODGERS, Richards, Jack C. & Rodgers, Theodore S. **Approaches and Methods in Language teaching**. Cambridge, MA : Cambridge University Press, 2001.

➤ 7º SEMESTRE:

LITERATURA INGLESA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: O estudo da literatura inglesa dos primórdios até a Renascença, com enfoque especial no poema *Beowulf*, *The Canterbury Tales*, de Geoffrey Chaucer e a Era Elizabetana (do surgimento do drama na Inglaterra da época medieval/renascentista até os precursores, com foco nas obras dramáticas de Shakespeare). Era Clássica, com foco em John Milton.

Bibliografia Básica:

ABRAMS, M.H. et al (eds.) **The Norton Anthology of English Literature**. New York: W.W. Norton and Company, 2005.

BOITANI, Piero; MANN, Jill. **The Cambridge Chaucer Companion**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BURGESS, Anthony. **English Literature**. Essex: Longman, 2006.

Bibliografia Complementar:

- ALEXANDER, M. A. **History of English Literature**. New York: St. Martin's Press, 2000.
- ABRAMS, M.H. (ed.) **English Romantic Poets: Modern Essays in Criticism**. New York: Oxford University Press, 1964.
- ALLEN, Walter. **The English Novel**.Hammondsworth: Penguin Books, 1980.
- BLOOM, H. **Shakespeare- Invention of the Human**. New York: Riverhead Books, 1998.
- BOOTH, Wayne. **The Rhetoric of Fiction**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA INGLESA III - CRÉDITOS: 08 - CARGA HORÁRIA: 120 h

Ementa: Fundamentos teórico-práticos da metodologia do ensino-aprendizagem da Língua Inglesa. Verificação de interesses e necessidades dos aprendizes.Considerações sobre Língua Estrangeira Moderna no Ensino Médio à luz dos PCNs. Avaliação de material instrucional didático.

Bibliografia Básica:

- HARMER, Jeremy. **The practice of English language teaching**. 3 ed. Essex: Longman, 2001.
- _____. **How to teach English?**. Essex: Longman, 1998.
- RICHARDS, Jack C. LOCKHART, Charles. **Reflective teaching in second language classroom**. Cambridge: CUP, 1997.

Bibliografia Complementar:

- COOK, G.; SEIDELHOFER, B. (org). **Principles and practices in applied linguistic**. Oxford: OUP, 1995.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). **Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências**. São Paulo: Pontes, 1996.
- RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. **Approaches and Methods in Language Teaching**. Cambridge: CUP, 1997.
- _____. RENANDYA, Willy (Org.). **Methodology in Language Teaching**. Cambridge: CUP, 2002.

METODOLOGIA DE ENSINO DE LITERATURAS INGLESA E NORTE-AMERICANA - CRÉDITO: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: A literatura e o contexto escolar. Leitura e ensino das Literaturas Inglesa e Norte-Americana. A literatura no livro didático. Métodos e técnicas para abordagem e ensino do texto literário no ensino fundamental e médio.

Bibliografia Básica:

- BORDINI, Maria da Glória & AGUIAR, Vera Teixeira de. **Literatura: a formação do leitor - alternativas metodológicas**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ZILBERMAN, Regina. **Estética da Recepção e História da Literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

Bibliografia Complementar:

- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Trad. Flávio Paulo Meurer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Literatura em suas Fontes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MELLO, Cláudio J. de A. **O Problema Hermenêutico em Verdade e Método**. Unopar científica, Londrina, Vol. 1, n. 1, pp. 51-60, jun. 2000.
- OLIVEIRA, Vanderléia da Silva. **História Literária nos Cursos de Letras: cânones e tradições**. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura & Realidade Brasileira**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

REDAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Princípios e procedimentos relativos à prática de escrita na língua inglesa. Estudo de coesão e coerência para produção de parágrafos em língua inglesa. Estudo da estrutura e produção de textos descritivos e narrativos aliados à noção de gêneros textuais inseridos no âmbito da língua como prática social.

Bibliografia Básica:

- SPENCER, Caroline; BEVERLEY, Arbon. **Foundation of writing**. Illinois: National Textbook company, 1997.
- STRAUCH, Ann O. **Bridges to academic writing**. Cambridge: CUP, 1998.
- WITHROW, Jean. **Effective writing**. Cambridge: CUP, 1996.

Bibliografia Complementar:

- ALWARD, E. J. **Punctuation plain and simple**. New York: Barnes and Noble Books, 2000.
- BOLITHO, Rod; BRAIN, Tomlinson. **Discover English**. Oxford: Heinemann, 1995.
- BROOKES, Arthur; GRUNDY, Peter. **Beginning to write**. Cambridge: CUP, 1998.
- CORY, Hugh. **Advanced Writing**. Oxford: OUP, 1998.
- DOUBTFIRE, Dianne. **Creative writing**. London: Teach yourself books, 1996.

➤ **8º SEMESTRE:**

LITERATURA INGLESA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: O estudo da Era do Iluminismo em Inglaterra; o estudo do Romantismo na poesia e na prosa; o Romance da Era Vitoriana; o estudo do Modernismo na Inglaterra, romance, poesia e drama escritos na primeira metade do século XX.

Bibliografia Básica:

ABRAMS, M.H. et al (eds.) **The Norton Anthology of English Literature**. New York: W.W. Norton and Company, 2005.

ABRAMS, M.H. (ed.) **English Romantic Poets: Modern Essays in Criticism**. New York: Oxford University Press, 1997.

ALLEN, Walter. **The English Novel**. Hammonds Worth: Penguin Books, 1998.

Bibliografia Complementar:

BOWRA, C.M. **The Romantic Imagination**. New York: Oxford University Press, 1961.

BURGESS, Anthony. **English Literature**. Essex: Longman, 1985.

CURRAN, Stuart. **The Cambridge Companion to British Romanticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DAVID, Deirdre (ed.) **The Cambridge Companion to the Victorian Novel**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DAY, Aidan. **Romanticism**. London: Routledge, 1996.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA INGLESA IV- CRÉDITOS: 08 - CARGA HORÁRIA: 120 h

Ementa: Planejamento de atividades voltadas para o ensino de língua estrangeira no Ensino Médio. Elaboração e utilização de material didático. Regência de aulas: aplicação de estratégias de ensino. Auto-avaliação e avaliação processual. Elaboração de relatório de atividades.

Bibliografia Básica:

TICE, Julie. **The mixed ability class**. London: Richmond, 1997.

BAXTER, Andy. **Evaluating your students**. London: Richmond, 1997.

DOFF, Adrian. **Teach English: a training for teachers**. Cambridge University Press, 1990.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de (Org.). **O professor de língua estrangeira em formação**. Campinas: Pontes, 1999.

ANTUNES, Celso. **O jogo e a educação infantil** – 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental**. Brasília: MEC, 1999.

COSTA, Mirian Solange. **Making sense of a text through prediction**. *The ESPecialist* – São Paulo: PUC, v 5, 1984.

DOTA, M. Inez Mateus. **Reading strategies: from L1 to L2**. ALFA Revista de Lingüística São Paulo: UNESP, v 34, 1990.

REDAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA : 60 h

Ementa: Princípios e procedimentos relativos à prática de escrita na língua inglesa. Estudo de coesão e coerência para produção de parágrafos em língua inglesa. Estudo da estrutura e produção de textos descritivos e narrativos aliados à noção de gêneros textuais inseridos no âmbito da língua como prática social.

Bibliografia Básica:

OSHIMA, Alice; HOGUE, Ann. **An introduction to academic writing**- 2.ed. New York: Longman, 1997.

SCHERAGA, M. **Practical English writing skills**. Illinois; National textbook company, 1995.

SMALZER, William. **Write to be read**. Cambridge: CUP, 1996.

Bibliografia Complementar:

EVANS, Virginia. **Successful Writing**. Intermediate. Newbury: Express Publishing, 2000.

GRELLET, Françoise. **Writing for advanced learners of English**. Cambridge: CUP, 1996.

INGRAM, Beverley; KING, Carol. **From writing to composing**. Cambridge: CUP, 1996.

LEKI, Ilona. **Academic writing: exploring processes and strategies** Cambridge: CUP, 2000.

MAYBEAN, Janet; MERCER, Neil. **Using English from conversation to canon**. London: Routledge, 1996.

ELETIVA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

➤ 9º SEMESTRE:

LITERATURA NORTE-AMERICANA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Estudo da literatura Norte Americana com referência especial aos fatores socioculturais, desde a época colonial até o fim do século XIX (Época Colonial, Era Puritana, Primeiros Românticos, Românticos e os Transcendentalistas).

Bibliografia Básica:

BRADLEY, Sculley (ed.) **The American Tradition In Literature**. New York: W.W. Norton & Company, 2005.

CHASE, Richard. **The American Novel and its Tradition**. Baltimore: The Johns Hopkins University, Press, 1998.

STEGNER, Wallace (ed.) **The American Novel**. New York: Basic Books, 2002.

Bibliografia Complementar:

COHEN, H. **Landmarks of American Writing**. Voice of America Forum Lectures, 1970.

CURRENT-GARCIA, Eugene. **The American Short Story before 1850: A Critical History**. Boston: Twayne Publishers, 1985.

FIEDLER, L. **Love and Death in the American Novel**. Illinois: Dalkey Archive, 2003.

HIGH, Peter. **An Outline of American Literature**. Essex: Longman, 1994.

LAWRENCE, D. H. **Studies in Classic American Literature**. London: Penguin Books, 1977.

PESQUISA APLICADA À LÍNGUA E LITERATURA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Concepções relacionadas à pesquisa científica. O discurso científico. Prática de documentação científica. Elaboração de um projeto de pesquisa, observando a sua organização retórica. Procedimentos básicos para sistematização da pesquisa.

Bibliografia Básica:

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

RUDIO, F.V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A Y. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

ABNT. **Referências Bibliográficas**. Rio de Janeiro, 2003.

BAGNO, M. **Pesquisa na Escola: o que e como se faz**. São Paulo: Loyola, 1998.

CANÇADO, M. **Um Estudo sobre Pesquisa Etnográfica em Sala de Aula**. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Campinas, n.23, pp. 55-69, jan/jun. 1994.

CAVALCANTI, M.; MOITA LOPES, L. P. **Implementação da Pesquisa em Sala de Aula de Línguas no Contexto Brasileiro**. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas, n.17, pp. 143-144, jan/jun. 1991.

CARVALHO, M. (org) **Construindo o Saber**. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

ELETIVA III - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

➤ **10º SEMESTRE:**

LITERATURA NORTE-AMERICANA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Estudo das obras dos escritores/escritoras nascidos nos EUA, do século XX, com enfoque nas novas tendências na poesia, no romance, no drama, e na crítica literária.

Bibliografia Básica:

BRADLEY, Sculley (ed.) **The American Tradition In Literature**. New York: W.W. Norton & Company, 2005.

CHASE, Richard. **The American Novel and its Tradition**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

STEGNER, Wallace (ed.) **The American Novel**. New York: Basic Books, 2002.

Bibliografia Complementar:

COHEN, H. **Landmarks of American Writing**. Voice of America Forum Lectures, 1970.

GRAY, Richard. **A History of American Literature**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

HIGH, Peter. **An Outline of American Literature**. Essex: Longman, 1994.

LAWRENCE, D. H. **Studies in Classic American Literature**. London: Penguin Books, 1977.

MOODY, A. David. (ed.) **The Cambridge Companion to T.S. Eliot**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) - CRÉDITOS: 08 - CARGA HORÁRIA: 120 h

Ementa: Análise e crítica de monografias que abrangem temas de Língua Inglesa e das Literaturas de Língua Inglesa. Possibilidades para pesquisas em língua, literatura e temáticas culturais. Orientação bibliográfica e de produção científica. Monografia de final de curso escrita.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Maria M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Atlas, 1989.

COSTA, Ana Rita Firmino. **Orientações Metodológicas para a Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 4. ed. Maceió: UFAL, 2002.

CRUZ, Anamaria da Costa, MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses: estrutura e apresentação** (NBR 14724/2002). 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

GALLIANO, A. Guilherme. **O Método Científico: teoria e prática**. São Paulo: Herbra. 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ELETIVA IV - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

ELETIVAS:

LÍNGUA INGLESA VII - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Estudo discursivo das estruturas morfológicas, sintáticas, semânticas e lexicais da língua inglesa em nível pós-intermediário. Aperfeiçoamento das habilidades básicas, com ênfase na compreensão auditiva e produção oral e escrita em situações cotidianas e acadêmicas.

Bibliografia Básica:

GERGROSS, Gunter; PUCHTA Herbert; THORNBURY, Scott. **Teaching grammar creatively**. Helbling Languages, 2006.

CELCE-MURCIA, M.; OLSHTAIN, Elite. **Discourse and Context in Language Teaching**. Cambridge: CUP, 2000.

AEBERSOLD, Jo Ann. **From Reader to Reading Teacher: Issues and strategies for second language classrooms**. 14th edition. Cambridge: CUP, 2008.

Bibliografia Complementar:

CAMBRIDGE ADVANCED LEARNER'S DICTIONARY. Cambridge: CUP, 2008.

HARMER, Jeremy. **The Practice of English language teaching**. 3ed. Essex: Longman, 2001.

LÍNGUA INGLESA VIII - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Aperfeiçoamento das habilidades de compreensão auditiva e expressão oral e escrita em língua inglesa, em nível pós-intermediário. Desenvolvimento da capacidade argumentativa voltada às situações acadêmicas.

Bibliografia Básica:

CELCE-MURCIA, Marianne; LARSEEN-FREEMAN, Diane. **The grammar book: an ESL/EFL teacher's course**. 2nd Edition. USA: Thomson Heinle, 1999.

HEWINGS, Martin. **Advanced Grammar in Use: A Self-Study Reference and Practice Book for Advanced Students of English**. Cambridge: CUP, 1999.

HYLAND, Ken. **Second Language Writing**. 6th edition. Cambridge: CUP, 2009.

Bibliografia Complementar:

OXFORD ADVANCED LEARNER'S DICTIONARY. Cambridge: CUP, 2008.

INTRODUÇÃO À LINGÜÍSTICA APLICADA-CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Visão contemporânea da Linguística Aplicada. Conceituação, domínio e terminologias específicas da área. A Linguística Aplicada e o ensino e aprendizagem de línguas.

Bibliografia Básica:

MOITA LOPES, Luiz P. da. **Oficina de Lingüística Aplicada:** a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PASCHOAL, M. Z; A. CELANI. **Lingüística Aplicada:** da aplicação da lingüística à lingüística transdisciplinar. SP: EDUC, 1992. p. 15-23.

PENNYCOOK, A. Lingüística aplicada pós-ocidental. In: M. J. Coracini; E. Bertoldo (orgs.) **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula** (língua materna e língua estrangeira). Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 21-60.

SCHERER, A. A história e a memória na constituição do discurso da lingüística aplicada no Brasil. In: M. J. Coracini; E. Bertoldo (orgs.) **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula** (língua materna e língua estrangeira). Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 61-84.

SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. (Orgs.). **Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

Bibliografia Complementar:

BAGNO, Marcos. **Língua materna:** letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

CANDLIN, C. **Notes for a definition of applied linguistics in the 21 century**. AILA Review, 14, 2001

CAVALCANTI, M. A propósito de Lingüística Aplicada. **Trabalhos em Lingüística Aplicada**, 7, p. 5-12, 1986.

CORACINI, M.J. E. BERTOLDO (orgs.) **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula** (língua materna e língua estrangeira). Campinas: Mercado de Letras, 2003.

FORTKAMP, M. B ; L. TOMITCH (orgs.). **Aspectos da lingüística aplicada**. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

ANÁLISE E EXPRESSÃO TEXTUAIS - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Linguagem, discurso e gêneros acadêmicos. O uso sociointeracional da linguagem. Práticas de leitura e produção de textos acadêmicos.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 15287.** Informação e documentação: projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 6023:** informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

Bibliografia Complementar:

_____. **NBR 6022:** informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028:** informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. **Manual de Expressão Oral e Escrita.** 27. ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2010.

MOTTA-

ROTH,D.eHENDGES,G.R.**Produção Textual na Universidade.**São Paulo:parábolaeditorial,2010.

ESTILÍSTICA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Estudo dos recursos expressivos na utilização da linguagem em diferentes gêneros, considerando aspectos grafológicos, fonológicos, morfossintáticos e semânticos.

Bibliografia Básica:

BEARD, Adrian. **Texts and Contexts:** Introducing Literature and Language Study. London.Routledge, 2001.

BRADFORD, Richard. **Stylistics.** New York: Routledge, 1997.

CRYSTAL, David and DAVY, D. **Investigating English Style.** London: Longman, 1969.

Bibliografia Complementar:

COHEN, Jean. **Estrutura da Linguagem Poética.** São Paulo: Cultrix, Ed. UDP, 1974.

CRESSOT, Marcel. **O Estilo e as suas Técnicas.** Trad. de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

FABB, Nigel. **Linguistics and Literature.** Oxford: Blackwell, 1997.

FOWLER, Roger. **Linguistic Criticism**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

GUIRAUD, P. **A Estilística**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

INTRODUÇÃO À SOCIOLINGÜÍSTICA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: O estudo da relação entre língua e sociedade com foco na variação e mudança linguística. Teoria da variação. Variáveis linguísticas e extralinguísticas. Fenômenos de variação e mudança linguística no português brasileiro. Variação e ensino. Língua e gênero. O tratamento quantitativo e a pesquisa sociolinguística.

Bibliografia Básica:

ALKMIN, Tânia. **Sociolinguística**. Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001, pp.21-47.

CALVET, Luis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Macionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

MICKAY, Sandra Lee; HORNBERGER, Nancy H. (Org.). **Sociolinguistics and language teaching**. Cambridge: CUP, 2001.

Bibliografia Complementar:

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LOPES, Luis Paulo da Moita. **Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MICKAY, Sandra Lee; HORNBERGER, Nancy H. (Org.). **Sociolinguistics and Language Teaching**. Cambridge: CUP, 2001.

MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.

Monteiro, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

INTRODUÇÃO À PSICOLINGÜÍSTICA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Conceito, histórico, objeto de estudo e campo de atuação. Estudo dos modelos e teorias explicativas da aquisição, desenvolvimento, processamento e uso da linguagem. Aspectos psicossociais da aprendizagem de leitura, da fala e da escrita.

Bibliografia Básica:

BALIEIRO, Ari. Pedro. **Psicolinguística**. In: Fernanda Mussalin e Anna Christina Bentes (Org.).

Introdução à Lingüística. Volume 2. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CORACINI, M. **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura.** São Paulo: Pontes, 2002.

ELLIS, R. **Understanding Second Language Acquisition.** Oxford: OUP, 1985.

Bibliografia Complementar:

KLEIMAN, A. **Texto e Leitor: aspectos cognitivos da leitura.** São Paulo: Pontes, 2002.

LEFFA, W. **Aspectos da Leitura.** Porto Alegre: Sagra, 1996.

MACEDO, Ana Cristina Pelosi de. Linguagem e cognição. In: Marlene Mattes (Org.).

Linguagens. As expressões do múltiplo. Fortaleza: Premius, 2006.

_____, Paradigmas cognitivos, lingüística cognitiva e metáfora conceitual. In: MACEDO, Ana Cristina Pelosi; BUSSONS, Aline Freitas (Org.). **Faces da Metáfora.** Fortaleza: Artes Gráficas, 2006.

MELO, Lélia Erbolato. A Psicolingüística: objeto, campo e método. In: MELO, Lélia Erbolado (Org.). **Tópicos de Psicolingüística Aplicada.** 3ª Edição. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 2005.

TEORIA E PRÁTICA DE LEITURA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Concepções de linguagem, de ensino e de leitura; a leitura como atividade sociointerativa; o desenvolvimento do processo inferencial na leitura; estratégias psicolingüísticas na leitura; leitura e ensino. Pesquisa sobre concepções e práticas de leitura no ambiente escolar.

Bibliografia Básica:

BARZOTO, Valdir Heitor(Org.).**Estado de Leitura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). **Leitura:** práticas, impressos. BeloHorizonte:Autêntica,2002.

BEZERRA, Maria A. **Visão Panorâmica de Concepções de Leitura.** (mínimo), 1999.

Bibliografia Complementar:

CORACINI, Maria José (Org.). **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura:** língua materna e língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1995.

FIORIN, J. L. e SAVIOLI, F. P. **Lições de Texto:** Leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.

GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Punicelli; OTONI, Paulo (Org.). **O Texto Leitura e Escrita.** Campinas: Pontes, 1997.

KATO, Mary. **O Aprendizado da Leitura.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KLEIMAN, Angela. **Leitura, Ensino e Pesquisa.** 2ª ed. Campinas: Pontes,1996.

ANÁLISE DO DISCURSO - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Percurso histórico da noção de discurso como prática social. Fundamentos da Análise do Discurso, focalizando noções de sujeito do discurso, ideologia, formação discursiva, atos de fala e práticas discursivas. Procedimentos metodológicos em análises discursivas.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Unicamp, 1989.

Bibliografia Complementar:

COULTHARD, M. **An introduction to Discourse Analysis**. London: Longman, 1985.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.

GREGOLIN, M.R.V. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SEARLE, John R. **Os Atos de Fala**. Coimbra: Almedina, 1984.

INTRODUÇÃO À PRAGMÁTICA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Estudo dos princípios da análise pragmática, considerando as principais abordagens dos processos de produção e recepção de enunciados em contextos situacionais que levam à construção dos sentidos.

Bibliografia Básica:

ARMENGAUD, Françoise. **Pragmática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

AUSTIN, J. L. **Quando Dizer é Fazer**. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1990.

LEVINSON, S. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia Complementar:

FIORIN, J. L. A Linguagem em uso. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à Linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Pragmática. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2004.

GRICE, P.H. **Vozes da Sociedade: seminários de pragmática**. Trad. Ana Cristina de Aguiar. Campinas: Mercado de letras, 2001.

SEARLE, J. R. **Expressão e Significado: estudo das teorias dos atos de fala**. São Paulo:

Martins Fontes, 2002.

_____. **Speech Acts**: an essay in the philosophy of language. Cambridge: CUP, 1969.

_____. **Expression and Meaning**. Cambridge: CUP, 1979.

SEMÂNTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Estudo das abordagens, dos modelos e das teorias explicativas do significado, enfatizando as principais teorias semânticas, tendências atuais, métodos e procedimentos de análise.

Bibliografia Básica:

DUARTE, Paulo Mosânio. **Iniciação à Semântica**. Edições UFC, 2000.

GOMES, Claudete Pereira. **Tendências da Semântica Lingüística**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.

Bibliografia Complementar:

ILARI, Rodolfo. **Introdução à Semântica**: brincando com a gramática. São Paulo. Contexto, 2006.

ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 10ª ed. 7ª impr. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2004.

KEMPSON, Ruth. **Teoria Semântica 1**. Col Presença. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Lingüística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1980.

MARQUES, Maria Helena Duarte. **Iniciação à Semântica**. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

ORALIDADE, LETRAMENTO E ENSINO – CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Oralidade e letramento e seus valores para a escola e para sociedade; a escrita como tecnologia e como sistema simbólico; o letramento numa perspectiva sócio-histórica; letramento e ensino.

Bibliografia Básica:

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e Escrita**: perspectivas para o ensino de língua materna. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Org.). **Fala e Escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Tradução e Organização: ROJO, R. H.R.; CORDEIRO, G. S. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2004.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. SEF, Brasília, MEC/SEF, 1998.

KARWOSKI, Acir M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Org.). **Gêneros Textuais**: reflexões e ensino. Palmas; União da Vitória: Kaygangue, 2005.

_____. (Org.) **Os Significados do Letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

LOVATO, C. S. **Gêneros Textuais e Ensino**: uma leitura dos PCNs de língua portuguesa do ensino fundamental.

MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B.; LEAL, T. F. (Org.). **Alfabetização**: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGÜÍSTICA APLICADA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Estudo de modelos teóricos de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. As contribuições das ciências cognitivas para a área. Concepções de língua(gem) e sujeito nos modelos e teorias.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA FILHO, J.C. de. O Ensino de Línguas no Brasil de 1978. E Agora? In: **Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**, 1, 15-29, 2001.

CELCE-MURCIA, M.; OLSHTAIN, E. **Discourse and Context in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge, 2000.

McDONOUGH, S. **Applied Linguistics in Language Education**. London: Arnold, 2002.

Bibliografia Complementar:

CORACINI, M.J. (org.) **Identidade & Discurso**: (des)construindo subjetividades. Campinas: Ed. Da Unicamp; Chapecó: Argos Ed Universitária, 2003.

COX, M.; A. ASSIS-PETERSON. **O Professor de Inglês entre a Alienação e a Emancipação**. Linguagem e Ensino, 4, 11-36, 2001.

LEFFA, V. Metodologia do ensino de línguas estrangeiras. In BOHN, H (Org.). **Tópicos em Lingüística Aplicada**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

MITCHELL, R.; MYLES, F. **Second Language Learning Theories**. London: Arnold, 1998.

SELINKER, L. Interlanguage. In: J. Richards (Ed.) **Error Analysis Perspective on Second Language Acquisition**. London, Longman, 1974.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGUÍSTICA APLICADA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: A relação entre teorias de ensino e aprendizagem de línguas e a avaliação e produção de materiais didáticos. Princípios gerais para seleção e elaboração de materiais didáticos para contextos presencial e digital.

Bibliografia Básica:

BAGNO, Marcos. **Língua Materna: letramento, variação & ensino.** São Paulo: Parábola, 2002.
CORACINI, M.J. **Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático.** Campinas: Pontes, 1999.
GUIA DE AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

Bibliografia Complementar:

BONINI, A. **Gêneros Textuais e Currículo de Língua Portuguesa:** propostas para o ensino médio na escola pública. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Campinas, 42, p. 81-93, 2003.
CLAUDINO, B. **Investigando o Livro Didático de Língua Inglesa:** imagens do leitor. 91f. Dissertação (Mestrado em letras - Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2005.
DOURADO, M. R. Estratégias de leitura e gêneros textuais no livro didático de inglês. In: M. E. SOUSA; S. VILAR, S. (orgs.) **Parâmetros Curriculares em Questão: ensino médio.** pp. 69-90. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2004.
OLIVEIRA, J. ; S. GUIMARÃES; H. BOMÉNY. **A Política do Livro Didático.** São Paulo: Summus, 1984.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LITERATURA I - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Discussão de problemas teóricos de literatura em nível intermediário.

Bibliografia Básica:

AGUIAR e SILVA, V.M. **Teoria da Literatura.** 8 ed. vol I, Lisboa: Almedina, 1999.
AMORA, S. Antônio. **Introdução à Teoria da Literatura.** São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1980.
BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira.** 40. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

Bibliografia Complementar:

ARISTÓTELES. **Poética Clássica. Aristóteles, Horácio e Longino.** São Paulo: Cultrix, 1990.
CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Literatura, História e Texto.** 18.ed.reformulada, São Paulo: Saraiva, 1999.
CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira.** 6ed. Vol I e II, Belo Horizonte: Itatiaia,

2000.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. 2. ed. Vol. IV, São Paulo: Sul Americana, 1969.

INFANTE, Ulisses. **Textos: Leitura e Escritas**. São Paulo: Scipione, 2000.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LITERATURA II - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Discussão de problemas de crítica literária em nível avançado.

Bibliografia Básica:

BRUNEL, P. et al. **A Crítica Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Welleck, René. **História da Crítica Moderna**. São Paulo: Editora Herder, Edusp, 2002.

WIMSATT, W. K. e BROOKS, C. **Crítica Literária: breve história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2005.

Bibliografia Complementar:

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FRYE, N. **Anatomia da Crítica**. São Paulo: Cultrix: 1973.

HUTCHEON, L. **Poética do Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade: na história e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LITERATURA PÓS-COLONIAL - CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Estudo da literatura em língua inglesa, produzida fora dos centros hegemônicos da língua, principalmente nas ex-colônias britânicas, para compreender o fenômeno do imperialismo e recuperar a história e a voz das sociedades periféricas.

Bibliografia Básica:

ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth and TIFFIN, Helen. Ed. **The Post-Colonial Studies Reader**. London: Routledge, 1997.

BHABHA, Homi. **The Location of Culture**. London: Routledge, 2004.

BONNICI, Thomas. **O Pós-Colonialismo e a Literatura: Estratégias de Leitura**. Maringá: Eduem, 2000.

Bibliografia Complementar:

BOOKER, M. Keith. **The African Novel in English: an Introduction**. Portsmouth: Heinemann, 1998.

CHILDS, Peter, (ed.) **Post-Colonial Theory and English Literature**. Edinburgh: Edinburgh

University Press, 1999.

FANON, Frantz. **Black Skins, White Masks**. London: Pluto Press, 2008.

HARASYM, Sarah (ed.) **The Post-Colonial Critic: Interview, Strategies, Dialogues** – Gayatri Chakravorty Spivak. New York: Routledge, 1990.

IYENGAR, K.R. Srinivasa. **Indian Writing in English**. New Delhi: Sterling Publishers, 2005.

LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NA LÍNGUA INGLESA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Teoria e crítica feminista aplicada ao estudo das obras de escritoras de língua inglesa do século XIX até o período atual.

Bibliografia Básica:

BEAUVOIR, Simone de. **The Second Sex**. New York: Alfred A. Knopf, 1993.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York: Routledge, 1990.

SHOWALTER, E. **Literature of Their Own**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

Bibliografia Complementar:

AUERBACH, E. **Searching for Jane Austen**. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.

COPELAND, Edward and McMASTER, Juliet (ed.) **The Cambridge Companion to Jane Austen**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GILBERT, Sandra M. and GUBAR, Susan. **The Madwoman in the Attic: The Woman Writer**. New Haven: Yale University Press, 2000.

_____. **The Norton Anthology of Literature by Women**. New York: W.W. Norton and Company, 1996.

MOI, Toril. **Sexual /Textual/Politics**. New York: Routledge, 1985.

A COMÉDIA E TRAGÉDIA NA OBRA SHAKESPEAREANA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: O estudo da natureza da comédia e tragédia shakespeareana, visto através da análise de algumas obras do dramaturgo inglês.

Bibliografia Básica:

BARBER, C.L. **Shakespeare's Festive Comedies**. Princeton, N.Y.: Princeton University Press, 1959.

BELSEY, Catherine. **The Subject of Tragedy: Identity and Difference in Renaissance Drama**. London: Routledge, 1985.

BLOOM, Harold. **Shakespeare and the Invention of the Human**. New York: Riverhead Books, 1998.

Bibliografia Complementar:

BRADLEY, A.C. **Shakespearean Tragedy**. New York :Macmillan, 1966.

CARROLL, William C. **The Metamorphoses of Shakespearean Comedy**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

DE GRAZIA, Margreta; WELLS, Stanley (Eds.) **The Cambridge Companion to Shakespeare**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

McDONALD, Russ (Ed.) **Shakespeare: An Anthology of Criticism and Theory. 1945–2000**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

NELSON, T.G.A. **Comedy: The Theory of Comedy in Literature, Drama and Cinema**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

LITERATURA AFRO-AMERICANA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Estudo da produção literária e cultural Afro-Americana (romance, lírica, dramaturgia e teoria/crítica literária) dentro do contexto histórico, religioso e social de Afro-América, como: O Movimento do Renascimento do Harlem, o Movimento dos Direitos Civis (1960), o Movimento das Artes Negras dos anos 1960/1970 e a emergência da literatura das mulheres negras, através de uma abordagem de raça, gênero e etnia (de bases sociohistórica, política, antropológica e literária).

Bibliografia Básica:

ANDREWS, William L. et al. ed. **The Concise Oxford Companion to African American Literature**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BUTLER-EVANS, Elliott. **Race, Gender, and Desire: Narrative Strategies in the Fiction of Toni Cade, Toni Morrison, Alice Walker**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

DICKSON, Bruce D. **The Origins of African American Literature, 1680 –1865**. Charlottesville and London: The University Press of Virginia, 2001.

Bibliografia Complementar:

BELL, Bernard W. **The Contemporary African American Novel: Its Folk Roots and Modern Literary Branches**. Amherst and Boston: University of Massachusetts Press, 2004.

CLARK, Keith ed. **Contemporary Black Men's Fiction and Drama**. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2002.

EVANS, Mari ed. **Black Women Writers (1950 -1980) A Critical Evaluation**. New York:

Doubleday, 1984.

GATES, Henry Louis; McKAY, Nellie Y (Eds). **The Norton Anthology of African American Literature**. New York: W.W.Norton and Company, 2004.

HIGGINBOTHAM, Evelyn Brookset *al.* (Ed.). **The Harvard Guide to African-American History**. Boston: Harvard University Press, 2001.

LITERATURA COMPARADA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60 h

Ementa: Tendências teórico-críticas sobre a análise comparativa de textos literários e outras linguagens. Estudo da literatura e das macronarrativas dos diferentes sistemas semióticos com os quais ela se encontra inter-relacionada: literatura e cinema, cooperação textual, hipertextualidade eletrônica e literatura virtual. Relações entre os diversos códigos, abstraindo daí o mundo não-verbal: pintura, música, dança e filme.

Bibliografia Básica:

BARTHES, Roland; GENETTE, Gerard; BREMOND, Claude; TODOROV; TZVETAN & KRISTEVA, Júlia. **Literatura e Semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1972.

BRUNEL, P; PICHOS, CL; & ROUSSEAU, A.M. **Que é Literatura Comparada?** Trad. Célia Berrettini Curitiba: UFPR, 1983.

CUNHA, Eneida Leal & SOUZA, Eneida Maria de. Orgs. **Literatura Comparada: Ensaio**. Salvador: EDUFBA, 1996.

Bibliografia Complementar:

GUILLÉN, Cláudio. **Entre lo Uno e lo Diverso**: Introducción a la Literatura Comparada. Madrid: 1989.

SOUZA, Eneida Maria de. **Traço Crítico**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1993.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da Recepção e História da Literatura**. São Paulo: Ática, 2002.

LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA I – CRÉDITOS 4 – CARGA HORÁRIA 60H

Ementa: A literatura brasileira. Da literatura colonial à contemporaneidade. Principais autores e manifestações literárias.

Bibliografia Básica

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro sobre a azul, 2012. Vols1 e 2.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

Bibliografia complementar:

BOSI, Alfredo. **Céu, inferno**. São Paulo: Editora 34, 2003.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe nacionalismo**: paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RONCARI, Luis. **Literatura Brasileira**: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA II – CRÉDITOS 4 – CARGA HORÁRIA 60H

Ementa: A literatura portuguesa. Do Trovadorismo à contemporaneidade. Principais autores e manifestações literárias.

Bibliografia Básica

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Literatura de Língua Portuguesa – marcos e marcas**: Portugal. São Paulo: Arte & Ciência, 2008.

REAL, Miguel. **O romance português contemporâneo (1950-2010)**. Lisboa: Caminho, 2010.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1996.

Bibliografia Complementar

BONAFIM, Alexandre. **Repensando a Literatura Portuguesa do Século XX**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.

FERNANDES, Annie Giselle; SILVEIRA, Francisco Maciel. **A Literatura Portuguesa**: visões e revisões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa através dos textos**. São Paulo, Cultrix, 2012.

_____. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2008.

SPINA, Segismundo. **Presença da Literatura Portuguesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 5 vols.

LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA III – CRÉDITOS 4 – CARGA HORÁRIA 60H

Ementa: A literatura angolana. A literatura de Cabo Verde. A literatura moçambicana. A literatura de Macau. A literatura de São Tomé e Príncipe. A literatura de Guiné Bissau. Principais autores e manifestações literárias.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. São Paulo: Ática, 1987.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Lisboa: Colibri, 2003.

Bibliografia Complementar

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CARVALHO, Nogueira e. **Era tempo de morrer em África: Angola guerra e descolonização. 1961-1975**. Lisboa: Prefácio, 2004.

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique: experiência e territórios literários**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

FROUEBENIUS, L; FOX, D. C. **A gênese africana: contos, mitos e lendas da África**. Trad Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Landy, 1999.

LEITE, A.M. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Maputo: Imprensa Universitária; Universidade Eduardo Mondlane, 2003.

MÉTODOS DE CRÍTICA LITERÁRIA – CRÉDITOS 4 – CARGA HORÁRIA 60H

Ementa: Tipos de crítica (formalista, hermenêutica, estruturalista, fenomenológica, psicanalítica, estilística, sociológica, genética, poética, filosófica). Literatura e história. Literatura e memória. Literatura e estudos culturais. Técnicas de abordagem e de leitura do texto literário.

Bibliografia Básica

BERGEZ, Daniel. **Métodos críticos para a análise literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Texto. Crítica. Escritura**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RALLO, Elizabeth Ravox. **Métodos de crítica literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

AUERBACH, Erich. **Ensaio de literatura ocidental**. Trad. Samuel Titan Jr e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2007.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: EDUNESP, 2011.

LUKÁCS, Gyorgy. **A teoria do romance**. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34. 2000.

_____. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

NOBRE, Marcos. **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

INTRODUÇÃO À NARRATOLOGIA – CRÉDITOS 4 – CARGA HORÁRIA 60H

Ementa: Conceitos fundamentais de narrativa. Comunicação narrativa. Semântica e sintaxe narrativa.

Bibliografia Básica

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. Lisboa: Almedina, 2000.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

Bibliografia Complementar

BARTHES, Roland et alli, **Análise estrutural da narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

FORSTER, E. M. **Aspectos do romance**. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

GENETTE, Gerard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega, 1995.

_____. **Figuras**. Trad. Ivonne Floripes Mantonelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LÍRICA E MODERNIDADE – CRÉDITOS 4 – CARGA HORÁRIA 60H

Ementa: O moderno texto poético. Tradição e Modernidade. Lírica e sociedade.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor. **Poesia Lírica e sociedade**. Lisboa: AngelusNovus, 2003.

FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

HAMBURGER, Michael. **A verdade da poesia: tensões na poesia moderna desde Baudelaire**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Bibliografia Complementar

BLOOM, Harold. **A angústia da influência: uma teoria da poesia**. Trad. Arthur Nestrovski. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

DAUNT, Ricardo. T. S. **Eliot e Fernando Pessoa: diálogos de New Haven**. São Paulo: Editora Landy, 2004.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CULTURA DE POVOS DE LÍNGUA INGLESA - CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Introdução à história e cultura de povos de língua inglesa. Relação entre cultura e sociedade. Diálogo entre produção e consumo de cultura. Relações interdisciplinares: história, literatura e cultura de povos de língua inglesa.

Bibliografia Básica:

BAUGH, A.C.; CABLE, T. A. **History of the English Language**. 4.ed. rev. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1993.

CRYSTAL, D. The History of English. In: _____. **The Cambridge Encyclopedia of the English Language**. 2.ed. Cambridge: CUP, 1997. p. 4-115.

GARDINER, J. e WENBORN, N (Ed.). **The History Today**: companion to British history. London, Collins and Brown, 1995.

Bibliografia Complementar:

McCRUM, R; CRAN, W.; MacNEIL, R. **The Story of English**: New and Revised Edition. London: Faber and Faber, 1992.

VAN GELDEREN, E. **A History of the English Language**. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

INGLÊS INSTRUMENTAL -CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Introdução à leitura de textos em inglês. Estratégias de leitura. Vocabulário e estruturas básicas abordadas de forma funcional.

Bibliografia Básica:

Cambridge English Mini Dictionary. Cambridge University Press. 2010.

DIAS, R. **Reading Critically in English**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 3ª ed., rev. e ampl., 2002.

GADELHA, I. M. B. **Inglês Instrumental**: leitura, conscientização e prática. Teresina: EDUFPI, 2000.

Bibliografia Complementar:

GLENDINNING, Eric H.; POHL, Alison. **Oxford English for Careers**: Technology 1. Student's Book. Oxford: OUP, 2009.

_____. **Oxford English for Careers**: Technology 2. Student's Book. Oxford: OUP, 2009.

_____. **Inglês Instrumental**: estratégias de leitura: módulo II. São Paulo: Texto Novo, 2001.

MUNHOZ, Rosangela. **Inglês Instrumental**: estratégias de leitura: módulo I. São Paulo: TextoNovo, 2001.

SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. **Leitura em Língua Inglesa**: uma abordagem instrumental. São Paulo: DISAL Editora, 2005.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -CRÉDITOS: 04 - CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Estudo da trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos. Teoria e prática na EJA. Paradigmas curriculares na EJA. Práticas avaliativas na EJA. Conceber a EJA como uma

educação multicultural, que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade, possibilitando uma compreensão mútua contra a exclusão e outras formas de discriminação para uma educação de qualidade na busca da cidadania.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Inês; PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
 _____. **Educação como prática da liberdade**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2010.
 BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 1999.
 PAIVA, J. e OLIVEIRA, I. B. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2010.
 PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.
 PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**.6.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Conceitualização. Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade na sala de aula. Planejamento interdisciplinar. Práticas interdisciplinares na sala de aula.

Bibliografia Básica:

FAZENDA, Ivani C. A. **Dicionário em Construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2002.
 _____. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.
 _____. **Práticas Interdisciplinares na Escola**. Ed. 3. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia Complementar:

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Ed.6. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.
 FAZENDA, Ivani C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetivação ou ideologia?** São Paulo: Loyola 5ª Ed. 2002.
 LÜCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos metodológicos**.Ed.14. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
 MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Ed.18. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
 NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao**

desenvolvimento das múltiplas inteligências. 7ª Ed. São Paulo: Érica, 2007.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Historiografia da educação. Estudo das ideias pedagógicas e práticas educativas escolares e não escolares ocorridas no Brasil em diferentes contextos. Articulação do processo educativo com a economia, a política, a cultura e a sociedade como um todo. Problemas e perspectivas da educação contemporânea.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1964.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio De janeiro: Paz e Terra, 2010.

RIBEIRO, M. L. de O. **História da Educação no Brasil**. 10o ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1978.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Maria Antônia Teixeira da. **O Ensino Primário no Rio Grande do Norte: memória, educadores e lição sobre o ensinar (1939-1969)** Mossoró: Edições UERN, 2010.

GERMANO, José Welington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

LOURENÇO, Manuel Bergstron. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. 9ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

SAVIANE, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Anísio S. **Educação não é Privilégio**. 4.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Educação e Cidadania. Direitos Humanos e Direitos de Cidadania. A educação como elemento para conscientização. Formação Humana e Trabalho. Sociedade, Democracia, Ética e Estado. A educação em contextos globais e locais.

Bibliografia Básica:

BUFFA, E. et al. **Educação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1987.

CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIGUEIREDO, I. **Educar para a cidadania**. Porto: Edições Asa, 1999.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1992.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.

SACRISTÁN, J. G. **Educar e Conviver na Cultura Global**. Porto: Edições Asa, 2003.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Educação para minorias sociais e demais casos de negação de direitos na sociedade. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade. Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.

Bibliografia Básica:

FREITAS, Soraia Napoleão (Org.); KREBS, Ruy Jornada (Org.); RODRIGUES, David (Org.).

Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MAGALHÃES, António; STOER, Stephen. **A Escola para Todos e a Excelência Acadêmica**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Disiane de Fátima Araújo da. **Portadores de Deficiência: inclusão de alunos nas classes comuns da rede regular de ensino abordagem de direitos e processos de efetivação**. 2ª ed. Natal: EFETRÊS – D, 2006.

MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPE, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egleret *al.* **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do Professor. Educação à Distância. Recursos Tecnológicos e Ensino.

Bibliografia Básica:

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologia e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas. São Paulo. Papirus. 2003. (Série Práticas Pedagógicas).

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. e BEHENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediações Pedagógicas**. São Paulo, Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação).

PINTO, Manuel. **Novas Metodologias em Educação**. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora.1995.

Bibliografia Complementar:

MACHADO, Arlindo. **A Arte do Vídeo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PARENTE, André. **Imagem e Máquina**. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora 34, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. **A Cultura das Mídias**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SOUZA, Márcio Vieira de. **Mídia e Conhecimento: a educação na era da informação**. 1998.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Visão histórica da compreensão e do atendimento às pessoas com necessidades especiais. Estudo das deficiências e dificuldades, das condutas típicas e altas habilidades (superdotados) na educação. Aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional.

Bibliografia Básica:

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas**. – São Paulo: Summus, 1998.

ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1991.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das Pessoas com Deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Maria Teresa e BEATON. Guillerme Arias. **Necessidades Educativas Especiais: desde o enfoque histórico- cultural**. São Paulo: Linear, 2010.

KASSAR, Mônica de Carvalho M. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na historia de sujeitos**. Campinas, Autores Associados, 1999

MANZINI, Eduardo José (org.). **Inclusão e Acessibilidade** – Marília: ABPE, 2006SASSAKI, Romeu. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WVA, 2010.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. – São Paulo: Summus, 2006.

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

EDUCAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS FREIRIANAS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

Ementa: Fundamentos da educação popular: relações com a história e filosofia. Conceito de educação popular. A educação popular e educação pública: possibilidades da escola cidadã com Paulo Freire. As relações em educação popular, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação como Cultura**. Campinas, SP: Mercado e Letras, 2007.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
 _____. **Educação como prática da liberdade**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
 _____. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
 _____. **Pedagogia da Esperança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
 _____. **Cartas a Guiné Bissau**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
 GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ementa: Conhecimento e saber: O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. Principais abordagens metodológicas. Contextualização da ciência contemporânea. Documentação científica. Tipos de trabalho acadêmico-científico. Pesquisa: tipos de pesquisa.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria L. de Arruda; MARTINS, Maria H. Pires. **Temas de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
 ANDRADE, Maria M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Atlas, 1989.
 SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar:

MATTAR NETO, João Augusto. **Metodologia Científica na Era da Informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.
 GALLIANO, A. Guilherme. **O Método Científico: teoria e prática**. São Paulo: Herbra, 1990.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, I. E. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Científica**. 2..ed. São Paulo: Impetus, 2000.

9. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

9.1 Avaliação da Aprendizagem

Em consonância com os objetivos do Curso de Licenciatura em Letras e com o perfil de profissional desejado, a aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico de ação-reflexão-ação. Sendo assim, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e ao perfil do profissional formado no Curso de Licenciatura em Letras. Assim, devem ser levadas em consideração a autonomia dos futuros professores e pesquisadores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação desses profissionais para inserção no mercado de trabalho.

A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório; mas como instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do professor como a do aluno em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

Dada à especificidade do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês, a avaliação deve ser centrada nas práticas de leitura/escrita e de audição/fala, na capacidade de posicionamento crítico face às diferentes teorias linguísticas e literárias, bem como de ensino dos componentes curriculares de Inglês e de Literatura na educação básica, em função do papel político e sociocultural inerente à formação do licenciado em Letras, no domínio do conteúdo.

Devem ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação (trabalhos orais e/ou escritos, individuais e/ou em grupo), com e sem consulta, produzidos em sala e fora dela; seminários; relatórios; resenhas, entre outros gêneros textuais adotados pelo professor); orientação acadêmica individualizada (horário de atendimento). Particularmente, espera-se que seja trabalhada, em cada componente curricular, a prática de produção/revisão de textos acadêmicos sobre os objetos específicos de cada campo de estudos. Para essa avaliação, na dependência do componente curricular, serão usados os seguintes procedimentos:

- Avaliação contínua, quanto à pontualidade, assiduidade e participação efetiva dos alunos na realização de atividades e exercícios propostos, como também nas discussões em sala de aula;
- Avaliação somativa, a partir de:
 - Apresentação de seminários e de microaulas;

- Desenvolvimento de pesquisas no decorrer do semestre letivo;
- Elaboração de fichamentos de textos e livros;
- Resoluções de exercícios e trabalhos escritos;
- Exercício individual de verificação de aprendizagem sem consulta;
- Elaboração de diários de leitura, diários de aulas ou diários de pesquisa;
- Elaboração de resumos e resenhas de textos escritos, relatos de experiência, relatório de estágio, dentre outros gêneros acadêmicos.

Os procedimentos metodológicos e os critérios de avaliação deverão estar explicitados no Plano Geral de Disciplina de cada professor, entregues no primeiro dia de aula e publicados no *site* do SIGAA. A(s) atividade(s) de avaliação de cada componente curricular deve ser realizada de acordo com o calendário letivo previsto para o curso.

9.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A cada final semestre, a partir de 2014.1, o projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Letras/Inglês passará por uma avaliação, a partir dos seguintes requisitos:

- a) adequação das reformulações propostas no que diz respeito aos componentes optativos, os quais poderão ser substituídos quando considerados inoperantes, podendo ainda ser acrescentados outros componentes quando verificada a necessidade.
- b) adequação dos programas com relação ao ementário proposto;
- c) verificação contínua com relação ao cumprimento dos programas de cada componente curricular.

Para essa avaliação, a coordenação do curso procederá da seguinte maneira:

- designará uma comissão de avaliação de desempenho docente, no que diz respeito ao cumprimento de programas e ementas.
- Formulará um questionário sobre desempenho discente a ser aplicado semestralmente com os alunos.

9.3 Avaliação do Curso

Cabe lembrar que a avaliação não se reduz apenas à sala de aula, ela deve perpassar toda a estrutura escolar, produzindo dados e informações que alimentem os processos de gestão administrativa e acadêmica com vistas à melhoria do ensino. Segundo as diretrizes curriculares nacionais, as competências profissionais a serem constituídas

pelos professores em formação – no caso específico das Licenciaturas - deve ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

- periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;
- feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;
- incidentes sobre processos e resultados.

A avaliação sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

- avaliações feitas do corpo discente: avaliações dos alunos e do componente curricular;
- avaliações feitas do corpo docente: avaliação dos professores e do componente curricular;
- avaliação externa

9.3.1 Avaliação Externa

A avaliação externa é composta pelos mecanismos de avaliação do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), e indiretamente pela sociedade onde estarão atuando os profissionais formados pela Instituição.

9.3.2 Avaliação Interna

A avaliação interna é baseada no levantamento de uma gama de indicadores de desempenho da Instituição, cujos resultados podem subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos docentes e discentes com o trabalho e envolvimento no âmbito do Curso de Letras. Para incrementar e auxiliar a sistemática de avaliação, o Curso de Letras realizará periodicamente uma auto-avaliação do Curso, através de questionários direcionados aos acadêmicos e professores e através de outros instrumentos de avaliação, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e auto-realização dos envolvidos no curso, e propor, se necessário, mudanças no mesmo.

Além desses procedimentos, cumpre ressaltar que o curso de Letras também é avaliado dentro do contexto da auto-avaliação institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) institucional, de acordo com a lei nº 10861/2004, que trata do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

9.3.3 Participação do Corpo Discente na Avaliação do Curso

O Curso de Licenciatura em Letras/Inglês deverá realizar periodicamente avaliações dos componentes curriculares, através de questionários direcionados aos acadêmicos e professores, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e auto-realização dos envolvidos no Curso, e propor, se necessário, mudanças no mesmo.

Os discentes também participam da avaliação do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e em substituição ao Exame Nacional de Cursos (Provão).

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO

O curso incentiva os alunos a desenvolver atividades como monitoria, iniciação científica, atividades de extensão, visitas técnicas, viagens pedagógicas.

10.1 Participação do Corpo Discente nas Atividades Acadêmicas

A participação de acadêmicos do Curso de Letras nas atividades acadêmicas pode acontecer de várias formas, conforme a descrição específica das atividades principais:

- **Bolsa Pró-Estágio:** A UFERSA mantém via Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) modalidade de apoio para acadêmicos matriculados em cursos de graduação, mediante edital próprio.
- **Bolsa de Monitoria:** A UFERSA mantém duas categorias de monitoria de graduação: voluntária e remunerada. Os editais com a descrição das exigências são divulgados pelas faculdades. Os alunos interessados deverão se informar nas faculdades, a fim de obter todos os dados de que necessitam para se inscrever.
- **Bolsa de Iniciação Científica:** As bolsas de Iniciação Científica destinam-se a estudantes de cursos de graduação que se proponham a participar, individualmente ou em equipe, de projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisador qualificado, que se responsabiliza pela elaboração e implementação de um plano de trabalho a ser executado com a colaboração do candidato por ele indicado. As bolsas de pesquisa provêm de recursos financeiros do PIBIC/CNPq e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA. Há, ainda, a possibilidade da obtenção de bolsas PIVIC (Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica), que possuem vínculo institucional, mas sem a obrigatoriedade de remuneração de qualquer natureza.
- **Bolsa de Iniciação à Docência:** As bolsas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) destinam-se a estudantes de cursos de licenciaturas que se propõem a desenvolver atividades didático-pedagógicas para educação básica em escolas públicas

sob a orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. As bolsas o PIBID advêm de recursos financeiros do PIBID/CAPES.

- **Participação de Alunos em Eventos Técnicos, ou Atividades de Extensão:** A participação de alunos em Congressos, encontros técnicos, seminários, e simpósios, cursos ou atividades de extensão é apoiado pelas Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação e pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) para os alunos que participam oficialmente de projetos de pesquisa ou de extensão.

- **Programas de Pós-graduação:** Com a criação do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* na Ufersa-Campus Caraúbas será possível a participação significativa de acadêmicos junto aos trabalhos de pesquisa que porventura venham a ser conduzidos.

10.2 Prática Pedagógica como componente curricular (PPCC)

A PPCC, em conformidade com o artigo 12 da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. Nesta proposta em articulação intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico e com o Estágio Supervisionado, a PPCC deve concorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador em Língua Inglesa. O curso de Licenciatura em Letras/Inglês oferece a PPCC a seus alunos no interior dos componentes curriculares que constituem os componentes curriculares de formação, desde o primeiro semestre letivo e não apenas nos componentes curriculares pedagógicos. Esta correlação entre teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar. A prática vai permear toda a formação do futuro professor/pesquisador, estabelecendo e garantindo, assim, uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. É esse espaço que vai permitir ao aluno um amadurecimento gradativo, com a construção passo a passo de procedimentos metodológicos apropriados ao ensino de cada conteúdo específico, culminando com os componentes curriculares pedagógicos de formação geral, de natureza mais panorâmica. Dessa maneira, o contato eventualmente burocratizado e compartimentalizado, seja com as teorias de ensino seja com as teorias de linguagem, cede lugar a uma vivência mais

efetiva que produza no aluno os resultados esperados quanto a uma tomada de consciência do papel do professor e dos métodos e procedimentos para desempenhá-lo bem.

A PPCC será cursada a partir da primeira metade do curso sob forma de projetos interdisciplinares, distribuída entre os componentes curriculares do curso e com uma carga horária de 400 (quatrocentas) horas. Será trabalhada em conjunto com os professores desses componentes Língua Inglesa/Portuguesa e suas respectivas Literaturas, Linguística, Leitura e Produção de Textos, Libras e Didática. A prática poderá, também, ser vista através de encontros, minicursos, mesas redondas, palestras, seminários, oficinas e pesquisas de campo como referencial para subsidiar o estágio curricular supervisionado.

10.3 Estágios

De acordo com a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Parte integrante do projeto pedagógico dos cursos da UFERSA e do itinerário formativo do educando, o Estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Com o objetivo de garantir a legitimidade desta importante etapa na formação dos alunos da Licenciatura em Letras/Inglês da UFERSA, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC desenvolve procedimentos que atendem à Lei 11.788, ou Lei de Estágio, desde a solicitação de Estágios Não Obrigatórios até os Estágios Obrigatórios, para conclusão de curso. Com relação ao Estágio Obrigatório, também conhecido como Estágio Curricular Supervisionado, tem como atribuição a realização de dois exercícios elementares para a aprendizagem da profissão docente: o exercício da análise da realidade educacional brasileira e o exercício da prática docente na educação básica, orientado pela coordenação geral de estágio, a qual está atrelada a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFERSA. É, portanto, fundamental a participação e envolvimento do aluno para o cumprimento da Lei e para o efetivo aproveitamento do Estágio.

Pela Lei, Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Já o Estágio Não Obrigatório é

aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Para realização dos referidos estágios, é necessário que o aluno solicite, formalmente, através do preenchimento e entrega do Formulário de solicitação de Estágio obrigatório e/ou não obrigatório externo (ver Anexos e IV) e do Plano de atividades (ver Anexo V), o Termo de Compromisso (ver Anexo IV ou V) e a Declaração de Estágio Obrigatório Externo e Declaração de Estágio Não Obrigatório Externo (Ver Anexo VI ou VII). Portanto, o Estágio Supervisionado deverá contribuir para a excelência de profissionais na educação, permitindo, assim, à universidade - através do graduando - fortalecer o vínculo universidade/comunidade.

Em relação ao Estágio Curricular Supervisionado, este será desenvolvido conforme leis pertinentes e documento discutido e aprovado no fórum de estágio e os demais órgãos competentes. Esse estágio terá início a partir do 5º período do curso com carga horária total de 480 (quatrocentas e oitenta) horas. Os componentes curriculares de Estágio Supervisionado se desenvolvem no Ensino Médio, organizados em dois momentos distintos: o estágio de co-participação e o estágio de regência.

O estágio de co-participação é o momento em que o graduando vai à escola, da rede pública e/ou particular, faz um diagnóstico e monitora as aulas do(a) professor(a), considerando as concepções teóricas e pedagógicas que norteiam à práxis escolar observada. Esse diagnóstico, enquanto resultado do estágio de co-participação, será apresentado em forma de relato reflexivo que servirá como base para o projeto de estágio de regência.

O estágio de regência, enquanto projeto de intervenção, contribuirá para uma análise reflexiva da prática pedagógica escolar e deverá ser construído sob a orientação do professor supervisor de estágio – devendo o estágio de regência culminar com a entrega do relatório final, deste, constando considerações do percurso, das dificuldades e dos avanços alcançados, bem como uma proposta que contribua com os estudos da prática educacional, dentre outros aspectos.

O Estágio Supervisionado I e III, denominados de estágio de co-participação, caracterizam-se como momentos de pesquisa nas escolas públicas, campo de estágio, com estudos, orientações, monitoria e socializações, sendo realizado em turmas do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, respectivamente. O Estágio Supervisionado II e IV configuram-se como estágio de regência, os quais serão realizados em uma turma do Ensino Médio, respectivamente.

10.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na construção de uma monografia, isto é, uma pesquisa individual sobre uma temática de qualquer disciplina da estrutura curricular, conforme as linhas de pesquisa ofertadas pela Instituição de Ensino Superior. O TCC visa propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências e as habilidades adquiridas no curso como forma de estímulo à produção científica e ao aprimoramento da capacidade de interpretação, reflexão, análise e crítica.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser elaborado pelo aluno de Letras, sob a orientação de um professor, seguindo a Resolução CONSEPE/UFERSA N° 001/2013 da UFERSA. Cabe a(o) orientador(a) do TCC definir se esse gênero textual será em Língua Portuguesa ou Inglesa. O trabalho desenvolvido deverá abordar temas relacionados a estudos estéticos, culturais e da linguagem resultando em um trabalho monográfico.

O TCC é um componente obrigatório neste curso, visto que: i) fornece um objetivo final que direciona o desempenho do aluno durante toda a graduação; ii) aproxima estudantes e professores, mediante o sistema de orientação; iii) possibilita que o acadêmico tenha conhecimento especializado acerca do gênero textual trabalho monográfico. Para o desenvolvimento do TCC, o aluno deve escolher uma temática que esta intrinsecamente articulada com uma das linhas de pesquisa do curso descritas na próxima seção.

O TCC será avaliado pelo professor-orientador e por mais dois professores do Curso de Letras, designados pela Comissão de Curso em reunião específica para a composição das bancas de avaliação dos trabalhos de conclusão de curso. A defesa oral do trabalho de conclusão será pública, com dia, horário e local divulgados no mural e no site do curso de Letras. As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do aluno e, logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata de defesa, na qual constarão as notas atribuídas por cada avaliador e a nota final do aluno. Cada membro da banca atribuirá nota de 0 a 10,0 (zero a dez) para o trabalho escrito, conforme os critérios descritos abaixo nas tabelas 1, 2 e 3; a nota final será a soma da média das notas dos três professores integrantes da banca.

10.5 Áreas Temáticas

O curso está organizado a partir das seguintes áreas temáticas, inscritas nas áreas de Língua Inglesa e de Literaturas de Língua Inglesa, e que são explicitadas a seguir:

1) PRÁTICAS DISCURSIVAS

- Estudo das relações entre categorias da língua e do discurso em situação de uso; principalmente sob um enfoque interativo da linguagem; processos de textualização dos diferentes gêneros discursivos e tipos textuais, na leitura, na oralidade e na escrita;
- Organização textual-discursiva de diferentes gêneros em variados campos da atividade humana, tendo em vista a construção do sentido do texto;
- Estudos de diferentes discursos (político, jornalístico, literário, etc), fornecendo instrumentos para uma ampla apreensão do texto, que compreenda tanto a sua materialidade linguística quanto histórica. Tal leitura objetiva apontar aspectos ideológicos que podem estar encobertos nas práticas discursivas.
- Ênfase em categorias trabalhadas pela Linguística de Texto, Análise da Conversa, Análise do Discurso, Interacionismo Sócio-Discursivo.

2) LINGUÍSTICA APLICADA

- Fundamentos teórico-práticos da metodologia do ensino de línguas;
- Influência das teorias linguísticas bem como análise das estratégias metodológicas no ensino de línguas.
- Investigação das habilidades linguísticas utilizadas em gêneros orais e escritos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de línguas;
- Estudo crítico da morfossintaxe da gramática da língua inglesa em contexto de ensino;
- O papel do livro didático no contexto de ensino de línguas; análise/elaboração de material didático;
- A formação do professor de línguas como língua estrangeira.
- Estudo dos (multi)letramentos em sala de aula.

3) AQUISIÇÃO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA

- A interlíngua ou erro na aprendizagem da língua inglesa;
- O papel da língua materna no processo de aprendizagem da língua inglesa;
- Estratégias cognitivas e metacognitivas na aprendizagem da língua inglesa;
- Análise do papel dos fatores linguísticos, sociais, culturais e individuais no processo de desenvolvimento das quatro habilidades em língua inglesa;
- O papel do *input* na aquisição da fala, escrita e leitura em língua inglesa.

4) TRADUÇÃO

- Considerações sobre a teoria da tradução: modelos estruturalistas, funcionalistas, estudos de equivalência, tradução literal e não-literal, visão desconstrutivista da tradução, tradução e visões pós-coloniais, culturais, políticas (línguas minoritárias e poder entre as línguas). Prática de tradução, considerações sobre diversos gêneros textuais (texto impresso, texto eletrônico, texto literário), aspectos sócio-culturais antropológicos e suas implicações no ato tradutório.

5) FONÉTICA & FONOLOGIA

- Investigação sobre a organização do sistema fonológico da língua inglesa e a produção oral de estudantes brasileiros de Inglês Língua Estrangeira (ILE);
- Estudo comparativo entre sons, entonação, ritmo e demais diferenciais entre a língua inglesa e portuguesa, objetivando uma produção oral mais efetiva, e proporcionando uma melhor comunicação e compreensão da língua alvo.

6) LINGUAGEM E TECNOLOGIA

- Papel da tecnologia como mediadora da organização da linguagem em geral; linguagem na cibercultura; gêneros discursivos da e na internet, linguagem em redes sociais da internet; ensino de línguas mediado pela tecnologia; educação a distância, compreensão e produção de textos em diferentes suportes; aquisição de língua e novas tecnologias; comunicação educativa com o uso de múltiplas tecnologias; aplicação das tecnologias de comunicação, hipertexto, múltiplos letramentos, multimodalidade.

7) LITERATURA COMPARADA

- Leitura interdisciplinar do texto literário seja através da comparação de temas comuns a diferentes autores ou literaturas, ou através de diferentes abordagens teóricas.

8) LITERATURA E CINEMA

- Através do estudo comparativo das peças e de filmes baseados ou adaptados da obra de William Shakespeare procuramos aprofundar a discussão em torno da obra dramática do autor.

9) LITERATURA AFRO-AMERICANA

- Estudo da produção literária e cultural afro-americana (romances, lírica, dramaturgia e teoria/crítica literária) dentro do contexto histórico, religioso e social dos Americanos de

descendência africana, como: as convulsões sociais dos anos 60, a Renascença do Harlem, o Movimento dos Direitos Civis e a emergência da literatura de mulheres negras etc. através de uma abordagem eclética (de bases sócio-históricas a bases literárias).

10) TEATRO DO ABSURDO

➤ Estudo das origens filosóficas e históricas do Absurdismo, com ênfase na filosofia existencialista. Análise formal e conteudística do teatro do Absurdo, bem com das contribuições de dramaturgos de língua inglesa como Beckett, Pinter, Albee e outros, com base numa abordagem eclética.

11) LITERATURA PÓS-COLONIAL

➤ Estudos da literatura produzida fora dos centros hegemônicos de língua Inglesa, enfocando a literatura representativa das ex-colônias inglesas para compreender o fenômeno do imperialismo, e recuperar a história e a voz dos marginalizados e oprimidos.

12) ESTUDOS SHAKESPEARIANOS

➤ Estudo da produção dramática e teórica de William Shakespeare, segundo as mais diversas abordagens teóricas: psicanalítica, histórica, estilística, e feminista.

13) LITERATURA E GÊNERO

➤ O estudo de textos literários adotando-se as teorias de gênero.

14) LITERATURA E SOCIEDADE

➤ Estudo das relações entre literatura e sociedade, do ponto de vista da representação estética e da participação da arte da escritura na discussão de questões relevantes vinculadas à coletividade. Analisar os vários modos de formalização estética do contexto sócio-histórico que serve de lastro para a representação estética, identitária e civilizatória. Investigar como a obra, em diálogo com a história, configura-se em repositório da memória coletiva.

15) POÉTICAS DO LITERÁRIO

➤ Estudo das poéticas do literário em suas interconexões com o mito e a cultura, privilegiando investigações de cunho intertextual e a convergência dos sentidos poéticos na linguagem literária.

10.6 Atividades Complementares

O parecer Conselho Nacional de Educação (CNE) 28/2001 ou 09/2007 define Estudos Independentes como outras atividades acadêmico-científico-culturais que poderão compor o currículo do graduando, além da carga horária estabelecida pela legislação. No curso de Letras, os Estudos Independentes (denominados de Atividades Complementares) serão ofertados num total de 200 horas distribuídas ao longo do curso, ministrado sob a forma de encontros, minicursos, mesas redondas, palestras, seminários, oficinas e pesquisas de campo. Também poderão constar, na experiência profissional, participação em monitoria e o desenvolvimento de projetos de pesquisas sob a orientação dos profissionais da instituição. Tais atividades são definidas pela resolução do CONSEPE/UFERSA nº. 01/2008, de 17 de abril de 2008 (Ver Anexo VIII).

Considerando que a estrutura curricular envolve atividades complementares voltadas ao atendimento do perfil do discente e da realidade regional, devem ser desenvolvidas tarefas de extensão mediante realização de vários mecanismos visando ao aprofundamento ou reconhecimento dos conteúdos internalizados e habilidades manifestadas durante o curso. Assim, vários espaços de aprendizagem extracurricular deverão ser implementados de modo a garantir a integralização do curso, tais como, seminários, simpósios, congressos e conferências, além de monitorias, estágios extracurriculares.

Os professores orientam e supervisionam alunos no exercício ou em desenvolvimento de atividades de monitoria, estágios e pesquisas, fomentando a realização de seminários e eventos de diversa natureza com outras entidades, trazendo professores de universidades nas áreas de seu conhecimento. As experiências profissionais serão adquiridas durante e mesmo após a conclusão do curso, mas todas objetivando o atendimento a habilidades e competências reveladas pelo próprio aluno.

As atividades complementares devem possibilitar o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do acadêmico, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar, alargando o seu currículo com situações e vivências acadêmicas, internas ou externas ao Curso.

As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês inclui o ensino presencial em sala de aula – componentes curriculares eletivos – e outras atividades de caráter acadêmico-científico-cultural, com vistas a aprimorar o processo formativo do profissional de Letras. A formação complementar no Curso é um dos mecanismos de integralização do currículo, no contexto da flexibilização, e tem como objetivo, considerando a heterogeneidade

tanto na formação prévia como das expectativas dos alunos, permitir que o estudante possa complementar a sua formação, orientando, em determinado momento, a composição de sua estrutura curricular de acordo com seus interesses, necessidades. Participação em eventos científicos, monitorias, estágios extracurriculares, projetos de ensino, atividades de extensão, projetos de pesquisa, componentes curriculares de enriquecimento curricular, entre outras, são modalidades desse processo formativo.

Para viabilizar o acesso a algumas dessas atividades, divulgam-se periodicamente datas de realização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais; desenvolvem-se projetos de ensino, projetos de extensão na UFERSA – Campus Caraúbas, nos quais se promove o intercâmbio entre as diferentes áreas de ensino-pesquisa-extensão do curso e de cursos afins, proporcionam discussões acerca de linguagem, divulgam resultados dos projetos de pesquisa e de extensão dos alunos e dos professores; oferecem-se componentes curriculares eletivos no Curso em horários alternativos.

Em termos organizacionais, essas atividades podem ser denominadas como de ensino, pesquisa, extensão apesar de ficar bastante visível a inter-relação entre elas. A título de ilustração, essas atividades podem ser consideradas conforme distribuição do quadro a seguir e podem ser ampliadas de acordo com novas demandas (atendendo a Resolução do CNE/CP 2/2002, o aluno deverá cumprir, no mínimo, 200 horas de atividades complementares ao longo do curso (ver Anexo VIII).

Quadro 01 - Exemplos de Atividades Complementares

ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
Monitoria de ensino (voluntária ou bolsa institucional)	Programa de Iniciação Científica (voluntária ou bolsa institucional)	Participação em projeto de extensão – monitoria (voluntária ou bolsa institucional)
Participação em projeto de ensino – monitoria (voluntária ou bolsa institucional)	Participação na organização de evento científico	Participação como colaborador ou coordenador em ações de extensão
Participação em projeto de ensino – curso, minicurso,	Participação em grupo de pesquisa	Participação em viagem de estudo ou

oficina, grupo de estudo em assunto correlato ao curso e vinculado ao ensino		visita técnica
Estágio extracurricular em Instituições de Ensino Básico	Participação em evento científico com apresentação de trabalho (comunicação individual ou painel)	Participação em evento, atividade artístico-cultural (mostras, vídeos saraus, performances, contação de histórias, varais literários)
Participação em curso pré- ENEM ministrando aulas ou cursos deste caráter	Participação em evento científico sem apresentação de trabalho	Participação da organização de viagem de estudo ou visita técnica
Componentes curriculares de cursada no próprio curso	Publicação de trabalho (resumo, resumo expandido, trabalhos completos)	Criação e manutenção de <i>home page</i> , de jornal do curso de Letras/Inglês
Componentes curriculares cursado em outros cursos		
Curso de língua (Português, Inglês, Francesa, Espanhola, LIBRAS)		

As atividades oferecidas/desenvolvidas direcionam-se para as várias áreas do curso de Licenciatura em Letras/Inglês, com as suas subdivisões, e para áreas de outros cursos, considerando-se as interfaces com esses cursos. Isso pode ser visualizado, num primeiro momento, pelo rol de componentes curriculares de eletivas/atividades complementares.

O aluno poderá cursar outros componentes curriculares em outros cursos, além das descritas, que poderão também integralizar a carga horária das atividades complementares,

desde que atendidas às exigências de pré-requisito, quando for o caso, da UFERSA, vaga, horário.

11. ATENDIMENTO AO DISCENTE

11.1 Setor pedagógico

O Setor Pedagógico da UFERSA-Campus Caraúbas tem como função precípua prestar assessoria didático-pedagógica àqueles envolvidos no processo ensino-aprendizagem da Instituição, de modo que a excelência no trabalho educativo seja alcançada. Para tanto, desenvolve ações diversas as quais buscam a articulação entre docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade.

Acredita que no trabalho educativo, como prática intelectual e social, se faz necessária uma articulação das dimensões do saber, do saber-fazer e a reflexão crítica de seus objetivos e do processo pedagógico como um todo, que por sua vez, envolve não só o domínio das técnicas e ferramentas práticas, como também a compreensão de suas relações com o contexto social. Desta forma, o setor pedagógico irá corroborar para a construção da dimensão ética, ressignificação dos valores, conhecimento e identidade social.

A partir desse compromisso, acredita ser possível minimizar as fragilidades que o campus apresenta no que concerne aos aspectos pedagógicos, bem como ressaltar e reiterar as fortalezas aqui presentes e, de forma a atingir os objetivos educacionais pedagógicos propostos pelo PDI da UFERSA, promovendo sua consolidação através da produção do conhecimento. Este setor está vinculado à Pró-reitoria de Graduação, PROGRAD, da UFERSA.

11.2 Programa de Monitoria

A monitoria é entendida como instrumento para a melhoria do ensino, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos. Tem ainda a finalidade de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas.

As diretrizes que regem o programa de monitoria, no âmbito da UFERSA, estão previstas na resolução CONSUNI/UFERSA 03/2013, de 15 de maio de 2013, que apresenta a definição e objetivos do programa, sua coordenação, acompanhamento e avaliação, normas do processo seletivo, atribuições e vedações dadas ao monitor e ao professor orientador, além de tratar da monitoria voluntária.

Este programa é coordenado pela PROGRAD, sendo o controle financeiro a cargo de sua secretaria, nos casos de bolsa remunerada. O acompanhamento e orientações didático-pedagógicas serão realizados pelo setor pedagógico de cada campus da UFERSA.

O número total de bolsas de monitoria na Instituição é determinado pela Reitoria, em conformidade com o orçamento anual da UFERSA, por meio de edital específico via PROGRAD. O processo de seleção dos componentes curriculares candidatos a bolsa remuneradas ou voluntárias é anual, devendo ocorrer no início do primeiro semestre letivo de cada ano. A validade da bolsa remunerada é de dois (02) semestres consecutivos. Esta bolsa, por sua vez, é vinculada a disciplina contemplada na seleção e não ao docente.

As atribuições do monitor descrita na resolução são:

- Auxiliar o professor na aplicação de provas;
- Auxiliar os discentes orientando-os no desenvolvimento das atividades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, tais como, trabalhos de laboratório, pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas, realização de exercícios, e em outras tarefas pertinentes à docência;
- Acompanhar o desenvolvimento da disciplina, de acordo com o plano de trabalho;
- Coordenar grupos de trabalhos ou estudos, tendo em vista a orientação da aprendizagem dos colegas;
- Ministras aulas de revisão, dentro do horário destinado à monitoria;
- Auxiliar o professor na preparação de aulas;
- Participar das formações didático-pedagógicas ofertadas pelo Setor pedagógico;
- Apresentar Relatório de Atividades no Setor Pedagógico da PROGRAD, até 15 (quinze) dias antes do término do semestre letivo, devidamente avaliado pelo professor orientador e aprovado pelo respectivo chefe ou diretor da unidade acadêmica.

Sendo assim, o programa de monitoria possibilitará ao discente do curso de Licenciatura em Letras/Inglês a mais uma ferramenta de ensino e aprendizagem extraclasse.

Enfim o programa servirá ainda para fomentar o debate sobre a docência no ensino superior, fornecendo os subsídios para aprimoramento do programa visando a obtenção dos objetivos. Tem-se convicção que o programa proporcionará a melhoria do ensino de graduação em Letras/Inglês no âmbito da UFERSA.

11.3 Programa de Tutoria

A Tutoria Acadêmica (TA) é um programa direcionado a discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação. Nele os participantes são selecionados pelas IES que

participam do Programa e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores com objetivo envolver os estudantes que dele participam seja como bolsistas ou como voluntários, num processo de formação integral, propiciando-lhes uma compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos.

Ainda, a TA nas diversas áreas do conhecimento visa fomentar a formação de profissionais de nível superior dotados de elevados padrões éticos, científicos e técnicos. Nos cursos em que existem grupos TA, as ações desenvolvidas mediante projetos de trabalho e sujeitas à avaliação sistemática buscam formar pessoas que sejam capazes de uma atuação social responsável, autônoma, cidadã, inclusiva e compartilhada, de modo que sejam capazes de resolver problemas presentes nos seus respectivos contextos de atuação. Cabendo, ainda, ao Programa acompanhar a formação daqueles que buscam seguir a carreira acadêmica como docente e/ou pesquisadores pós-graduados em suas áreas de formação.

A implantação, a execução, o acompanhamento e a avaliação do Programa de Tutoria Acadêmica de Cursos de Graduação da UFERSA para apoio aos discentes obedecerão ao disposto em resolução CONSEPE específica que está sendo elaborada pela PROGRAD.

O Programa de Tutoria acadêmico da UFERSA visará uma ação institucional direcionada à melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos cursos de Graduação e a efetivação de medidas e de ações que contribuam para a permanência dos discentes na universidade conforme diretrizes do MEC. No âmbito institucional, atualmente a UFERSA dispõe de um projeto de Tutoria Acadêmica Piloto, no Campus sede (Mossoró), no curso de Bacharel em Ciência e Tecnologia. Essa experiência que está sendo realizada pela equipe técnica da PROGRAD visa implementar uma proposta de Programa Institucional em consonância com o PDI-UFERSA

Em geral são objetivos do Programa de Tutoria:

- Contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos cursos de graduação, conscientizando o discente da importância das disciplinas básicas para sua formação e da compreensão e construção dos conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas profissionalizantes; identificando dificuldades acadêmicas e ajudando a superá-las.
- Contribuir com a permanência dos discentes na universidade; buscando e disponibilizando apoios necessários para a adaptação ao curso e ao ambiente universitário;
- Intensificar a interação entre docentes e discentes, monitores e equipe pedagógica, respectivamente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

- Estabelecer, para grupo de discentes, um tutor discente, que acompanhará o seu progresso acadêmico, orientando-os e auxiliando-os em problemas eventualmente surgidos no decorrer do curso.
- Promover à cooperação e o estímulo constante de seus membros, a troca de mecanismos de enfrentamento de dificuldades, o respeito a objetivos comuns e especialmente uma análise não solitária, mas criativa de problemas relacionados ao desenvolvimento da prática profissional futura.
- Incentivar os discentes a investirem na aquisição do conhecimento dos elementos básicos necessários à obtenção de um bom desempenho acadêmico no curso, à participação em projetos de pesquisa e em ações de extensão.

11.4 Assistência Social

A partir de junho de 2013, os discentes da UFRSA/Campus Caraúbas passaram a contar com atendimento social. O setor de Serviço Social oferece ao educando orientações relacionadas ao funcionamento da Universidade, à concessão de benefícios e/ou auxílios, bem como encaminhamentos relacionados às mais diversas necessidades dos discentes.

Dentre suas funções, está a assessoria prestada à coordenação de Assuntos Estudantis no que diz respeito à análise da situação socioeconômica dos discentes participantes do Programa Institucional Permanência, a qual poderá ser feita, dentre outras formas, por meio de visitas domiciliares, visando à elaboração de perícias, de pareceres e de laudos sociais.

Os discentes do curso podem contar com outras ações desenvolvidas por este setor, como por exemplo, promoção à saúde que inclui campanhas de vacinação, orientações sobre a adoção de hábitos saudáveis de vida e prevenção de doenças.

Como este setor iniciou suas atividades recentemente e visa um melhor desenvolvimento destas, atualmente está estruturando seu Programa de funcionamento, o que normatizará sua agenda de atividades junto aos discentes, servidores e comunidade. Com a comunidade acadêmica, a previsão é que, além das atividades mencionadas acima, sejam realizados cursos de extensão direcionados tanto aos alunos ingressantes (preparando-os para a vida acadêmica, favorecendo o conhecimento da universidade e dos seus direitos e deveres), quanto aos veteranos (curso de consciência política e social, ações afirmativas, civildade) e aos concluintes (preparando-os para os desafios do mercado de trabalho, importância da capacitação continuada e as relações sociais).

11.5 Bolsa de Auxílio

A Coordenação de Assuntos Comunitários da UFERSA/Campus Caraúbas presta assistência aos discentes por meio do Programa Institucional Permanência, bem como viabiliza a concessão de apoio financeiro conforme resolução e regulamento específico da UFERSA. Esta coordenação está vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PROAC.

Os alunos do curso de Licenciatura em Letras/Inglês da UFERSA que se encontrarem em situação de vulnerabilidade socioeconômica podem contar com o Programa Institucional Permanência que tem como finalidade ampliar as condições de permanência do estudante do curso de graduação presencial da instituição, durante o tempo regular do seu curso, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais.

Atualmente, o programa Institucional Permanência do campus Caraúbas disponibiliza semestralmente vagas distribuídas nas seguintes modalidades de benefícios:

- Auxílio Alimentação;
- Auxílio Moradia;
- Auxílio Didático-Pedagógico;
- Auxílio ao Portador de Necessidades Especiais;
- Auxílio Transporte;
- Auxílio Creche;
- Bolsa Apoio ao Esporte;
- Bolsa Permanência Acadêmica;

As normas, o número de vagas e valores de cada modalidade do Programa Institucional Permanência são estabelecidos pela Coordenadoria de Programas Sociais da PROAC e divulgados em edital, até o início de cada semestre letivo. O discente é selecionado pelo Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica- IVS, o qual é estabelecido a partir da coleta de informações em formulários eletrônicos disponibilizados no Sistema de Registro Acadêmico da UFERSA-SIGAA.

Os discentes que apresentam condição de vulnerabilidade socioeconômica também poderão contar com uma Residência Universitária, que terá alas masculina e feminina, bem como restaurante universitário. Tanto a Residência, quanto o Restaurante Universitários estão em fase de construção e a previsão para a disponibilidade destes serviços é segundo semestre de 2015.

Conforme mencionado anteriormente, os discentes de graduação desta instituição poderão solicitar apoio financeiro para participar de eventos de caráter técnico-científico,

didático-pedagógico, esportivo, cultural e os denominados eventos de cidadania (fóruns estudantis) seguindo o disposto na resolução CONSUNI/UFERSA Nº 014/2010, de 30 de agosto de 2010.

11.6 Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS)

A Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS) da UFRSA tem o propósito de contemplar um conjunto de ações voltadas para estudos e adoção de medidas de políticas afirmativas de inclusão social, no contexto de democratização do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade, privilegiando o ambiente educacional universitário e em diálogo com as comunidades. Neste sentido, a CAADIS tem por finalidades:

- Realizar estudos e propostas para a implantação de programas e medidas de ações afirmativas e inclusão social para o acesso e permanência de estudantes na universidade;
- Promover o amplo diálogo e debate sobre ações afirmativas com todos os segmentos universitários e comunidade, com vistas às formas de ampliação do acesso e a permanência bem sucedida de estudantes na universidade;
- Propor mecanismos de monitoramento, acompanhamento e avaliação sistemática das medidas adotadas na universidade, bem como a criação de comissões, núcleos e comitê gestor de políticas afirmativas e inclusão social;
- Desenvolver atividades educativas e ações para discussão de medidas de apoio à permanência de estudantes oriundos de escolas públicas na universidade;
- Garantir as condições de acessibilidade física, pedagógica, nas comunicações e informações, nos diversos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos.

11.7 Atividades Culturais

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC – é a instância que atua com o objetivo de intensificar as relações entre a Universidade e a sociedade, promovendo atividades educativas, culturais, científicas e artísticas. Deve desenvolver atividades humanísticas, proporcionando à comunidade conhecimentos de arte, ciência e técnica, em caráter permanente e recíproco. Tais atividades serão normatizadas pelo Regimento Geral da UFRSA e pelo Regimento interno da Pró-Reitoria.

As atividades acadêmico-científico-culturais têm por finalidade oferecer aos acadêmicos dos cursos da UFRSA oportunidades de enriquecimento curricular e cultural. Essas atividades

estão previstas nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CP 2/2002 e resolução CNE/CES 2/2007) que dispõem sobre a carga horária dos cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados. As atividades culturais visam contribuir para uma formação mais ampla do discente, incentivando-o a procurar por ambientes culturalmente ricos e diversos. No cenário atual, é necessária à atuação profissional uma maior compreensão da realidade dos vários grupos sociais, seus saberes e suas manifestações culturais. Indissociável a isso, é a experiência em projetos de iniciação científica nos quais o acadêmico desenvolverá sua capacidade de argumentação, sistematização, observação, reflexão e produção de conhecimento. Completando essa formação, ressaltam-se as atividades de extensão, que podem promover a aproximação entre docentes e discentes e a comunidade externa. Integrando-se ensino, extensão e pesquisa extrapolam-se os limites tradicionais da formação profissional e multiplicam-se os espaços das práticas educativas.

Visando o favorecimento e a ampliação do universo cultural dos discentes, docentes e técnicos, a UFERSA/Campus Caraúbas juntamente com os cursos de graduação e licenciatura do campus promove atualmente as seguintes atividades culturais: Incentivo a música, Curso Básico de Violão, Curso de Dança, Curso de Teatro (Grupo CACTUS de Teatro) e Semana do Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Carnaval da UFERSA-Caraúbas.

12. NÚCLEO DE PESQUISA EM LÍNGUA E LITERATURA

A criação do Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura (NUPELL) no curso Letras terá a organização e funcionamento obedecida à regulamentação do Regimento Interno de Letras. Porém, o seu desenvolvimento está intimamente relacionado aos projetos de pesquisa e extensão e à organização dos pesquisadores no curso e nas diversas áreas de conhecimento e dos diferentes problemas de pesquisa associados aos Estudos Linguísticos e Literários. O Núcleo constitui num espaço integrador dos alunos aos projetos de pesquisa e de extensão, ou seja, um espaço que reúne, seletiva ou cumulativamente, reunindo professores, estudantes de graduação nos eixos que compõem a organização curricular.

O objetivo principal desse núcleo é a integração dos professores na construção de projetos de pesquisa e de extensão, com vista ao desenvolvimento do aluno. Na segunda metade do curso, o aluno será incentivado a participar ativamente em um dos eixos acima e se vincular aos projetos apresentados pelos professores, para realizar um trabalho de pesquisa ou de extensão. Um dos propósitos é inserir os alunos de graduação nos grupos de pesquisa existentes, possibilitando sua familiarização com procedimentos e técnicas de pesquisa acadêmica. Dessa maneira, o aluno termina seu curso de graduação com um trabalho acadêmico, orientado por um docente, e o apresenta publicamente perante dois avaliadores com titulação mínima de mestre.

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

Em termos de estrutura física e tecnológica, o curso contará com Biblioteca do *campus*, 02 Laboratórios de Informática (já existentes e em pleno funcionamento), sala do Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura (NUPELL) e Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e de Literatura (LAELL), além das salas dos professores para atendimento individualizado.

13.1 Biblioteca

O Curso de Licenciatura em Letras/Inglês é atendido no Campus Caraúbas por duas Bibliotecas: a do Campus Caraúbas e a Biblioteca Central Orlando Teixeira, localizada na Universidade Federal Rural do Semi-Árido do campus Mossoró.

A UFERSA conta com uma biblioteca central Orlando Teixeira, possuindo área física de 1276 m², cujo acervo é composto por material impresso e áudio-visual, com as seguintes áreas de conhecimento: ciências agrárias, biológicas, saúde, exatas, engenharia, humanas, sociais aplicadas, letras e artes. A quantificação geral do acervo bibliográfico, relativo a monografias, dissertações, teses, revistas técnicas e livros é de, aproximadamente, 9.505 Títulos e 16.749 Volumes (fonte: <http://ebiblio.ufersa.edu.br/>)

. O processo de informatização teve início em 2000 com a implantação de um *software*, aquisição de computadores, leitores de código de barras e impressoras, para administração do sistema e serviços bibliotecários (SAB 2000).

A UFERSA mantém uma política de aquisição para material bibliográfico: a Biblioteca destina recursos para a adequação do acervo aos ementários e à bibliografia relacionados nos projetos pedagógicos dos vários cursos da UFERSA. O acervo deverá ser enriquecido tanto em número de exemplares como de títulos para atender às necessidades do Curso. Há também a Biblioteca Digital da UFERSA que está integrada à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) nacional, onde disponibiliza *onlinetoda* a produção técnico-científica dos programas de pós-graduação da Universidade.

No caso do campus Caraúbas, este contará com sua própria biblioteca, e conseqüentemente com um acervo por área de conhecimento significativo, com inauguração prevista para dezembro de 2013.

Vale ressaltar que a biblioteca do *campus* Caraúbas vem tendo seu acervo renovado, devendo ainda constituir-se em um centro informatizado a base de programas em *softwares* especificamente destinados ao referencial de obras de Línguas e Literaturas, sendo necessário

prosseguir-se na tarefa de inclusão de obras básicas e complementares de cada componente curricular da estrutura curricular, revistas e periódicos, devendo as fontes para consulta serem disponibilizadas através de terminais de computador, inclusive através da Internet. O horário de funcionamento da biblioteca é o mais amplo possível, englobando os três turnos (manhã, tarde e noite).

13.2 Laboratórios de Informática

O curso de Letras conta com dois laboratórios de informática que atendem os alunos de graduação e os professores do curso.

Quadro 2 - Equipamentos disponíveis no Laboratório de Informática

Material/Equipamento	Quantidade
Cadeira	21
Computadores	20
Bancada de computadores	02
Ar condicionado	02
Quadro branco	01

13.3 Sala do NUPELL

A sala de Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura (em construção) é um espaço destinado a atender grupos de alunos (por exemplo, os de iniciação científica e de iniciação à docência), e de professores que estão desenvolvendo suas pesquisas.

Quadro 3 – Material e equipamento disponível na sala do NUPELL (equipamentos e materiais em processo de licitação)

Material/Equipamento	Quantidade
Mesa redonda	06
Cadeira ergonômica	25
Quadro digital	01
Projektor digital	01

Caixa de som	01
Tela de projeção	01
Computador com acesso à internet e impressora	01
Armário com chave	02
Ar condicionado	02
Câmera filmadora HXR-MC2000 com zoom óptico de 12x – sensor CMOS Exmor R, gravação em Full HD (1080X1920), 64Gb de memória interna, lente zeiss.	01
Tripé Manfotto 502hd/055xb	01
Tripé Profissional com Altura até 1,82 cm – Vivitar – Vivvpt6072	01

14.3 Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e de Literatura (LAELL)

Como o próprio nome sugere, o LAELL é destinado ao ensino especializado de língua e de literatura.

Quadro 4 – Equipamentos/Materiais para o Laboratório (equipamentos e materiais em processo de licitação)

Material/Equipamento	Quantidade
Computador com acesso à internet	26
Cadeira ergonômica	26
Fone de ouvido com microfone acoplado	26
Quadro digital	01
Projetor digital	01
Tela de projeção	01
Impressora	01
Caixa de som	01
Armário com chave	02
Ar condicionado	02

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa/ Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos Brasília: MEC; SEEP, 2002.

_____. Lei Nº 10.436, Regulamenta a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, de 24 de abril de 2002, Brasília: Congresso Nacional, 2002.

_____. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Coodenação de Ana Paula Crosara Resende e Flávia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Escolar 2010: perfil dos municípios brasileiros 2009**. Rio de Janeiro: 2010.

LEVY, Daniel C. **University and government in Mexico autonomy in an authoritarian system**. 1980. New York: Praeger.

Nova proposta da Educação Superior elaborada pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e nº 19, de 27/05/2003.

Parecer nº 28/2001 ou 09/2007.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CAMPUS CARAUBAS**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 89/2016 - CARAUBAS (11.01.29)
(Identificador: 201638679)**

Nº do Protocolo: 23091.002844/2016-44

Mossoró-RN, 21 de Março de 2016.

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CC:
GABINETE

Título: Plano de oferecimento de vagas das Licenciaturas e Proposta para Criação do Curso de Letras Português do Câmpus Caraúbas/RN.

Ilmo. Senhor,
Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão
Pró – Reitor de Graduação

Ref.: Plano de oferecimento de vagas das Licenciaturas e Proposta para Criação do Curso de Letras Português do Câmpus Caraúbas/RN.

Prezado Senhor,

Conforme referência segue em anexo o Plano de oferecimento de vagas das Licenciaturas e Proposta para Criação do Curso de Letras Português e suas respectivas literaturas do Câmpus Caraúbas/RN.

Atenciosamente,

(Autenticado em 21/03/2016 14:59)
EDNA LUCIA DA ROCHA LINHARES
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
Matrícula: 1801817



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

**PLANO DE OFERECIMENTO DE VAGAS DAS LICENCIATURAS DO
CÂMPUS CARAÚBAS E PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE
LETRAS/ PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS**

CARAÚBAS-RN
2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Profa. Dra. Elaine Cristina Forte Ferreira
Presidente

Profa. Me. Monaliza Rios Silva
Membro

Prof. Dr. Pedro Fernandes de Oliveira Neto
Membro

Prof. Me. Pedro Felipe Martins Pone
Membro

Prof. Dr. Vicente de Lima Neto
Membro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

SUMÁRIO

1	DA PACTUAÇÃO MEC/ UFRSA - CÂMPUS CARAÚBAS.....	5
2	DO PLANO DE OFERECIMENTO DE VAGAS DO CÂMPUS CARAÚBAS - LICENCIATURAS	6
	2.1 Pactuação do MEC.....	6
	2.2 Distribuição das entradas discentes por curso.....	6
	2.3 Planejamento do funcionamento dos cursos de licenciatura.....	7
3	DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA LICENCIATURA EM LETRAS/ PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	9
	3.1 Da universidade	9
	3.2 Do Curso de Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas	10
4	JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS/ PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS.....	14
	4.1 Do atendimento à demanda de professores de Português e Literatura na região.....	14
	4.2 Da atração de novos recursos para a universidade	17
	4.3 Dos ganhos que o curso trará para a comunidade acadêmica e para a cidade de Caraúbas.....	17
	4.4 Do baixo custo para a implementação do curso.....	22



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

4.5 A inserção da UFERSA no âmbito das políticas de intercâmbio com outros países e com a comunidade Lusófona	23
4.6 A constituição do primeiro centro de línguas da UFERSA, o fortalecimento das bases para outros cursos possíveis e ampliação da área atuação da instituição	24
5 SITUAÇÃO DOS CURSOS	25
5.1 Corpo técnico-administrativo	27
5.2 Infraestrutura	27



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN**

1. DA PACTUAÇÃO MEC/ UFRSA – CÂMPUS CARAÚBAS

Em novembro de 2010, foi firmada, na Secretaria de Educação Superior/ SESu/ MEC, a primeira pactuação acerca da distribuição de vagas no Campus Caraúbas. À ocasião, descreveram-se os cursos a serem ofertados na unidade da seguinte maneira:

- Bacharelado em Ciências e Tecnologia – 300 vagas
- 5 Engenharias com Terminalidades – 60 vagas cada (totalizando 300 vagas)
- Formação de Professores – 100 vagas

Após a plena implantação, seriam 1900 matrículas totalizadas, sendo 700 anuais. Entretanto, no decorrer do semestre de 2014.1, na iminência da implantação de outros dois cursos para cumprir a pactuação, o Câmpus Caraúbas decidiu, por plebiscito, que não mais deveriam ser implantadas duas engenharias, mas sim uma engenharia e uma licenciatura. Dessa forma, o Campus decidiu pela seguinte configuração:

- Bacharelado em Ciência e Tecnologia (300 vagas)
- 4 Engenharias com Terminalidades (240 vagas)
- 3 Cursos de Formação de Professores (160 vagas).

Essa nova configuração constitui ainda um respeito ao pacto de 2010, já que serão totalizadas as mesmas 700 vagas anuais. Nas páginas seguintes, apresentamos a distribuição de vagas dos três cursos de licenciatura e a proposta de implantação da licenciatura em Letras/ Português e suas respectivas literaturas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

2. DO PLANO DE OFERECIMENTO DE VAGAS DO CÂMPUS CARAÚBAS – LICENCIATURAS

2.1 Pactuação do MEC:

Bacharelado em Ciência e Tecnologia – 300 vagas

4 Engenharias com terminalidades – 60 vagas cada

3 Cursos de Formação de professores – 160 vagas

Totalizando 700 vagas.

2.2 Distribuição das entradas discentes por curso

No que toca às licenciaturas, entrarão 140 alunos pelo SISU e 20 alunos por vestibular realizado pela própria instituição, os quais serão distribuídos da seguinte maneira:

	Letras/ Português (INTEGRAL)	Letras/ LIBRAS (INTEGRAL)	Letras/ Inglês (INTEGRAL)
Entrada 1º Semestre (nº de alunos)	<u>40</u>	<u>40</u>	<u>00</u>
Entrada 2º Semestre (nº de alunos)	<u>40</u>	<u>00</u>	<u>40</u>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

- **80 entradas anuais de Português** - Entrada de 40 alunos no primeiro semestre e de mais 40 no segundo.
- **40 entradas anuais de Letras/LIBRAS** - Entrada no primeiro semestre de 40 alunos, sendo 50% das vagas pelo SISU e 50% destinadas a surdos.
- **40 entradas anuais de Letras/Inglês** - Entrada no segundo semestre de 40 alunos

Pleiteia-se a modificação da forma de ingresso para o curso de Letras/ LIBRAS, pois possíveis candidatos surdos têm a mesma capacidade cognitiva, porém não a mesma capacidade linguística. A saber, a língua portuguesa é oral/ auditiva, enquanto a Língua de Sinais é visual/ motora. Tal dificuldade é reflexo de toda a sua vivência escolar, ocasionada pela subtração de um direito adquirido e previsto pela Lei nº 10.098/00 em que preconiza critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Com o escopo de proporcionar e fazer valer o princípio jurídico da isonomia consagrado em nossa Carta Política é que objetivamos oferecer a metade das vagas do curso para o SISU e a metade para um vestibular que contemple as particularidades linguísticas que os candidatos surdos estão imersos. Assim, implementa-se uma avaliação mais justa, reconhecendo o valor, importância e especificidades da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), outorgada pela Lei Nº 10.436/02, em que estabelece a LIBRAS como forma de comunicação e expressão da pessoa surda do Brasil.

2.3 Planejamento do funcionamento dos cursos de licenciatura

Os três cursos de licenciatura serão ofertados em período INTEGRAL, de maneira que os cursos de Letras/ Inglês e Letras/ Libras terão entradas preferenciais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

interpoladas no turno noturno (40 Libras no primeiro semestre e 40 Inglês no segundo semestre), enquanto Letras/ Português terá as duas entradas ofertadas preferencialmente no turno vespertino. Como haverá uma disponibilidade integral, é flexível a oferta de componentes curriculares das licenciaturas no contraturno das entradas, como os de estágio, com vistas a atender a variados públicos. Dessa maneira, haverá um melhor gerenciamento dos espaços físicos do câmpus (salas de aulas, laboratórios etc.).

Além disso, a organização das entradas também auxilia a disposição da oferta dos componentes curriculares que são comuns aos três cursos, dando ao aluno a possibilidade de cursá-los com maior flexibilidade. Os componentes comuns são os seguintes:

	CARGA HORÁRIA
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30h
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	60h
Didática	60h
Psicologia da Educação	60h
Introdução aos Estudos Linguísticos	60h
Linguística	60h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

Teoria da Literatura I	60h
Teoria da Literatura II	60h
Teoria e Prática de Tradução*	30h
Português Instrumental*	60h
Pesquisa Aplicada à Língua e à Literatura	60h
Trabalho Conclusão de Curso (TCC)	120h
TOTAL	780h

* Estes componentes são comuns apenas aos cursos de Letras/ Inglês e Letras/ LIBRAS.

3. DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA LICENCIATURA EM LETRAS / PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LICENCIATURAS

3.1 Da universidade

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA – Câmpus Caraúbas foi criada através da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 010/2010 no dia 15 de julho de 2010. A ocupação das instalações próprias ocorreu no dia 06 de maio de 2013, localizada na RN 233, KM 01, Sítio Esperança II, Zona Rural, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN – Brasil. O Câmpus atualmente conta com um quadro de servidores que soma 79 docentes efetivos, 10 substitutos, 53 técnicos administrativos e cerca de 950 alunos com matrículas ativas em seus seis cursos implantados. A UFERSA em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

Caraúbas cresce e se consolida no cenário da educação superior no Médio Oeste Potiguar, como um Polo de oportunidades dentro do ensino superior de qualidade, oferecendo até o momento seis cursos de graduação e uma pós-graduação “Posensino”, sendo as graduações quatro na área tecnológica: (Bacharelado em Ciência e Tecnologia diurno e noturno, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil) e dois na área humanista (Licenciaturas em Letras Inglês e Letras / LIBRAS) e a pós-graduação na área da Educação.

3.2 Do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português suas respectivas literaturas (número de docentes, objetivo)

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português suas respectivas literaturas encontra-se em fase de implantação no plano de expansão dos cursos de nível superior oferecidos pela Universidade Federal Rural do Semi-árido; estará alojado no Câmpus Caraúbas e terá atuação junto às demais licenciaturas já em funcionamento, Letras / LIBRAS e Letras / Inglês. Trata-se de uma decisão acordada entre os professores do Câmpus Caraúbas conforme registrada nos anais dessa instituição. Foi aceite como proposta mais viável no âmbito das demandas para a formação de professores na região do médio oeste potiguar, que sedimenta a relevância do curso para a sociedade, além da importância para a instituição, a partir da afinidade que mantém com os demais cursos ofertados no Câmpus Caraúbas, no intuito de ampliá-los e fortalecê-los. Como um dos elementos da “formação humanística” conforme registro no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, o curso se apresenta também dentro de uma proposta de intervenção, junto à ampliação dos pilares da pluralidade de formação requerida para uma universidade; em sintonia com este documento, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

respectivas literaturas visa a ser um espaço de produção e difusão no campo da educação superior da região em que está situada, preparando profissionais qualificados, a fim de atender às demandas sociais necessárias.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas busca formar professores competentes, em termos de (in) formação e autonomia, capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários, em diferentes contextos de oralidade e escrita. E com essa proposta pretende oferecer condições de modo a garantir que o perfil do egresso de Letras contemple a interface ensino/pesquisa, respeitando-se as particularidades da habilitação no que se refere à ênfase atribuída a certos conhecimentos e capacidades mais específicos.

Assim, não se pretende formar um professor de Língua Portuguesa e de suas Literaturas dissociado da pesquisa, de modo a romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado. A busca pela promoção de ações didáticas, articulando ensino e pesquisa no âmbito da licenciatura, procura garantir que os futuros profissionais estejam preparados para lançar um olhar teórico para sua prática em sala de aula, que sejam preparados para trabalhar com a linguagem em suas mais variadas formas.

O curso propõe-se a:

(i) oferecer uma formação sólida nas áreas de língua e literatura, oportunizando a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão e incentivando a articulação com outros cursos de licenciatura que fortaleçam a identidade docente e com a pós-graduação na área;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

(ii) criar oportunidades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da autonomia do aluno quanto à resolução de problemas, tomada de decisões, trabalho em equipe, comunicação, organizados pelo princípio da interdisciplinaridade.

O **objetivo geral** do curso é formar professores da área da Língua Portuguesa e de suas Literaturas competentes para a ação pedagógica de professor/pesquisador, envolvido politicamente com ações que o dimensionem numa perspectiva humanística, científica e cultural, consciente de seu papel de orientador da aprendizagem, com posicionamento crítico a respeito de si próprio e da realidade circundante.

Como **objetivos específicos**, o referido curso, tendo em vista a multiplicidade de papéis que o licenciado poderá exercer em sua profissão, pretende desenvolver no aluno:

1. a capacidade de compreender os aspectos da linguagem, sobretudo a linguagem verbal, nas modalidades escrita e oral de uma língua, à luz de diversas teorias, sem o aprisionamento teórico a determinados modelos, numa perspectiva ampla que contemple as mais recentes pesquisas no campo das linguagens, sem esquecer os modelos clássicos que lhes deram origem;

2. a capacidade de aplicar esses conhecimentos a problemas de ensino/aprendizagem, numa perspectiva que contemple o texto e o discurso, na sua diversidade de gêneros textuais, como motivadores do estudo da língua;

3. a capacidade de desenvolver pesquisas no campo da linguagem, direcionadas para o ensino, viabilizando um exercício humanista que considere o educando como sujeito de seu espaço e de seu tempo;

4. a capacidade de serem mediadores entre o conhecimento e seus futuros estudantes considerando-se agentes transformadores da realidade e engajados numa dimensão política;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

5. o domínio ativo e crítico de um repertório representativo das obras literárias da língua (para cujo ensino está habilitado);

6. a capacidade de reflexão sobre a linguagem na sua forma estética: a Literatura;

7. o domínio dos conhecimentos histórico e teórico necessários para a compreensão das condições que tornam o texto Literatura;

8. o domínio da terminologia técnica das Áreas de Língua, Linguagens, Literatura, Linguística e da Semiótica, por meio das quais se possa discutir a fundamentação desses conhecimentos;

9. a capacidade de operar, no papel de professor/pesquisador, com as diferentes manifestações da linguagem, sendo usuário, como educador, da norma culta;

10. a capacidade de formar leitores críticos, bem como produtores de textos dos mais diversos gêneros, fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, estéticas e culturais;

11. o domínio de múltiplos interesses culturais, nas perspectivas da interdisciplinaridade, no diálogo sempre aberto às mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo de áreas afins.

Além desses, o Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas, tem os seguintes objetivos:

1. formar um profissional com uma visão crítica sobre o ensino da Língua Portuguesa, através do desenvolvimento das competências de caráter humanista, linguística e cultural e com uma sólida formação alicerçada na pesquisa educacional;

2. construir conhecimentos científicos, despertando o senso crítico do graduando, numa perspectiva profissional, de forma que seja intérprete e produtor de textos de diferentes gêneros;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

3. integrar a comunidade/escola no processo didático-pedagógico-cultural;
4. valorizar a produção do conhecimento construído, através das pesquisas educacionais, fomentando o desenvolvimento das habilidades linguística, cultural e estética;
5. desenvolver competências para a pesquisa e a extensão, levando em consideração a pluralidade de linguagens;
6. estimular a produção científica dos estudantes;
7. capacitar o graduando para desempenhar o papel de multiplicador, pesquisador e leitor crítico de diferentes teorias que poderão subsidiar o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas.

Em fase de implantação o designado para o início do curso no que se refere à estrutura profissional docente é de dez (10) códigos de vagas, já disponíveis conforme registrado nas discussões para aprovação dos novos cursos no Câmpus Caraúbas, sendo que o grupo já em exercício nas licenciaturas de Letras/LIBRAS e Letras/Português, dispõe de quatro (4) professores comuns, sendo dois de Linguística, um de Literatura e um da área de Educação, capazes de, num primeiro momento, atenderem as demandas iniciais de implantação do curso, visto que, são de formação do tronco comum às licenciaturas em Letras.

4 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS/ PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS

O curso de Letras/ Português e suas respectivas literaturas na UFERSA Caraúbas pode ser defendido a partir de seis argumentos básicos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

4.1 Do atendimento à demanda de professores de Português e Literatura na região

Revimos ainda aqui a questão da ampla demanda para região em Letras/ Português, cujo mercado de trabalho ainda nutre altos índices de deficiência, sendo a atuação em sala de aula desenvolvida por ampla quantidade de profissionais não qualificados para esse fim. O profissional de Letras/ Português é habilitado para ministrar aulas desde o Ensino Fundamental II, contando, portanto, com um extenso campo de atuação.

A despeito da existência de cursos de Letras/ Português na região (Patu, Pau dos Ferros, Mossoró e Assú), a licenciatura na cidade de Caraúbas contemplaria a demanda existente em municípios limítrofes, os quais os *campi* acima possivelmente não dão conta, Olho-d'Água do Borges, Governador Dix-Sept Rosado, Janduís, Felipe Guerra, Umarizal, Campo Grande, todos na microrregião de Apodi. Mas, é preciso atentar, não apenas para uma maior oferta de formação de qualidade, como para uma leitura dos dados sobre a educação básica a fim de que pensemos na possibilidade de criação de novos nichos, novos enfoques de atuação e novas possibilidades de formação acadêmica de qualidade no sentido de se alcançar uma ideal e efetiva valorização do profissional de Língua Portuguesa. Os dados locais se configuram numa mostra que reflete a posição em defasagem do Rio Grande do Norte nessa área e se insere como frente no lento processo de reorganização do Brasil sobre demandas pela oferta de educação de qualidade. Segundo os últimos índices do IDEB (2013), o estado do Rio Grande do Norte não atingiu a meta nem nas séries iniciais e nem nas séries finais, como se vê abaixo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN



Séries Iniciais

Séries Finais

Fonte:

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/09/05/ideb-2013-consulte-a-nota-do-seu-estado-e-veja-se-ele-atingiu-meta-do-mec.htm>

Especificamente em Caraúbas, onde há 7 escolas municipais ranqueadas no IDEB, nenhuma delas atingiu o índice alcançado pelo estado do RN.

INSTITUIÇÃO	IDEB OBSERVADO 2013	IDEB OBSERVADO 2013
	Séries iniciais	Séries finais
E M JONAS GURGEL	3.8	4.0
E M FRANCISCO DE SOUSA JÚNIOR	*** (Sem Média na Prova Brasil)	2.2
E M PROF LEONIA GURGEL FERNANDES DE AZEVEDO	3.5	2.7
UNIDADE III APRONIANO MARTINS DE AS	***	3.1

Evidentemente trazer a licenciatura em Letras-Português para o município não é garantia de que o IDEB irá aumentar, mas, com as políticas públicas atuais voltadas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

para programas de formação de professores, as chances de sucesso são ainda maiores, principalmente quando contamos com programas que levam os alunos para dentro das escolas, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e extensões voltadas para a formação de professores que serão viáveis a partir da implantação do curso. É sobre estas possibilidades que centramos nosso próximo ponto.

4.2 Da atração de novos recursos para a universidade

A proposta de mais uma licenciatura para o Câmpus Caraúbas pode significar mais recursos para a universidade, a partir de investimentos direcionados, especificamente às licenciaturas. Dentre os possíveis benefícios que a Ufersa pode ter, estão:

a) Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)

Este plano funciona como um programa emergencial para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e consiste em induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

b) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

Este programa é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura, participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Dentre os principais objetivos, estão:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar para a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

O PIBID é uma das principais estratégias que a universidade terá para combater o baixo índice do IDEB em Caraúbas e região. A proposta é que se comecem atendendo as escolas do município e, depois, as da microrregião.

c) Programa de pós-graduação *stricto sensu*

A abertura do curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas favorecerá a construção do **Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS)**, formação que tem como objetivo, a médio prazo, a capacitação de professores do ciclo de educação básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional. Embora as habilitações atualmente sejam em Língua Inglesa e LIBRAS, o corpo docente já conta, atualmente,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

com 6 doutores, sendo 3 em Linguística, 1 em Literatura, 1 em Ciências Sociais e 1 em Educação; 4 doutorandos, sendo dois em Literatura e dois em Linguística. A previsão, portanto, é que, no máximo em dois anos, tenhamos 9 doutores em Linguística, Literatura e Educação, o que possibilita, a médio prazo, a abertura dessa pós-graduação no Câmpus Caraúbas. Os professores da região do médio oeste potiguar que ministram Língua Portuguesa terão mais possibilidades de qualificação, o que aumentará a qualidade de sua formação e desempenho como professores no ensino de língua no Estado.

A experiência para criação de um programa dessa natureza está na pós-graduação já em funcionamento, o Programa de Pós-graduação em Ensino (POSENSINO), produto da associação ampla entre a Ufersa, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Dessa associação, três professores dos cursos de Letras em Caraúbas constituem o programa, o que faz com que, em virtude da verticalização dos cursos de pós e do aproveitamento do corpo docente da graduação para a pós-graduação, sejam necessários mais códigos de vaga para dar conta dessas ausências. Seguindo o curso natural da carreira acadêmica, na qual professores migram para as pós-graduações, é necessário um aumento de código de vagas para suprir essa demanda.

Nesse âmbito, nasce a possibilidade, além do PROFLETRAS, também de criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* na área de Letras.

d) Projetos de Extensão voltados para a escola e formação de professores

Um dos elementos básicos do tripé que sustenta a universidade, a Extensão, terá grande importância na vida social da região, já que, com a implementação do curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas será mais viável desenvolver



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN**

projetos voltados para a escola: aulas de Língua Portuguesa e de Literatura para ensino médio em preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cursos de formação de professores e realização de cursos de produção e escrita de textos com vistas a atender a demanda dos cursos de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), dos alunos das licenciaturas já implantadas (Letras/LIBRAS, Letras/Inglês) estão entre as prioridades.

e) Aumento dos códigos de vagas

O Ministério da Educação tem priorizado a formação de professores e têm cedido códigos de vagas com mais facilidade para as licenciaturas. Se isso acontecer, é possível, inclusive, remanejar algumas dessas vagas, originalmente destinadas às licenciaturas, para as engenharias da UFERSA/Caraúbas, já que muitos professores do curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas podem atuar como emprestados ao BCT, por exemplo, em vez de haver a necessidade de preenchimento de uma vaga neste curso para o componente curricular de Análise e Expressão Textual.

4.3 Dos ganhos que o curso trará para a comunidade acadêmica e para a cidade de Caraúbas

a) Da integração das licenciaturas com as engenharias na formação profissional e do interesse pela área de Língua Portuguesa e Literaturas

Oferecer uma Licenciatura e uma Engenharia permitirá tanto alavancar a ideia do Polo Tecnológico, quanto a do Centro de Línguas para o referido câmpus, tendo em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

vista que a própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) reconhece que os componentes curriculares na Área Linguística, Letras e Artes contemplam a Subárea Linguagem e suas Tecnologias, para os componentes curriculares de uma IES. De acordo com o site da CAPES, “Em 23 de janeiro de 2008 através da Portaria nº 9, a Capes, após a decisão do Conselho Superior em sua 44^a reunião, de 5 de dezembro de 2007, alterou no âmbito da Capes, a configuração original da Tabela, criando a **Grande Área Multidisciplinar** e, dentro dela as áreas Interdisciplinar, Ensino de Ciências e Matemática, Materiais e Biotecnologia. Além disso, criou dentro da área Interdisciplinar, **as subáreas** Meio-Ambiente e Agrárias; Engenharia Tecnologia / Gestão; Saúde e Biológicas; e **Sociais e Humanidades**” (grifos nossos). Desta forma, ao somar os conhecimentos advindos de ambas as áreas já presentes neste *Campus*, entendemos que as atividades acadêmicas caminharão juntas.

A possibilidade de atrair alunos que têm interesse pela área de estudos de língua e literatura vernáculas, pois alguns alunos da região, que optaram por Letras/Inglês, têm como desejo inicial cursar Letras/Português e suas respectivas literaturas. Além disso, acreditamos que este curso proporcionará mais oportunidade de emprego para as pessoas da região, principalmente para as que não pretendem sair de Caraúbas, pois, como sabemos, há grande possibilidade de trabalho na região para as pessoas formadas em Letras/Português e suas respectivas literaturas. Os dados da Secretaria de Educação do Município podem comprovar que existem apenas 8 professores de língua portuguesa efetivos no município.

b) O que representa um curso dessa natureza numa instituição como a UFERSA-Caraúbas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

Através da criação de mais uma licenciatura, teremos mais profissionais qualificados para atender às demandas local e regional. Nesse sentido, convém pensar sobre o diferencial que representa uma formação de nível superior numa universidade pública federal e a necessidade de formação profissional adequada como requisito para justificar um espaço com melhor qualidade na formação básica (uma vez que é papel da universidade priorizar não apenas o nível de formação superior, mas ser aliada nos demais níveis de educação) e na de todos os demais profissionais que integram o câmpus de Caraúbas.

E isso não é fato distante, uma vez que os professores do Curso de Letras / Inglês, por exemplo, já demonstram como esse trabalho pode ser feito ao colocaram em seu Plano de Trabalho atividades como Cursos de Extensão para técnicos, docentes e discentes. Esses cursos oferecidos pelos professores de Inglês já são 4 e, além disso, já foi concluído uma primeira ação de extensão sobre produção textual, entre 2014.2 e 2015.1, que visa a ajudar alunos dos cursos de graduação do câmpus Caraúbas (BCT; Letras; Engenharias) a produzirem textos variados, principalmente acadêmicos, com mais eficácia. A tendência é que esse curso seja permanente na instituição em curto prazo.

4.4 Do baixo custo para implementação do curso

A opção por um curso de Letras/ Português também é mais barata por dois motivos: o primeiro é o baixo valor a ser gasto com infraestrutura; o segundo é a não necessidade de contratação de serviços técnicos especializados ou de mais professores do que o previsto. Vejamos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

Infraestrutura: O que é desejável no que diz respeito à infraestrutura para o funcionamento do curso é o uso dos mesmos laboratórios já conseguidos pelas outras duas licenciaturas do Campus e ampliação de acervo bibliográfico. Em suma, na possibilidade do Curso de Letras/ Português e suas respectivas literaturas, a estrutura utilizada será comum aos três cursos de Letras, o que não gerará mais custos infraestruturais.

Códigos de vagas: Embora possam ser distribuídos 10 códigos de vaga para a licenciatura que chegará, já existem, no corpo docente dos cursos de Letras/ Inglês e Letras/ LIBRAS, 5 professores comuns, sendo 2 de Linguística, 1 de Literatura e 2 da área de Educação, além de um sexto que já está aprovado em concurso. Por se tratar de três licenciaturas em Letras que diferem nas habilitações, mas têm um núcleo comum, já existe um sólido corpo docente que poderá transitar nos três cursos, em virtude de haver, pelo menos, 11 componentes curriculares que pertencem aos três cursos, como já explicado no item 2.3.

4.5 A inserção da UFERSA no âmbito das políticas de intercâmbio com outros países e com a comunidade Lusófona

A crescente atuação internacional do Brasil e sua frente no processo de reconstrução dos países em África tem levado o investimento em políticas de intercâmbio e cooperação com universidades desse continente falantes de Língua Portuguesa e com outras universidades que se dedicam ao estudo do idioma e da cultura. Nesse âmbito, vários são os programas de atuação e cooperação acadêmica assumidos entre universidades integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e universidades estrangeiras. Além do Programa Ciências sem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

Fronteiras, que recentemente abriu oportunidades para a área de Humanidades, é possível trabalhar com a proposição de projetos vinculados a editais específicos com custeio da CAPES, como Edital CAPES/AULP Pró-mobilidade Internacional, e outros direcionados para instituições de ensino superior em países africanos, Portugal e Macau; além disso, há planos de integração de atuação fomentados pela CPLP, pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas oportuniza essa realização, o que significa ampliação e fortalecimento da relação institucional da Ufersa com outras universidades no Brasil e sua internacionalização. A criação do curso em questão ampliará a atuação da Instituição em programas como o Idiomas sem Fronteiras, pois, além de termos inúmeros ganhos para a comunidade acadêmica com o ISF – Inglês, será possível termos também oportunidades com o ISF – Português.

4.6 A constituição do primeiro centro de línguas da Ufersa, o fortalecimento das bases para outros cursos possíveis e ampliação da área atuação da Instituição.

O Curso de Letras/ Português e suas respectivas literaturas seria a base que sustentaria um Centro de Línguas para a Ufersa. A proposta, portanto, seria a de solidificar o Centro e prepará-lo para a contemplação de outras línguas e outros cursos de áreas afins das Ciências Humanas e Artes, como Artes Cênicas, Música, Sociologia etc., fazendo do câmpus, a longo prazo, um Instituto de Educação, Letras e Artes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

5 SITUAÇÃO DOS CURSOS

Com a chegada do curso de Letras/ Português, ter-se-ão garantidos 32 (trinta e dois) códigos de vaga para o funcionamento dos cursos, sendo 10 para Letras/ Libras; 10 para Letras/ Inglês e 12 para Letras/ Português, todos pertencentes ao regime de trabalho de Dedicção Exclusiva (DE), além do compartilhamento de espaço físico que caracterizará as licenciaturas. Destes supracitados códigos, 17 deles já estão lotados no câmpus e atuando no ensino, na pesquisa e na extensão. A listagem dos professores será apresentada a seguir, nas tabelas 1 e 2.

Ordem	Nome/docentes LETRAS/LIBRAS	Titulação
1.	Gisele Pereira Gama Garcia	Especialização
2.	Isabelle Pinheiro Fagundes	Especialização
3.	Vanessa de Oliveira Carvalho	Mestrado
4.	João Batista Neves Ferreira	Especialização
5.	Luciana Dantas Mafra	Doutorado
6.	Maria Márcia Fernandes de Azevedo	Especialização
7.	Niáscara Valesca do Nascimento	Mestrado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

	Souza	
8.	Vicente de Lima Neto	Doutorado
9.	Concurso	
10	Concurso	

Tabela 1: Constituição do corpo docente de Letras/ Libras

Ordem	Nome/docentes LETRAS/INGLÊS	Titulação
1.	Carlos Roberto Rodrigues Barata Júnior	Mestrado
2.	Diêgo César Leandro	Mestrado
3.	Elaine Cristina Forte Ferreira	Doutorado
4.	Katiene Rosy Santos do Nascimento	Mestrado
5.	Lígia de Souza Leite	Mestrado
6.	Pedro Felipe Martins Pone	Mestrado
7.	Pedro Fernandes de Oliveira Neto	Doutorado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

8.	Sandra Maria Araújo Dias	Doutorado
9.	Simone Maria da Rocha	Doutorado
10.	Docente já aprovado em concurso	

Tabela 2: Constituição do corpo docente de Letras/ Inglês

Quanto aos 12 (doze) professores que serão lotados no curso de Letras/ Português, o perfil esperado é o de que tenham o título de Doutor, quando da abertura dos concursos.

5.1 Corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo da UFERSA - Câmpus Caraúbas conta atualmente com 53 funcionários, dos quais 01 técnica e 01 assistente respondem por uma secretaria das licenciaturas, além de uma secretária executiva do NUCLI.

5.2 Infraestrutura

Em termos de estrutura física e tecnológica, o curso de Letras / Português e suas respectivas literaturas contará com os mesmos espaços destinados às duas licenciaturas em funcionamento na UFERSA - Câmpus Caraúbas, que são: a Biblioteca do câmpus, 02 Laboratórios de Informática, sala do Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura (NUPELL) e Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e de Literatura (LAELL), além das salas dos professores para atendimento individualizado.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN**

a) Biblioteca

A Biblioteca Câmpus Caraúbas faz parte do Sistema de Bibliotecas da Ufersa e é a base principal para sustentação das atividades de ensino e pesquisa dos cursos de Letras. Isso porque grande parte do material de formação do corpo profissional é proveniente do conhecimento dos livros e da integração com outras bases acadêmicas através dos sistemas de comunicação informatizados mas como e do aproveitamento do espaço físico da biblioteca como base para o estudo e de construção do pensamento. A necessidade para a consolidação plena dessa relação deverá ser suprida pelo abastecimento com livros básicos, complementares e gerais dos programas de cada componente curricular, da aquisição de periódicos impressos e eletrônicos e a revisão constante e contínua dessa bibliografia. Atualmente, conforme dados fornecidos pela BCC, constam 4 mil volumes para empréstimos à demanda total do câmpus.

b) Laboratórios de informática

Os dois laboratórios de informática existem para atender as demandas de alunos e professores da Ufersa - Câmpus Caraúbas. Está, atualmente, estruturado conforme descreve a tabela seguinte:

Equipamentos disponíveis nos laboratórios de informática

Material/Equipamento	Quantidade
Cadeira	21
Computadores	20



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

Bancada de computadores	02
Ar condicionado	02
Quadro branco	01

c) Sala de Pesquisa

A estrutura física da sala de Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura está construída e necessita da disposição dos equipamentos para o seu funcionamento; este é um espaço destinado a atender grupos de alunos (por exemplo, os de iniciação científica e de iniciação à docência), e de professores das três licenciaturas que estejam desenvolvendo suas pesquisas.

Material e equipamentos necessários à sala de pesquisa

Material/Equipamento	Quantidade
Mesa redonda	06
Cadeira ergonômica	25
Quadro digital	01
Projeter digital	01
Caixa de som	01
Tela de projeção	01
Computador com acesso à internet e impressora	01
Armário com chave	02
Ar condicionado	02
Câmera filmadora HXR-MC2000 com zoom óptico de 12x - sensor	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

CMOS Exmor R, gravação em Full HD (1080X1920), 64Gb de memória interna, lente zeiss.	01
Tripé Manfotto 502hd/055xb	01
Tripé Profissional com Altura até 1,82 cm – Vivitar – Vivvpt6072	01

c) Laboratório de apoio ao ensino de Língua e de Literatura

O objetivo desse laboratório é do ensino especializado de língua e de literatura. Sua estrutura física também está construída e necessita da disposição dos equipamentos para o seu funcionamento.

Equipamentos/Materiais para o Laboratório

Material/Equipamento	Quantidade
Computador com acesso à internet	26
Cadeira ergonômica	26
Fone de ouvido com microfone acoplado	26
Quadro digital	01
Projetor digital	01
Tela de projeção	01
Impressora	01
Caixa de som	01
Armário com chave	02
Ar condicionado	02

d) Salas de professores



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
Câmpus Caraúbas / RN

Os cursos de Licenciatura em Letras contam com um bloco de 35 salas, copa, 02 banheiros e 01 auditório. Cada sala abriga 02 professores e está equipada com armários (02), balcão (01), cadeiras (04) e computador (02). O restante da estrutura é destinada à secretaria (01 sala), ao Programa Idiomas Sem Fronteiras - ISF (01 sala), e aos intérpretes de Letras/LIBRAS (02 salas).

e) Idiomas Sem Fronteiras (ISF)

O ISF é um programa de formação de professores de línguas, desenvolvido pelo Ministério da Educação, que tem como objetivo incentivar o ensino de línguas no contexto universitário, visando à internacionalização. Atualmente a UFERSA foi contemplada pelo programa com atividades pedagógicas relacionadas aos idiomas de inglês, francês e português. Este programa se organiza a partir de três ações básicas: aplicação de testes de nivelamento, no qual atualmente é utilizado o TOEFL ITP; curso denominado de *My English Online (MEO)*; e o Núcleo de Línguas (NUCLI), cuja coordenação está lotada no câmpus Caraúbas.

O NUCLI é constituído por uma equipe de nove servidores que atendem aos quatro câmpus da UFERSA, sendo três em Caraúbas (duas docentes e uma secretária executiva). Em relação à infraestrutura do núcleo neste câmpus, ela é composta por três salas, sendo uma secretaria, uma coordenação (ISF-Inglês e ISF-Português) e uma sala de aula.

Caraúbas, 17 de março de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 (*) (**)

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, observados os preceitos dos artigos 61 até 67 e do artigo 87 da Lei nº 9.394, de 1996, que dispõem sobre a formação de profissionais do magistério, e considerando o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, as Resoluções CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, CNE/CP nº 3, de 15 de junho de 2012, e as Resoluções CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, e CNE/CEB nº 2, de 25 de fevereiro de 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, bem como o Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação publicado no Diário Oficial do União de 25 de junho de 2015, e

CONSIDERANDO que a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação, tendo em vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade;

CONSIDERANDO que a concepção sobre conhecimento, educação e ensino é basilar para garantir o projeto da educação nacional, superar a fragmentação das políticas públicas e a desarticulação institucional por meio da instituição do Sistema Nacional de Educação, sob relações de cooperação e colaboração entre entes federados e sistemas educacionais;

CONSIDERANDO que a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino;

CONSIDERANDO que as instituições de educação básica, seus processos de organização e gestão e projetos pedagógicos cumprem, sob a legislação vigente, um papel

(*) Resolução CNE/CP 2/2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

(**) Retificação publicada no DOU de 3/7/2015, Seção 1, p. 28: Na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2/7/2015, Seção 1, pp. 8-12, no Art. 17, § 1º, p. 11, onde se lê: "II - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;" , leia-se: "III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;" .

estratégico na formação requerida nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica;

CONSIDERANDO a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação;

CONSIDERANDO a articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa;

CONSIDERANDO a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

CONSIDERANDO o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho;

CONSIDERANDO a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos de formação, devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida da/e na escola, bem como possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição;

CONSIDERANDO que a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

CONSIDERANDO a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho;

CONSIDERANDO o trabalho coletivo como dinâmica político-pedagógica que requer planejamento sistemático e integrado,

Resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos

programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

§ 3º Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, devem concebê-la atendendo às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), expressando uma organicidade entre o seu Plano Institucional, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto Pedagógico de Formação Continuada (PPFC) através de uma política institucional articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os

direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

§ 1º Por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura.

§ 2º Para fins desta Resolução, a educação contextualizada se efetiva, de modo sistemático e sustentável, nas instituições educativas, por meio de processos pedagógicos entre os profissionais e estudantes articulados nas áreas de conhecimento específico e/ou interdisciplinar e pedagógico, nas políticas, na gestão, nos fundamentos e nas teorias sociais e pedagógicas para a formação ampla e cidadã e para o aprendizado nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação básica.

§ 3º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas.

§ 4º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 5º São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

§ 6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar:

I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;

II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;

III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;

IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;

V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

§ 7º Os cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para a educação escolar indígena, a educação escolar do campo e a educação escolar quilombola devem reconhecer que:

I - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar indígena, nos termos desta Resolução, deverá considerar as normas e o ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, nos termos desta Resolução, deverá considerar a diversidade étnico-cultural de cada comunidade.

Art. 4º A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Parágrafo único. Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, deverão contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino e pesquisa, para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o plano institucional, o projeto político-pedagógico e o projeto pedagógico de formação continuada.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA: BASE COMUM NACIONAL

Art. 5º A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a):

I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica;

IV - às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

Art. 6º A oferta, o desenvolvimento e a avaliação de atividades, cursos e programas de formação inicial e continuada, bem como os conhecimentos específicos, interdisciplinares, os fundamentos da educação e os conhecimentos pedagógicos, bem como didáticas e práticas de ensino e as vivências pedagógicas de profissionais do magistério nas modalidades presencial e a distância, devem observar o estabelecido na legislação e nas regulamentações em vigor para os respectivos níveis, etapas e modalidades da educação nacional, assegurando a mesma carga horária e instituindo efetivo processo de organização, de gestão e de relação estudante/professor, bem como sistemática de acompanhamento e avaliação do curso, dos docentes e dos estudantes.

CAPÍTULO III

DO(A) EGRESSO(A) DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Art. 7º O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;

II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;

III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;

IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;

V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;

VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

Art. 8º O(A) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR

Art. 9º Os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem:

I - cursos de graduação de licenciatura;

II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;

III - cursos de segunda licenciatura.

§ 1º A instituição formadora definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica articuladas às políticas de valorização desses profissionais e à base comum nacional explicitada no capítulo II desta Resolução.

§ 2º A formação inicial para o exercício da docência e da gestão na educação básica implica a formação em nível superior adequada à área de conhecimento e às etapas de atuação.

§ 3º A formação inicial de profissionais do magistério será ofertada, preferencialmente, de forma presencial, com elevado padrão acadêmico, científico e tecnológico e cultural.

Art. 10. A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino.

Parágrafo único. As atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas;

II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do campo educacional.

Art. 11. A formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura articulado ao bacharelado ou tecnológico, a outra(s) licenciatura(s) ou a cursos de formação pedagógica de docentes, garantindo:

I - articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas;

II - efetiva articulação entre faculdades e centros de educação, institutos, departamentos e cursos de áreas específicas, além de fóruns de licenciatura;

III - coordenação e colegiado próprios que formulem projeto pedagógico e se articulem com as unidades acadêmicas envolvidas e, no escopo do PDI e PPI, tomem decisões sobre a organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - interação sistemática entre os sistemas, as instituições de educação superior e as instituições de educação básica, desenvolvendo projetos compartilhados;

V - projeto formativo que assegure aos estudantes o domínio dos conteúdos específicos da área de atuação, fundamentos e metodologias, bem como das tecnologias;

VI - organização institucional para a formação dos formadores, incluindo tempo e espaço na jornada de trabalho para as atividades coletivas e para o estudo e a investigação sobre o aprendizado dos professores em formação;

VII - recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação, com qualidade e quantidade, nas instituições de formação;

VIII - atividades de criação e apropriação culturais junto aos formadores e futuros professores.

Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;

c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;

e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.

d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no

projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR: ESTRUTURA E CURRÍCULO

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 4º Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, como previsto no artigo 12 desta Resolução.

§ 5º Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Art. 14. Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária mínima variável de 1.000 (mil) a 1.400 (mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, dependendo da equivalência entre o curso de origem e a formação pedagógica pretendida.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de formação pedagógica pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.000 (mil) horas;

II - quando o curso de formação pedagógica pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

IV - deverá haver 500 (quinhentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso I deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

V - deverá haver 900 (novecentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso II deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

VI - deverá haver 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12, consoante o projeto de curso da instituição;

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 4º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 5º A oferta dos cursos de formação pedagógica para graduados poderá ser realizada por instituições de educação superior, preferencialmente universidades, que ofertem curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória realizada pelo Ministério da Educação e seus órgãos na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

§ 6º A oferta de cursos de formação pedagógica para graduados deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 7º No prazo máximo de 5 (cinco) anos, o Ministério da Educação, em articulação com os sistemas de ensino e com os fóruns estaduais permanentes de apoio à

formação docente, procederá à avaliação do desenvolvimento dos cursos de formação pedagógica para graduados, definindo prazo para sua extinção em cada estado da federação.

Art. 15. Os cursos de segunda licenciatura terão carga horária mínima variável de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, dependendo da equivalência entre a formação original e a nova licenciatura.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de segunda licenciatura pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas;

II - quando o curso de segunda licenciatura pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

§ 2º Durante o processo formativo, deverá ser garantida efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 3º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento e/ou interdisciplinar, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 4º Os cursos descritos no *caput* poderão ser ofertados a portadores de diplomas de cursos de graduação em licenciatura, independentemente da área de formação.

§ 5º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 7º Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

§ 8º A oferta dos cursos de segunda licenciatura poderá ser realizada por instituição de educação superior que ofereça curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

§ 9º A oferta de cursos de segunda licenciatura deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 10. Os cursos de segunda licenciatura para professores em exercício na educação básica pública, coordenados pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizados por instituições públicas e comunitárias de educação superior, obedecerão às diretrizes operacionais estabelecidas na presente Resolução.

CAPÍTULO VI

DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

Parágrafo único. A formação continuada decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional dos profissionais do magistério que leva em conta:

I - os sistemas e as redes de ensino, o projeto pedagógico das instituições de educação básica, bem como os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida;

II - a necessidade de acompanhar a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia;

III - o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática;

IV - o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da instituição educativa.

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.

§ 1º Em consonância com a legislação, a formação continuada envolve:

I - atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;

II - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;

IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;

V - cursos de especialização *lato sensu* por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;

VI - cursos de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes;

VII - curso de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes.

§ 2º A instituição formadora, em efetiva articulação com o planejamento estratégico do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente e com os sistemas e redes de ensino e com as instituições de educação básica, definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, articulando-as às políticas de valorização a serem efetivadas pelos sistemas de ensino.

CAPÍTULO VII DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E SUA VALORIZAÇÃO

Art. 18. Compete aos sistemas de ensino, às redes e às instituições educativas a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação, além de plano de carreira, de

acordo com a legislação vigente, e preparação para atuar nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, conforme definido na base comum nacional e nas diretrizes de formação, segundo o PDI, PPI e PPC da instituição de educação superior, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica.

§ 1º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, como definido no artigo 3º, § 4º, desta Resolução;

§ 2º No quadro dos profissionais do magistério da instituição de educação básica deve constar quem são esses profissionais, bem como a clara explicitação de sua titulação, atividades e regime de trabalho.

§ 3º A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, tais como:

- I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;
- II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa;
- III - orientação e acompanhamento de estudantes;
- IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;
- V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;
- VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;
- VII - atividades de desenvolvimento profissional;
- VIII - outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

Art. 19. Como meio de valorização dos profissionais do magistério público nos planos de carreira e remuneração dos respectivos sistemas de ensino, deverá ser garantida a convergência entre formas de acesso e provimento ao cargo, formação inicial, formação continuada, jornada de trabalho, incluindo horas para as atividades que considerem a carga horária de trabalho, progressão na carreira e avaliação de desempenho com a participação dos pares, asseverando-se:

I - acesso à carreira por concurso de provas e títulos orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;

II - fixação do vencimento ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira no caso dos profissionais do magistério, com valores nunca inferiores ao do Piso Salarial Profissional Nacional, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de educação e de ensino de atuação;

III - diferenciação por titulação dos profissionais da educação escolar básica entre os habilitados em nível médio e os habilitados em nível superior e pós-graduação *lato sensu*, com percentual compatível entre estes últimos e os detentores de cursos de mestrado e doutorado;

IV - revisão salarial anual dos vencimentos ou salários conforme a Lei do Piso;

V - manutenção de comissão paritária entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e propor políticas, práticas e ações para o bom desempenho e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

VI - elaboração e implementação de processos avaliativos para o estágio probatório dos profissionais do magistério, com a sua participação;

VII - oferta de programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional do magistério e a instituição de licenças remuneradas e formação em serviço, inclusive em nível de pós-graduação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica.

Art. 20. Os critérios para a remuneração dos profissionais do magistério público devem se pautar nos preceitos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional, e no artigo 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre a parcela da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, bem como no artigo 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define os percentuais mínimos de investimento dos entes federados na educação, em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Parágrafo único. As fontes de recursos para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério público são aquelas descritas no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de recursos provenientes de outras fontes vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 21. Sobre as formas de organização e gestão da educação básica, incluindo as orientações curriculares, os entes federados e respectivos sistemas de ensino, redes e instituições educativas deverão garantir adequada relação numérica professor/educando, levando em consideração as características dos educandos, do espaço físico, das etapas e modalidades da educação e do projeto pedagógico e curricular.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. Os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Os pedidos de autorização para funcionamento de curso em andamento serão restituídos aos proponentes para que sejam feitas as adequações necessárias.

Art. 23. Os processos de avaliação dos cursos de licenciatura serão realizados pelo órgão próprio do sistema e acompanhados por comissões próprias de cada área.

Art. 24. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas interdisciplinares, serão objeto de regulamentação suplementar.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CNE/CP nº 2, de 26 de junho de 1997, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de setembro de 1999, a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, e a Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 2012.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA

De acordo com as novas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura)* e para a *formação continuada definidas pelo Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, através do Parecer nº 02/2015 aprovado em 09 de junho de 2015* apresentamos o seguinte resumo:

✓ Articulações:

As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

✓ Etapas e modalidades da Educação:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

✓ Articulação entre as IES e a Educação Básica:

O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração.

✓ Articulação entre ensino, pesquisa e extensão:

A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

✓ Tipos de formação inicial:

Os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem:

- I - cursos de graduação de licenciatura;
- II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;
- III - cursos de segunda licenciatura.

A formação inicial de profissionais do magistério será ofertada, preferencialmente, de forma presencial, com elevado padrão acadêmico, científico e tecnológico e cultural.

✓ Os Núcleos de Estudos:

Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;

c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;

e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.

d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

✓ Base Nacional Comum

Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

✓ Distribuição da Carga Horária:

Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

✓ Organização da Matriz curricular em eixos:

Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, como previsto no artigo 12 desta Resolução.

✓ Prazo para adequação:

Os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação.

Os pedidos de autorização para funcionamento de curso em andamento serão restituídos aos proponentes para que sejam feitas as adequações necessárias.

✓ Resoluções revogadas:

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CNE/CP nº 2, de 26 de junho de 1997, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de setembro de 1999, a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, e a Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 2012.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
3ª Reunião Ordinária de 2016

3º PONTO

Apreciação e parecer sobre alteração do número de vagas para ingresso nos cursos de Letras Libras e Letras Inglês, conforme Memorando Eletrônico Nº 120/2016 – PROGRAD.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 120/2016 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201639188)**

Nº do Protocolo: 23091.003621/2016-17

Mossoró-RN, 13 de Abril de 2016.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE

Prezada Secretária,

Venho solicitar inclusão de ponto de pauta na próxima reunião do CONSEPE, conforme Art. 44, inciso XXIII do Regimento Geral, relativo a parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre alteração do número de vagas para ingresso nos cursos da Universidade e de sua forma de seleção relativo aos cursos de Letras Libras e Letras Inglês conforme Plano de oferecimento de vagas das licenciaturas do campus Caraúbas, anexo ao memorando MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 89/2016 – CARAÚBAS.

Atenciosamente,

(Autenticado em 13/04/2016 10:18)
AUGUSTO CARLOS PAVAO
PRO-REITOR - TITULAR
Matrícula: 1620000



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
3ª Reunião Ordinária de 2016

4º PONTO

Apreciação e parecer sobre criação do curso de Letras Português no Câmpus
Caraúbas, conforme Memorando Eletrônico Nº 119/2016 – PROGRAD.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 119/2016 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201639181)**

Nº do Protocolo: 23091.003612/2016-66

Mossoró-RN, 13 de Abril de 2016.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE

Prezada Secretária,

Venho solicitar inclusão de ponto de pauta na próxima reunião ordinária do CONSEPE relativo à deliberação sobre a criação do Curso de Letras-Português no campus Caraúbas, conforme documentação anexa.

Atenciosamente,

(Autenticado em 13/04/2016 10:00)

**AUGUSTO CARLOS PAVAO
PRO-REITOR - TITULAR
Matrícula: 1620000**

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PARECER

Trata-se da proposta de criação do Curso de Licenciatura em Letras- Português no campus Caraúbas, conforme MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 89/2016 - CARAÚBAS. Com relação a essa proposta observa-se o que segue:

1- A ampliação do número de cursos na modalidade licenciatura está em consonância com as metas 2.1.1 (ampliação em 25% do número de vagas para as licenciaturas presenciais) e 2.2.1 (implantação de 03 cursos de licenciatura) do PDI 2015-2019 da UFERSA.

2- Se efetuada em conjunto com todo o Plano de oferecimento de vagas das licenciaturas do campus Caraúbas, conforme anexo do MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 89/2016 - CARAÚBAS, mantém os parâmetros básicos da pactuação efetuada com o MEC em 2010 (ata de pactuação anexa). Cumpre notar que para o completo atendimento da referida pactuação as citadas vagas nos cursos de engenharia (240) devem ser também implementadas em sua totalidade.

3- Com relação à infraestrutura e recursos necessários, não foi apresentada a distribuição final pretendida de vagas de servidores (docentes e técnicos administrativos) para todos os cursos do campus, o que entendemos ser necessário para a devida apreciação da proposta.

4- O PPC ora encaminhado junto com a proposta de criação do curso de Letras-Português foi analisado e revisado pelo Setor Pedagógico da PROGRAD e pelo Comitê de Graduação, sendo que as alterações sugeridas nessas instâncias foram satisfatoriamente contempladas.

5- Considerando a RESOLUÇÃO CNE Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e respectivos prazos de implantação (documento e síntese anexas), sugere-se que no prazo de três meses o referido PPC seja revisado e adequado a essas diretrizes, sem prejuízo de sua aprovação no formato atual, considerando que apenas no segundo semestre de 2016 poderá ser solicitada junto à SERES a autorização para esse curso.

6- Quanto à justificativa para a escolha da modalidade e da área do curso, esta é apresentada de forma detalhada no anexo do MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 89/2016.

Considerando os pontos apresentados acima, emitimos parecer FAVORÁVEL à criação do Curso de Licenciatura em Letras- Português no campus Caraúbas, com a ressalva da definição de distribuição geral de vagas de servidores apontada no item “3”.

Mossoró, 12 de abril de 2016.

Augusto Carlos Pavão

Pró-Reitor de Graduação

**Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pró-Reitoria de Graduação
Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura
Plena em Letras/Português e suas respectivas
Literaturas**



CARAÚBAS-RN

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM
LETRAS/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS

**LICENCIATURA PLENA EM LETRAS/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS
LITERATURAS**

**Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em
Letras/Português e suas respectivas literaturas, elaborado
com o objetivo de sua oferta pela Universidade Federal
Rural do Semi-Árido, no contexto de sua política de
expansão e formação de professores de línguas.**

CARAÚBAS-RN

2015

Catálogo na Fonte

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**Reitor:**

Prof. Dr. José de Arimatea de Matos

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Francisco Odolberto de Araújo

Chefe de Gabinete:

Ma. Márcia de Jesus Xavier

Assessor Especial:

Thiago Henrique Gomes Duarte Marques

Pró-Reitor de Planejamento:

Me. George Bezerra Ribeiro

Pró-Reitora de Administração:

Ma. Anakléa Melo Silveira da Cruz Costa

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Dr. Rui Sales Júnior

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Dr. Luís Augusto Vieira Cordeiro

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários:

Prof. Dr. Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Ma. Keliane de Oliveira Cavalcante

Diretora do *Campus* de Caraúbas:

Profª. Drª. Edna Lúcia da Rocha Linhares

Diretoria da Divisão de Registo Escolar

Joana D'Arc Veras de Aquino

**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS
LITERATURAS**

PROFESSORES/AS:

Prof^ª. Dr^ª. Elaine Cristina Forte Ferreira
Prof^ª. Ma. Monaliza Rios Silva
Prof. Me. Pedro Fernandes Oliveira Neto
Prof. Me. Pedro Pone
Prof. Dr. Vicente de Lima Neto

O processo de construção da proposta do curso foi viabilizado por uma comissão e contou com a cooperação dos (as) seguintes colaboradores (as):

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LETRAS/ PORTUGUÊS, DESIGNADA PELA PORTARIA UFERSA/GAB nº 1.480/2014 e
1.541/2014:**

Presidente: Prof^ª. Dr^ª. Elaine Cristina Forte Ferreira
Membro: Prof^ª. Ma. Monaliza Rios Silva
Membro: Prof. Me. Pedro Fernandes Oliveira Neto
Membro: Prof. Me. Pedro Felipe Martins Pone
Membro: Prof. Dr. Vicente de Lima Neto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
1.1. Histórico da UFERSA	08
1.2. Segmentos da Educação Superior na UFERSA – <i>Campus</i> Caraúbas	09
1.3. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas	12
1.4. Justificativa	17
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	21
2.1. Dados da Instituição Proponente	21
2.2. Dados do Responsável pela Instituição Proponente	21
2.3. Dados do Responsável pelo Projeto	21
2.4. Dados de Identificação do Curso	21
3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO	22
3.1. Concepção do Curso	22
3.2. Fundamentação Teórico- Metodológica	24
3.3. Fundamentação Legal	27
4. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	29
4.1. Coordenador do Curso	29
4.2. Conselho de Curso	29
4.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	31
5. OBJETIVOS	32
6. PERFIL DO EGRESSO	35
6.1. Competências, Atitudes e Habilidades do Curso de Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas	36
6.2. Campo de Atuação do Licenciado Pleno	37
7. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	38
7.1. Distribuição das Atividades/Carga Horária.....	38

7.2. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	42
8. EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES	47
9. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	93
9.1 Avaliação de aprendizagem	93
9.2. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	95
9.3 Avaliação do Curso	96
9.3.1. Avaliação Externa	96
9.3.2. Avaliação Interna	96
9.3.3. Participação do Corpo Discente na Avaliação do Curso.....	97
10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO	98
10.1. Participação do Corpo Discente nas Atividades Acadêmicas	98
10.2. Prática como Componente Curricular	99
10.3. Estágio Curricular Supervisionado	100
10.4. Trabalho de Conclusão de Curso	100
10.5. Áreas de formação	100
10.6. Atividades Complementares	103
11. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	106
11.1. Biblioteca	106
11.2. Laboratório de Informática	107
11.3 Sala do NUPEX.....	107
12. NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO	108
13. REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	110
Anexo I – Cópia do Regulamento das Atividades Complementares	110

1. INTRODUÇÃO

1.1. Histórico da UFERSA

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA foi criada em 01 de agosto de 2005, pela Lei nº 11.155, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, instituição dedicada à educação superior, criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, através do Decreto nº 03/67, de 18 de abril de 1967 e incorporada à rede federal de ensino superior, como autarquia em regime especial por meio do Decreto nº 1.036, de 21/10/1969.

1.1.1 Inserção regional

Geograficamente situada nas mesoregiões Oeste e Central do estado do Rio Grande do Norte, áreas de clima semiárido, a UFERSA, por meio das atividades inerentes à educação superior, busca contribuir para o desenvolvimento regional através da construção de alternativas e soluções para os problemas enfrentados na região, sobretudo aqueles que afetam a população e o ecossistema caatinga, assumindo, assim, o compromisso com a formação de profissionais, capazes de atender as demandas do mercado de trabalho da região. Para isto, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação enfatizam uma formação voltada para as necessidades de crescimento e sustentabilidade da região do semiárido, mas ressaltando uma formação que contemple a produção de conhecimentos e de tecnologias integradas às necessidades da Região e do País. Neste sentido, procura refletir nos seus projetos de cursos o compromisso com o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de formar profissionais capazes de interferir nas organizações de modo a torná-las competitivas no cenário econômico e social e político da região.

Assim, entre os principais papéis da Universidade, enquanto espaço de construção coletiva do conhecimento e de formação superior, destaca-se a disponibilização de profissionais críticos e conscientes de suas condições de cidadãos, para a sociedade, capazes de assumir responsabilidades e se comprometer com as demandas locais e com o contexto em que está inserido. O comprometimento com a inserção regional da Universidade se constitui a partir da criação dos cursos e propostas curriculares capazes de atender as especificidades e necessidades locais, além da elaboração de projetos de pesquisa e extensão que dialoguem com diferentes esferas da comunidade, potencializando o desenvolvimento regional.

1.1.2 Missão da Universidade

A missão da UFERSA é produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade.

1.1.3 Objetivos institucionais

A UFERSA tem como objetivos definidos em seu Estatuto: ministrar ensino superior visando o desenvolvimento político, científico, social, ambiental e econômico do indivíduo e da sociedade; promover o trabalho de pesquisa e investigação científica, com vistas à produção e difusão do conhecimento e estabelecer diálogo permanente com a sociedade, de forma a contribuir para a solução dos problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos, dando ênfase a região semiárida brasileira.

1.2. Segmentos da Educação Superior na UFERSA - *Campus Caraúbas*

As instituições de educação superior sempre desempenharam papéis importantes em cultivar conhecimento e colocá-lo em benefício da sociedade. Em épocas e sociedades diferentes, estas atividades de produção de conhecimento englobaram desde a educação tradicional nas profissões liberais até o desenvolvimento de pesquisa avançada nas ciências básicas e suas aplicações.

Durante o processo histórico da universidade brasileira muitas lutas foram travadas em prol da reformulação dos paradigmas de ensino ofertados nesse âmbito. Aspirando uma instituição capaz de expressar multiplicidade de pensamentos, que amplie seu escopo de atuação passando a envolver não só os segmentos sociais já tradicionalmente privilegiados, mas a sociedade na sua totalidade, a universidade, necessariamente, deve (re)visitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando os saberes do senso comum, confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas.

A pesquisa acadêmica é um dos três pilares da atividade universitária, junto com o ensino e a extensão, que visa a produzir conhecimento para uma disciplina acadêmica, bem

como, investigações relacionadas à prática dos processos de ensino-aprendizagem. Ela pode ser desenvolvida por pesquisadores/docentes, estudantes universitários e pesquisadores independentes. Levy (1996) define a pesquisa como o resultado da aprendizagem construída pelo indivíduo e/ou pela sociedade na qual esta se desenvolve. A pesquisa também pode ser conceituada como um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente.

Na UFERSA – *Campus* Caraúbas, a pesquisa objetiva produzir, estimular e incentivar a investigação científica, de forma articulada com o ensino e a extensão, visando à produção do conhecimento e o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes, com o propósito fundamental de resgatar seu caráter público e sua função social. Vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA, o *Campus* Caraúbas atualmente conta com treze projetos de pesquisa, sendo onze deles internos e dois financiados.

No caos da extensão universitária, esta é estabelecida por uma política que, em nível nacional, define procedimentos e diretrizes que devem estar presentes em todas as ações do gênero. Segundo essas diretrizes, aprovadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), pode-se dizer que extensão universitária é um: “[...] processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Esse conceito amplo se coloca como alvo das atividades extensionistas e busca abraçar o conjunto de ações que envolvem a relação plena entre os diferentes atores sociais nessa interação entre a universidade e a sociedade que a constitui e é construída por ela.

Assim, na UFERSA – *Campus* Caraúbas, a extensão universitária endossa essa perspectiva definida pelo FORPROEX e a tem como um processo educativo, artístico-cultural, científico e tecnológico, articulada de forma indissolúvel à pesquisa e ao ensino cujo objetivo é estimular o conhecimento dos problemas mundiais, nacionais, e, em particular, os regionais e locais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; contribuir para a autonomia dos segmentos beneficiados por esta atividade; e promover o intercâmbio técnico-científico e gerencial das atividades afins. No *Campus* Caraúbas estão em pleno funcionamento dezesseis programas e treze projeto de extensão.

Pautando-se em paradigmas democráticos e transformadores, percebe-se a necessidade da reformulação do antigo currículo da universidade brasileira. Esse currículo é organizado a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão que funciona como eixo norteador na

formação do estudante, apontando para uma perspectiva na qual o ensino de graduação vai além da mera transmissão e transforma-se em um período de construção do conhecimento, em que o estudante passa a ser reconhecido como sujeito crítico e participativo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, em seu artigo 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E, em se tratando de educação escolar/acadêmica, esta deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. No entanto, a forma como esta educação tem sido posta em prática ao longo da história tem apresentado tendências diversas.

Em se tratando da Educação que pauta as ações da UFERSA – *Campus* Caraúbas tem-se a prática de uma educação ampla, que busca ultrapassar os limites da instituição, alcançando aspectos e espaços físicos externos à universidade, o que possibilita o exercício de um ensino contextualizado, capaz de efetivar a formação integral dos seus estudantes, abrangendo tanto os aspectos técnico-científicos quanto os humanos. Desse modo, faz-se crucial a utilização de uma metodologia ativa que prioriza a participação do discente na aquisição/construção/reconstrução do conhecimento, e que considere a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos.

Prima-se, também, pela interação constante entre os diversos saberes em que a interdisciplinaridade é a palavra de ordem. Assim, adota-se a construção de um conhecimento articulado que rompe com os limites entre os componentes curriculares para se efetivar um amplo exercício ou exercício pluralista da cognição.

Alinhando-se a isso, o processo avaliativo é visto, neste *Campus*, como processo contínuo de pesquisas, cujo intuito maior é desenvolver e interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos estudantes para, a partir disso, vislumbrar ações de intervenção. Tal postura evidencia que a avaliação não é um fim em si mesma, mas um meio que permite verificar até que ponto o ensino prestado tem sido eficaz e assim, sendo necessário, reformular o trabalho pedagógico com a adoção de procedimentos que possibilitem sanar as deficiências identificadas. Sendo assim, a UFERSA – *Campus* Caraúbas adota três modalidades de avaliação (diagnóstica, formativa e somativa) que aplicadas em momentos distintos do processo de ensino-aprendizagem permitem o alcance dos objetivos traçados, contribuindo para a excelência do ensino prestado na instituição. Para apoiar na avaliação do processo de ensino-aprendizagem e em outras questões didático-pedagógica, o referido

Campus conta com o setor pedagógico, que está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, PROGRAD, UFRSA.

O setor pedagógico da UFRSA – *Campus* Caraúbas tem como função precípua prestar assessoria didático-pedagógica àqueles envolvidos no processo ensino-aprendizagem desta instituição, de modo que a excelência no trabalho educativo seja alcançada. Para tanto, desenvolve ações diversas as quais buscam a articulação entre docentes, estudantes, corpo técnico-administrativo e comunidade. Este setor parte da premissa de que o trabalho educativo necessita, enquanto prática intelectual e social, da articulação das dimensões do saber, do saber-fazer e da reflexão crítica de seus objetivos e do processo pedagógico como um todo. Partindo dessa premissa, o referido setor visa minimizar as fragilidades que o *Campus* possa apresentar no que concerne aos aspectos didático-pedagógicos, corroborando para a construção da dimensão ética, ressignificação de valores, conhecimento e da identidade social da comunidade acadêmica, consolidada pelo conhecimento produzido.

1.3. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e respectivas Literaturas

No Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, o aluno estuda a língua, as literaturas e as culturas de Língua Portuguesa, com ênfase na brasileira e na portuguesa. O profissional formado em Letras/Português e suas respectivas literaturas poderá lecionar como professor de Língua Portuguesa como língua materna, bem como suas respectivas Literaturas nos Ensinos Fundamental e Médio.

No Brasil, esse quadro ainda apresenta uma taxa considerável de pessoas excluídas do ambiente escolar. Dados do Instituto Paulo Montenegro, instituição que criou, ao lado da ONG Ação Educativa, o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), mostram que, em 2011, o Brasil possuía 27% da população classificada como analfabeta funcional, ou seja, são pessoas que ainda não possuem condição para inserção plena na cultura letrada, já que, embora saibam ler e escrever, possuem um nível rudimentar de interpretação de textos. São, portanto, praticamente 54 milhões de pessoas no país que não reúnem condições de lerem e compreenderem textos de média extensão, por exemplo, realizando pequenas inferências. Portanto, a formação de professores de línguas – engajados com uma proposta que vise a dar novos rumos à educação brasileira – faz-se necessária.

A Língua Portuguesa é a língua oficial do Brasil e de outros países, dentre os quais citamos: Portugal, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; somem-se a estes países um Estado-Nação e uma cidade em que se observam o

uso da Língua Portuguesa: Nova Goa (ou Índia Portuguesa ou Estado da Índia), que inclui vários territórios, e a cidade de Macau, na China.

Uma vez que uma língua é institucionalizada, esta assume a condição de ser parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao aprendiz aproximar-se de outras culturas, as quais, conseqüentemente, propiciam sua integração no sistema sociocultural. Pelo seu caráter de sistema simbólico, a Língua Portuguesa, como qualquer língua, funciona como meio para acesso ao conhecimento e, portanto, às diferentes formas de pensar, de criar, de sentir, de agir e de conceber a realidade.

Seu domínio, assim, propicia ao indivíduo uma formação mais abrangente e mais solidária. Tendo em vista a importância e a necessidade do conhecimento dessa língua na sociedade brasileira, faz-se necessário investir, em primeiro lugar, na formação do professor para atuar nessa área. É na escola que uma língua passa a ser sistematizada e estudada, desde a Educação Infantil, pela Educação Básica, até a Educação Superior, em que o uso da variante padrão insere o sujeito na competitividade do mercado de trabalho e na formação plena do ser humano. Portanto, cabe ao docente do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas estimular o aprendizado de uma língua tão necessária para o respeito e a equidade social.

Acredita-se que o processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, principalmente em relação às competências leitura/escrita/oralidade, pode auxiliar a reduzir um quadro alarmante de baixo grau de letramento funcional no Brasil, fato constatado no último Censo de 2010. O estudo e a pesquisa na Língua Portuguesa e nas suas Literaturas visa a oferecer caminhos para que os estudantes desenvolvam estratégias de ensino-aprendizagem cujo interesse esteja pautado na intervenção junto a comunidade inserida, aumentando, assim, seu letramento e permitindo que a visão de mundo seja ampliada. Desta forma, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas poderá ajudar também a formar cidadãos mais conscientes e aptos a lidar com diferentes linguagens, interagindo de várias formas com diferentes textualidades e discursividades.

Ademais, a Língua Portuguesa assume a condição de ser parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao aprendiz aproximar-se de outras culturas, as quais, conseqüentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado. Dessa maneira, um letramento básico e consolidado permitirá suplantar a carência de profissionais qualificados para as mais diversas áreas de atuação. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas assume, diante das necessidades

efetivamente constatadas pelos dados oficiais, o caráter estratégico em corrigir uma lacuna, que é a formação de profissionais qualificados nesta área.

Portanto, a Língua Portuguesa e suas Literaturas, enquanto veículo de comunicação humana, perpassa todas as áreas do conhecimento. Sua sistematização, através do ensino, não pode desconsiderar seu papel abrangente, devendo abordá-la em suas diversas modalidades de manifestação, contemplando-a em seu viés estético (literaturas), suas diversidades internas decorrentes de fatores geográficos, históricos, discursivos, linguísticos, culturais, econômicos, políticos, psicológicos e sociais. Sua natural inerência a todas as atividades comunicacionais humanas torna-a ponto comum a todos os espaços de interação e de integração, devendo estar, portanto, ao alcance de todos e a serviço da experiência social (BRASIL, 1998).

Considerando o processo de globalização e seu impacto na sociedade, a educação tem sofrido mudanças e, conseqüentemente, tem sido amplamente repensada pelos órgãos oficiais. *A Nova Proposta da Educação Superior* – elaborada pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e nº 19, de 27/05/2003, e instalada pelo Ministro da Educação em 29/04/2003 – pretende “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados”.

Das diretrizes traçadas por essa Comissão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES), apoiadas em pressupostos acadêmicos e políticos, pode-se pensar na importância do Curso de Licenciatura em Letras para a concretização dessas metas na medida em que o profissional/educador dessa área do conhecimento tem um efetivo compromisso com “a transformação na Educação Superior Brasileira para corresponder mais diretamente aos anseios da sociedade por um país democrático, cujos cidadãos participem ativamente na definição dos projetos de seu desenvolvimento”, bem como com a “preservação dos valores acadêmicos fundamentais, como a liberdade e pluralidade de ideias, que se manifestam no cultivo da reflexão filosófica, das letras e artes e do conhecimento científico”.

O avanço tecnológico e as novas formas de comunicação decorrentes disso passam a exigir a formação de educadores, cujo potencial transcenda às competências técnicas específicas de sua profissão. Daí a necessidade de acrescentar à formação do licenciando, um direcionamento crítico-reflexivo que lhe amplie as possibilidades criadoras e a capacidade de articular saberes diversos, sem que se contraponha ao conhecimento técnico, mas que a ele se integre.

Visando a oferecer uma formação de qualidade, os ingressantes no Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da UFERSA – *Campus* Caraúbas – serão instruídos para o exercício de aprendizagem e ensino, sob uma perspectiva articuladora dos conhecimentos didático-pedagógicos, linguísticos, literários e sócio-históricos-culturais. Para isso, o projeto de criação do referido curso norteia-se pelas diretrizes instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002, considerando, para o processo de formação dos futuros professores, o desenvolvimento das competências enumeradas no art. 6º, a saber:

- I – as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- II – as competências referentes à compreensão do papel social da escola;
- III – as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- IV – as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- V – as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- VI – as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Alinhando-se a essas competências, os componentes curriculares formadores da Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas foram organizados de maneira a orientar os estudantes e futuros professores de forma a servir-lhes de fundamentação necessária para o exercício da docência em constante aprimoramento, a partir da orientação e do estímulo à adoção de uma postura investigativa, aberta e adaptável às mudanças e sensível à diversidade.

Esta Matriz Curricular, portanto, foi estruturada em diversos eixos temáticos, a saber: estudos linguísticos; estudos da educação, do ensino-aprendizagem e da cultura; estudos literários; estudos da tradução; estudos da Língua Brasileira de Sinais. Vale salientar que essa organização corrobora o desenvolvimento simultâneo das quatro habilidades linguísticas (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita) dos estudantes e do desenvolvimento de práticas diversificadas de letramentos, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas se constitui como um dos elementos da “formação humanística” conforme registro no Projeto de

Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013. É também uma proposta de intervenção, junto à ampliação dos pilares da pluralidade de formação requerida para uma universidade, mérito já alcançado, desde a ampliação de interesses da instituição com a oferta da UFERSA – *Campus* Caraúbas de cursos de formação em áreas predominantemente tecnológicas. Ainda em sintonia com o PDI 2009-2013, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas visa a ser um espaço de produção e difusão no campo da educação superior da região em que está situada, preparando profissionais qualificados, a fim de atender às demandas sociais necessárias.

A UFERSA – *Campus* Caraúbas, que tradicionalmente oferece cursos de formação em áreas predominantemente tecnológicas, abre, gradativamente, espaço para a formação humanística, buscando atuar em consonância com a missão a que se propõe no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013, no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e em seus outros documentos oficiais, que é a de:

- a) produzir e difundir conhecimentos no campo da Educação Superior, com ênfase para a região Semi-Árida brasileira;
- b) contribuir para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva;
- c) ampliar o escopo de cursos oferecidos na instituição nos diversos *campi*, a partir de uma análise das demandas locais.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura Plena em Letras, apresentadas no Parecer CES 492/2001, o licenciando deverá desenvolver múltiplas competências e habilidades compatíveis com o campo de atuação docente, sob os aspectos teóricos e práticos, durante sua formação acadêmica. Sendo assim, a formação do professor de Língua Portuguesa e suas Literaturas deve, por isso, operar o redimensionamento de práticas de ensino tradicionais e ultrapassadas e, por isso, já ineficazes para os moldes educacionais requeridos pela contemporaneidade.

Os princípios da interdisciplinaridade que perpassam a proposta do Curso de Licenciatura Plena em Letras busca romper com a continuidade de um modelo de formação de professores, alheio às dificuldades da gestão do ensino e da aprendizagem e do saber produzido na universidade que não dialoga com o cotidiano escolar. A finalidade do curso é

formar professores capazes de identificar problemas na aprendizagem, as causas que os produzem e propor soluções que garantam a continuidade do processo de aprendizagem do licenciando.

Assim sendo, o Curso de Licenciatura supracitado ancora-se nos recentes estudos sobre letramento e formação de professores de línguas. Considera-se, ainda, que o mercado de trabalho para o acadêmico do Curso de Licenciatura Plena em Letras apresenta características cada vez mais promissoras, em face, por exemplo, da multiplicação da rede escolar nos vários níveis de ensino, a ampliação dos *mass media* e a criação de um espaço cultural específico (academias, produção artístico-cultural-regional).

Nesse sentido, a formação do professor da Língua Portuguesa e de suas Literaturas se guia pelo redimensionamento das práticas de ensino tradicionais e se ancora nos recentes estudos sobre letramento e formação de professores de línguas ao considerar, em suas diretrizes, estrita atenção para os lugares no campo de trabalho, seja para a academia ou para a formação básica.

1.4. Justificativa

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, com vistas a atender a um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e às exigências ditadas pela globalização, além de considerar as habilidades e as competências determinadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), conta com componentes curriculares que visam à formação do profissional de Letras para atuar na área específica, ou em áreas afins, atendendo com isso à interdisciplinaridade.

Para isso, são levados em consideração alguns aspectos: coerência do currículo com os objetivos do curso, coerência do currículo com o perfil desejado do egresso, coerência do currículo em face das Diretrizes Curriculares Nacionais, adequação da metodologia de ensino à concepção do curso, interrelação dos componentes curriculares na concepção e na execução do currículo, adequação, atualização e relevância da bibliografia e dimensionamento da carga horária dos componentes curriculares.

A busca pela coerência do currículo com os objetivos do curso pode ser visualizada na Matriz Curricular, que reúne um conjunto de componentes curriculares distribuídos ao longo dos semestres letivos. O currículo desta habilitação considera a formação básica na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e nas Literaturas Brasileira e Portuguesa, como

também na formação do professor que visa a oferecer subsídios ao exercício da profissão, de maneira a possibilitar ao egresso demonstração de competência técnica, de capacidade de estabelecer relações humanas e de ter posturas éticas compatíveis com as exigências do desempenho profissional de um educador.

Além disso, as atividades do curso procuram desenvolver no licenciando a consciência da necessidade de uma contínua busca de aperfeiçoamento em sua área de atuação, com vistas a garantir tanto a sua formação continuada como a oportunidade de inserção no mercado de trabalho cada vez mais seletivo e tecnológico (PPC/UFERSA-Caraúbas, 2013).

Ademais, tendo em vista a realidade do referido *campus*, explicitamos, neste documento, algumas razões pelas quais o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas acrescentaria na vivência das práticas acadêmicas na estrutura da UFERSA – *campus* Caraúbas. Sem subestimar o valor de nenhum dos cursos em questão, este documento se guia pelo equilíbrio e pela equidade das áreas com o intuito do fortalecimento da UFERSA - *campus* Caraúbas.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas na UFERSA – *campus* Caraúbas pode ser defendido a partir de cinco argumentos básicos:

- 1) O atendimento à demanda de professores de Português e Literaturas na região;
- 2) A atração de novos recursos para a universidade;
- 3) Os ganhos que o curso trará para a comunidade acadêmica e para a cidade de Caraúbas;
- 4) A inserção da UFERSA/ Caraúbas no âmbito das políticas de intercâmbio com outros países e com a comunidade Lusófona;
- 5) A constituição do primeiro centro de línguas da UFERSA, o fortalecimento das bases para outros cursos possíveis e ampliação da área atuação da instituição.

Sendo assim, a Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas, por exemplo, trará para a região onde está situada a UFERSA - *campus* Caraúbas e para a instituição alguns investimentos garantidos pela esfera federal para a formação de professores. Além disso, há a questão da ampla demanda para região em Letras/Português e suas respectivas literaturas, cujo mercado de trabalho ainda nutre altos índices de deficiência, sendo a atuação em sala de aula desenvolvida por ampla quantidade de profissionais não qualificados para esse fim.

Considerando que o licenciado em Letras/Português e suas respectivas literaturas é habilitado para ministrar aulas desde o Ensino Fundamental II, contamos, portanto, com um amplo leque de atuação deste professor no mercado de trabalho disponível na região. Desta feita, o Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas, juntamente

com as outras duas Licenciaturas em Inglês e em LIBRAS, pode alavancar mais recursos para a universidade, a partir de investimentos direcionados especificamente às licenciaturas. Em seguida, elencamos algumas possibilidades que contribuirão para o crescimento da região do médio oeste potiguar, com a implementação deste Curso.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que funciona como um programa emergencial para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Este plano consiste em induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

O PIBID Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, que é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura, participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Dentre os principais objetivos, estão:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
 - Contribuir para a valorização do magistério;
 - Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
 - Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e de participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.
- Este programa é uma das principais armas que a universidade terá para combater o baixo índice do IDEB em Caraúbas e região. A proposta é que se comecem atendendo as escolas do município e, depois, para as da microrregião.

O PROFLETRAS - Programa de Mestrado Profissional em Letras: o programa tem como objetivo, a médio prazo, a capacitação de professores do ciclo de educação básica Ensino Fundamental e Ensino Médio no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional. Embora as habilitações atualmente sejam em Inglês e em LIBRAS, o corpo docente já conta, atualmente, com três doutorandos, sendo dois em Linguística e um em Literatura. A

previsão é que, em dois anos, dos doze professores que estão no quadro atualmente, tenhamos sete doutores em Linguística, Literatura e em Educação, o que possibilita, a médio prazo, a abertura do PROFLETRAS no *campus* Caraúbas. Os professores da região do médio oeste potiguar que ministram Língua Portuguesa terão mais possibilidades de qualificação, o que aumentará a qualidade de sua formação e, conseqüentemente, tende a melhorar o ensino de língua no Estado.

Ademais, alguns Projetos de Extensão voltados para a escola e formação de professores: um dos elementos básicos do tripé que sustenta a universidade, a Extensão terá grande importância na vida social da região, já que, com a implementação de um curso de Letras/Português e Literaturas, será mais viável desenvolver projetos voltados para a escola: aulas de Língua Portuguesa e de Literatura para Ensino Médio em preparação para o ENEM, cursos de formação de professores e realização de cursos de Produção e Escrita de Textos com vistas a atender a demanda dos cursos do C e T, dos alunos das licenciaturas já implantadas (Letras/LIBRAS, Letras/INGLÊS) estão entre as prioridades.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1. Dados da Instituição Proponente:

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas Literaturas			
Instituição Proponente: Universidade Federal Rural do Semi-Árido			
CNPJ: 24529265000140			
Endereço: RN 233, Km 01, Sítio Esperança II, Zona Rural de Caraúbas/RN			
Cidade: Caraúbas	UF: RN	CEP: 59.780-000	Telefone: (84) 3337-2676

2.2. Dados do Responsável pela Instituição Proponente:

Dirigente da Instituição: Prof. Dr. José de Arimatea de Matos (REITOR)	
RG: 398.291 SSP/PB - 2ª via	CPF: 188.805.334-87
Telefone: (84) 3317-8225	E-mail: reitor@ufersa.edu.br / jamatos@ufersa.edu.br

2.3. Dados do Responsável pelo Projeto:

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão	
RG: 17.257.256 SSP/SP	CPF: 116.323.908-92
Telefone: (84) 3317-8234	E-mail: augusto.pavao@ufersa.edu.br / prograd@ufersa.edu.br

2.4. Identificação do Curso:

Curso: Letras
Modalidade do Curso: Licenciatura Plena
Habilitação: Português e Literaturas
Título Acadêmico Conferido: Licenciado Pleno em Letras/Português e suas respectivas literaturas
Modalidade de Ensino: Presencial
Regime de Matrículas: Crédito
Carga Horária do Curso: 2.990h
Número de vagas anual: 40 vagas
Número de turmas: 01 turma por semestre
Turno de funcionamento: Noturno
Forma de ingresso: SISU

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

3.1. Concepção do Curso

Em face das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, a estrutura da habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS procura resgatar a formação geral do acadêmico, atender ao Artigo 11 da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, e articula-se por eixos em torno dos quais se organizam dimensões a serem contempladas:

- I – eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;
- II – eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- III – eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;
- IV – eixo articulador da formação comum com a formação específica;
- V – eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;
- VI – eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

O curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, que tem como objeto de investigação a língua portuguesa, ampara-se numa concepção de linguagem sociointeracionista principalmente, que entende que a língua deve ser vista como uma atividade eminentemente social, histórica e interativa (BAKHTIN, [1929] 2009). A verdadeira substância da língua é constituída pela interação verbal, que se realiza através de enunciações variadas.

Esta perspectiva, que orienta a condução epistemológica de língua do curso, não invalida que sejam estudadas perspectivas outras, de maneira que o aluno entenda a construção teórica e histórica do conceito. É exatamente esta perspectiva, amparada numa abordagem russa do início do século XX, que constitui os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), documentos oficiais que regulam o ensino de língua no país.

Os procedimentos metodológicos adotados consideram as especificidades e a natureza de cada componente curricular, a realidade institucional em termos de recursos humanos e de estrutura física, não descuidando dos objetivos do curso e do perfil do professor que se tem a expectativa de formar.

Por ocasião da elaboração do currículo, buscou-se promover a interdisciplinaridade entre as áreas e subáreas que se interseccionam e se complementam. As atividades desenvolvidas ao longo do curso visam a uma interação constante, na medida em que privilegiam o diálogo entre os componentes curriculares da habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS, seja pela referência às teorias estudadas ou aos trabalhos práticos efetivados nos diversos componentes curriculares, caracterizando a busca pela flexibilização curricular.

A interdisciplinaridade é uma categoria que se define pela interrelação, pela busca da comunicação que supere a linearidade dos conteúdos disciplinares e a fragmentação do conhecimento em componentes curriculares (FAZENDA, 1993). O princípio da interdisciplinaridade na organização curricular do Curso de Letras busca construir uma visão dialética da realidade e dos contextos formais de educação, que são complexos e dinâmicos. Esta visão dialética e interdisciplinar organiza a aprendizagem, supera o isolamento dos componentes curriculares e reaproxima o cotidiano escolar do conhecimento produzido na universidade. A interdisciplinaridade no contexto das licenciaturas pode ser tomada em duas direções: na produção do conhecimento científico e nos processos de ensino.

Orientada para a produção do conhecimento científico serve para diminuir as distâncias que separam o conhecimento científico das outras formas de conhecimento (artístico, tecnológico, cultural, filosófico) e orientada para os processos de ensino contribui para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, ao entender a formação do professor não apenas como formação técnica e de conteúdos, mas enquanto formação humana e integral. Esta formação permite a observação crítica da realidade escolar e dos problemas da aprendizagem, possibilitando, por meio da abordagem interdisciplinar, entender o educando e a escola sob diferentes aspectos: sociais, econômicos, culturais e comunitários. Entender os aspectos que incidem sobre os processos de ensino e de aprendizagem é recuperar a finalidade da aprendizagem, que é tornar aquilo que se aprende significativo.

A interdisciplinaridade associada à gestão do ensino possibilita o diálogo e a partilha dos saberes, além de fazer da relação ensino-aprendizagem um momento de produção e de criação do conhecimento. O professor pesquisador, através da formação orientada pelo princípio interdisciplinar, consegue modificar velhas práticas e procedimentos inadequados em novas situações de aprendizagem (CALAZANS, 2002). Foram as categorias de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade encontradas na organização curricular da Educação Básica que exigiram repensar a formação de professores nas universidades, a que estava baseada no enfoque meramente disciplinar (BRASIL, CNE/CP Par. nº 9/2001, p.27).

A articulação dos componentes curriculares com a interdisciplinaridade no âmbito das licenciaturas passaram a ser realizadas através de eixos formadores que se comunicam entre si (BRASIL CNE/CP Par. nº 9/2001, p. 66). A partir deste parecer, a Resolução nº 1 CNE/CP de 18 de fevereiro de 2002 que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena” passou a tratar da interdisciplinaridade enquanto fundamento dos processos de ensino e de aprendizagem, permitindo a flexibilização das dimensões teóricas e práticas, dos conteúdos, da formação específica e da autonomia intelectual.

Resguardadas as limitações orçamentárias federais e institucionais para aquisição/atualização dos acervos bibliográficos das bibliotecas das instituições federais de ensino superior, as dificuldades financeiras dos estudantes (trabalhadores de curso noturno), a atualização bibliográfica acontece com o auxílio da biblioteca particular dos docentes. Acresce-se a possibilidade de acesso a bases de dados bibliográficos via *Internet* (Portal de Periódicos da CAPES, por exemplo), e na biblioteca (virtual) da UFERSA.

Tentou-se conciliar a carga horária mínima necessária para garantir a formação do profissional/educador, segundo o perfil delineado, e as exigências normativas determinadas pela Legislação Federal e Institucional, estabelecida na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007. A inclusão de componentes curriculares optativos objetiva complementar a formação do aluno e, em casos específicos, preencher eventuais lacunas decorrentes dos limites de carga horária impostos pela Legislação.

No que diz respeito às formas de acessibilidade e assistência aos discentes com necessidades especiais, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas baseia-se no Art. 2º, Inciso V, da Resolução CONSUNI/ UFERSA nº 005/2012, de 31 de outubro de 2012, que trata da criação da Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social.

3.2. Fundamentação Teórico-Methodológica

A educação é um instrumento de transformação social, fundamento essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária (FREIRE, 1979; EMEDIATO, 1978). No Brasil, a educação é direito humano fundamental (tal qual o direito à vida, à liberdade e à igualdade) e tanto assim o é que, na Constituição Federal/1988 (Art. 205), é tida como instrumento que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ademais, o Estado deve garantir o livre acesso e o direito de permanência de todos na escola. No entanto, no que diz respeito especificamente ao Ensino Superior, há uma grande dificuldade de obtenção de uma qualificação neste nível nas mais diversas áreas – tendo como justificativa, por exemplo, a distância dos grandes centros em relação às regiões mais periféricas, os custos que o estudo demanda e a constatação de que muitos jovens já se encontram empregados e não têm como conciliar suas atividades acadêmicas com as profissionais – além da evasão daqueles que, no Ensino Superior, já adentraram, registrados particularmente nos Cursos de Licenciatura no país e, em especial, na região Nordeste, evidentes em dados do INEP. Tudo isso demonstra que há alguns impeditivos para que novos profissionais de fato sejam habilitados.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da UFRSA – *Campus* Caraúbas, em sua proposta a ser implantada a partir de 2015, orienta-se, basicamente, por diferentes princípios filosóficos, dada a especificidade da habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS e suas respectivas literaturas; tal posicionamento se pauta numa formação acadêmica que contemple ensino, pesquisa e extensão, e o desenvolvimento dos fazeres do professor de seu papel ético e político que o dimensiona como sujeito de sua história e de seu espaço social.

Desta forma, é que tal posicionamento põe em relevo as orientações dialéticas, no ensejo de abrir, o mais possível, perspectivas para um professor em constante renovação e com visão crítica, voltado para a formação de educador/pesquisador. Esta posição é desenvolvida a partir do foi estabelecido pelo PPI (2009-2013, p.17) da UFRSA, ou seja, “a formação do cidadão crítico, ético, criativo e politicamente comprometido com a sociedade, capaz de produzir, organizar e difundir o conhecimento”.

Seguindo os passos do Círculo de Mikhail Bakhtin até pressupostos teóricos sobre a linguagem, pelo viés da Análise do Discurso, da Pragmática (de orientações francesa, americana e britânica) e das Teorias da Enunciação, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas se propõe a, sistematicamente, proporcionar ao licenciando uma articulação entre as diversas áreas de conhecimentos, capacitando-o a lidar de forma crítica com as linguagens, sobretudo com a linguagem verbal. Nesse âmbito, propomos a integração essencial entre teoria e prática, saberes necessários ao educador contemporâneo.

Tal perspectiva orienta-se, principalmente, por aquilo que Voloshinov (2006) chama de materialismo dialético, em seu *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em oposição tanto a um objetivismo abstrato, quanto a um subjetivismo idealista. Esta perspectiva vê a língua não

como um produto acabado, e muito menos a literatura, que é a mais elaborada forma de uso da língua, mas como enunciação dialógica, em constante mudança, como produção e não como produto, manifestação dinâmica, pancrônica e discursiva, por meio da qual os sujeitos interagem, de acordo com as condições de produção inerentes ao meio.

Nessa articulação dialética estão inerentes, também, os princípios de interdisciplinaridade tal como definem os novos lugares estabelecidos pela leitura da Nova Pedagogia e tornado básicos e indispensáveis para a formação profissional desde quando da sua regulamentação, a partir da Lei de Diretrizes e Bases 9.692/71 e melhor aperfeiçoada na LDB 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Mesmo compreendendo a autonomia das universidades na criação de componentes curriculares e no estabelecimento do regime didático dos diferentes cursos (cf. a Lei 4.024/61 do CFE), este PPC toma ciência de que a organização e o funcionamento do Ensino Superior devem estar de alguma maneira articulados com o Ensino Básico (cf. a Lei 5.540/68 do CFE). “O ensino interdisciplinar nasce na proposição de novos objetivos, novos métodos, enfim, uma ‘Nova Pedagogia’ cuja tônica primeira seria a supressão do monólogo e a instauração de uma prática dialógica” (FAZENDA, 2011, p. 88).

Isto é, o currículo do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas se encontra articulado com o movimento de renovação atitudinal do professor. Não podemos esquecer, entretanto, que a língua, enquanto sistema sujeito a essas mudanças, é também código e é também estrutura, daí o porquê de o Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas orientar-se, ainda, por um viés que se presta a uma descrição daqueles fatos que, tanto nas línguas quanto nas literaturas, são praticamente imutáveis, ou cujas mudanças são tão lentas, que exigem descrição e análise, por um viés objetivista.

Diante dos problemas do ensino, pesquisa e do conhecimento científico, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas visa a uma formação em que esteja destituído o hiato entre formação profissional e formação acadêmica; tal como regulamentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, quer permitir ao licenciando estar mais bem preparado para desenvolver suas atividades de educador. Esse interesse, registrado em itens como os objetivos deste documento, ou na construção do perfil do egresso, apresenta-se ainda enquanto uma das articulações possíveis que visam - além do bom funcionamento do curso, dentro dos padrões regulatórios nacionais - a reverter o quadro acima descrito de defasagem na formação do professor e na evasão do Ensino Superior, na extensão de atuação da UFERSA – *Campus* Caraúbas.

Não é interesse para a formação do profissional do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas deter-se apenas à prática de sala de aula com aulas expositivas, discursivas, mas promover dentro da Matriz Curricular o fomento à construção da pesquisa e da extensão como elementos basilares para a colocação do licenciando no centro dos principais círculos de discussões acadêmicas em eventos nacionais e internacionais (congressos, colóquios, simpósios, publicações em periódicos, grupos de leitura, grupos de pesquisa) e com as realidades possíveis de seu campo de atuação (estágio, programas de iniciação a docência, cursos de extensão). Tal princípio metodológico integra a elaboração da autonomia intelectual e profissional do licenciando, compreendendo que a área de Letras, com habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS, como qualquer outra área do saber, deve priorizar os vários interesses emergentes dos estudantes.

Do ponto de vista da organização curricular, a interdisciplinaridade aqui se apresenta não como algo que visa a superar o valor individual de cada componente curricular, mas à criação de condições que dinamizem o processo de ensino-aprendizagem e a articulação entre os saberes específicos destes mesmos componentes curriculares. Postula-se, assim, que a metodologia mais propícia para este propósito seja aquela em que o licenciando está como ponto de partida e de chegada – novamente em sintonia com as propostas pelo PDI e PPI da UFERSA.

3.3. Fundamentação Legal

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas tem como fundamentação legal os seguintes instrumentos normativos:

Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005;

Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Parecer 492/01, de 3/4/2001 – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras;

Parecer CNE/CP 28/2001, de 02/10/2001 – Duração e carga horária dos cursos de formação de professores;

Parecer CNE/CP 9/2001- Diretrizes Curriculares para Formação de Professores;

Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 – Diretrizes curriculares para formação de professores;

Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 – Duração e carga horária dos cursos de licenciatura;

Resolução CNE/CES 18/2002, de 13 de março de 2002 – Estabelece diretrizes curriculares para os cursos de Letras;

Resolução CNE/CP nº 1/2002 – Diretrizes Curriculares para Formação de Professores;

Resolução CNE/CES nº 8/2007, 04 de outubro de 2007 – Altera a Resolução CNE/CES nº 1/2002;

Parecer CNE/CES nº 83/2007; 29 de março de 2007 – Consulta sobre a estruturação do curso de Licenciatura em Letras;

Estatuto da UFERSA;

Regimento Geral da UFERSA;

PPI da UFERSA;

PDI da UFERSA.

4. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

4.1. Coordenador do Curso

A organização acadêmico-administrativa é realizada pela Coordenação e pela Vice-Coordenação do Curso, pela Equipe Gestora e pela Direção da UFERSA – *Campus* Caraúbas. Com relação à atuação do Coordenador e do Vice-Coordenador, cabe a eles zelarem para que o Projeto Pedagógico do Curso seja executado da melhor maneira possível, buscando o bom andamento do curso.

Segundo o Estatuto da UFERSA (Art. 38), “A Coordenação de cada Curso de Graduação tem instância deliberativa nas estratégias didático-científicas e pedagógicas e será exercida por um Coordenador e um Vice-Coordenador”. Também, é função irrevogável do Coordenador do Curso e, em sua ausência, de seu Vice-Coordenador (suplente) a participação no CONSEPE da UFERSA.

Cabe, portanto, ao Coordenador apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do Curso. Sendo assim, a Coordenação do Curso deverá estar à disposição dos docentes e dos estudantes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas.

As atividades do Coordenador são desenvolvidas com o apoio de uma comissão permanente – o Conselho do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas. No que se refere à formação do Coordenador do Curso, este deve ser Graduado no Curso de Letras, com titulação mínima de Mestre em Letras, Linguística ou Estudos Linguísticos.

4.2. Conselho do Curso

Este Conselho tem como objetivo geral viabilizar a Gestão Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, que é constituído, segundo a Resolução Consepe/UFERSA nº 008/2010, de 21 de outubro de 2010, pela Coordenação e Vice-Coordenação do Curso em questão, representantes docentes, na proporção mínima de um docente por eixo/área de formação por representante do corpo docente, todos com direito a voz e voto. Cabe-lhe, ainda, a tarefa de delegar os membros que comporão o NDE do Curso.

Dentre outras, é competência deste Conselho:

- I – estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- II – elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações;
- III – analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações quando necessárias;
- IV – promover a interdisciplinaridade, a integração horizontal e vertical dos cursos, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- V – fixar normas quanto à integralização do curso, respeitando o estabelecido pelos conselhos superiores;
- VI – elaborar proposta do calendário acadêmico anual do curso, encaminhando para a Unidade Acadêmica, que unificará as informações;
- VII – propor e/ou avaliar as atividades complementares necessárias para o bom funcionamento do curso;
- VIII – emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
- IX – deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Conselho de Curso.

Das decisões do Conselho do Curso cabe recurso ao Colegiado da UFERSA – *Campus* Caraúbas, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência, pelo interessado, da decisão da qual se recorre.

O Conselho de Curso é um órgão deliberativo, em suas funções didático-pedagógicas, e consultivo, em suas funções de gestão. As Reuniões Ordinárias realizadas duas vezes por semestre letivo, seguindo o Art. 5º da Resolução 008/2010, havendo a possibilidade de Reuniões Extraordinárias, sempre que necessário. Deve haver registro em Ata de Reunião formulada pela Secretaria das Graduações.

Portanto, o objetivo maior deste Conselho é o de qualificar as informações colhidas nas rotinas pedagógicas, de modo a possibilitar o reencaminhamento do processo educativo. Cabe a este Conselho o acompanhamento mais próximo das atividades desenvolvidas, bem como a frequência, desempenho, postura do acadêmico e outros assuntos definidos pelos próprios professores.

4.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas é responsável pela concepção, atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso e condução dos trabalhos de implantação da Proposta Curricular. Seguindo a Resolução Consepe/ UFERSA nº 009/2010, de 21 de outubro de 2010, o NDE contribui para a consolidação do perfil profissional do egresso, zela pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e exerce as demais atribuições que lhe são explícita e implicitamente conferidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como legislação e regulamentos a que se subordine.

O NDE do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas será composto por seis (6) membros: o Coordenador do NDE, o Coordenador do Curso em questão e mais quatro (4) outros professores do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas. As Reuniões Ordinárias do NDE devem ser mensais. Quando necessário, Reuniões Extraordinárias são convocadas pelo Coordenador do NDE. O registro em Ata de Reunião é necessário e será formulado pela Secretaria de Graduações.

O NDE trabalhará com metas relacionadas à qualificação do PPC de Letras/Português e suas respectivas literaturas, no seu trabalho de análise, acompanhamento e supervisão, em articulação com a Coordenação do Curso e com o Conselho do Curso, de acordo com as normas que regem suas atribuições.

As metas, com vistas à avaliação e consolidação do PPC e da Matriz Curricular são estabelecidas e elaboradas com base em dados extraídos dos processos de auto-avaliação do Curso (questionários semestrais – Avaliação Interna), das Reuniões de Conselho de Curso e de conversas informais com docentes e estudantes do Curso. A tarefa de elaboração e/ou revisão de metas é realizada semestralmente, durante a Semana de Planejamento Acadêmico e durante o primeiro mês de cada semestre letivo, passando-se, então, à sua execução.

O NDE ainda conta, para coleta de dados, com a análise dos Planos de Ensino, das Atividades Externas das Disciplinas, das Visitas Técnicas e da Avaliação Interdisciplinar (as três últimas implantadas a partir da oficialização do NDE deste Curso), bem como dos resultados da avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Essas metas se objetivam em um Plano de Melhorias para o Curso.

5. OBJETIVOS

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas busca formar professores competentes, em termos de (in)formação e autonomia, capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários, em diferentes contextos de oralidade e escrita. E com essa proposta pretende oferecer condições de modo a garantir que o perfil do egresso de Letras contemple a interface ensino/pesquisa, respeitando-se as particularidades da habilitação no que se refere à ênfase atribuída a certos conhecimentos e capacidades mais específicos.

Assim, não se pretende formar um professor de Língua Portuguesa e de suas Literaturas dissociado da Pesquisa, de modo a romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado. A busca pela promoção de ações didáticas, articulando ensino e pesquisa no âmbito da licenciatura, procura garantir que os futuros profissionais estejam preparados para lançar um olhar teórico para sua prática em sala de aula, que sejam preparados para trabalhar com a linguagem em suas mais variadas formas.

Sublinhe-se que, mesmo para o licenciado que não se dedicar ao ensino, ao atuar profissionalmente em atividades como revisão de textos, consultorias e assessorias em projetos de natureza pedagógica e assim por diante, sua prática vai lhe exigir conhecimentos de natureza teórica e pedagógica. Para atender a essa concepção integrada, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas propõe-se a:

- (i) oferecer uma formação sólida nas áreas de língua e literatura, oportunizando a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão e incentivando a articulação com outros cursos de licenciatura que fortaleçam a identidade docente e com a pós-graduação na área;
- (ii) criar oportunidades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da autonomia do aluno quanto à resolução de problemas, tomada de decisões, trabalho em equipe, comunicação, organizados pelo princípio da interdisciplinaridade.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da UFERSA - *Campus* Caraúbas tem como **objetivo geral** formar professores da área da Língua Portuguesa e de suas Literaturas competentes para a ação pedagógica de professor/pesquisador, envolvido politicamente com ações que o dimensionem numa perspectiva humanística, científica e cultural, consciente de seu papel de orientador da aprendizagem, com posicionamento crítico a respeito de si próprio e da realidade circundante.

Como **objetivos específicos**, o referido curso, tendo em vista a multiplicidade de papéis que o licenciado poderá exercer em sua profissão, pretende desenvolver no aluno:

- a capacidade de compreender os aspectos da linguagem, sobretudo a linguagem verbal, nas modalidades escrita e oral de uma língua, à luz de diversas teorias, sem o aprisionamento teórico a determinados modelos, numa perspectiva ampla que contemple as mais recentes pesquisas no campo das linguagens, sem esquecer os modelos clássicos que lhes deram origem;
- a capacidade de aplicar esses conhecimentos a problemas de ensino/aprendizagem, numa perspectiva que contemple o texto e o discurso, na sua diversidade de gêneros textuais, como motivadores do estudo da língua;
- a capacidade de desenvolver pesquisas no campo da linguagem, direcionadas para o ensino, viabilizando um exercício humanista que considere o educando como sujeito de seu espaço e de seu tempo;
- a capacidade de serem mediadores entre o conhecimento e seus futuros estudantes considerando-se agentes transformadores da realidade e engajados numa dimensão política;
- o domínio ativo e crítico de um repertório representativo das obras literárias da língua (para cujo ensino está habilitado);
- a capacidade de reflexão sobre a linguagem na sua forma estética: a Literatura;
- o domínio dos conhecimentos histórico e teórico necessários para a compreensão das condições que tornam o texto Literatura;
- o domínio da terminologia técnica das Áreas de Língua, Linguagens, Literatura, Linguística e da Semiótica, por meio das quais se possa discutir a fundamentação desses conhecimentos;
- a capacidade de operar, no papel de professor/pesquisador, com as diferentes manifestações da linguagem, sendo usuário, como educador, da norma culta;
- a capacidade de formar leitores críticos, bem como produtores de textos dos mais diversos gêneros, fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, estéticas e culturais;
- o domínio de múltiplos interesses culturais, nas perspectivas da interdisciplinaridade, no diálogo sempre aberto às mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo de áreas afins.

Além desses, o Curso de Letras, com habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS, tem os seguintes objetivos:

- formar um profissional com uma visão crítica sobre o ensino da Língua Portuguesa, através do desenvolvimento das competências de caráter humanista, linguística e cultural e com uma sólida formação alicerçada na pesquisa educacional;

- construir conhecimentos científicos, despertando o senso crítico do graduando, numa perspectiva profissional, de forma que seja intérprete e produtor de textos de diferentes gêneros;
- integrar a comunidade/escola no processo didático-pedagógico-cultural;
- valorizar a produção do conhecimento construído, através das pesquisas educacionais, fomentando o desenvolvimento das habilidades linguística, cultural e estética;
- desenvolver competências para a pesquisa e a extensão, levando em consideração a pluralidade de linguagens;
- estimular a produção científica dos estudantes;
- capacitar o graduando para desempenhar o papel de multiplicador, pesquisador e leitor crítico de diferentes teorias que poderão subsidiar o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas.

6. PERFIL DO EGRESSO

O profissional graduado em Letras/ Português e Literaturas deve adquirir e se apropriar, durante todo o seu processo de formação acadêmica, de competências que o tornem apto a utilizar a língua portuguesa nos contextos que envolvam as modalidades oral e escrita da língua, e em suas mais diversas manifestações literárias. Além disso, este profissional precisa saber realizar reflexões aprimoradas acerca do ensino de língua e de literatura brasileira e portuguesa, e sobre a linguagem, tanto no nível funcional como no nível estrutural da língua. Para que essa reflexão seja profícua, esse aluno precisa considerar também as variedades sociais, históricas e culturais das línguas.

Considerando-se que: (i) o licenciado em Letras, conforme o Parecer CNE/CES 492/2001, deve ser interculturalmente competente, capaz de lidar de forma crítica com as linguagens, sobretudo a verbal, em suas modalidades oral e escrita, consciente da multiplicidade de variedades e registros; (ii) esse profissional deve ter o domínio das competências comunicativas da língua objeto de ensino, bem como da literatura dessa língua, tanto nos aspectos estruturais/formais, quanto nos aspectos contedísticos/ideológicos/culturais; (iii) esse educador deve ter capacidade crítica de refletir teoricamente sobre as linguagens, articulando-as ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, além de sua relação com outras áreas de conhecimento; (iv) esse educador deve estar historicamente engajado em seu tempo, tendo habilidades com o uso de novas tecnologias, o egresso da área de Letras/Português e suas respectivas literaturas, em face da formação humanística recebida no curso, estará capacitado a exercer atividades junto à comunidade externa e interna à Universidade. Desta feita, tem-se em vista cumprir a missão social do Curso de Letras, que é a de colocar no mercado de trabalho educadores conscientes da importância de sua atuação como cidadãos éticos, críticos e formadores de leitores. Também se faz importante a formação de estudantes críticos e capazes de ler/interpretar para produzir com clareza e objetividade seus próprios textos, já que ler e escrever são faces da mesma moeda.

Nessa linha de raciocínio, pretende-se que o licenciado pleno da área de Letras/PORTUGÊS e respectivas literaturas contemple:

- a) capacidade de vivenciar experiências novas como professor/pesquisador;
- b) competência intelectual: domínio de repertórios linguísticos e metalinguísticos capazes de torná-lo apto a desenvolver suas funções, entre as quais ensino, pesquisa, revisão de textos, dentre outros;

- c) capacidade de analisar e interpretar textos dos mais variados gêneros, nas diversas modalidades de variedade linguística e registro, com ênfase na norma culta;
- d) capacidade de construir o conhecimento da linguagem, tanto do ponto de vista da estrutura (organização do texto, do parágrafo, da frase, da palavra), quanto de suas manifestações discursivas;
- e) habilidade de favorecer a abordagem crítico-reflexiva da linguagem literária, bem como das obras e autores mais representativos de língua portuguesa e de diferentes contextos sociohistóricos e culturais, enfatizando a produção literária local.
- f) capacidade de construir conhecimento através de diversos letramentos, principalmente o digital, que será discutido em toda a sua graduação, com ênfase na disciplina de Linguagem e Tecnologia, cuja ênfase será no uso de hipertextos.

Por considerar todos estes aspectos, a Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas Literaturas, na UFERSA, tem como propósito a formação de profissionais habilitados a atuarem na docência em Língua Portuguesa e nas Literaturas Brasileira e Portuguesa, além de estarem aptos também a prosseguir nos estudos especializados em Literatura, Linguística e Linguística Aplicada. De tal forma, ele será um profissional preparado tanto para a docência nos Ensinos Fundamental Médio, e se prosseguir com especialização, mestrado e doutorado, ele poderá atuar na carreira docente universitária. O aluno formado no Curso de Letras dessa instituição poderá, além disso, se inserir profissionalmente em vários campos vinculados ao conhecimento e à prática de modalidades textuais, como a crítica literária, a tradução, a edição e revisão de textos, a assessoria ou consultoria em todas estas áreas de atuação.

6.1. Competências, Atitudes e Habilidades do Licenciado Pleno em Letras/Português e suas respectivas literaturas

Com base no perfil do licenciando em Letras/Português e suas respectivas literaturas delineado anteriormente, o licenciado que desejamos formar deverá estar capacitado a:

- a) ler, escrever, compreender e interpretar textos na Língua Portuguesa, que é objeto do estudo deste Curso, tendo, portanto, o desempenho integrado das competências comunicativas desta língua;
- b) estabelecer um diálogo voltado para a postura crítico-reflexiva do professor, perante a sociedade, aliada aos saberes docentes, com ênfase na Prática de Ensino da Língua Portuguesa e das suas respectivas Literaturas;

c) Atuar como professor de Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas e ser capaz de despertar em seus estudantes a criticidade e o desejo por conhecer novas culturas.

6.2. Campo de Atuação do Licenciado Pleno

A proposta curricular, aqui apresentada, é motivada por duas razões: a primeira é a necessidade de se construir uma estrutura curricular da Letras/Português e suas respectivas literaturas, alinhada às regulamentações do Conselho Nacional de Educação para a formação de professores dos Ensinos Fundamental e Médio (CNE/CP 02/2002); a segunda, a de atender às estipulações previstas no PDI e PPI da UFERSA.

O licenciado em Letras/Português e suas respectivas literaturas terá como campo de atuação profissional:

- magistério regular dos Ensinos Fundamental (terceiro e quarto ciclos) e Médio;
- Ensino Instrumental da Língua Portuguesa;
- magistério regular do Ensino Superior, desde que associado à formação em Curso de Pós-Graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

Sendo assim, o licenciado estará habilitado a atuar como professor de Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas, em diversos níveis, a saber:

- **na educação básica**, promovida nos âmbitos público e privado e cuja oferta encontra-se em franca expansão no país, que requer a formação de professores comprometidos com os avanços educacionais e com a necessária melhoria dos padrões de qualidade da educação e das condições de oferta do ensino;
- **na educação superior**, desde que faça pós-graduação promovida por instituições de ensino da rede pública e/ou privada, igualmente em franca expansão no país, que requer a formação de um licenciado em Letras dedicado à educação em geral e que possa constituir a base necessária para a formação dos futuros docentes da educação superior, estabelecendo a ponte necessária entre o ensino de graduação e de pós-graduação.

7. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

A integralização curricular será cumprida no tempo regular de cinco anos e no máximo oito. A carga horária total do Curso de Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas corresponde a 2.990 (duas mil novecentos e noventa) horas.

A proposta curricular, aqui apresentada, é motivada por duas razões: a primeira é a necessidade de se construir uma estrutura curricular de Letras/Português e suas respectivas literaturas, alinhada às regulamentações do Conselho Nacional de Educação para a formação de professores do Ensino Fundamental e Médio (CNE/CES 83/2007); a segunda, a de atender as estipulações previstas no PDI e PPI da UFERSA – *Campus* Caraúbas.

A organização curricular representa uma seleção de conteúdos organizados, de modo a atingir certas finalidades para, dessa forma, contemplar a aquisição de habilidades determinadas. Destinadas a promover o aprofundamento da reflexão acerca da Metodologia de Ensino e da Didática próprias dos conteúdos a serem ensinados pelo futuro professor de Português e Literaturas, busca-se, nas disciplinas de estágio supervisionado, promover: (i) práticas pedagógicas capazes preparar os estudantes para o exercício da docência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; (ii) a análise de materiais didáticos existentes no mercado e de suas aplicações; e (iii) a elaboração de materiais didáticos e paradidáticos que visam a subsidiar as atividades de estágio supervisionadas, bem como as atividades desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão do Curso (NUPEX).

7.1. Distribuição das Atividades/Carga Horária

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Eixo de Formação Básica	570h
Eixo de Formação Específica	1560h
Eixo de Formação Pedagógica	420h
Eletivas	240h
Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais	200h
TOTAL	2.990h

EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA	CARGA HORÁRIA
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30h

Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	60h
Didática	60h
Psicologia da Educação	60h
Introdução aos Estudos Linguísticos	60h
Linguística	60h
Teoria da Literatura I	60h
Teoria da Literatura II	60h
Pesquisa Aplicada à Língua e à Literatura	60h
TOTAL	570h

EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	CARGA HORÁRIA
Inglês Instrumental	60h
Produção monográfica	60h
Trabalho Conclusão de Curso (TCC)	60h
Metodologia Científica	30h
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60h
Fonética e Fonologia	60h
Oralidade, letramentos e ensino	60h
Morfologia do Português	60h
Formação Histórica da Língua Portuguesa	60h
Linguística Textual	60h
Sociolinguística	60h
Semântica e Pragmática	60h
Sintaxe do Português	60h
Linguagem e Tecnologia	60h
Análise do Discurso	60h
Análise do Texto Literário	60h
Literatura Portuguesa I	60h
Literatura Brasileira I	60h

Literatura Portuguesa II	60h
Literatura Brasileira II	60h
Literatura Portuguesa III	60h
Literatura Brasileira III	60h
Língua Latina I	60h
Língua Latina II	60h
Literatura Latina	60h
Introdução às literaturas africanas de língua portuguesa	60h
Psicolinguística	30h
TOTAL	1560h

EIXO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	CARGA HORÁRIA
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60h
Metodologia do Ensino de Literatura	60h
Estágio Supervisionado de Observação em Literatura	60h
Estágio Supervisionado de Observação em Língua	60h
Estágio Supervisionado em Literatura	60h
Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Fundamental	60h
Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Médio	60h
TOTAL	420h

COMPONENTES ELETIVOS	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA
Práticas Interdisciplinares na Educação	-----	60h
Concepções e Práticas na Educação de Jovens e Adultos	-----	60h
Introdução da Educação Brasileira	-----	60h
Educação e Cidadania	-----	60h
Educação para a Diversidade	-----	60h

Tecnologias e Educação	-----	60h
História da Educação Básica Brasileira	-----	60h
Educação Especial e Inclusão	-----	60h
Educação Popular: perspectivas paulofreireanas	-----	60h
Poesia Brasileira Contemporânea	-----	60h
Prosa Brasileira Contemporânea	-----	60h
Lírica e Modernidade	-----	60h
Literatura Comparada	-----	60h
Métodos de Crítica Literária	-----	60h
Introdução à Narratologia	-----	60h
Literaturas africanas em Língua Portuguesa I	-	60h
Literaturas africanas em Língua Portuguesa II	-----	60h
Literatura Popular	-----	60h
Literatura Potiguar	-----	60h
Tópicos de Literatura Portuguesa	-----	60h
Literatura infanto-juvenil	-----	60h
Estilística	-----	60h
Teoria e Prática de Leitura	-----	60h
Tópicos Especiais em Linguística Aplicada I	-----	60h
Tópicos Especiais em Linguística Aplicada II	-----	60h
Semiótica	-----	60h
Multimodalidade	-----	60h
Tópicos Especiais em Linguística	-----	60h
Tópicos em Gramática Normativa	-----	60h
Tópicos em Revisão Textual	-----	60h

Gêneros Discursivos	-----	60h
MÍNIMO A CURSAR*		240h*

* No decorrer do curso serão cursados, obrigatoriamente, quatro componentes eletivos, totalizando 240 horas.

7.2. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas

1º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH TOTAL	CH SEMANAL
Introdução aos Estudos Linguísticos	60	04
Teoria da Literatura I	60	04
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30	02
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	04
Inglês Instrumental	60	04
Metodologia Científica	30	02
TOTAL	300h	20h

2º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Linguística	Introdução aos Estudos Linguísticos	60	04
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação		60	04
Teoria da Literatura II	Teoria da Literatura I	60	04
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos		60	04

Língua Latina I		60	04
TOTAL		300h	20h

3º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Literatura Portuguesa I	Teoria da Literatura II	60	04
Literatura Brasileira I	Teoria da Literatura II	60	04
Língua Latina II		60	04
Fonética e Fonologia	Linguística	60	04
Análise do Texto Literário		60	04
TOTAL		300h	20h

4º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Didática		60	04
Psicologia da Educação		60	04
Literatura Brasileira II	Literatura Brasileira I	60	04
Literatura Portuguesa II	Literatura Portuguesa I	60	04
Morfologia do Português	Fonética e Fonologia	60	04
TOTAL		300h	20h

5º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Literatura Brasileira III	Literatura Brasileira II	60	04
Literatura Portuguesa III	Literatura Portuguesa II	60	04

Formação Histórica da Língua Portuguesa	Língua Latina II	60	04
Linguística Textual		60	04
Oralidade, Letramento(s) e ensino	Didática	60	04
TOTAL		300h	20h

6º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa		60	04
Metodologia do Ensino de Literatura		60	04
Literatura Latina		60	04
Semântica e Pragmática		60	04
Introdução às literaturas africanas de língua portuguesa		60	04
TOTAL		300h	20h

7º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Linguagem e Tecnologia		60	04
Estágio Supervisionado de Observação em Literatura	Metodologia do Ensino de Literatura	60	04
Estágio Supervisionado de Observação em Língua	Metodologia do Ensino de Língua	60	04
Análise do Discurso		60	04
Sintaxe do Português		60	04
TOTAL		300h	20h

8º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Pesquisa em Língua e Literatura	- Metodologia Científica - Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60	04
Estágio Supervisionado em Literatura	Estágio Supervisionado de Observação em Literatura	60	04
Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Fundamental	Estágio Supervisionado de Observação em Língua	60	04
Sociolinguística	-----	60	04
Psicolinguística	-----	30	02
TOTAL		270h	18h

9º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Médio	Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Fundamental	60	04
Eletiva I		60	04
Eletiva II		60	04
Produção monográfica	Pesquisa em Língua e Literatura	60	04
TOTAL		240h	20h

10º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
TCC	Produção monográfica	60	04

Eletiva III	-----	60	04
Eletiva IV		60	04
TOTAL		180h	12h

Carga Horária Distribuída

Estágio Curricular Supervisionado – 300h

Componentes Eletivos – 240h

Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural – 2.250h

Atividades Complementares – 200h

Carga Horária Total do Curso – 2.990h

8. EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

- **COMPONENTES BÁSICOS:**

INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Relação LIBRAS/Português; Sistema de transcrição para LIBRAS. Ética nas questões de interpretação; o trabalho com a língua sinalizada; o trabalho com a escrita de sinais; leitura e escrita de sinais. Atividade prática: Prática da LIBRAS: alfabeto, números, semanas, calendário, cores, vocábulos iniciais, sinais de nome.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELIPE, T. A. **A Estrutura Frasal na LSCB.** In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, 1989.

FERREIRA BRITO, Lucinda. **Por uma Gramática das Línguas de Sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROTEIA, J. **O Papel da Marcação Não-Manual nas Sentenças Negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB).** Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.

BAHAN, B. (1996) **Non-manual realization of agreement in American Sign Language.** Ph.D. Dissertation, Boston University, Boston, MA.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Créditos: 02 – CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA: Estudo do Sistema Educacional Brasileiro e suas dimensões estadual e municipal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Política, organização e funcionamento da Educação Básica, numa perspectiva histórico-social e dos planos educacionais em todos os níveis da Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC.** 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Org.). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. **Planejamento e Educação no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvania Simões (Org.). **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SAVIANI. Dermeval. **A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI. Dermeval. **Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Conceitos e teorias sobre a realidade sociohistórica como orientadora da reflexão crítica. Evolução das correntes filosóficas e sua repercussão na Educação. Exame das principais tendências filosóficas contemporâneas da Educação do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática da pedagogia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

GILES, Thomas Ransom. **Filosofia da Educação**. São Paulo: E.P.U., 1983.

GODOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

SAVIANE, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 2000.

DIDÁTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: O Papel da Educação, Pedagogia e Didática no processo educativo. A Didática, seu contexto histórico e a formação do Professor. As Tendências Pedagógicas, seus pressupostos, concepções e práticas. O Planejamento Educacional e sua ressignificação na prática docente. Pesquisas e Práticas de Ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAUI, Vera. **Didática** – questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.

LIBANEO, José Carlos. **Didática e Escola em uma Sociedade Complexa**. CEPED.

UFG. Goiás, 2011.

LOPES, Osima Antônia *et al.* **Repensando a Didática**. 5 ed, SP: Papirus, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Isabel da. **O Bom Professor e sua Prática**. Campinas, SP: Papirus, 6 ed., 1996.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional** – formar-se para a mudança e a incerteza. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 77) São Paulo, SP: Cortez, 1994.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professor?** Novas exigências educacionais e profissões docentes. Coleção: Questões de Nossa Época, v. 67. São Paulo: Cortez, 5 ed., 2001.

LUCKESI, Cirpiano L. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Técnicas de Ensino: por que não?** Campinas, SP: Papirus, 2 ed., 1993.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A contribuição da Psicologia para a Educação e para o processo de ensino e aprendizagem. Estudo das principais concepções teóricas da aprendizagem e interconexões no ato educativo: Inatista, Comportamentalista, Humanista, Psicogenética e Sociocultural. As Abordagens Piagetiana e Vygotskyana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOL, César *et all.* **O Construtivismo na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 1996.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: teoria construtivista sociohistórica aplicada ao ensino**. São Paulo: Modern , 2005.

PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. V. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIS, Claudia. **Psicologia da Educação**. São Paulo: Vozes, 1994.

FONTANA, Roseli e Cruz, Nazaré. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Psicologia no Contexto Educacional**. Campinas: Átomo, 2002.

PLACCO, V. M. S de S. (Org). **Aprendizagem do Adulto Professor**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

VIGOSTKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Histórico dos estudos linguísticos que precederam a Linguística. Caracterização do objeto de estudo da Linguística. Evolução dos estudos linguísticos. Fundamentos do Formalismo: perspectiva estrutural e gerativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, J. L. **Introdução à Linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2003.
 SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). **Curso de Linguística Geral**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
 WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIDERMAN, Teresa. **Teorias Linguísticas**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 BORBA, F. S. **Introdução aos Estudos Linguísticos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
 CARVALHO, Castelar de. **Para Compreender Saussure**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
 FARACO, C. Estudos pré-saussureanos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.
 MARTIN, Robert. **Para Entender a Linguística**. São Paulo: Parábola, 2003.
 MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. O estudo da gramática. In: _____. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2005.

LINGUÍSTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudos das correntes linguísticas funcionalistas: Linguística Aplicada, Linguística Funcional, Linguística da Enunciação, Análise do Discurso e Linguística Textual. Contribuições dessas perspectivas teóricas para o ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto: 2012.
 MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.
 ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA VAL, M. G. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
 CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
 KARWOSKI, Acir M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005.
 KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
 MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Tradução Márcio Venício Barbosa. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.
 NEVES, Maria H. de M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TEORIA DA LITERATURA I – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Concepções de literatura. Os gêneros literários. Natureza do fenômeno literário. Historiografia e teoria literárias. O cânone na literatura. Introdução ao procedimentos de análise e interpretação do texto literário. O texto poético.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CULLER, J. **Introdução à Teoria Literária**. São Paulo: Beca Edições, 1999.
 EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
 REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários**. Coimbra: Almedina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo: Cultrix, 1990.
 BAKTHIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
 BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
 CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2000.
 COSTA LIMA, Luis (Org.) **Teoria da literatura e suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2 volumes.

TEORIA DA LITERATURA II – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Teoria da narrativa. O romance. As narrativas curtas. Metodologias, abordagens críticas e os princípios essenciais da análise interna do romance e das narrativas curtas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOTLIB, Nadia Battella. **Teoria do conto**. São Paulo: Ática, 1991.
 REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
 WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARTHES, Roland *et ali*. **Análise Estrutural da Narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
 GANCHO, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. São Paulo: Ática, 2004.
 LUKÁCS, György. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2009.
 MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 1984.
 WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PESQUISA APLICADA À LÍNGUA E À LITERATURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Concepções relacionadas à pesquisa científica. Elaboração de um projeto de pesquisa, observando a sua organização retórica. Procedimentos básicos para a sistematização da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.
 RUDIO, F.V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1978.
 SEVERINO, A Y. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVALCANTI, M.; MOITA LOPES, L. P. **Implementação da Pesquisa em Sala de Aula de Línguas no Contexto Brasileiro**. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, n.17, pp. 143-144, jan./jun. 1991.
 CARVALHO, M. (Org.) **Construindo o Saber**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.
 ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
 FAZENDA, I. (Org.) **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
 MACHADO, Anna R. (Coord.) **Planejar Gêneros Acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

• **COMPONENTES ESPECÍFICOS:**

INGLÊS INSTRUMENTAL – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Introdução à leitura de textos em inglês. Estratégias de leitura. Vocabulário e estruturas básicas abordadas de forma funcional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Cambridge English Mini Dictionary. Cambridge University Press. 2010.
 DIAS, R. **Reading Critically in English**. 3 ed. Belo Horizonte: EUFGM, 2002.
 GADELHA, I. M. B. **Inglês Instrumental: leitura, conscientização e prática**. Teresina: EDUFPI, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GLENDINNING, Eric H.; POHL, Alison. **Oxford English for Careers: Technology 1. Student's Book**. Oxford: OUP, 2009.
 MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental: estratégias de leitura: módulo I**. São Paulo: Texto Novo, 2001.
OXFORD ESCOLAR para Estudantes Brasileiros de Inglês.
 POHL, Alison. **Oxford English for Careers: Technology 1. Teacher's Resource Book**.

Oxford: OUP, 2009.

YORKEY, R. **Técnicas de Leitura em Inglês: ESP – English for Specific Purpose.** Estágio II. São Paulo: Texto Novo, 2002.

PRODUÇÃO MONOGRÁFICA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Análise e crítica de monografias que abrangem temas de Literatura, Linguística e temáticas culturais. Orientação bibliográfica e de produção científica do referencial teórico e metodológico da monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Atlas, 1989.

COSTA, Ana Rita Firmino. **Orientações Metodológicas para a Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 4. ed. Maceió: UFAL, 2002.

CRUZ, Anamaria da Costa, MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses: estrutura e apresentação** (NBR 14724/2002). 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Educação e Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Orientação bibliográfica e de produção científica da introdução, considerações finais e seção analítica da monografia, além da parte revisional do trabalho acadêmico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Atlas, 1989.

COSTA, Ana Rita Firmino. **Orientações Metodológicas para a Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 4. ed. Maceió: UFAL, 2002.

CRUZ, Anamaria da Costa, MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses: estrutura e apresentação** (NBR 14724/2002). 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Educação e Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e**

resenhas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

METODOLOGIA CIENTÍFICA – Créditos: 02 – CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA: Conceitos básicos sobre ciência, método e pesquisa científica. Discurso acadêmico e tipos de metodologias de pesquisa em língua e literatura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Metodologia Científica**. Ed. Atlas, 2007. BAUER, M.W., GASKELL, G. & ALLUM, N. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 17-35.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Apresentação de relatórios técnico-científicos, NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed., 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros. Elaboração de resenha, resumo e artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo:

Parábola Editorial, 2010.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAZERMAN, Charles. Escrevendo bem, científica e retoricamente: consequências práticas para escritores da ciência e seus professores. In: _____. Organização: HOFFNAGEL, Judith Chambliss & DIONÍSIO, Ângela Paiva. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 59-77.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Referências bibliográficas – Normas técnicas. Rio de Janeiro, 2000.

FONTANA, N. M.; PAVIANI, N. M. S.; PRESSANTO, I. M. P. **Práticas de linguagem**: gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, R.S: Educs, 2009.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lílian Santos (Org.) Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

MARCUSCHI, L. M. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MACHADO, A. R. (Org.). **Resumo**. São Paulo: Parábola, 2004

_____. **Resenha**. São Paulo: Parábola, 2004.

FONÉTICA E FONOLOGIA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Caracterização do objeto de estudo da Fonética e da Fonoologia. Estudo dos mecanismos envolvidos na produção da fala. Classificação articulatória dos sons da fala. Estudo da organização do sistema fonológico do Português Brasileiro. A transcrição fonética e a transcrição fonológica. Processos fonológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALLOU, Dinah e LEITE, Yone. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MAIA, Eleonora M.. **No reino da fala**: a linguagem e seus sons. São Paulo: Ática, 1999.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**. São Paulo: Contexto, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BISOL, Leda (Org.) **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica**: Introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

MASSINI-CAGLIARI, G. Fonética. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v.1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 105-146.

SILVA, A. H. P. **Língua Portuguesa I: fonética e fonologia**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

SOUZA, P. C.; SANTOS, R. S. Fonética. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística: princípios de análise**, v.2. São Paulo: Contexto, 2003. p.9-31.

ORALIDADE, LETRAMENTOS E ENSINO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Oralidade e letramento e seus valores para a escola e para sociedade; a escrita como tecnologia e como sistema simbólico; o letramento numa perspectiva sociohistórica; letramento e ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Org.). **Fala e Escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (orgs.). **Multiletramentos na Escola**. São. Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KARWOSKI, Acir M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas; União da Vitória: Kaygangue, 2005.

ROJO, Roxane (Org). **A Prática de Linguagem em Sala de Aula: praticando os PCNs**. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

_____. **Letramentos Múltiplos, Escola e Inclusão Social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, M. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, jan./abr. 2004, p. 5-17.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Tradução e Organização: ROJO, R. H.R.; CORDEIRO, G. S. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Modelos de análise morfológica. Morfema, alomorfe, palavra. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes. Processos morfofonológicos. Formação e classe de palavras em diversas línguas. Articulação morfosintática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 2001.
- ROCHA, Luís Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- ROSA, M. C. **Introdução à Morfologia**. São Paulo: Contexto, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BASÍLIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 2001
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1998.
- KEHDI, V. **Formação de palavras do português**. São Paulo: Ática, 2002.
- MACAMBIRA, José Rebouças. **Estrutura morfossintática do português**. São Paulo: Pioneira, 1987.
- MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia do português**. Campinas: Pontes, 2003.
- PETTER, M. M. T. Morfologia. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à Linguística: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 59-79.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo da origem, da expansão e dos processos de mudança da Língua Portuguesa sob o ponto de vista diacrônico, bem como estudo dos aspectos relativos à expansão os processos de mudança fonológica, morfológica e lexical. História interna e externa da língua.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- COUTINHO, I. L. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 1996.
- SILVA NETO, S. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Tradução Celso Cunha. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CÂMARA JR.J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CASTILHO, A. **Como, quando e onde nasce a língua portuguesa**. 2009. Disponível em: http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_9.pdf.
- HAUY, A. B. **História da língua portuguesa: séculos XII, XIII e XIV**. São Paulo: Ática, 1989.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto: 1990.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Lições de filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

LINGUÍSTICA DE TEXTO – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo dos processos e estratégias de textualização na construção do sentido do texto/discurso. Reconhecimento dos pressupostos da Linguística Textual. Ênfase nos conceitos de *coerência, coesão, referenciação, tópico discursivo, intertextualidade, gêneros e sequências* e suas contribuições por ensino com viés textual-discursivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith C. Hoffnagel (orgs.); trad. De Judith C. Hoffnagel; revisão técnica de Ana Regina Vieira. São Paulo: Cortez, 2005.

BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e Análise da Conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. Rio de Janeiro: Cortez, 2010.

CAVALCANTE, Mônica M.; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOCIOLINGUÍSTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: O estudo da relação entre língua e sociedade com foco na variação e mudança linguística. Teoria da variação. Variáveis linguísticas e extralinguísticas. Fenômenos de variação e mudança linguística no português brasileiro. Variação e ensino. Língua e gênero. O tratamento quantitativo e a pesquisa sociolinguística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALKMIN, Tânia. Sociolinguística. Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001,

pp.21-47.
CALVET, Luis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. Trad. Marcos Macionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2001.
MICKAY, Sandra Lee; HORNBERGER, Nancy H. (Org.). Sociolinguistics and Language Teaching. Cambridge: CUP, 2001.
OLIVEIRA, Ivone Martins. Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula. Campinas: Papirus, 1994.
TARALLO, Fernando. A Pesquisa Sociolinguística. 7ª. Ed. São Paulo: Ática, 2005.
WEINREICH, U; LABOV, W. HERZOG, M. I. Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudo dos princípios da análise pragmática, considerando as principais abordagens dos processos de produção e recepção de enunciados em contextos situacionais que levam à construção dos sentidos em aliança aos estudos das abordagens dos modelos e das teorias explicativas do significado, enfatizando as principais teorias semânticas, tendências atuais, métodos e procedimentos de análise.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<ul style="list-style-type: none"> • ARMENGAUD, Françoise. Pragmática. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. • AUSTIN, J. L. Quando Dizer é Fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. • LEVINSON, S. Pragmática. São Paulo: Martins Fontes, 2007. • DUARTE, Paulo Mosânio. Iniciação à Semântica. Edições UFC, 2000. • GOMES, Claudete Pereira. Tendências da Semântica Lingüística. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. • GUIMARÃES, Eduardo. História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BURTON – ROBERTS, Noel. The Limits to Debate: a revised theory of semantic preposition. Cambridge: CUP, 1989.
DAVIS, Steven. (Org.). Pragmatics: a reader. Oxford: OUP, 1991.
FAUCONNIER, Giles. Mental Spaces. Cambridge: CUP, 1994.
LEECH, Geoffrey. Principles of Pragmatics. London: London, 1983.
MEY. Jacob. An Introduction to Pragmatics. Oxford: Blackwell, 1993.

ILARI, Rodolfo. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. São Paulo. Contexto, 2006.
KEMPSON, Ruth. Teoria Semântica 1. Col Presença. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
MARQUES, Maria Helena Duarte. Iniciação à Semântica. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.
MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailati e FOLTRAN, Maria José (orgs.) Semântica Formal. São Paulo: Contexto, 2003.
TAMBA-MECZ, Irene. A Semântica. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
ILARI, Rodolfo. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. São Paulo. Contexto, 2006.
KEMPSON, Ruth. Teoria Semântica 1. Col Presença. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SINTAXE DO PORTUGUÊS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudo dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da oração e do período em língua portuguesa: elementos constitutivos, relações e processos de construção, estrutura informacional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. CASTILHO, Ataliba T. de. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010. PERINI, Mário A. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AZEREDO, José Carlos. Iniciação à sintaxe do Português. 5 ^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. BORBA, Francisco. S. Uma gramática de valências para o português. São Paulo: Ática, 1996. MACHADO, Maria da Conceição. <i>Fundamentos de sintaxe.</i> In.: COSTA, Catarina de Sena S. M. (org.). Linguística e ensino de língua portuguesa: sensibilidade cultural e interação didático-pedagógica. Teresina: EDUFPI, 2000. BERLINCK, Rosane de Andrade. <i>Sintaxe.</i> In. In. MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Cristina (orgs.). Introdução à linguística I: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. CARONE, Flávia de Barros. Morfossintaxe. São Paulo: Ática, 1988. VILELA, Mário. Gramática de valências: teoria e aplicação. Coimbra: Almedina, 1992. p. 43-199

LINGUAGEM E TECNOLOGIA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Enfoque histórico das relações entre tecnologia, linguagem e sociedade e sua implicação na língua. Especificidades da interação e do funcionamento da linguagem nas interfaces hipermidiáticas e nos ambientes de comunicação mediada por computador. Ênfase nos conceitos de hipertexto, gêneros discursivos digitais e redes sociais da internet.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CRYSTAL, D. A revolução da linguagem . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 2001.
PRIMO, A. Interações em rede . Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
SANTAELLA, L. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura . 3. ed. São Paulo: Paulus, [2003] 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ARAÚJO, J.C. (Org.); ARAÚJO, N. M. S. (Org.). EaD em Tela: docência, ensino e ferramentas digitais . 1. ed. Campinas SP: Pontes Editores, 2013. v. 23. 246p.
ARAÚJO, J.C.; DIEB, M. H.; LIMA, S. de C. (Org.). Línguas na web: links entre ensino e aprendizagem . Ijuí - RS: Editora Unijuí, 2010. v. 1. 320p.
BAUER, M.W., GASKELL, G. & ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático . Petrópolis: Vozes, 2003, p. 17-35.
FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para internet . Porto Alegre: Sulina, 2011
LÉVY, P. Cibercultura . São Paulo: Editora 34, 2000.
XAVIER, A. C. S. (Org.). Hipertexto & Cibercultura . 1. ed. Catanduva: Rêspel, 2011. v. 1. 280p.

ANÁLISE DO DISCURSO – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Percorso histórico da noção de discurso como prática social. Fundamentos da Análise do Discurso, focalizando noções de sujeito do discurso, ideologia, formação discursiva, atos de fala e práticas discursivas. Procedimentos metodológicos em análises discursivas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRANDÃO, H. Nagamine. Introdução à Análise do Discurso . 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994.
FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social . Brasília: UNB, 2001.
MAINGUENEAU, D. Novas Tendências em Análise do Discurso . Campinas: Unicamp, 1989.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso . São Paulo: Loyola, 2003.
GREGOLIN, M.R.V. Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos . São Carlos: Claraluz, 2004.
MAINGUENEAU, D. Gênese dos Discursos . Curitiba: Criar Edições, 2004.
ORLANDI, E. Análise do Discurso: princípios e procedimentos . Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica do Discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.
 POSSENTI, Sírio. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PSICOLINGUÍSTICA – Créditos: 02 – CARGA HORÁRIA: 30h

EMENTA: Conceito, histórico, objeto de estudo e campo de atuação. Estudo dos modelos e teorias explicativas da aquisição, desenvolvimento, processamento e uso da linguagem. Aspectos psicossociais da aprendizagem de leitura, da fala e da escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORACINI, M. **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura**. São Paulo: Pontes, 2002.
 MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez Editora, 2000, Volume 2.
 KLEIMAN, A. **Texto e Leitor**: aspectos cognitivos da leitura. São Paulo: Pontes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO, Lélia Erbolado (Org.). **Tópicos de Psicolinguística Aplicada**. 3 ed. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 2005.
 PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Cultrix, 1976.
 SLOBIN, Dan. **Psicolinguística**. São Paulo. Nacional, 1980.
 TITONE, Renzo. **Psicolinguística Aplicada**: introdução psicológica à didática das línguas. São Paulo: Summus, 1983.
 VYGOSTKY, Leontiev. **Pensamento e linguagem**. Lisboa: Antídoto, 1979.

ANÁLISE DO TEXTO LITERÁRIO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A especificidade do texto literário. O texto literário como forma de conhecimento. A especificidade dos gêneros literários. Metodologias e práticas de análise e interpretação textual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COHEN, Jean. **A estrutura da linguagem poética**. São Paulo: Cultrix, 1978.
 LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **O Foco Narrativo**. São Paulo: Ática, 1985.
 SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Almedina, 1973.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF; Rio de Janeiro: EDUFF, 2005.
 FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna**. SP; Duas Cidades, 1991.
 KAYSER, Wolfgang. **Análise e interpretação da obra literária**. Coimbra: Arménio Amado, 1976.
 POUND, Ezra. **ABC da literatura**. São Paulo: Cultrix, 1970.
 PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 2007.

--

LITERATURA BRASILEIRA I – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA : 60h

EMENTA: Estudo da literatura brasileira, compreendendo as origens e formação, o Barroco, o Arcadismo e o Romantismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
 CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012. Vols 1 e 2.
 COUTINHO, Afrânio (Org.). **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. Vols. 1, 2 e 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
 CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.
 CASTELLO, José Aderaldo; CANDIDO, Antonio. **Presença da Literatura Brasileira: das origens ao romantismo**. São Paulo: DIFEL, 1979. Vol 1.
 ROMERO, Silvio. **Compêndio de história da Literatura Brasileira**. São Paulo: Imago, 2001. Vols 1 e 2.
 MERQUIOR, José. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira**. São Paulo: E-Brasileira, 2014.

LITERATURA BRASILEIRA II – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Realismo-Naturalismo: o romance realista naturalista e a poesia parnasiana. Simbolismo: a poesia simbolista. Pré-Modernismo: as tendências da literatura pré-modernista na prosa e na poesia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre a azul, 2012. Vols 1 e 2.
 COUTINHO, Afrânio (Org.). **A Literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. Vol. 4.
 CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. 3. Rio de janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Duas cidades, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4. São Paulo: Duas cidades, 1992.
 SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

GUINSBURG, Jacob (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
 MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: realismo e simbolismo**. São Paulo: Cultrix, 1975.
 RONCARI, Luiz. **Literatura Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1995.

LITERATURA BRASILEIRA III – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA

EMENTA: O modernismo na Literatura Brasileira. A fase heróica do modernismo (1922-1930) A fase ideológica (1930-1940). A geração de 45. Tendências contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTINHO, Afrânio (Org.). **A Literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. Vol. 5 e 6.
 TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**. São Paulo: José Olympio: Vozes, 2012.
 HELENA, Lucia. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. São Paulo: Ática, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Martins/INL, 1978.
 BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
 CASTELLO, José Aderaldo. **Literatura Brasileira: origens e unidade**. São Paulo: Edusp, 1999.
 MARTINS, Wilson. **A literatura brasileira: o modernismo**. São Paulo: Cultrix, 1967.
 LAFETÁ, João Luís. **1930: A Crítica e o Modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

LITERATURA PORTUGUESA I – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A poesia trovadoresca. O teatro de vicentino. A épica e a lírica do classicismo. O Barroco e a sermãoística de Padre António Vieira. A poesia árcaica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 2010.
 BERARDINELLI, Cleonice. **Estudos Camonianos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
 DIAS, Fernanda Aida. **História Crítica da Literatura Portuguesa: idade média**. Lisboa: Verbo, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SPINA, Segismundo. **A lírica trovadoresca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2007.
 ABDALA JUNIOR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História social da literatura portuguesa**. São Paulo, Ática, 1990.
 LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
 BARATA, J. Oliveira. **História do Teatro Português**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

LITERATURA PORTUGUESA II – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Autores e estéticas do Romantismo. A prosa e a poesia realistas. O simbolismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 2010.
 REIS, Carlos; RIBEIRO, Maria Aparecida. **História Crítica de Literatura Portuguesa: romantismo**. Lisboa: Verbo, 1999.
 REIS, Carlos; RIBEIRO, Maria Aparecida. **História Crítica de Literatura Portuguesa: realismo e naturalismo**. Lisboa: Verbo, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Alberto. **Perspectivas do romantismo português**. Lisboa: Litexa Editora, 2007.
 GOMES, Álvaro Cardoso. **Poesia simbolista**. São Paulo: Global Editora, 1986.
 MOISES, Massaud. **A Literatura Portuguesa em perspectiva: romantismo**. vol. 3, São Paulo: Atlas, 1992.
 REIS, Carlos. **Estudos Queirosianos**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
 VECCHI, Carlos Alberto *et al.* **A literatura portuguesa em perspectiva: Romantismo e Realismo**, v. 3. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

LITERATURA PORTUGUESA III – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A Geração de Orpheu. O Presencismo. O Neorrealismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 2010.
 PEREIRA, José Carlos Seabra. **História Crítica da Literatura Portuguesa: do fim-do-século ao modernismo**. Lisboa: Verbo, 1995.
 REIS, Carlos; RIBEIRO, Maria Aparecida. **História Crítica da Literatura Portuguesa: do neo-realismo ao post-modernismo**. Lisboa: Verbo, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Álvaro Cardoso. **A Literatura Portuguesa em perspectiva**. São Paulo, Editora Atlas, 1994.

HILÁRIO, Fernando. **Orpheu - percursos e ecos de um escândalo**. Lisboa: Editora da Universidade Fernando Pessoa, 2008.

LOURENÇO, Eduardo. **Sentido e forma da poesia neo-realista**. Lisboa: Ulisseia, 2007.

REIS, Carlos. **Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea**. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

GUIMARÃES, Fernando. **O Modernismo Português e a sua Poética**. Porto: Lello Editores, 1999.

**INTRODUÇÃO ÀS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
- CRÉDITOS 4 - CARGA HORÁRIA: 60h**

EMENTA: Estudo das literaturas africanas de Língua Portuguesa. Temas, tópicos, contextos e formas destas literaturas. A formação dos sistemas literários: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, I:** Angola. Lisboa: Edições 70, 1981.

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ateliê, 2007.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas**. Lisboa: Vega, 1994.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

LARANJEIRA, Pires. **De letra em riste:** identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Porto: Afrontamento, 1992.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidades**. São Paulo: Ática, 1985.

LITERATURA LATINA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA:

Estudo dos representantes dos períodos Arcaico, Áureo e Imperial da literatura latina. Percepção da influência da literatura grega na formação da literatura dos intelectuais romanos. Estudo das epopeias, da poesia e do teatro clássicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia Grega . Petrópolis: Vozes, 1989. Volumes I, II e III.
CARDOSO, Zélia de Almeida. A literatura latina . São Paulo, Martins Fontes; 2003.
NOVAK, Maria da Gloria e NERI, Maria Luiza (orgs.). Poesia lírica latina . 2ª ed. SP: Martins Fontes, 1992.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AUERBACH, Erich. Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental . Tradução de George Bernard Sperber. 2ª Edição revisada. São Paulo: Perspectiva, 1976.
CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos . Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
CARPEAUX, Otto Maria. História da literatura ocidental . Rio de Janeiro: Alhambra, 1978. 10 v.
GAILLARD, Jacques. Introdução à literatura latina. Das origens a Apuleio . Lisboa: Editorial Inquérito, s/d.
KURY, Mário da Gama. Dicionário de mitologia grega e romana . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LÍNGUA LATINA I – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA:
Noções básicas da língua latina: morfologia e sintaxe.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática latina . Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.
CARDOSO, Zélia de Almeida. Iniciação ao latim . São Paulo: Ática, 1989.
GARCIA, Janete Mellasso. Língua latina: a teoria sintática na prática dos textos . Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALMENDRA, M. A. & FIGUEIREDO, J. Nunes. Compêndio de gramática latina . Porto: Porto Editora, 1996.
CART, A. <i>et al.</i> Gramática Latina . São Paulo: T.A. Queiroz / Edusp. 1986.
FARIA, Ernesto. Gramática da Língua Latina . Brasília: MEC/FAE, 1995.

SPALDING, T. Orfeu. **Guia prático de tradução latina**. São Paulo: Cultrix, 1982.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário de Latim/Português**. Portugal: Porto, 1960.

LÍNGUA LATINA II – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Noções básicas da língua latina: técnicas de tradução de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao latim**. São Paulo: Ática, 1989.

GARCIA, Janete Mellasso. **Língua latina: a teoria sintática na prática dos textos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMENDRA, M. A. & FIGUEIREDO, J. Nunes. **Compêndio de gramática latina**. Porto: Porto Editora, 1996.

CART, A. *et al.* **Gramática Latina**. São Paulo: T.A. Queiroz / Edusp. 1986.

FARIA, Ernesto. **Gramática da Língua Latina**. Brasília: MEC/FAE, 1995.

SPALDING, T. Orfeu. **Guia prático de tradução latina**. São Paulo: Cultrix, 1982.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário de Latim/Português**. Portugal: Porto, 1960.

**INTRODUÇÃO ÀS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
- CRÉDITOS 4 - CARGA HORÁRIA: 60h**

EMENTA: Estudo das literaturas africanas de Língua Portuguesa. Temas, tópicos, contextos e formas destas literaturas. A formação dos sistemas literários: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, I: Angola**. Lisboa: Edições 70, 1981.

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.** Lisboa: Edições 70, 1984.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa.** Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política.** São Paulo: Ateliê, 2007.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas.** Lisboa: Vega, 1994.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de expressão portuguesa.** Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

LARANJEIRA, Pires. **De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.** Porto: Afrontamento, 1992.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidades.** São Paulo: Ática, 1985.

- **COMPONENTES PEDAGÓGICOS:**

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA– Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: : Tratamento de questões teórico-metodológicas concernentes ao ensino de língua a partir de gêneros textuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino** – outra escola possível. São Paulo: Parábola 2009.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola.** São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, H. N. **Gêneros do discurso na escola.** São Paulo, Cortez: 2000.

BUENO, L. Gêneros orais na escola: necessidades e dificuldades de um trabalho efetivo.

Instrumento: R. Est. Pesq. Educ., Juiz de Fora, v. 11, n. 1, jan./jun. 2009.

CRISTÓVÃO, V. L.; NASCIMENTO, E. L. **Gêneros textuais:** teoria e prática. Londrina/PR: Moriá, 2004

DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. M.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

KARWOSKY, A. M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. **Gêneros textuais:** reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

RODRIGUES-BIASI, B. Tratamento dos gêneros textuais na escola. In: **Formação continuada de professores da rede pública** – 2ª fase/português nº 8. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste, 2003.

METODOLOGIA DO ENSINO DE LITERATURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: A literatura no contexto escolar. A leitura literária. Leitura e ensino da literatura. Ensino de Literatura e as novas tecnologias. A literatura no livro didático. Métodos e técnicas para abordagem e ensino do texto literário no ensino fundamental e médio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BORDINI, Maria da Glória & AGUIAR, Vera Teixeira de. <i>Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas</i> . 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. TODOROV, Tzvetan. <i>A literatura em perigo</i> . Rio de Janeiro: Difel, 2009. PETIT, Michèle. <i>A arte de ler ou como resistir à adversidade</i> . São Paulo: Editora 34, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CANDIDO, Antonio. <i>Vários escritos</i> . São Paulo: Duas Cidades, 1995. ECO, Umberto. <i>Sobre a literatura</i> . Rio de Janeiro: Record, 2003. BOSI, Alfredo. <i>Reflexões sobre a arte</i> . São Paulo: Ática, 2008. ZILBERMAN, Regina. <i>Fim do livro, fim dos leitores?</i> São Paulo: SENAC, 2001. JOUVE, Vicent. <i>A leitura</i> . São Paulo: EdUNESP, 2002.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE OBSERVAÇÃO EM LITERATURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Reflexões sobre currículos e programas de ensino de leitura de Literatura para o Ensino Médio. Análise de livro e recursos didáticos. Reflexões sobre os materiais didáticos e o público-alvo. Reflexão sobre a legislação referente ao ensino leitura de Literatura. Vivência no ensino de Literatura. Estágio de Observação de aulas em Escolas de Ensino Médio. Planejamento, execução e avaliação de aulas de Literatura e relatório.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio . Vol. 1 - Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006. COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática . São Paulo: Contexto, 2006. SILVA, Ivanda Martins. A Literatura no Ensino Médio: quais os desafios do professor? In____: Português no Ensino Médio e Formação do Professor . São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AMORIM, G. Retratos da Leitura no Brasil . São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. SOARES, M. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro. (Org.). Leitura – perspectivas interdisciplinares . São Paulo: Ática, 1991. _____. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina. (Org.). A Escolarização da Leitura Literária . Belo Horizonte: Autentica, 1999. ZILBERMAN, R. A Leitura e o Ensino da Literatura . São Paulo: Contexto, 1988. _____; SILVA, E. T. Literatura e Pedagogia: ponto e contraponto . São Paulo: Global; Campinas, SP: ALB: Associação de leitura do Brasil, 2008.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE OBSERVAÇÃO EM LÍNGUA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudos das concepções de leitura e das produções oral e escrita: aspectos sócio-cognitivos, interacionais e linguísticos e suas implicações pedagógicas para a formação do leitor, para o desenvolvimento da prática pedagógica da leitura e das modalidades escrita e oral da língua, envolvendo a observação em sala de aula.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ANTUNES, I. Muito além da gramática . São Paulo: Parábola, 2007. NEVES, M. H. de M. (2003). Que gramática estudar na escola? SÃO PAULO: Contexto. SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola . São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ANTUNES, I. Língua, texto e ensino – outra escola possível. São Paulo: Parábola 2009. ANTUNES, I. Análise de textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola 2010. KARWOSKI; B. GAYDECZKA; K. S. BRITO. (Orgs.) Gêneros Textuais - Reflexões e Ensino. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue. 2005. p. 17-34. KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura – teoria & prática. Campinas-SP: Pontes, 1993. MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade . In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros Textuais e Ensino . Rio de Janeiro: Lucerna. 2002, p.19-36. NEVES, M.H. De M. Texto e gramática . São Paulo: Contexto, 2006. PERINI, Mário A. (1997). Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem . São Paulo: Ática.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LITERATURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Reflexões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Literatura para o Ensino Médio. Vivência no ensino de Literatura e a formação do leitor. Estágio de prática docente em regência de aulas em Escolas de Ensino Médio. Planejamento, execução e avaliação de aulas de Literatura, micro aulas e relatório
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DIONÍSIO, Maria de Lourdes. Literatura, leitura e escola. Uma hipótese de trabalho para a construção do leitor cosmopolita. In PAIVA, Aparecida et. al. (Org.) Leituras Literárias: discursos transitivos . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. KINCHELOE, Joe L. A Formação do Professor como Compromisso Político: mapeando o pós-moderno . Trad. de Nize Maria Campos Pellanda. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SANTOS, Fabiano dos; NETO, José Castilho; RÖSING, Tânia M. K. (Orgs.). Mediação de Leitura: discussão e alternativas para a formação de leitores . São Paulo: Global, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AGUIAR, Vera Teixeira de (coord.). Era uma Vez na Escola: formando educadores para formar leitores . Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. AZEVEDO, Ricardo. Razões para a formação de leitores. In: SOUZA, Renata Junqueira (org.). Caminhos para a Formação do Leitor . São Paulo: DCL, 2004.

PAIVA, Aparecida (org.). **Literatura e Letramento**: espaços, suportes e interfaces, o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA – ENSINO FUNDAMENTAL –
Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Atuação docente nas séries finais do ensino fundamental, nas áreas de leitura, produção e análise linguística, escuta, produções escrita e oral, a partir da regência em aulas, da participação na produção de material didático e na elaboração de avaliações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF da Educação, 1998.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Tradução Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, L. A. **Coisas que todo professor de português precisa saber**. São Paulo: Parábola, 2010.

KAUFMAN, A. M.; RODRIGUEZ, M. H. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA – ENSINO MÉDIO – Créditos: 04 –
CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Atuação docente nas séries do ensino médio, nas áreas de leitura, produção e análise linguística, escuta, produções escrita e oral, a partir da regência em aulas, a partir da regência em aulas, da participação na produção de material didático e na elaboração de avaliações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). **Português no ensino médio e formação do professor**.

São Paulo: Parábola, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
FÁVERO, L. L. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 2000.
GERALDI, J. W. Portos de passagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.
OLIVEIRA, L. A. Coisas que todo professor de português precisa saber. São Paulo: Parábola, 2010.
SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). Gêneros orais e escritos na escola. Tradução Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
SOLÉ, I. Estratégias de leitura. Tradução Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

- **COMPONENTES ELETIVOS:**

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Conceitualização. Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade na sala de aula. Planejamento interdisciplinar. Práticas interdisciplinares na sala de aula.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<ul style="list-style-type: none"> • FAZENDA, Ivani C. A. Dicionário em Construção: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002. • _____. O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008. • _____. Práticas Interdisciplinares na Escola. Ed. 3. São Paulo: Cortez, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CHARLOT, Bernard. Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artemed, 2000.
DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Ed.6. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.
FAZENDA, Ivani C. A. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetivação ou ideologia? São Paulo: Loyola 5ª Ed. 2002.
LÜCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos metodológicos. Ed.14. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Ed.18. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. 7ª Ed. São Paulo: Érica, 2007.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Função social da Educação de Jovens e Adultos. Fundamentos históricos da Educação de Jovens e Adultos. As condições sociais e o analfabetismo no Brasil. Concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. O jovem e o adulto na perspectiva da realidade histórica. Os caminhos percorridos pela educação de jovens e adultos na educação brasileira, no sistema de ensino e nos movimentos sociais. Programas para a escolarização básica de jovens e adultos. Tendências e princípios pedagógicos aplicados à Educação de Jovens e Adultos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DINIZ, Adriana Valéria Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso; PRESTES, Emília Trindade. A Aprendizagem ao Longo da Vida e a Educação de Jovens e Adultos: possibilidades e contribuições ao debate. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010.
FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009.
MARQUES, Carlos Alberto. Rompendo paradigmas: as contribuições de Vygotsky, Paulo Freire e Foucault. IN: JESUS, Denise Meyrelles [et al.]. Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.
MOLL, Jaqueline. Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Mediação, 2004.
PAIVA, ane. Tramando Concepções e Sentidos para Redizer o Direito à Educação de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a12v1133.pdf > Acesso em 26 maio 2011.
SOARES, Leôncio et al. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Autêntica, 2005.
SOUZA, João Francisco de. Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Mundo. São Paulo: Bagaço, 2004.

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Retrospectiva da Educação no Brasil: políticas e planos. A Constituição Federal e o redimensionamento da educação básica no texto da atual LDB. A concepção de educação profissional no conjunto das políticas públicas. A política de formação dos profissionais da educação básica. Recursos financeiros da educação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.
CARNEIRO, M. A. LDB Fácil Leitura Crítico-compreensiva: artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SAVIANI, D. Educação Brasileira: Estrutura e Sistema. São Paulo: Cortez, 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRASIL. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1994.
BRASIL. Lei que dispõe sobre o fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério. Lei nº.9.424/96. Brasília: MEC, 1996.
CHAGAS, V. Educação Brasileira: O Ensino de 1º e 2º Graus Antes, Agora e Depois? São Paulo: Saraiva, 1978.
RIBEIRO, M. L. S. História da Educação Brasileira: A Organização Escolar. São Paulo: Autores Associados, 1993.
ROMANELLI, O. O. A Nova Lei de Educação: trajetória, limites e perspectivas. 2 ed. São Paulo, 1997.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Educação e Cidadania. Direitos Humanos e Direitos de Cidadania. A educação como elemento para conscientização. Formação Humana e Trabalho. Sociedade, Democracia, Ética e Estado. A educação em contextos globais e locais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BUFFA, E. et al. Educação e cidadania. São Paulo: Cortez, 1987. CARVALHO, José Sérgio (Org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2004. FIGUEIREDO, I. Educar para a cidadania. Porto: Edições Asa, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CHAUI, M. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna, 1981. GADOTTI, M. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 1992. LAFER, C. A reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo: Cia. Da Letras, 1988. SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 1983. SACRISTÁN, J. G. Educar e conviver na cultura global. Porto: Edições Asa, 2003.

EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Educação para minorias sociais e demais casos de negação de direitos na sociedade. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade. Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Soraia Napoleão (Org.); KREBS, Ruy Jornada (Org.); RODRIGUES, David (Org.). **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MAGALHÃES, António; STOER, Stephen. **A Escola para Todos e a Excelência Acadêmica**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Disiane de Fátima Araújo da. **Portadores de Deficiência: inclusão de alunos nas classes comuns da rede regular de ensino abordagem de direitos e processos de efetivação**. 2 ed. Natal: EFETRÊS – D, 2006.

MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPE, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler *et al.* **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do Professor. Educação à Distância. Recursos Tecnológicos e Ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologia e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas. São Paulo. Papirus. 2003.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. e BEHENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediações Pedagógicas**. São Paulo, Papirus, 2000.

PINTO, Manuel. **Novas Metodologias em Educação**. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora.1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PARENTE, André. **Imagem e máquina**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora 34, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. **A cultura das mídias**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SOUZA, Márcio Vieira de. **Mídia e conhecimento: a educação na era da informação**. 1998.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Historiografia da educação. Estudo das ideias pedagógicas e práticas educativas escolares e não escolares ocorridas no Brasil em diferentes contextos. Articulação do processo educativo com a economia, a política, a cultura e a sociedade como um todo. Problemas e perspectivas da educação contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1964.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio De janeiro: Paz e Terra, 2010.

RIBEIRO, M. L. de O. **História da Educação no Brasil**. 10 ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Maria Antônia Teixeira da. **O Ensino Primário no Rio Grande do Norte: memória, educadores e lição sobre o ensinar (1939-1969)** Mossoró: Edições UERN, 2010.

GERMANO, José Welington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

LOURENÇO, Manuel Bergstron. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. 9ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

SAVIANE, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Anísio S. **Educação não é Privilégio**. 4.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Visão histórica da compreensão e do atendimento às pessoas com necessidades especiais. Estudo das deficiências e dificuldades, das condutas típicas e altas habilidades (superdotados) na educação. Aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1991.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das Pessoas com Deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA. Maria Teresa e BEATON. Guillermo Arias. **Necessidades Educativas**

Especiais: desde o enfoque histórico- cultural. São Paulo: Linear, 2010.
 KASSAR, Mônica de Carvalho M. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil:** discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas, Autores Associado MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e Acessibilidade** – Marília: ABPE, 2006.s, 1999.
 RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** – São Paulo: Summus, 2006.
 ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
 SASSAKI, Romeu. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 2010.

EDUCAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS PAULO-FREIREANAS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Fundamentos da educação popular. Relações com a história e filosofia. Conceito de educação popular. A educação popular e educação pública: possibilidades da escola cidadã com Paulo Freire. As relações em educação popular, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação como Cultura.** Campinas, SP: Mercado e Letras, 2007.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
 FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
 FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
Pedagogia da Esperança. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
Cartas a Guiné Bissau. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
 GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** São Paulo: Cortez, 2010.

POESIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo das tendências atuais da poesia brasileira e das condições histórico-sociais que as têm gerado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Ida; PEDROSA, Celia. **Subjetividades em devir:** estudos de poesia moderna e

contemporânea. São Paulo: 7Letras, 2008.

NUNES, Benedito. **A clave do poético**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BUENO, A. **Uma história da poesia brasileira**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Fábio Cavalcante. **A transparência impossível: lírica e hermetismo na poesia brasileira atual**. Recife: O Autor, 2008.

CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. São Paulo: Humanitas, 2006.

CICERO, Antonio. **Poesia e filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GULLAR, Ferreira. **Sobre arte sobre poesia**. Rio de Janeiro, 2006.

CYNTRÃO, Sylvia Helena. **Como ler o texto poético: caminhos contemporâneos**. Brasília: Plano editora, 2004.

PROSA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA : 60h

EMENTA: Estudo das tendências atuais da prosa brasileira e das condições sócio-históricas que as têm gerado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PELLEGRINI, Tânia. **A imagem e a letra: aspectos da ficção brasileira contemporânea**. São Paulo: Mercado das Letras; FAPESP, 1999.

REZENDE, Beatriz. **Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Casa da Palavra, 2008.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOSI, Alfredo. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Duas cidades; Ed 34: 2003.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LÍRICA E MODERNIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60H

EMENTA: O moderno texto poético. Tradição e Modernidade. Lírica e sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADORNO, Theodor. **Poesia Lírica e sociedade**. Lisboa: Angelus Novus, 2003.

FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

HAMBURGER, Michael. **A verdade da poesia: tensões na poesia moderna desde Baudelaire**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PAZ, Octavio. **O Arco e a Lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

NUNES, Benedito. **Hermenêutica e poesia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

POUND, Ezra. **A arte da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1976.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PAZ, Otávio. **Signos em rotação**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

LITERATURA COMPARADA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Tendências teórico-críticas sobre a análise comparativa entre textos literários e outras linguagens. Relações entre os diversos códigos, abstraindo daí o mundo não-verbal: pintura, música, dança e filme.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHAL, Tania. **Literatura Comparada**. São Paulo: Ática, 2006.

BRUNEL, P; PICHOS, CL; & ROUSSEAU, A.M. **Que é Literatura Comparada?** Trad. Célia Berrettini Curitiba: UFPR, 1983.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada**. São Paulo: Edusp, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARTHES, Roland; GENETTE, Gerard; BREMOND, Claude; TODOROV, Tzvetan *et al.* **Literatura e Semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1972.
 CUNHA, Eneida Leal & SOUZA, Eneida Maria de. Orgs. **Literatura Comparada: Ensaio**. Salvador: EDUFBA, 1996.
 SOUZA, Eneida Maria de. **Traço Crítico**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1993.
 WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da Literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MÉTODOS DE CRÍTICA LITERÁRIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Tipos de crítica (formalista, hermenêutica, estruturalista, fenomenológica, psicanalítica, estilística, sociológica, genética, poética, filosófica). Literatura e história. Literatura e memória. Literatura e estudos culturais. Técnicas de abordagem e de leitura do texto literário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERGEZ, Daniel *et al.* **Métodos Críticos para a Análise Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
 PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Texto. Crítica. Escritura**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
 RALLO, Elizabeth Ravox. **Métodos de Crítica Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
 BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaio sobre a Literatura e a História da Cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
 REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
 WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da Literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INTRODUÇÃO À NARRATOLOGIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA

60h

EMENTA: Conceitos fundamentais de narrativa. Comunicação narrativa. Semântica e sintaxe narrativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. Lisboa: Almedina, 2000.

REUTER, Yves. **Introdução à Análise do Romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BARTHES, Roland et ali. **Análise Estrutural da Narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

CARVALHO, Alfredo Leme Coelho de. **Foco Narrativo e Fluxo da Consciência: questões de teoria literária**. São Paulo: Pioneira, 1981.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. São Paulo: Ática, 2004.

GOTLIB, Nádía Battella. **Teoria do Conto**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1985.

**LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA I – CRÉDITOS: 04
– CARGA HORÁRIA: 60h**

EMENTA: A poesia angolana. A poesia de Cabo Verde. A poesia moçambicana. A poesia de Macau. A poesia de São Tomé e Príncipe. A poesia de Guiné Bissau. Principais autores e manifestações literárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: IICALP, 1986. Vols. 1 e 2.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais**. Lisboa:

Colibri, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ERVEDOSA, Carlos. **Itinerário da literatura angolana**. Luanda: Editorial Culturang, 1972.

VEIGA, Manuel (Org.). **Cabo Verde: insularidade na literatura**. Paris: Edition Karthala, 1998.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade**. Lisboa: Veja, 1994.

SOUZA E SILVA, Manoel. **Do alheio e do próprio: a poesia em Moçambique**. São Paulo: EDUSP; Goiânia: Editora da UFG, 1996.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro - nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA II – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A prosa angolana. A prosa de Cabo Verde. A prosa moçambicana. A prosa de Macau. A prosa de São Tomé e Príncipe. A prosa de Guiné Bissau. Principais autores e manifestações literárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: ICALP, 1986. Vols. 1 e 2.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais**. Lisboa: Colibri, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

- ANDRADE, Costa. **Literatura angolana (opiniões)**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- MATA, Inocência. **A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões**. Luanda: Editorial Nzila, 2007.
- MATA, Inocência. **Emergência e existência de uma literatura: o caso santomense**. Lisboa: ALAC, 1993.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares Fonseca. **Literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.

LITERATURA POPULAR – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA 60H

EMENTA: Origem. Tipologia. O aspecto formal. A temática. Temas tradicionais. Cantorias e pelegas. O papel do cantador na cultura popular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BATISTA, S. Nunes. **Antologia de literatura de cordel**. Natal: Fundação José Augusto, 1977.
- CASCUDO, Luis. da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2009.
- DIEGUES JR. M. et. al. **Literatura popular em verso: estudos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AYALA, Maria Ignez Novais. **No arranco do grito: aspectos da cantoria nordestina**. São Paulo: Ática, 1988.
- BATISTA, Maria de Fátima B. de M. *et al.* **Estudos em Literatura Popular**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora EDUnB, 2008.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LITERATURA POTIGUAR – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Panorama histórico a partir do século XIX. O Modernismo no Rio Grande do Norte. Tendências contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GURGEL, Tarcísio. **Informação da literatura potiguar**. Natal: Argos, 2001.
- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo. **Modernismo no Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 1998.

FLORES, Conceição (Org.) **Dicionário de escritores norte-riograndenses: de Nísia Floresta à contemporaneidade.** Natal: EDUnP, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo. **Lirismo nos quintais pobres: a poesia de Jorge Fernandes.** Natal: Fundação José Augusto, 2000.

ALVES, Alexandre. **Poesia submersa: poetas e poemas do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Queima-Bucha, 2014. Vols 1, 2 e 3.

BRASIL, Assis. **Poesia Norte-Rio-Grandense do Século XX.** Rio de Janeiro: Imago; Natal: Funcart, 1998.

DUARTE, Constância Lima (Ogr.). **Mulher e literatura no Rio Grande do Norte.** Natal: UFRN/CCHLA, 1994.

ONOFRE JR., Manoel. **Literatura e província.** Natal: EDUFRN, 1997.

TÓPICOS DE LITERATURA PORTUGUESA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60H

EMENTA: Tendências, temas, formas e obsessões da poesia e da prosa de Literatura Portuguesa na atualidade. Os novíssimos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNAUT, Ana Paula. **Post-modernismo no romance português contemporâneo. Fios de Ariadne.** Máscaras de Proteu. Coimbra: Almedina, 2002.

REAL, Miguel. **O romance português contemporâneo: 1950-2010.** Lisboa: Editorial Caminho, 2010.

CARMELO, Luís. **A novíssima poesia portuguesa e a experiência estética contemporânea.** Lisboa: Publicações Europa-América, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL, Fernando Pinto do. **Mosaico fluido: modernidade e pós-modernidade na poesia portuguesa mais recente.** Lisboa: Assírio e Alvim, 1991.

BUENO, Aparecida de Fátima Bueno et al. **Literatura Portuguesa: História, memória e perspectivas.** São Paulo: Alameda, 2007.

CERDEIRA, Teresa. **A mão que escreve.** Lisboa: Casa da Palavra, 2014.

GOMES, Álvaro Cardoso. **A voz itinerante.** São Paulo: Edusp, 1993.

REIS, Carlos. **História Crítica da Literatura Portuguesa.** Do Neo-Realismo ao Post-Modernismo. Lisboa / São Paulo, Verbo, 2005.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60H

EMENTA: Literatura infanto-juvenil: conceito, abrangência, temas e formas. Os gêneros literários e a literatura infanto-juvenil: a poesia e a prosa. Tendências clássicas e contemporâneas da literatura infanto-juvenil..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BORDINI, Maria da Glória. **Poesia Infantil**. São Paulo: Ática, 1986.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil**. São Paulo: Quíron, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSATTO, Cleo. **A arte de contar histórias no Século XXI: tradição e ciberespaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**. São Paulo: Quíron, 1984.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura Infantil: teoria e prática**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.

KHEDE, Sonia Salomão. **Personagens da Literatura Infanto-Juvenil**. São Paulo: Ática, 2000.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

ESTILÍSTICA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h

EMENTA: Estudo dos recursos expressivos na utilização da linguagem em diferentes gêneros, considerando aspectos grafológicos, fonológicos, morfossintáticos e semânticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMARA JR, Mattoso. **Contribuição Estilística da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

MARTINS, Nilce Sant'anna. **Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa**. São Paulo: T.A. Editora Queiroz, 1989.

MONTEIRO, José Lemos. *A Estilística*. São Paulo: Ática, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DISCINI, Norma. **O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LAPA, Manoel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MOISÉS, Massaud. **Literatura: mundo e forma**. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

GUIRAUD, Pierre. **A estilística**. Tradução de Miguel Maillet. São Paulo: Editora do

Mestre JOU, 1970.
 CRESSOT, Marcel. **O Estilo e as suas Técnicas**. Trad. de Madalena Cruz Ferreira.
 Lisboa: Edições 70, 1980.

TEORIA E PRÁTICA DE LEITURA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Concepções de linguagem, de ensino e de leitura; a leitura como atividade sociointerativa; o desenvolvimento do processo inferencial na leitura; estratégias psicolinguísticas na leitura; leitura e ensino. Pesquisa sobre concepções e práticas de leitura no ambiente escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARZOTO, Valdir Heitor (Org.). **Estado de Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.
 BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). **Leitura:** práticas, impressos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
 FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Tradução Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORACINI, Maria José (Org.). **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura:** língua materna e língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1995.
 FIORIN, J. L. e SAVIOLI, F. P. **Lições de Texto:** Leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.
 GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Punicelli; OTONI, Paulo (Org.). **O Texto Leitura e Escrita**. Campinas: Pontes, 1997.
 KATO, Mary. **O Aprendizado da Leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
 KLEIMAN, Angela. **Leitura, Ensino e Pesquisa**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1996.
 LEFFA, Vilson. **Aspecto da Leitura**. Porto Alegre: Sagra, 1996.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGÜÍSTICA APLICADA I – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo de modelos teóricos de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. As contribuições das ciências cognitivas para a área. Concepções de lingua(gem) e sujeito nos modelos e teorias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J.C. de. O Ensino de Línguas no Brasil de 1978. E Agora? In: **Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**, n. 1, 2001, p. 15-29.
 CELCE-MURCIA, M.; OLSHTAIN, E. **Discourse and Context in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge, 2000.
 McDONOUGH, S. **Applied Linguistics in Language Education**. London: Arnold, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORACINI, M.J. (Org.) **Identidade & Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Ed. Da Unicamp; Chapecó: Argos Ed Universitária, 2003.

KAPLAN, R. (Org.) **The Oxford Handbook of Applied Linguistics**. Oxford: OUP, 2002.

LEFFA, V. Metodologia do ensino de línguas estrangeiras. In BOHN, H (Org.). **Tópicos em Lingüística Aplicada**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

LIGHTBOWN, P. ; N. SPADA. **How Languages are Learned**. Oxford: OUP, 1993.

MITCHELL, R.; MYLES, F. **Second Language Learning Theories**. London: Arnold, 1998.

SELINKER, L. Interlanguage. In: J. Richards. **Error Analysis Perspective on Second Language Acquisition**. London: Longman, 1974.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGÜÍSTICA APLICADA II – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: A relação entre teorias de ensino e aprendizagem de línguas e a avaliação e produção de materiais didáticos. Princípios gerais para seleção e elaboração de materiais didáticos para contextos presencial e digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAGNO, Marcos. **Língua Materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

CORACINI, M.J. **Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático**. Campinas: Pontes. 1999.

GUIA DE AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBEY, B. **Instructional and Cognitive Impacts of Web-Based Education**. London: Idea Group Publishing, 2000.

DOURADO, M. R. Estratégias de leitura e gêneros textuais no livro didático de inglês. In: M. E. SOUSA; S. VILAR, S. (orgs.) **Parâmetros Curriculares em Questão: ensino médio**. pp. 69-90. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.

JONHNSON, K. **Designing Language Teaching Tasks**. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2003.

NUNAN, D. **Designing Tasks for the Communicative Classroom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SOARES, M. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor leitor. In: M. Marinho. **Ler e Navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SEMIÓTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Estudo dos limites da Semiótica e dos signos como elementos de produção do sentido. Percurso gerativo de sentido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria semiótica do texto . São Paulo: Editora Ática, 2011.
FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso . São Paulo: Contexto, 2001.
PIETROFORTE, A. V. Semiótica visual: os percursos do olhar . São Paulo: Contexto, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DISCINI, N. O estilo nos textos . 2º. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
ECO, Umberto. O conceito de texto. São Paulo: EDUSP, 1984.
_____. <i>Semiótica e filosofia da linguagem</i> . São Paulo: Ática, 1989.
HJELMSLEV, Louis. Prolegômenos a uma teoria da linguagem . São Paulo: Perspectiva, 1974.
SANTAELLA, L. Teoria geral dos signos . São Paulo: Ática, 2001.
SAUSSURRE, Ferdinand. Curso de linguística geral . São Paulo: Cultrix, 1977.
TATIT, L. <i>A abordagem do texto</i> . In: FIORIN, J. L. (org.) Introdução à Linguística: 1 . Objetos teóricos, São Paulo, Contexto, 2002, pp. 187-209.

MULTIMODALIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Fundamentos teóricos sobre multimodalidade e Semiótica Social. Gêneros multimodais: noção e características. Construção do sentido de textos verbo-visuais e visuais. Leitura multimodal e compreensão em textos impressos e ambientes online. Gramática do Design Visual.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALMEIDA, D. B. L. Perspectivas em Análise Visual: Do fotojornalismo ao blog . 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2008.
MARCUSCHI, L. A. e DIONÍSIO, A. P. Fala e Escrita . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 177-204.
KAROWOSKI, A. M., GAYDECZKA, B. e BRITO, K. S. (orgs.). Gêneros Textuais: reflexões e ensino . 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DONDIS, Donis A. <i>Sintaxe da linguagem visual</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1997.
KRESS, G. R. e van LEEUWEN, T. Reading Images: a Grammar of Visual Design . Londres: Routledge, 1996.
KRESS, G. R. e van LEEUWEN, T. Multimodal Discourse: the modes and media of contemporary communication . London: Arnold, 2001.
PAIVA, F. A. Análise de discurso multimodal: o uso de topologias em infográfico digital do New York Times. Linguagem & Ensino (UCPel. Impresso), v. 17, p. 875, 2014.
VIEIRA, Josenia A. Novas perspectivas para o texto: uma visão multisemiótica . In: <i>A Multimodalidade Textual a Serviço do Ensino</i> , 2006 (no prelo).

TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGUÍSTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

EMENTA: Temática de um fenômeno de linguagem específico – área de Linguística.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TÓPICOS ESPECIAIS EM GRAMÁTICA NORMATIVA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudo crítico das Gramáticas Tradicionais quanto a suas abordagens, ao seu campo de estudo, aos pontos de contato e diferenças entre elas relativas a estes aspectos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa . Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. CUNHA, C. F. da e CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português . São Paulo: Ed. UNESP, 2000
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BAGNO, Marcos.(org). Norma linguística . São Paulo: Loyola, 2002. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Gramática tradicional e tradição gramatical . São Paulo: Contexto, 1992. NEVES, M. H. M. Gramática na escola . São Paulo: Contexto, 1994. NEVES, M. H. M. Que gramática estudar na escola? SÃO PAULO: Contexto, 2003. PERINI, M. A. Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem . São Paulo: Ática, 1997. TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação . São Paulo: Cortez, 1985.

TÓPICOS ESPECIAIS EM REVISÃO TEXTUAL – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ATHAYDE, P. Revisão de textos: teoria e prática . São Paulo: AGBook, 2012. COELHO NETO, A. Além da revisão: critérios para a revisão textual . Brasília: SENAC, 2013. KOCH, Ingedore V. G.; Elias, Vanda. Ler e escrever: estratégias de produção textual .

São Paulo: Contexto, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
COSTA VAL, M. G. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 1994.
GARCEZ, Lucília H. do Carmo. Técnica de redação . São Paulo: Martins Fontes, 2001.
_____. A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto . Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
HAYES, J. R. et al. Cognitive processes in revision. In: ROSENBERG, S. (org.). Advances in Applied Psycholinguistics: reading, writing, and language learning . Vol.2. Cambridge : Cambridge University, 1987. p. 176-240.
KATO, M. A. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística . 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

GÊNEROS DISCURSIVOS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
EMENTA: Estudo de gêneros discursivos sob variadas abordagens: escolas britânica, americana, australiana e genebrina. Gêneros discursivos e internet.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino . Trad.: Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). Gêneros: teorias, métodos, debates . São Paulo: Parábola, 2005.
SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. F. Gêneros: um diálogo entre Comunicação e Linguística . Florianópolis: Editora Insular, 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). Gêneros Textuais e ensino . Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
KARWOSKI, A.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino . Palmas e União da Vitória: Kaygangue, 2005.
MARCUSCHI, L. M. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008.
MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentidos . 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.
SOUSA, M. M. F.; LEAL, A. P. B.; SOARES, M. E.; IRINEU, L. M. (Org.). Gêneros discursivos: para ler, ver e ouvir . Curitiba: Editora CRV, 2015.

9. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

9.1 Avaliação da aprendizagem

Em consonância com os objetivos do Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas e com o perfil de profissional desejado, a aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico de ação-reflexão-ação. Sendo assim, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do Projeto Pedagógico e ao perfil do profissional formado no Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas. Assim, devem ser levadas em consideração a autonomia dos futuros professores e pesquisadores em relação ao seu processo de aprendizagem e à qualificação de professores para inserção destes no mercado de trabalho.

A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório; mas como instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do professor como a do licenciando em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

Dada à especificidade do Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas, a avaliação deve ser centrada nas práticas de leitura/escrita/oralidade, na capacidade de posicionamento crítico face às diferentes teorias linguísticas e literárias, bem como de ensino dos componentes curriculares da Pedagogia e de Literatura na Educação Básica, em função do papel político e sociocultural inerente à formação do licenciado em Letras, no domínio do conteúdo.

Devem ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação (trabalhos escritos individuais e em grupo, com e sem consulta, produzidos em sala e fora dela; seminários; relatórios; resenhas); orientação acadêmica individualizada (horário de atendimento). Particularmente, espera-se que seja trabalhada, em cada componente curricular, a prática de produção/revisão de textos acadêmicos sobre os objetos específicos de cada campo de estudos. Para essa avaliação, na dependência do componente curricular, serão usados os seguintes procedimentos:

- Avaliação contínua, quanto à pontualidade, assiduidade e participação com atividades e exercícios propostos, como também nas discussões em sala de aula;
- Avaliação somativa, a partir de:

- Apresentação de seminários e de microaulas;
- Desenvolvimento de pesquisas no decorrer do semestre letivo;
- Elaboração de fichamentos de textos e livros;
- Resoluções de exercícios e trabalhos escritos;
- Provas escritas;
- Elaboração de diários de leitura, de aulas, de pesquisa;
- Prática de resumos e resenhas de textos escritos, relatos de experiência, relatório de estágio, dentre outros gêneros acadêmicos.

Os procedimentos metodológicos e os critérios de avaliação deverão estar explicitados no Plano geral da disciplina de cada professor, entregues no primeiro dia de aula e publicados no *site* do SIGAA. O exame de cada componente curricular deve ser realizado de acordo com o calendário letivo previsto para o curso. Em cada componente curricular, a programação deve prever, no mínimo, três avaliações escritas por semestre e uma avaliação substitutiva. Para cada componente curricular cursado o professor deve consignar ao aluno graus numéricos de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero), computados com aproximação de até uma casa decimal, desprezadas as frações inferiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco) e arredondadas, para 0,1 (zero vírgula um), as frações iguais ou superiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco).

Ao aluno que deixar de fazer os trabalhos acadêmicos ou deixar de comparecer às provas e trabalhos e exames, é atribuída a nota 0,0 (zero vírgula zero) a cada atividade. A cada aluno que faltar à avaliação, é dado o direito de reposição de 01 (UMA) avaliação, com horários e dia a negociar entre professor e aluno. Quanto a pedido de revisão de prova, o processo deve ser solicitado à Secretaria de Graduação, e a Coordenação será informada. Cabe ao Conselho de Curso avaliar o processo e deliberá-lo.

O número, a forma, as alternativas e as modalidades de trabalhos acadêmicos são fixados pelo professor em seu plano geral da disciplina (verificar Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFERSA), aprovado pelo Conselho Diretor e divulgado aos alunos no início de cada semestre letivo. O professor deve divulgar e afixar a frequência e as notas no SIGAA. As notas das provas e trabalhos acadêmicos deverão ser divulgadas até dez dias úteis após sua realização, e as notas do exame, até cinco dias após a sua realização.

9.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A cada final de semestre, a partir 2015.1, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas passará por uma avaliação, a partir dos seguintes requisitos:

- a) adequação das reformulações propostas no que diz respeito aos componentes optativos, os quais poderão ser substituídos quando considerados inoperantes, podendo ainda ser acrescentados outros componentes quando verificada a necessidade;
- b) adequação dos programas com relação ao ementário proposto;
- c) verificação contínua, com relação ao cumprimento dos programas de cada componente curricular.

Para essa avaliação, a Coordenação do Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas procederá da seguinte maneira:

- designará uma comissão de avaliação de desempenho docente (junto ao NDE), no que diz respeito ao cumprimento de programas e ementas;
- formulará um questionário sobre desempenho discente a ser aplicado semestralmente com os estudantes.

Cabe lembrar que a avaliação não se reduz apenas à sala de aula, ela deve perpassar toda a estrutura acadêmica, produzindo dados e informações que alimentem os processos de gestão administrativa e acadêmica, com vistas à melhoria do ensino. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, as competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação – no caso específico das Licenciaturas – devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

- periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;
- feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;
- incidentes sobre processos e resultados.

A avaliação sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

- avaliações feitas do corpo discente: avaliações dos alunos e da disciplina;
- avaliações feitas do corpo docente: avaliação dos professores e da disciplina;
- avaliação externa.

9.3 Avaliação do Curso

9.3.1 Avaliação Externa

A avaliação externa é composta pelos mecanismos de avaliação do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), e indiretamente pela sociedade onde estarão atuando os profissionais formados pela Instituição.

O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme determina a Lei do SINAES (nº. 10.861/2004). De acordo com a legislação, devem ser inscritos no Exame estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso. É importante destacar que no histórico escolar do estudante fica registrada a situação de regularidade em relação a essa obrigação. Ou seja, ficará atestada sua efetiva participação ou, quando for o caso, a dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

9.3.2 Avaliação Interna

A avaliação interna é baseada no levantamento de uma gama de indicadores de desempenho da Instituição, cujos resultados podem subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos docentes e estudantes com o trabalho e envolvimento no âmbito do Curso de Licenciatura em Letras. Para incrementar e auxiliar a sistemática de avaliação, o Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas realizará periodicamente uma Auto-Avaliação do Curso, através de questionários direcionados aos acadêmicos e aos professores e através de outros instrumentos de avaliação, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e auto-realização dos envolvidos no curso, e propor, se necessário, mudanças no mesmo.

Além desses procedimentos, cumpre ressaltar que o Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas também é avaliado dentro do contexto da Auto-Avaliação Institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) Institucional, de acordo com a Lei nº 10861/2004, que trata do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

9.3.3 Participação do Corpo Docente na Avaliação do Curso

O Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas deverá realizar periodicamente avaliações dos componentes curriculares, através de questionários direcionados aos estudantes e professores, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e auto-realização dos envolvidos no Curso, e propor, se necessário, mudanças no mesmo.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO

O Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas incentiva os licenciandos a desenvolver atividades como monitoria, iniciação científica, atividades de extensão, visitas técnicas, viagens pedagógicas.

10.1. Participação do Corpo Docente nas Atividades Acadêmicas

A participação de alunos do Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas nas atividades acadêmicas pode acontecer de várias formas, conforme a descrição específica das atividades principais:

Ø **Bolsa Pró-Estágio:** A UFERSA mantém, via Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a modalidade de apoio para acadêmicos matriculados em cursos de graduação, mediante edital próprio.

Ø **Bolsa de Monitoria:** A UFERSA mantém duas categorias de monitoria de graduação: voluntária e remunerada. Os editais com a descrição das exigências são divulgados pelas faculdades. Os alunos interessados deverão se informar nas faculdades, a fim de obter todos os dados de que necessitam para se inscrever.

Ø **Bolsa de Iniciação Científica:** As bolsas de Iniciação Científica destinam-se a estudantes de cursos de graduação que se proponham a participar, individualmente ou em equipe, de projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisador qualificado, que se responsabiliza pela elaboração e implementação de um plano de trabalho a ser executado com a colaboração do candidato por ele indicado. As bolsas de pesquisa provêm de recursos financeiros do PIBIC/CNPq e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA.

Ø **Bolsa de Iniciação à Docência:** As bolsas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) destinam-se a estudantes de cursos de licenciaturas que se propõem a desenvolver atividades didático-pedagógicas para educação básica em escolas públicas sob a orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. As bolsas o PIBID advêm de recursos financeiros do PIBID/CAPES.

Ø **Participação de Alunos em Eventos Técnicos, ou Atividades de Extensão:** A participação de alunos em congressos, encontros técnicos, seminários e simpósios, cursos ou atividades de extensão é apoiado pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) para os alunos que participam oficialmente de projetos de pesquisa ou de extensão.

Ø **Programas de Pós-Graduação:** Com a criação do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* na UFERSA-Campus Caraúbas será possível a participação significativa de acadêmicos junto aos trabalhos de pesquisa que porventura venham a ser conduzidos.

10.2. Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC), em conformidade com o Parecer CNE/CP 83/2007, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. Nesta proposta em articulação intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico e com o Estágio Supervisionado, a PCC deve concorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador em Língua Portuguesa e suas Literaturas. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas oferece o PCC a seus licenciandos no interior dos componentes curriculares que constituem sua formação, desde o primeiro semestre letivo e não apenas nas disciplinas pedagógicas.

Esta correlação entre teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar. A prática vai permear toda a formação do futuro professor/pesquisador, estabelecendo e garantindo, assim, uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. É esse espaço que vai permitir ao licenciando um amadurecimento gradativo, com a construção passo a passo de procedimentos metodológicos apropriados ao ensino de cada conteúdo específico, culminando com as disciplinas pedagógicas de formação geral, de natureza mais panorâmica.

Dessa maneira, o contato eventualmente burocratizado e compartimentalizado, seja com as teorias de ensino seja com as teorias de linguagem, cede lugar a uma vivência mais efetiva que produza no aluno os resultados esperados quanto a uma tomada de consciência do papel do professor e dos métodos e procedimentos para desempenhá-lo bem.

10.3. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado, tendo como atribuição a realização de dois exercícios elementares para a aprendizagem da profissão docente: o exercício da análise da realidade educacional brasileira e o exercício da prática docente na Educação Básica, coordenado pela Comissão de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas.

10.4. Trabalho de Conclusão de Curso

Seguindo a Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2013, de 14 de março de 2013, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser elaborado pelo aluno de Letras, sob a orientação de um professor que possui vínculo institucional com a UFERSA. O trabalho desenvolvido deverá abordar temas relacionados a estudos estéticos, culturais, da linguagem e didático-pedagógicos, resultando em um trabalho **monográfico**.

O TCC é um componente obrigatório neste curso, visto que: i) fornece um objetivo final que direciona o desempenho do aluno durante toda a graduação; ii) aproxima estudantes e professores, mediante o sistema de orientação; iii) possibilita que o aluno tenha conhecimento especializado acerca do gênero textual trabalho monográfico ou artigo científico.

Para o desenvolvimento do TCC, o aluno deve escolher uma temática que está intrinsecamente articulada com uma das áreas de formação do curso, descritas na próxima seção. Além disso, o TCC do Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas deve ser redigido em Língua Portuguesa, e a defesa deste deverá ser realizada também em Língua Portuguesa. A defesa contará com a participação de uma Banca Examinadora, composta por três membros docentes (com titulação mínima de especialista), e um suplente, sendo um orientador e dois examinadores.

10.5. Áreas de Formação

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas está organizado a partir das seguintes áreas de formação, envolvendo: Língua, Linguística e

Ensino (Língua Portuguesa) e Literaturas (Comparada e de Expressão Portuguesa). Estas linhas são explicitadas a seguir:

ÁREA: LÍNGUA, LINGUÍSTICA E ENSINO (LÍNGUA PORTUGUESA)

• PRÁTICAS DISCURSIVAS

- Ø Estudo das relações entre categorias da língua e do discurso em situação de uso; principalmente sob um enfoque interativo da linguagem; processos de textualização dos diferentes gêneros discursivos e tipos textuais, na leitura, na oralidade e na escrita;
- Ø Organização textual-discursiva de diferentes gêneros em variados campos da atividade humana, tendo em vista a construção do sentido do texto;
- Ø Estudos de diferentes discursos (político, jornalístico, literário, etc), fornecendo instrumentos para uma ampla apreensão do texto, que compreenda tanto a sua materialidade linguística quanto histórica. Tal leitura objetiva apontar aspectos ideológicos que podem estar encobertos nas práticas discursivas.
- Ø Ênfase em categorias trabalhadas pela Linguística de Texto, Análise da Conversa, Análise do Discurso, Interacionismo Sócio-Discursivo.

• LINGUÍSTICA APLICADA

- Ø Fundamentos teórico-práticos da Metodologia do Ensino do Português e Literaturas;
- Ø Influência das teorias linguísticas, bem como análise das estratégias metodológicas no Ensino do Português e Literaturas;
- Ø Investigação das habilidades linguísticas em gêneros orais e escritos envolvidas no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa;
- Ø Estudo crítico da morfossintaxe da gramática do Português e Literaturas, em contexto de ensino;
- Ø O papel do livro didático no contexto de ensino de língua portuguesa; análise/elaboração de material didático;
- Ø A formação do professor de língua portuguesa;
- Ø Estudo dos (multi)letramentos em sala de aula.

• AQUISIÇÃO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA

- Ø Estudo da aquisição, do desenvolvimento e do processamento da linguagem.
- Ø A interlíngua ou erro na aprendizagem do Português e Literaturas;
- Ø Estratégias cognitivas e metacognitivas na aprendizagem de Língua Portuguesa;
- Ø Análise do papel dos fatores linguísticos, sociais, culturais e individuais no processo de desenvolvimento das habilidades em Língua Portuguesa;
- Ø O papel do *input* na aquisição da escrita e leitura em Língua Portuguesa.

- **DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA**

Ø Estudo de questões e problemas de natureza fonológica, morfológica, morfossintática, lexicológica, lexicográfica, sintático-semântica e pragmático-discursiva, com base em corpora orais e escritos em língua portuguesa.

- **LINGUAGEM E TECNOLOGIA**

- Ø Papel da tecnologia como mediadora da organização da linguagem em geral;
- Ø Linguagem na cibercultura; gêneros discursivos da e na internet, linguagem em redes sociais da internet;
- Ø Ensino de línguas mediado pela tecnologia; educação a distância, compreensão e produção de textos em diferentes suportes; aquisição de língua e novas tecnologias; comunicação educativa com o uso de múltiplas tecnologias;
- Ø Aplicação das tecnologias de comunicação, hipertexto, múltiplos letramentos, multimodalidade.

ÁREA: LITERATURAS

- **LITERATURA COMPARADA**

Ø Leitura comparada do texto literário seja orientada por temas comuns a diferentes autores ou literaturas, ou aspectos concernentes no conjunto da obra literária de um mesmo autor. Trata-se de uma linha de pesquisa cujo viés é o da reflexão e estudo sobre o texto literário considerando seu caráter histórico, teórico e cultural, isto é, sua natureza é multidisciplinar, interdiscursiva e intersemiótica apresentando-se como espaço privilegiado para a discussão de diferentes abordagens e perspectivas teóricas.

- **LITERATURAS DE EXPRESSÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Ø Esta linha de pesquisa é dedicada aos estudos que contemplem obras das literaturas de expressão portuguesa, quais sejam a Literatura Portuguesa, a Literatura Brasileira, as escritas literárias de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau compreendendo períodos, escritores, diversidades temáticas, gêneros e obras diversas cujo interesse esteja na abordagem teórica, crítica, teórico-crítica ou reflexiva do texto literário.

10.6. Atividades Complementares

As normas sobre as Atividades Complementares seguem a Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2008 e devem possibilitar o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do licenciando, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar, alargando o seu currículo com situações e vivências acadêmicas, internas ou externas ao Curso.

O componente curricular *Atividades Complementares*, do Curso de Licenciatura Plena em Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas, inclui o ensino presencial em sala de aula – componentes curriculares optativos – e outras atividades de caráter acadêmico-científico-cultural, com vistas a aprimorar o processo formativo do profissional de Letras. A formação complementar no Curso é um dos mecanismos de integralização do currículo, no contexto da flexibilização, e tem como objetivo, considerando a heterogeneidade, tanto na formação prévia como das expectativas dos alunos, permitir que o estudante possa complementar a sua formação, orientando, em determinado momento, a composição de sua estrutura curricular de acordo com seus interesses, necessidades. Participação em eventos científicos, monitorias, estágios extracurriculares, projetos de ensino, atividades de extensão, projetos de pesquisa, disciplinas de enriquecimento curricular, entre outras, são modalidades desse processo formativo.

Para viabilizar o acesso a algumas dessas atividades, divulgam-se periodicamente datas de realização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais; desenvolvem-se projetos de ensino, projetos de extensão na UFERSA – *Campus* Caraúbas, nos quais se promove o intercâmbio entre as diferentes áreas de ensino-pesquisa-extensão do curso e de cursos afins, proporcionam discussões acerca de linguagem, divulgam resultados dos projetos de pesquisa e de extensão dos alunos e dos professores; oferecem-se componentes curriculares optativos no Curso, em horários alternativos.

Em termos organizacionais, essas atividades podem ser denominadas como de ensino, pesquisa, extensão, apesar de ficar bastante visível a inter-relação entre elas. A título de ilustração, essas atividades podem ser consideradas conforme distribuição abaixo e podem ser ampliadas de acordo com novas demandas. Atendendo ao Parecer CNE/CP 83/2007, o estudante deverá cumprir 200 horas de atividades complementares, na terminologia do Conselho Nacional de Educação – Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais – ao longo do curso).

Quadro com Exemplos de Atividades Complementares

ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
Monitoria de Ensino (voluntária ou bolsa institucional)	Programa de Iniciação Científica (voluntária ou bolsa institucional)	Participação em Projeto de Extensão – monitoria (voluntária ou bolsa institucional)
Participação em Projeto de Ensino – monitoria (voluntária ou bolsa institucional)	Participação na organização de evento científico	Participação como colaborador ou coordenador em ações de extensão
Participação em Projeto de Ensino – curso, minicurso, oficina, grupo de estudo em assunto correlato ao curso e vinculado ao ensino	Participação em Grupo de Pesquisa	Participação em viagem de estudo ou visita técnica
Estágio Extracurricular em Instituições de Ensino Básico	Participação em evento científico com apresentação de trabalho (comunicação individual ou painel)	Participação em evento, atividade artístico-cultural (mostras, vídeos, saraus, performances, o contar histórias, varais literários)
Participação em curso Pré-ENEM, ministrando aulas	Participação em evento científico sem apresentação de trabalho	Participação da organização de viagem de estudo ou visita técnica
Disciplina de enriquecimento curricular cursada no curso	Publicação de trabalho (resumo, resumo expandido, trabalhos completos)	Criação e manutenção de <i>homepage</i> , de jornal do Curso de Letras/Português e suas

		respectivas literaturas
Disciplina cursada em outros cursos		
Curso de língua (LIBRAS, Inglês, Francês, Espanhol)		

As atividades oferecidas/desenvolvidas direcionam-se para as várias áreas do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, com as suas subdivisões, e para áreas de outros cursos, considerando-se as interfaces com esses cursos. Isso pode ser visualizado, num primeiro momento, pelo rol de componentes curriculares eletivos/atividades complementares.

O aluno poderá cursar outros componentes curriculares em outros cursos, além dos descritos, que poderão também integralizar à carga horária das atividades complementares, desde que atendidas as exigências de pré-requisito, quando for o caso, da UFERSA, vaga, horário.

11. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, para seu bom funcionamento, deverá contar com Biblioteca, um Laboratório de Informática e uma sala do NUPEX..

11.1. Biblioteca

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas é atendido no *Campus* Caraúbas por duas Bibliotecas: a do *Campus* Caraúbas e a do *Campus* Mossoró, na Biblioteca Central Orlando Teixeira.

A UFERSA conta com uma Biblioteca Central Orlando Teixeira, possuindo área física de 1276 m², cujo acervo é composto por material impresso e áudio visual, com as seguintes áreas de conhecimento: ciências agrárias, biológicas, saúde, exatas, engenharia, humanas, sociais aplicadas, letras e artes. A quantificação geral do acervo bibliográfico, relativo s monografias, dissertações, teses, revistas técnicas e livros, aproximadamente, 14.661 Títulos e 5.641 Volumes. O processo de informatização teve início em 2000 com a implantação de um *software*, aquisição de computadores, leitores de código de barras e impressoras, para administração do sistema e serviços bibliotecários (SAB 2000). O acervo por área de conhecimento (até o ano de 2005) está descrito no quadro a seguir.

Quadro: Acervo por Área de Conhecimento

Área	Livros		Periódicos	
	Títulos	Volumes	Nacionais	
Estrangeiros				
Ciências Agrárias	2.903	11.885	213	105
Ciências Biológicas	996	4.056	17	06
Ciências da Saúde	111	321	02	-
Ciências Exata da Terra	1.087	5.712	12	-
Ciências Humanas	957	2.408	14	-
Ciências Sociais Aplicadas	2.826	7.158	07	-
Engenharias	552	1.977	09	04
Linguística, Letras e Artes	154	1.140	04	-
Outros	109	762	04	-
Total	9.997	35.430	282	115

Fonte: Biblioteca "Orlando Teixeira"

A UFERSA mantém uma política de aquisição para material bibliográfico: a Biblioteca destina recursos para a adequação do acervo aos ementários e à bibliografia

relacionadas nos Projetos Pedagógicos dos vários Cursos da UFERSA. O acervo deverá ser enriquecido tanto em número de exemplares, como de títulos para atender às necessidades do Curso. Há, também, a Biblioteca Digital da UFERSA que está integrada à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) nacional, onde disponibiliza *online* toda a produção técnico-científica dos Programas de Pós-Graduação da Universidade.

No caso do *Campus* Caraúbas, este contará com sua própria Biblioteca e, conseqüentemente, com um acervo por área de conhecimento significativo, com inauguração em dezembro de 2013. A aquisição do acervo bibliográfico e midiático do Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas entrará em processo, assim que cadastrado o Curso e oficializada a Portaria de abertura do mesmo pelo sistema Emec.

11.2 Laboratórios de Informática

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS contará com um Laboratório de Informática que atenderá aos estudantes de graduação e aos professores do referido Curso.

Quadro de Equipamentos do Laboratório de Informática (os equipamentos já estão no laboratório)

Material/Equipamento	Quantidade
Cadeira	20
Computadores	20
Bancada	02
Ar condicionado	02
Quadro Branco	01

11.3. Sala do NUPEX

A sala do Núcleo de Pesquisa e Extensão será um espaço destinado a atender grupos de estudantes (por exemplo, os de Iniciação Científica e de Iniciação à Docência) e de professores que estão desenvolvendo suas pesquisas.

Material/Equipamento	Quantidade
Mesa redonda	02
Cadeira	01
Computador com acesso à internet e impressora	01
Ar condicionado	01

12. NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO

A criação do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) para os Cursos de Letras do *Campus* Caraúbas terá organização e funcionamento obedecendo à regulamentação do Regimento Interno do Curso de Letras. Porém, o seu desenvolvimento está relacionado aos projetos de pesquisa e extensão e à organização dos pesquisadores do curso e nas diversas áreas de conhecimento e dos diferentes problemas de pesquisa associados aos Estudos Linguísticos e Literários.

O Núcleo constitui num espaço integrador dos estudantes aos projetos de pesquisa e de extensão, ou seja, um espaço que reúne, seletiva ou cumulativamente, professores e estudantes de graduação nos eixos que compõem a organização curricular.

O objetivo principal deste núcleo é a integração dos professores na construção de projetos de pesquisa e de extensão, com vistas ao melhor aproveitamento acadêmico do estudante. Na segunda metade do Curso, o estudante será incentivado a participar ativamente em um dos eixos acima descritos e se vincular aos projetos apresentados pelos professores para realizar um trabalho de pesquisa ou de extensão.

Um dos propósitos é inserir os estudantes de graduação nos grupos de pesquisa existentes, possibilitando sua familiarização com procedimentos e técnicas de pesquisa acadêmica. Desta maneira, o estudante termina seu curso de graduação com um trabalho acadêmico, orientado por um docente, e o apresenta publicamente perante dois examinadores, com titulação mínima de especialista.

13. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa/ Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos Brasília: MEC; SEEP, 2002.

_____. Lei Nº 10.436, Regulamenta a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, de 24 de abril de 2002, Brasília: Congresso Nacional, 2002.

_____. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Coodenação de Ana Paula Crosara Resende e Flávia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

EMEDIATO, C. A. Educação e transformação social. **Análise social**, v. XIV (54), 1978-2, 207-217.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Escolar 2010: perfil dos municípios brasileiros 2009**. Rio de Janeiro: 2010.

LEVY, Daniel C. **University and government in Mexico autonomy in an authoritarian system**. New York: Praeger, 1980.

BRASIL. Nova proposta da Educação Superior elaborada pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e nº 19, de 27/05/2003.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.

ANEXOS**Anexo I – Cópia do Regulamento das Atividades Complementares**

Art. 1º As Atividades Complementares, objeto deste Regulamento, são aquelas assim definidas pela Resolução do CEPEC nº 118/2007, art. 7º, inciso IV: “atividades extraclasse consideradas relevantes para formação do aluno [...]”.

Art. 2º Nos termos da Resolução acima citada, e de acordo com o estabelecido na estrutura do Curso de Letras Habilitação em Inglês Português e Literaturas/Literatura o cumprimento da carga horária fixada para as Atividades Complementares é requisito indispensável à conclusão do Curso e à colação de grau.

Art. 3º As Atividades Complementares que serão computadas, para efeito da integralização da carga horária, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão, são as enumeradas a seguir, pelo modo indicado abaixo:

I – Programa de Iniciação Científica (IC), Programa de Licenciaturas (PROLICEN), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – 30 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado apenas um ano);

II – Trabalho de Conclusão de Curso – 30 horas para cada trabalho desenvolvido (podendo ser computado apenas um);

III – atividades de pesquisa em projetos individuais ou coletivos, desenvolvidos por docentes do Curso ou de cursos afins – 30 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado apenas um ano);

IV – participação, como colaborador, em projetos de ensino ou de extensão coordenados por docentes do Curso ou de cursos afins – 30 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado apenas um ano);

V – monitorias de ensino realizadas em disciplinas integrantes do currículo pleno do Curso – 20 horas para cada semestre de trabalho, até o máximo de 40 horas;

VI – estágios extracurriculares em instituições de ensino básico ou em outras entidades (lei de estágio nº 11.788) – 15 horas para cada ano de trabalho, até o máximo de 30 horas;

VI – aulas ministradas em curso pré-vestibular oferecido pela UFERSA – 100% da carga horária efetivamente ministrada, até o máximo de 30 horas;

VII – disciplinas cursadas como eletivas no curso ou em outros cursos da UFERSA – 30 horas por disciplina (computadas até três disciplinas);

VIII – cursos freqüentados, em eventos científicos, sobre temas de Letras ou áreas afins – 100% da carga-horária, até no máximo 20 horas por curso;

IX – cursos de línguas (portuguesa, indígena, estrangeiras, de sinais) – 50% da carga horária do curso, até o máximo de 20 horas por curso;

X – cursos de informática aplicados à atividade de ensino ou de pesquisa em Letras – 50 % da carga horária do curso, até o máximo de 20 horas por curso;

XI – a) participação como ouvinte, em eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas afins – 10 horas por evento; b) participação como ouvinte, em eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas de curta duração (realizados em apenas um período – ou matutino ou vespertino, ou noturno), como espetáculos, filmes, aulas magnas – 100% da carga horária do evento, até o máximo de 6 horas;

XII – apresentação de trabalhos em eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas afins – 10 horas para cada trabalho apresentado;

XIII – participação na organização de eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas afins – 10 horas por evento;

XIV – participação em viagens de estudo ou visitas técnicas, coordenadas por docentes do Curso ou de cursos afins – 5 horas para cada atividade;

XVI – publicação de artigos em periódicos – 30 horas para cada artigo publicado em revista ou anais de eventos científicos, impressos ou por meio eletrônico (CD – ROM ou *Home page*); 10 horas para publicação de cada resumo em eventos científico e para cada texto publicado em jornal, até o máximo de 90 horas para o total das publicações;

XVII – publicação de textos em meio eletrônico, mesmo sem conselho editorial – 3 horas para cada texto publicado, até o máximo de 30 horas;

XVIII – criação e manutenção de *home page* ou jornal impresso produzidos pelos alunos sobre o curso de Letras – até no máximo de 50 horas;

Art. 4º Todas as atividades realizadas deverão ser comprovadas pelo próprio aluno, mediante atestados ou certificados e um relatório discorrendo sobre o conteúdo da atividade da qual participou, para serem entregues ao professor coordenador das Atividades Complementares, que manterá uma pasta para cada aluno regularmente matriculado no Curso.

§ 1º O aluno que pretende aproveitar a participação em eventos como Atividades Complementares que ocorreram durante o período de aula deverá comunicar sua ausência, com antecedência, aos professores das disciplinas para que tenha direito ao abono de faltas, até o limite de 10% da carga horária de cada disciplina.

Art. 5º Somente serão computadas, a título de Atividades Complementares, aquelas realizadas durante o período estabelecido para a integralização do Curso.

Art. 6º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares deverá ser realizado obedecendo a seguinte distribuição: mínimo de 10 horas nos 1º e 8º semestres, e mínimo de 20 horas em cada um dos outros semestres do curso (3º, 4º, 5º, 6º, 7º).

Art. 7º A coordenação operacional das Atividades Complementares do Curso será exercida por um professor do Curso, designado pelo respectivo Conselho Diretor por indicação da Comissão Permanente de Apoio às Atividades da Coordenadoria de Curso.

Art. 8º Compete ao coordenador de Atividades Complementares:

I – orientar o aluno na escolha de Atividades Complementares a realizar;

II – divulgar eventos, cursos e demais oportunidades de realização das Atividades Complementares;

III – acompanhar o cumprimento da carga horária, semestralmente, das Atividades Complementares, mantendo para tanto uma ficha individual para cada aluno;

IV – encaminhar, semestralmente, ao coordenador do Curso um relatório informando a situação de cada aluno;

V – encaminhar ao coordenador do Curso os documentos comprobatórios das atividades Complementares realizadas pelos alunos, para as providências necessárias.

Art 9º Compete aos alunos:

I – acompanhar a divulgação dos eventos, cursos e demais oportunidades de realização de Atividades Complementares pelo coordenador dessas atividades;

II – tomar ciência deste Regulamento mediante a assinatura de um termo de compromisso.

Art. 10. Compete ao coordenador do Curso de Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS:

I – orientar o coordenador das Atividades Complementares;

II – conferir e submeter à apreciação da Comissão Permanente de Apoio às Atividades da Coordenadoria de Curso, para as devidas providências, os documentos comprobatórios apresentados pelos alunos.

Art 11. Compete à Comissão Permanente de Apoio às Atividades da Coordenadoria de Curso:

- I** – analisar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador das Atividades Complementares;
- II** – resolver os casos omissos neste Regulamento.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
3ª Reunião Ordinária de 2016

5º PONTO

Apreciação e deliberação sobre a criação de duas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, conforme Memorando Eletrônico N° 59/2016 - PROPPG.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 59/2016 - PROPPG (11.01.03)
(Identificador: 201639046)**

Nº do Protocolo: 23091.003387/2016-30

Mossoró-RN, 05 de Abril de 2016.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Novas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade

Prezados (as), encaminhamos em anexo as ementas de duas novas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, aprovadas pelo Conselho de Pós-Graduação na primeira reunião ordinária do ano de 2016, ocorrida em 05/04/2016. As disciplinas são: **Impacto ambiental das atividades agrícolas** e **Biologia molecular vegetal e de microorganismos patogênicos de interesse sócio-econômico e ambiental**. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação emite parecer favorável à criação das referidas disciplinas e encaminha aos Órgãos Colegiados para que sejam tomadas as devidas providências. Segue em anexo as ementas.

Atenciosamente,

(Autenticado em 05/04/2016 16:43)
VANDER MENDONCA
PRO-REITOR - TITULAR
Matrícula: 1547955



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

IDENTIFICAÇÃO

CURSOS	DEPARTAMENTO	
MESTRADO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO.
	IMPACTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	
PROFESSOR		
DANIEL VALADÃO SILVA		

TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL	Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
02	02	04	04	04	60

PRÉ-REQUISITO

OBJETIVOS

1. Fornecer fundamentos teóricos e práticos sobre as atividades agrícolas e seus impactos sobre o meio ambiente e sociedade.
2. Proporcionar ao aluno condições para o entendimento dos impactos da atividade agrícola no ambiente
3. Aprimorar o conhecimento do aluno em técnicas de descontaminação ambiental de poluentes da atividade agrícola.
4. Conscientizar e discutir sobre o uso técnicas sustentáveis ambientalmente na agricultura e seus impactos sobre a sociedade.

EMENTA

Atividades Agropecuárias e suas Implicações Ambientais. Uso espacial e temporal dos solos, das águas superficiais e subterrâneas para fins agrícolas. Principais práticas agrícolas que levam à transformação da terra e da água. Impacto da mecanização agrícola. Degradação causada pela erosão. Impacto da irrigação. Impacto do uso de produtos químicos orgânicos e inorgânicos na agricultura: corretivos do solo, fertilizantes e pesticidas. Comportamento e destino de agrotóxicos no ambiente solo-água. Impactos de pesticidas sobre organismos não-alvo. Técnicas de descontaminação. Métodos alternativos de controle fitossanitário. Organismos geneticamente modificados x uso de pesticidas. Agricultura convencional versus agricultura sustentável.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P

I	APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS: 1. Introdução e conceitos 2. História da agricultura. 3. Implicações sobre o meio ambiente e sociedade	09	00	09
II	IMPACTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS: 1. Impactos do uso da terra na agricultura 2. Impactos do uso da água na agricultura 3. Impactos da mecanização agrícola	09	06	15
III	IMPACTO DO USO DE PESTICIDAS 1. Conceitos e mecanismos de ação de pesticidas 2. Comportamento de pesticidas no ambiente 3. Impacto de pesticidas sobre organismos não-alvos 4. Processos de remediação de pesticidas e outros contaminantes da agricultura 5. Organismos geneticamente modificados 6. Impacto de pesticidas na sociedade	12	12	12
IV	PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA 1. Manejo sustentável do solo e água 2. Alternativas para o controle de pragas e doenças 3. Alternativas para o controle de plantas daninhas 4. Impacto de tecnologias alternativas no ambiente e sociedade	06	06	12
TOTAL		36	24	60

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
- Aulas expositivas - Práticas de campo - Dinâmica de grupos	- Quadro branco - Retroprojektor - Projetor multimídia	- Avaliações individuais e em grupo - Seminários - Relatórios de aulas de campo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)
ALMEIDA, J. Reconstruindo a Agricultura: Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
ANDREI, E. Compêndio de defensivos agrícolas. 8.ed. São Paulo: Andrei, 2009. 1380p.
BARBOSA, L. C. A. Os Pesticidas, o homem e o meio ambiente. Viçosa: UFV, 2004. 215 p.
BRANCO, S. M. Natureza e agroquímicos. São Paulo: Moderna, 1990. 56 p.
BRITO, L. T. de L.; MELO, R. F. de; GIONGO, V. (Ed.). Impactos ambientais causados pela agricultura no Semiárido brasileiro. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010.
CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____ (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003. p.153-176.
CHENG, H.H. Pesticides in the soil environment: Processes, Impacts and Modeling. Madison, 1990. 530p.
MILLER, G. Tyler. Ciência ambiental. 11. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
ROMEIRO, A.R.(org). Avaliação e contabilização de impactos ambientais. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.
SILVA, C. L. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, C. L; MENDES, J.T.G. (Org.). Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 2005
SILVA, A. A.; SILVA, J. F. Tópicos em manejo de plantas daninhas. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2007. 367 p.
VEIGA, J.E. Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro. Garamond, 2005.

APROVAÇÃO
DEPARTAMENTO

____/____/201____ DATA	_____ ASS. DO CHEFE DO DEPARTAMENTO.
CONSEPE	
_____/_____/201____. Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____ de ____ de 201____.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

IDENTIFICAÇÃO		
CURSOS	DEPARTAMENTO	
MESTRADO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO.
ATS0163	IMPACTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	-
PROFESSOR		
DANIEL VALADÃO SILVA		

TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL	Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
02	02	04	04	04	60

PRÉ-REQUISITO

OBJETIVOS

1. Fornecer fundamentos teóricos e práticos sobre as atividades agrícolas e seus impactos sobre o meio ambiente e sociedade.
2. Proporcionar ao aluno condições para o entendimento dos impactos da atividade agrícola no ambiente
3. Aprimorar o conhecimento do aluno em técnicas de descontaminação ambiental de poluentes da atividade agrícola.
4. Conscientizar e discutir sobre o uso técnicas sustentáveis ambientalmente na agricultura e seus impactos sobre a sociedade.

EMENTA

Atividades Agropecuárias e suas Implicações Ambientais. Uso espacial e temporal dos solos, das águas superficiais e subterrâneas para fins agrícolas. Principais práticas agrícolas que levam à transformação da terra e da água. Impacto da mecanização agrícola. Degradação causada pela erosão. Impacto da irrigação. Impacto do uso de produtos químicos orgânicos e inorgânicos na agricultura: corretivos do solo, fertilizantes e pesticidas. Comportamento e destino de agrotóxicos no ambiente solo-água. Impactos de pesticidas sobre organismos não-alvo. Técnicas de descontaminação. Métodos alternativos de controle fitossanitário. Organismos geneticamente modificados x uso de pesticidas. Agricultura convencional versus agricultura sustentável.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P

I	APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS: 1. Introdução e conceitos 2. História da agricultura. 3. Implicações sobre o meio ambiente e sociedade	09	00	09
II	IMPACTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS: 1. Impactos do uso da terra na agricultura 2. Impactos do uso da água na agricultura 3. Impactos da mecanização agrícola	09	06	15
III	IMPACTO DO USO DE PESTICIDAS 1. Conceitos e mecanismos de ação de pesticidas 2. Comportamento de pesticidas no ambiente 3. Impacto de pesticidas sobre organismos não-alvos 4. Processos de remediação de pesticidas e outros contaminantes da agricultura 5. Organismos geneticamente modificados 6. Impacto de pesticidas na sociedade	12	12	12
IV	PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA 1. Manejo sustentáveis do solo e água 2. Alternativas para o controle de pragas e doenças 3. Alternativas para o controle de plantas daninhas 4. Impacto de tecnologias alternativas no ambiente e sociedade	06	06	12
TOTAL		36	24	60

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
- Aulas expositivas - Práticas de campo - Dinâmica de grupos	- Quadro branco - Retroprojeter - Projetor multimídia	- Avaliações individuais e em grupo - Seminários - Relatórios de aulas de campo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)

- ALMEIDA, J. Reconstruindo a Agricultura: Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ANDREI, E. Compêndio de defensivos agrícolas. 8.ed. São Paulo: Andrei, 2009. 1380p.
- BARBOSA, L. C. A. Os Pesticidas, o homem e o meio ambiente. Viçosa: UFV, 2004. 215 p.
- BRANCO, S. M. Natureza e agroquímicos. São Paulo: Moderna, 1990. 56 p.
- BRITO, L. T. de L.; MELO, R. F. de; GIONGO, V. (Ed.). Impactos ambientais causados pela agricultura no Semiárido brasileiro. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010.
- CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____ (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003. p.153-176.
- CHENG, H.H. Pesticides in the soil environment: Processes, Impacts and Modeling. Madison, 1990. 530p.
- MILLER, G. Tyler. Ciência ambiental. 11. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- ROMEIRO, A.R.(org). Avaliação e contabilização de impactos ambientais. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.
- SILVA, C. L. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, C. L; MENDES, J.T.G. (Org.). Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 2005
- SILVA, A. A.; SILVA, J. F. Tópicos em manejo de plantas daninhas. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2007. 367 p.
- VEIGA, J.E. Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro. Garamond, 2005.

APROVAÇÃO

COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

10^a
Nº DA REUNIÃO DATA 02/12/2015

[Assinatura]
ASS. DO COORDENADOR DO CURSO

DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAISW

2ª Ordinária
Nº DA REUNIÃO DATA 14/03/2016

[Assinatura]
ASS. DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

Ana Lucia Brenner B. Miranda
Professora
DACS/UFERSA
SIAPE: 1434542

CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU

_____/_____/201____
Nº DA REUNIÃO DATA

ASS. DO PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CONSEPE

_____/_____/201____
Nº DA REUNIÃO DATA

ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 201__.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO
ATS0162	Biologia molecular vegetal e de micro-organismos patogênicos de interesse sócio-econômico e ambiental	-
PROFESSOR		
Ioná Santos Araújo Holanda		

				Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL		
03	01	04	04	04	60

PRÉ-REQUISITO

OBJETIVOS

COMPREENDER AS BASES OPERACIONAIS DAS DIFERENTES TÉCNICAS DE BIOLOGIA MOLECULAR
DISCUTIR OS DIFERENTES NÍVEIS DE ORGANISMOS PATOGÊNICOS, EM TERMOS GENÉTICOS E EVOLUTIVOS.
DISCUTIR ESTRATÉGIAS DE ANÁLISES DE DADOS MOLECULARES E DEMONSTRAR O USO DE PROGRAMAS COMPUTACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA SITUAÇÃO PROPOSTA.

EMENTA

BASES DA BIOLOGIA MOLECULAR, TÉCNICAS MOLECULARES EM NÍVEL DE DNA: RESTRIÇÃO, AMPLIFICAÇÃO E CONFORMAÇÃO DA MOLÉCULA E SEQÜÊNCIA DE NUCLEOTÍDEOS. ANÁLISES GENÉTICAS: VARIABILIDADE, DIFERENCIAÇÃO, DISPERSÃO E AGRUPAMENTO, EVOLUÇÃO DOS GENOMAS VEGETAIS E DE MICROORGANISMOS. RECURSOS COMPUTACIONAIS PARA ANÁLISE DE DADOS. APLICAÇÕES DAS ANÁLISES MOLECULARES: ESTUDOS DE CASO.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
I	-Noções fundamentais sobre estrutura de ácidos nucleicos; - Replicação, mutação e reparo de DNA; - Hibridação de ácidos nucleicos; - Transcrição e processamento de RNA; - Noções básicas de clonagem molecular (enzimas e vetores);	10	-	10
II	-Sequenciamento de DNA -Pirosequenciamento -PCR convencional -PCR em tempo real	5	5	10
II	-Tipologia das técnicas de marcadores genéticos. -Marcadores obtidos por restrição enzimática de DNA: RFLP. -Marcadores baseados na amplificação (PCR) de DNA: RAPD e AFLP. -Marcadores baseados na conformação da molécula de DNA, em número de seqüências repetitivas do genoma: SSR, VNTR e SSCP. -Marcadores baseados em polimorfismos de mutações de ponto (SNP)	10	5	15
III	-Principais micro-organismos causadores de doenças em plantas -Técnicas de Biologia Molecular utilizadas para diagnóstico de doenças causadas por micro-organismos -Técnicas de Biologia Molecular utilizadas para estudos evolutivos de genomas -Variabilidade genética vegetal e de micro-organismos	10	-	10
IV	-Demonstração de programas computacionais: GQMol e GENES em análises moleculares -Análises práticas de estudos voltados à detecção de fitopatógenos e de micro-organismos de importância sócio-ambiental	5	10	15
TOTAL		40	20	60

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Aulas teóricas Aulas práticas Estudos dirigidos	Quadro branco Retroprojeter Datashow Textos científicos	Provas discursivas e objetivas Seminários Trabalhos Relatórios

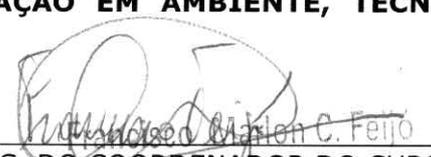
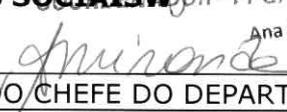
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. HOBELINK, HENK. Biotecnologia: muito além da Revolução Verde. Porto Alegre-RS. 1990.
2. TORES, ANTÔNIO CARLOS, FERREIRA, ADRIANA TEIXEIRA SA, FÁTIMA GROSSI DE BUSO, JOSÉ AMAURI
http://ebiblio.ufersa.edu.br/principal.asp?destino=in_resultdetalhes.asp&idLivro=10957Glossário de biotecnologia vegetal. Brasília-DF.2000.
3. LEWIS, JULIAN. Biologia molecular. 5ª Edição.2010
4. PONTE, J. LÚLIO DA. Fitopatologia princípios e aplicações. Fortaleza-CE.1975

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. TORRES, A. C. Glossário de Biotecnologia. EMBRAPA, Brasília. 2001.
2. BORÉM, A., SANTOS, F.R. Biotecnologia simplificada. Viçosa: Editora UFV. 1ª. edição. 300p, 2002
3. FERREIRA, M.E.; GRAHAPAGLIA, D. Introdução ao uso de marcadores moleculares em análise genética. Editora Embrapa, 3ª Edição, 2001.
4. MATIOLI, SERGIO RUSSO (ed.). Biologia Molecular e Evolução. Ribeirão Preto: Holos. 2001. 202p.
5. PERIÓDICOS DIVERSOS: serão selecionados artigos científicos para ilustrar as aplicações dos diferentes conceitos discutidos na disciplina.

APROVAÇÃO		
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE		
<u>3ª reunião</u>	<u>22/03/2016</u>	
Nº DA REUNIÃO	DATA	ASS. DO COORDENADOR DO CURSO
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS W		
<u>13ª REUNIÃO Extraordinária</u>	<u>16/12</u>	
Nº DA REUNIÃO	DATA	ASS. DO CHEFE DO DEPARTAMENTO
CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU		
_____	_____/_____/201__	_____
Nº DA REUNIÃO	DATA	ASS. DO PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CONSEPE		
_____	_____/_____/201__	_____
Nº DA REUNIÃO	DATA	ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 201__.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
3ª Reunião Ordinária de 2016

6º PONTO

Outras ocorrências.